



FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DO PORTO

Inês Areal de Boaventura Afonso

2º Ciclo de Estudos em  
História e Património  
Ramo de Mediação Patrimonial

Novos usos do Património Monástico do distrito de Viana do Castelo

2014

Orientadora: Amélia Maria Polónia da Silva

Classificação: Ciclo de estudos:

Dissertação:

Versão definitiva

## **AGRADECIMENTOS**

À professora Amélia Polónia, orientadora científica desta dissertação, por ser muito mais que uma excelente orientadora científica. Por ser para além de uma fonte de conhecimento, uma fonte vital de energia. Pelo seu profissionalismo, assertividade, dedicação, sensibilidade e pelo entusiasmo demonstrado em relação a esta temática. A ela o meu sentido obrigado.

Aos docentes e funcionários da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, minha segunda casa, que me acompanharam neste percurso. Um agradecimento especial à professora Inês Amorim, à professora Helena Osswald e ao professor Luis Carlos Amaral, pelo interesse e conhecimento partilhados e pelo imenso carinho sentido no X Encontro de S. Cristovão de Lafões. Aos meus colegas de curso, em especial aos que partilharam comigo a orientação e a mesma curiosidade sobre estas formas de vida.

Ao historiador Albino Neiva pela disponibilidade, interesse e partilha de conhecimento.

À Sylvie Escande, pelo seu interesse e por possibilitar o acesso a fontes essenciais para esta dissertação. Ao Diogo Filipe, ao Barnaby Peel e à Cidália Ribeiro pelas empenhadas traduções do resumo.

Ao arquiteto Ricardo Alegre pelas gargalhadas, pela sintonia e por compreender que este é o meu caminho...

À minha família e amigos, agradeço e peço desculpa, pelas vezes que não estive presente nos almoços, jantares, cafés e nos cafés pela noite dentro, pelo recolhimento que esta forma de vida me obrigava.

Ao Martins, à Lau e à Sushi, à Nádia e à Júlia, por me resgatarem do mundo dos religiosos, por partilharem o mundo deles e por criarmos o nosso...

A quem comigo partilhou estas viagens, e a quem comigo partilha uma nova viagem. Ao Filipe, por me ajudar nas conclusões, nos inícios e nas mudanças...

Aos meus pais, Ramiro e Alexandrina, agradeço por me terem escolhido como filha. São eles a minha maior fonte de conhecimento, são eles também alvo da minha maior admiração. Por serem seres tão completos, mas tão inconscientes do seu imensurável valor. A eles o meu eterno obrigado.

## RESUMO

Este estudo pretende aprofundar um debate já ativo em torno dos novos usos do património monástico. Circunscreve-se a uma análise centrada no litoral norte português, em concreto no distrito de Viana do Castelo. Partindo do cruzamento de informação procedente de diversas fontes com a fornecida pelas visitas de campo efetuadas aos 41 conjuntos monásticos identificados, procedeu-se a uma inventariação sistemática desse património.

Esse levantamento foi lido á luz de contextos históricos tidos como pertinentes, mas também do contexto espacial que envolve esses conjuntos monásticos, nomeadamente a rede topográfica e hidrográfica, bem como as vias de comunicação, romanas e medievais, e a organização eclesiástica. Procedeu-se a uma distribuição dos conjuntos em estudo no território, segundo as respetivas filiações religiosas, formas de vida e ramos (masculino ou feminino).

Debatem-se as circunstâncias históricas que assistem à metamorfose de um espaço religioso em património cultural, também à luz de processos como o da classificação patrimonial e o da sua reutilização, desde o período de extinção das ordens monásticas em Portugal.

No caso de Viana do Castelo, verifica-se que os usos adotados são muito variados, com alguma predominância para o uso residencial, sendo os restantes (agrícolas, assistenciais, educativos, religiosos, hoteleiros, associativos e culturais) distribuídos de forma equivalente.

Pela sua singularidade, este estudo destaca um caso, o do Mosteiro de Sanfins de Friestas, conjunto beneditino masculino, localizado no concelho de Valença. Tomamo-lo como um caso singular, pois se trata de uma ruína, em torno da qual nos é permitido refletir sobre as posturas contrárias que os diferentes atores do património têm assumido recentemente perante esta temática. É na recusa de uma reutilização com fins práticos e operativos ou, se quisermos, é na *utilização* da ruína que nos deparamos com a descoberta de um novo uso para este património: o espiritual.

## RESUMÉ

Cette étude a l'intention d'approfondir un débat déjà actif autour des nouvelles utilisations du patrimoine monastique. Il est limité à une analyse centrée dans la côte nord portugaise, dans le département de Viana do Castelo. Le croisement d'informations venant de plusieurs sources et avec les visites de terrain faites aux 41 identifiés lieux monastiques, on a passé à l'inventaire systématique de ce patrimoine.

Cet inventaire a été analysé par des contextes historiques considéré pertinent, mais aussi du contexte géographique qui implique ces lieux monastiques, à savoir la topographie et l'hydrographie, aussi bien que les routes de communication, les romaines et médiévales et l'organisation ecclésiastique. On a passé à une distribution des lieux monastiques dans l'étude au territoire, selon les ordres religieux, ses formes de vie et des branches (masculin ou féminin).

On discute les circonstances historiques qui assistent à la métamorphose d'un espace religieux dans un patrimoine culturel, aussi par des processus comme celui de la classification patrimoniale et celui de sa nouvelle utilisation, depuis la période d'extinction des ordres monastiques au Portugal.

Dans le cas de Viana do Castelo, on vérifie que les utilisations adoptées sont très variées, avec une certaine prédominance pour l'utilisation résidentielle, en étant les restes (agricole, assistencial, éducatives, religieuses, l'hôtel, associatif et culturel) distribués d'une façon équivalente.

Pour sa singularité, cette étude met en évidence un cas, celui du Monastère de Sanfins de Friestas, un lieu bénédictin masculin, situé dans la région de Valence. Nous l'avons pris comme un cas singulier, parce que c'est une ruine, autour de laquelle nous pouvons contempler sur les positions contraires que les différents professionnels du patrimoine ont assumés récemment avant ce thème.

Il est dans le refus d'une nouvelle utilisation avec des fins pratiques et opérationnelles, ou, si nous voulons, c'est dans l'utilisation de la ruine que nous avons traversé la découverte d'une nouvelle utilisation pour ce patrimoine: le spirituel.



## **ABSTRACT**

This study is intended to deepen an active debate around the new uses of monastic heritage sites. The analysis is centred on the Portuguese north coast, specifically in the district of Viana do Castelo. By cross-checking information from several sources and undertaking field visits to the district's 41 identified monastic sites, the study generates a systematic listing of that heritage.

This survey is analysed in the light of the relevant historical contexts and also the geographical context of the monastic sites, namely the topography and the river network, as well as roman and medieval communication networks and the ecclesiastical organisation. The survey data is then plotted according to location, religious order, way of life and gender.

The historical circumstances that led to the extinction of the monastic orders in Portugal are discussed along with the subsequent metamorphosis of religious space into cultural heritage, through processes like the listing of buildings and change of use.

In the case of Viana do Castelo, this study demonstrates that the most common contemporary use of monastic buildings is residential. The other uses (agricultural, social care, educational, religious, hospitality, associative and cultural) are distributed equally.

There is a detailed study of one case, the Sanfins de Friestas Monastery that once belonged to a male benedictine order, located in the region of Valença. It is taken as a special case because it is a ruin. This allows an analysis of the conflicting approaches towards these cases that different heritage professionals have recently adopted.

It is in the lack of a practical and operative current use of the ruin that the underlying use of this heritage is found: the spiritual.

## **SIGLAS E ABREVIATURAS**

CIM – Comunidade Intermunicipal

Dec. – Decreto

DGEMN – Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

DL – Decreto - Lei

HELM – Historic Environment Local Manegement

IIP – Imóvel de Interesse Público

MN – Monumento Nacional

NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

p. – página

pp. - páginas

Proc. Enc. – Procedimento Encerrado

QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional

Séc. - Século

ZEP – Zona Especial de Proteção

## ÍNDICE DE MATÉRIAS

INTRODUÇÃO .....	1
1 – INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO MONÁSTICO DO DISTRITO DE VIANA DO CASTELO.....	6
<b>1.1 Fontes e critérios para uma inventariação.....</b>	<b>6</b>
<b>1.2 Base de dados.....</b>	<b>9</b>
<b>1.3 Fichas identitárias .....</b>	<b>15</b>
2 – CONTEXTO ESPACIAL DE INTERAÇÃO.....	57
<b>2.1 Aspetos geográficos .....</b>	<b>57</b>
<b>2.2 Vias de comunicação .....</b>	<b>59</b>
<b>2.3 Organização eclesiástica .....</b>	<b>63</b>
3 – CONTEXTO HISTÓRICO DE INTERAÇÃO.....	69
<b>3.1 Formas de vida conventual.....</b>	<b>69</b>
<b>3.2 Vicissitudes históricas .....</b>	<b>87</b>
4 – DE ESPAÇO RELIGIOSO A PATRIMÓNIO CULTURAL .....	97
<b>4.1 Classificação Patrimonial .....</b>	<b>97</b>
<b>4.2 Reutilizações do património religioso construído – uma reflexão .....</b>	<b>104</b>
<b>4.3 Os novos usos do património monástico de Viana do Castelo .....</b>	<b>116</b>
5 – SANFINS DE FRIESTAS “UMA RUÍNA EM UTILIZAÇÃO” .....	122
<b>5.1. Sanfins de Friestas, da fundação à atualidade.....</b>	<b>122</b>
<b>5.2. Entre uma ruína romântica e um monte de pedras .....</b>	<b>126</b>
6 – CONCLUSÃO .....	135
ÍNDICE COMPLETO.....	138
BIBLIOGRAFIA POR CONJUNTO MONÁSTICO .....	141
BIBLIOGRAFIA GERAL .....	147

## INTRODUÇÃO

Como diria José Mattoso, o mundo dos religiosos é um mundo complicado! (Sousa, 2006, p. 8) Como abordar um tema infundável e complexo como este: um mundo com uma diversidade de ordens e filiações religiosas, que seguem diferentes regras, adotam distintas formas de vida e procuram lugares com características variadas, mas não aleatórias, para se estabelecer? O que o tema tem de complicado, tem de aliciante, dirigindo-nos para uma pesquisa de base histórica (território que não domino, enquanto arquiteta), alimentada pela sensação de partir para o desconhecido.

O interesse e primeira investigação pelo mundo dos religiosos remonta a 2008, durante a elaboração da prova final para a obtenção do grau de licenciatura na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Deu origem a um trabalho intitulado “*O Corredor e a Cela no Convento e na Prisão*”. Este estudo foi indicador da extrema flexibilidade formal da arquitetura do período medieval e clássico, e da sua influência em muitas obras da contemporaneidade. Foram abordados dois casos em concreto, ambos situados a Norte, pertencentes à Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, ambos masculinos, extintos em 1834, e alvo de novas utilizações. Foram eles o Mosteiro de Santa Marinha da Costa, em Guimarães, e o Mosteiro de Refóios do Lima, em Ponte de Lima (ambos adaptações projetadas pelo arquiteto Fernando Távora). Posteriormente, a atividade profissional em arquitetura não esteve, infelizmente, relacionada com estes equipamentos, mas a curiosidade permaneceu e aqui continua.

O âmbito deste trabalho foi, à partida, e como é natural, muito mais alargado. No primeiro ano do Mestrado em História e Património, o projeto crescia na minha mente de uma forma megalómana, a ponto de pretender elaborar um levantamento do património monástico a nível nacional. Ainda o pretendo...mas sei agora que terei de o fazer de um modo faseado.

Com o desenrolar do curso de Mestrado e dos sábios conselhos do corpo docente, limitei o território a analisar, situando-me no Entre Douro e Minho, mais concretamente nos distritos de Braga e Viana do Castelo. Para além da forte presença e impacto dos conjuntos monásticos nesta região, laços familiares dirigiam a minha atenção para estas terras e para o *modus vivendi* que nelas encontramos. As advertências dos docentes foram ainda mais persistentes quanto a uma necessária circunscrição do universo de investigação, pelo que optei pelo estudo apenas do distrito de Viana do Castelo.

A escolha de uma área definida por uma circunscrição administrativa atual pode parecer incoerente com o facto de o património religioso em questão ser datado de um

tempo em que essa divisão administrativa não existia. No entanto, essa escolha prende-se com o contexto funcional em que o estudo foi pensado, com a sua pretendida divulgação, como instrumento de mediação patrimonial, no presente, e com a sua orientação para um público-alvo, também ele contemporâneo. Neste sentido, afigura-se-nos correto e adequado o critério seguido para a delimitação do território a abarcar, ela própria sustentada por critérios geográficos, históricos, territoriais e administrativos.

“*Só o acesso permite a custódia*”: este foi um comentário que foi alimentando a minha reflexão e consolidando a fundamentação operativa deste estudo<sup>1</sup>. Qual seria a razão (para além do ganho, óbvio, a nível pessoal) para a realização deste estudo, se ele não fosse divulgado e se não contribuisse para o desenvolvimento económico e social da região a que se dedica? Daí a minha preocupação em direccionar o estudo para uma clara e bem delimitada área de intervenção, bem como para potenciais agentes responsáveis pela dinamização deste território.

Os limites geográficos do distrito (divisão administrativa) de Viana do Castelo, à data deste estudo, equivalem aos limites da sub-região Minho-Lima (NUTS III).<sup>2</sup> Esta sub-região é composta por 10 concelhos ( Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira) e é através da publicação da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto (que estabelece o regime jurídico do associativismo municipal) que é criada a Comunidade Intermunicipal Minho-Lima<sup>3</sup>. O trabalho que me proponho desenvolver poderá ser do interesse de instituições com este tipo de competências, pois o levantamento do património monástico efetuado aponta e poderá ser útil para inúmeras atividades turísticas e de valorização patrimonial.

---

<sup>1</sup> Comentário da Professora Fernanda Ribeiro ao trabalho de uma colega de curso durante a apresentação geral de projetos em curso, no dia 21.02.2014.

<sup>2</sup> NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos. Sobre este assunto consultar o Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de Novembro, o Regulamento n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Maio de 2003 e o Decreto-Lei n.º 68/2008 de 14 de Abril.

<sup>3</sup> É também designada por CIM Alto Minho e “(...) *tem como propósito fundador fazer do Alto Minho um espaço de excelência ambiental com capacidade de desenvolver uma nova conjugação de recursos e atividades turísticas, de energias renováveis, de acolhimento empresarial e de provisão de serviços de proximidade com qualidade e modernidade, que respondam aos desafios de competitividade, coesão e sustentabilidade (...) As suas principais atribuições incidem na promoção do planeamento e da gestão da estratégia do desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido; articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal; participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN); planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal.*” (MINHO, s.d.)

De uma forma muito atual, e sobre o potencial económico dos monumentos, diz Alexandre Herculano em um dos seus famosos textos, intitulado “Monumentos Pátrios”: *“Calculae quantos viajantes terão atravessado Portugal neste seculo. De certo que não vieram cá para correrem nas nossas commodas diligencias pelas nossas bellas estradas, ou navegarem nos nossos rapidos vapores pelos nossos amplos canaes; de certo que não vieram para aprenderem a agricultar com os nossos agricultores, nem a fabricar com os nossos fabricantes; mas para admirarem os mosteiros da Batalha, de Alcobaça e de Belem, a sé velha Coimbra, a cathedral, a igreja de S. Francisco e o templo romano de Evora, a matriz de Caminha e a collegiada de Guimarães, os castellos da Feira e de Almourol, e emfim, tantas obras primas de architectura que encerra este cantinho do mundo. Crêdes que esses romeiros da arte voltam da romagem aos seus lares sem dispendir muito ouro, e esqueceis que esse ouro ficou por mãos portuguesas? E falaes de economia politica, e anniquilaes o capital dos monumentos?”* (Herculano, 1838, pp. 31,32)

Potenciar este capital cultural e patrimonial implicava, porém, e em primeiro lugar, identificá-lo e conhecê-lo. Uma prévia inventariação foi efetuada e um itinerário de visitas, de trabalho de campo, foi elaborado, partindo-se, com base nele, para o terreno. A descoberta foi sem dúvida soberba e inspiradora! Mais uma vez, a opção por este Mestrado e por esta instituição se afirmava como bem sucedida, pois todo um novo mundo se desenrolava a meus pés! Estas visitas colocaram o meu *olhar* em cheque. Algumas ideias pré-concebidas ou simplesmente aceites acriticamente, influenciadas pelas teorias de preservação do património vigentes a nível nacional, foram abaladas, reencaminhando o objetivo inicial deste trabalho, de uma declarada intenção de intervenção para uma potencial e seletiva atitude de não intervenção. Para uma arquiteta este constituiu um percurso avassalador, para além de improvável.

Após o primeiro levantamento dos conjuntos monásticos do distrito de Viana do Castelo e um ajuste dos elementos previamente recolhidos, procedi à sua análise e contextualização histórica, tendo em conta momentos marcantes da vida religiosa e do panorama económico, político e social do país e da região em questão. Duas épocas foram particularmente visadas: a da fundação destes mosteiros, que ocorreu maioritariamente no período tardo-medieval, e a da sua extinção, no período do Liberalismo.

Sendo a minha formação base em Arquitetura e estando este trabalho inserido num Ramo de Mediação Patrimonial, o percurso natural, plasmado no seu objetivo inicial, seria a escolha de um caso de estudo sem utilização, e a proposta de um novo uso para

esse espaço construído. Ocorreu, porém, que após as fabulosas viagens efetuadas e respetivas descobertas, e após variadas leituras sobre o tema, esta ideia foi muito abalada pela emergência de caminhos e de soluções alternativas. Apresentando-se então como o primeiro passo de um projeto de mediação patrimonial, o estudo assumiu uma missão mais delimitada: a de refletir sobre as dinâmicas e os processos que estabeleceram a transição de um espaço religioso para um património cultural. Adicionalmente, pretendemos submeter esses processos, já recorrentes na história da arquitetura e consolidados na aplicação de novos usos para um determinado imóvel, à prova de “preocupações éticas, morais e arquitetónicas” recentes, e atuais, as quais se nos afigura necessário e pertinente debater.

Deste modo, este estudo pretende enfatizar a relevância de uma imprescindível análise prévia do património em que nos focamos, envolvendo uma abordagem multidisciplinar (Arquitetura, História, Geografia,...) e considerando as posições dos denominados “atores do património”, nem sempre convergentes, de modo a serem discutidos e apontados caminhos que, para além da sua conservação, tenham em vista uma sustentada vida futura desses lugares.

Consideramos, para tal necessário, depois de apresentadas panorâmicas e delineados conjuntos, abordar um caso mais concreto, a que aplicássemos, de forma prática, as nossas preocupações teóricas. O Mosteiro de Sanfins de Friestas constituiu a nossa escolha final, pelo deslumbramento provocado aquando da sua visita e por se tratar de um caso específico, provavelmente invulgar a nível nacional. O conjunto monástico está localizado no concelho de Valença, em local isolado, encontrando-se a Igreja conservada e as restantes alas do mosteiro em estado de ruína. Isto conduziu-nos a um debate sobre o valor das “ruínas” enquanto património a usufruir. Consideramos pertinente demonstrar as diversas posturas de arquitetos, arqueólogos e gestores, relativamente ao “prolongamento no tempo” de um estado de ruína, e de que forma e com que meios poderá ser facilitada a leitura e a interpretação destes patrimónios, por parte do seu visitante.

Esperamos que este seja um ponto de partida para outros estudos e que apartir deste inventário, seja dedicada a estes quarenta e um conjuntos monásticos, a atenção específica que lhes é devida, seja pela proposta de novos usos, seja no contínuo conhecimento da história destes patrimónios edificados, que corresponderam a outros tantos modos de vida de comunidades humanas que os habitaram. Hoje, confrontados

com novos “modos de vida”, espera-se que possam ser usufruídos por novas “comunidades”.

Embora este seja um trabalho dedicado ao atual distrito de Viana do Castelo, a forma de elaboração do inventário, a composição da base de dados e respetivas fichas identitárias poderão servir de base para uma planificação a nível nacional. É esta função, a de instrumento de trabalho que possa ser utilizado e potenciado por outros, a que orientou esta dissertação.



## **1 – INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO MONÁSTICO DO DISTRITO DE VIANA DO CASTELO**

### **1.1 Fontes e critérios para uma inventariação**

Para uma maior produtividade do trabalho de campo, foi necessário um trabalho prévio de recolha e cruzamento de informação em ordem a, em primeiro lugar, se fazer um levantamento exaustivo dos conjuntos monásticos a recensear. O livro de Bernardo de Vasconcelos e Sousa, intitulado *Ordens Religiosas em Portugal, Das Origens a Trento - Guia Histórico* (Lisboa, 2006), revelou-se uma ferramenta de trabalho essencial para a compreensão do panorama do mundo monástico em Portugal, pelos seus textos introdutórios, pela cartografia apresentada, pelos quadros identificativos de cada mosteiro e pela respetiva bibliografia.

No entanto, como a publicação deste livro data de 2006 e o seu universo tem como limite os conjuntos monásticos criados até ao Concílio de Trento (1545-1563), foram necessárias outras fontes para a obtenção do número total de conjuntos atualmente existentes. Para essa tarefa, revelaram-se fundamentais os inventários disponibilizados pelas seguintes instituições públicas e consultados durante todo o período de execução deste estudo:

- SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico  
(gerido pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.)

<http://www.monumentos.pt/>

- Direção Geral do Património Cultural

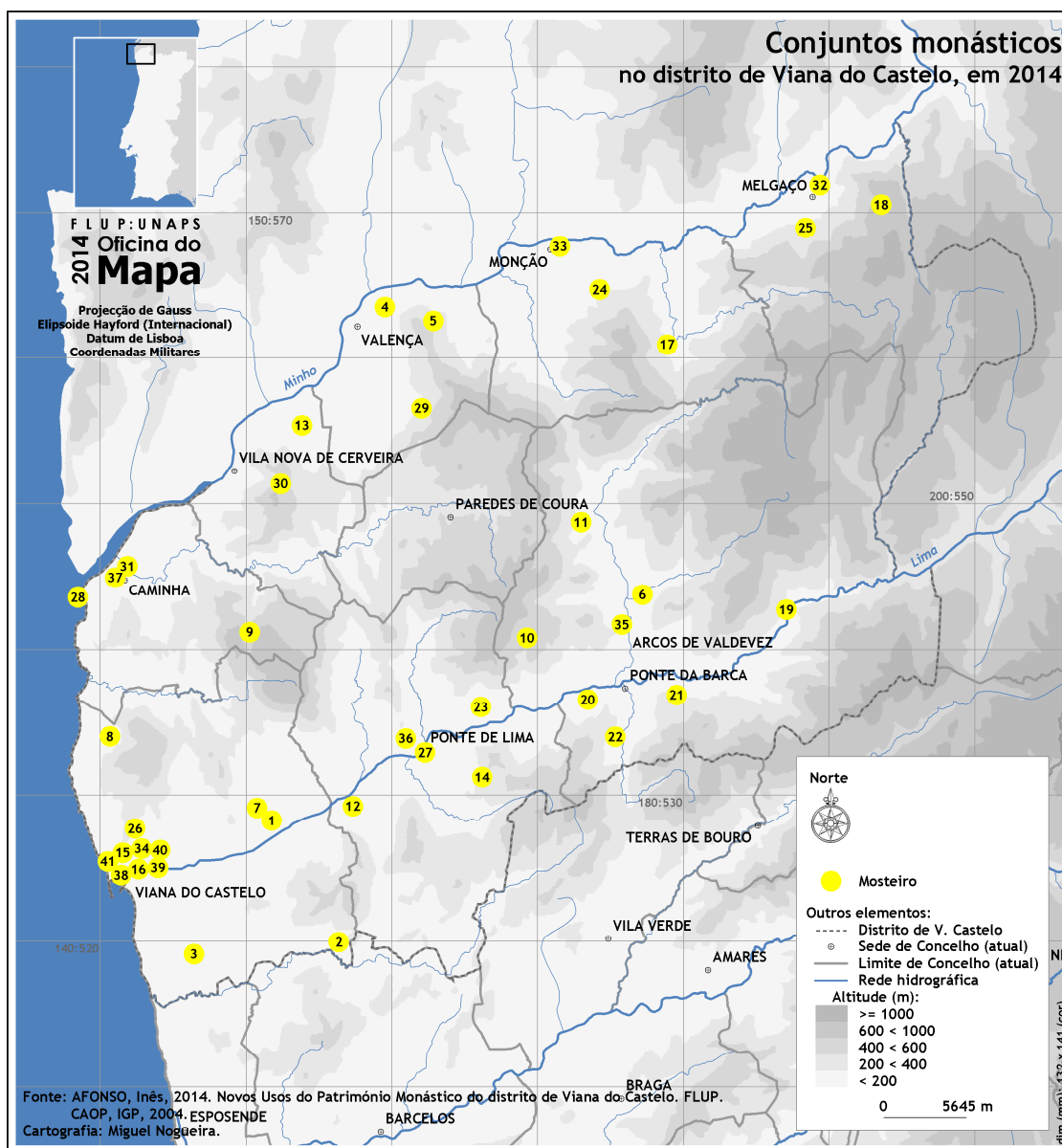
<http://www.patrimoniocultural.pt/>

- Direção Geral de Arquivos

<http://dgarq.gov.pt/>

Foram também consultados inventários de património imóvel de cada concelho. No total identificamos 41 conjuntos monásticos. Os itens que nos pareceram pertinentes para elaboração de uma tabela que compilasse a informação foram os seguintes: Denominação, Ordem, Ramo, Data de fundação, Data de Extinção, Localização (distrito, concelho, freguesia, coordenadas gps), Usos (atuais), Proprietários e Classificação. Esta base de dados só ficou completa após as visitas feitas aos locais, para confirmação dos conteúdos recolhidos e preenchimento de alguns itens, principalmente no que diz respeito aos seus usos atuais. A partir das coordenadas gps recolhidas, foi utilizado como software

o Google Earth, que permitiu a marcação de todos os conjuntos monásticos no espaço, e assim perceber a disposição destes no território do Alto-Minho. Resultou muito notória a concentração de mosteiros em torno da cidade de Viana do Castelo. A restante disposição espacial revela como predominantemente, os cursos do Rio Lima e Rio Minho, como se pode ver pelo Mapa 1.



1 - Mosteiro do Salvador da Torre : 2 - Mosteiro de Santa Maria do Carvoeiro : 3 - Mosteiro de São Romão do Neiva : 4 - Mosteiro do Salvador de Ganfel : 5 - Mosteiro de Sanfins de Friestas : 6 - Mosteiro de São Cosme e São Damião de Ázere : 7 - Mosteiro de São Cláudio de Nogueira : 8 - Mosteiro de São João de Cabanas : 9 - Mosteiro de São João de Arga : 10 - Mosteiro de Santa Maria de Miranda : 11 - Mosteiro de S. Salvador de Sabadim : 12 - Mosteiro do Salvador de Vitorino das Donas : 13 - Mosteiro de Santa Maria de Valboa : 14 - Mosteiro de Santa Marta de Serdedelo das Donas : 15 - Mosteiro de Santa Ana de Viana do Castelo : 16 - Mosteiro de São Bento de Viana do Castelo : 17 - Mosteiro de Merufe : 18 - Mosteiro de Santa Maria de Flães : 19 - Mosteiro de Santa Maria de Ermelo : 20 - Mosteiro do Salvador de Bravães : 21 - Mosteiro de Santa Maria de Vila Nova de Muia : 22 - Mosteiro de São Martinho de Crasto : 23 - Mosteiro de Santa Maria de Refóios do Lima : 24 - Mosteiro de São João de Longos Vales : 25 - Convento do Salvador de Paderne : 26 - Convento de São Francisco do Monte de Viana do Castelo : 27 - Convento de Santo António de Ponte de Lima : 28 - Convento de Nossa Senhora da Insua de Caminha : 29 - Convento de Santa Maria do Mosteiro de Valença : 30 - Convento de São Paio dos Milagres de Vila Nova de Cerveira : 31 - Convento de Santo António : 32 - Convento de Nossa Senhora da Conceição : 33 - Convento de São Bento e de Nossa Senhora da Glória : 34 - Convento de Santo António : 35 - Convento de S. Bento : 36 - Convento de São Francisco de Vale de Pereiras : 37 - Convento de Nossa Senhora da Misericórdia de Caminha : 38 - Convento de São Domingos : 39 - Convento de Nossa Senhora do Carmo : 40 - Convento das Carmelitas : 41 - Convento de Religiosas Ursulinas

Mapa 1 \_ Conjuntos monásticos no distrito de Viana do Castelo em 2014

Fonte: Base de Dados

A partir destes dados foi possível organizar as visitas de campo a cada conjunto monástico. Dado o extenso número de conjuntos e a extensão do território, estes foram agrupados de modo a tornar as viagens mais produtivas.

A cada conjunto monástico foi atribuído um número, que está referido na base de dados, a que corresponde uma ficha identitária. Esse número constituirá a base de identificação desses conjuntos ao longo do texto.

## 1.2 BASE DE DADOS

---

## BASE DE DADOS . Conjuntos monásticos do distrito de Viana do Castelo .

	Denomin.	Ordem (F/M)	Data Fundação	Data Extinção	Localização (Dist. Conc. Freg., gps)	Usos	Proprietários	Classificação
1	Mosteiro do Salvador da Torre	São Bento Masculino	? - Séc. IX / X	1564	Viana do Castelo, Viana do Castelo, UF Torre e Vila Mou N41.722207°, W8.713374°	Igreja - Culto Restantes Alas - Uso residencial	Igreja - Privado ( Igreja Catól.) Restantes Alas - Privado	
2	Mosteiro de Santa Maria do Carvoeiro	São Bento Masculino	Séc. XI	1834	Viana do Castelo, Viana do Castelo, UF Barrocelas e Carvoeiro N41.647304°, W8.657324°	Igreja - Culto Restantes Alas - Uso residencial (Casa Paroquial) e agrícola (casa de apoio à lavoura)	Conjunto - Privado ( Igreja Catól.)	
3	Mosteiro de São Romão do Neiva	São Bento Masculino	Séc. XI	1834	Viana do Castelo, Viana do Castelo, São Romão do Neiva, N41.639350°, W8.776433°	Igreja - Culto Restantes Alas - Uso residencial e outra parte sem utilização	Igreja - Privado ( Igreja Catól.) Restantes Alas - Privado	Em vias de classificação
4	Mosteiro do Salvador de Ganfei	São Bento Masculino	? - Séc. XI	1834	Viana do Castelo, Valença, Ganfei, N42.039886°, W8.622356°	Igreja - Culto Restantes Alas - Uso agrícola e outra parte sem utilização	Igreja - Privado ( Igreja Catól.) Restantes Alas - Privado	IIP - Igreja, Claustro e elementos da cerca
5	Mosteiro de Sanfins de Friestas	São Bento Masculino	? - Séc. XI	1759	Viana do Castelo, Valença, UF Gondomil e Safins N42.031418°, W8.582168°	Conjunto - Sem utilização	Conjunto - Público	Igreja - MN
6	Mosteiro de São Cosme e São Damião de Ázere	São Bento Masculino	? - Séc. XII	Séc. XV	Viana do Castelo, Arcos de Valdevez, Aboim das Choças N41.862873°, W8.408247°	Igreja - Culto Restantes Alas - Uso residencial	Igreja - Privado ( Igreja Catól.) Restantes Alas - Privado	
7	Mosteiro de São Cláudio de Nogueira	São Bento Masculino	Séc. XI	Séc. XVI	Viana do Castelo, Viana do Castelo, UF Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda N41.729939°, W8.725311°	Igreja - Culto	Igreja - Público	Igreja - MN
8	Mosteiro de São João de Cabanas	São Bento Masculino	Séc. VI	1834	Viana do Castelo, Viana do Castelo, Afife N41.773284°, W8.847000°	Igreja - Culto Restantes Alas - Uso residencial	Conjunto - Privado	Conjunto - IIP
9	Mosteiro de São João de Arga	São Bento Masculino	? -Séc. XII	1834	Viana do Castelo, Caminha, UF de Arga N41.838416°, W8.732385°	Igreja - Culto (Santuário de São João de Arga) Restantes Alas - Uso religioso (apoio ao santuário)	Conjunto - Privado ( Igreja Catól.)	Conjunto - MN
10	Mosteiro de Santa Maria de Miranda	São Bento Masculino	?-Séc. XIII	1834	Viana do Castelo, Arcos de Valdevez, Miranda N41.835827°, W8.503209°	Igreja - Culto Restantes Alas - Uso residencial (duas casas)	Conjunto - Privado ( Igreja Catól.)	

## BASE DE DADOS . Conjuntos monásticos do distrito de Viana do Castelo .

	Denomin.	Ordem (F/M)	Data Fundação	Data Extinção	Localização (Dist. Conc. Freg., gps)	Usos	Proprietários	Classificação
11	Mosteiro de S.Salvador de Sabadim	São Bento Masculino	?	?	Viana do Castelo, Arcos de Valdevez, Sabadim N41.907358°, W8.459183°	Igreja - Culto	Igreja - Privado ( Igreja Catól.)	
12	Mosteiro do Salvador de Vitorino das Donas	São Bento Feminino	Séc. XI	1589	Viana do Castelo, Ponte de Lima, Vitorino das Donas N41.731393°, W8.646320°	Igreja - Culto Restantes Alas - Funções residenciais	Igreja - Privado ( Igreja Catól.) Restantes Alas - Privado	
13	Mosteiro de Santa Maria de Valboa	São Bento Feminino	Séc. XI	Séc. XVI	Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira, UF de Campos e Vila Meã N41.966363°, W8.690298°	Igreja - Culto (Capela de Santa Luzia)	Igreja - Privado ( Igreja Catól.)	Igreja - IIP
14	Mosteiro de Santa Marta de Serdedelo das Donas	São Bento Feminino	1ª ref . XIII	1471	Viana do Castelo, Ponte de Lima, Serdedelo N41.749849°, W8.539914°	Igreja - Culto	Igreja - Privado ( Igreja Catól.)	
15	Mosteiro de Santa Ana de Viana do Castelo	São Bento Feminino	Séc. XVI	1895	Viana do Castelo, Viana do Castelo, UF Santa Maria Maior e Monserrate N41.695467°, W8.829629°	Igreja - Culto Restantes Alas - Uso assistencial (Lar da Congregação de Nossa Senhora da Caridade)	Conjunto - Privado	Incluído na ZEP do Palácio dos Viscondes da Carreira
16	Mosteiro de São Bento de Viana do Castelo	São Bento Feminino	Séc. XVI	1891	Viana do Castelo, Viana do Castelo, UF Santa Maria Maior e Monserrate N41.694734°, W8.824052°	Igreja - Culto Restantes Alas - Uso residencial	Conjunto - Privado ( Igreja Catól.)	Procedimento caducado - sem proteção legal
17	Mosteiro de Merufe	São Bento Feminino	? - Séc. XII / Séc XIII	1461	Viana do Castelo, Monção, Merufe N42.017353°, W8.388278°	Igreja - Culto	Igreja - Privado ( Igreja Catól.)	
18	Mosteiro de Santa Maria de Fiães	Cister Masculino	Séc. IX	1834	Viana do Castelo, Melgaço, Fiães N42.104035°, W8.211137°	Igreja - Culto	Igreja - Público	Igreja - MN
19	Mosteiro de Santa Maria de Ermelo	Cister Masculino	Séc. XII	1560	Viana do Castelo, Arcos de Valdevez, UF de São Jorge e Ermelo N41.853682°, W8.289270°	Igreja - Culto Restantes Alas - Uso associativo (junta de freguesia, casa da habitação e uma confraria)	Igreja - Privado ( Igreja Catól.)	Igreja - MN
20	Mosteiro do Salvador de Bravães	Cónegos Regrantes de Santo Agostinho Masculino	Séc. XI	1434	Viana do Castelo, Ponte da Barca, Bravães N41.797848°, W8.452977°	Igreja - Culto	Igreja - Público	Igreja - MN

## BASE DE DADOS . Conjuntos monásticos do distrito de Viana do Castelo .

	Denomin.	Ordem (F/M)	Data Fundação	Data Extinção	Localização (Dist. Conc. Freg., gps)	Usos	Proprietários	Classificação
21	Mosteiro de Santa Maria de Vila Nova de Muía	Cónegos Regrantes de Santo Agostinho Masculino	Séc. XII	1834	Viana do Castelo, Ponte da Barca, UF de Ponte da Barca, Vila Nova de Muía e Paço Vedro de Magalhães N41.800904°, W8.379815°	Igreja - Culto Restantes Alas - Uso agrícola	Igreja - Privado ( Igreja Catól.) Restantes Alas - Privado	Igreja e Torre - IIP
22	Mosteiro de São Martinho de Crasto	Cónegos Regrantes de Santo Agostinho Masculino	Séc. XII	1834	Viana do Castelo, Ponte da Barca, UF de Crasto, Ruivos e Grovelas N41.774878°, W8.430295	Igreja - Culto	Igreja - Privado ( Igreja Catól.)	Igreja- MN
23	Mosteiro de Santa Maria de Refóios do Lima	Cónegos Regrantes de Santo Agostinho Masculino	Séc. XI / Séc. XII	1834	Viana do Castelo, Ponte de Lima, Refóios do Lima N41.793023°, W8.541360°	Igreja - Culto Restantes Alas -Uso educativo (Escola Sup. Agrária)	Igreja - Privado Restantes Alas - Público	Conjunto - IIP
24	Mosteiro de São João de Longos Vales	Cónegos Regrantes de Santo Agostinho Masculino	Séc. XII	1834	Viana do Castelo, Monção, Longos Vales N42.051148°, W8.444521°	Igreja - Culto Restantes Alas - Sem utilização	Igreja - Público Restantes Alas - Privado	Capela- mor da Igreja - MN
25	Convento do Salvador de Paderne	Cónegos Regrantes de Santo Agostinho Masculino	Séc. XI	1770	Viana do Castelo, Melgaço, Paderne N42.089614°, W8.273987°	Igreja - Culto Restantes Alas - Uso residencial e agrícola	Igreja - Público Restantes Alas - Privado	Trechos da Igreja MN Conjunto - IIP
26	Convento de São Francisco do Monte de Viana do Castelo	Frades Menores (Franciscano Observante) Masculino	Séc. XIV	1834	Viana do Castelo, Viana do Castelo, UF Viana do Castelo e Meadela N41.716604°, W8.825748	Conjunto - sem utilização	Conjunto - Público	Procedimento encerrado, arquivado - sem proteção legal
27	Convento de Santo António de Ponte de Lima	Frades Menores (Franciscano Observante) Masculino	Séc. XV	1834	Viana do Castelo, Ponte de Lima, UF Arca e Ponte de Lima N41.764711°, W8.586994°	Conjunto - Uso cultural (Museu dos Terceiros)	Igreja - Público Restantes Alas- Privado (Ordem Terceira)	Em vias de classificação
28	Convento de Nossa Senhora da Ínsua de Caminha	Frades Menores (Franciscano Observante) Masculino	Séc. XIV	1834	Viana do Castelo, Caminha, UF de Moledo e Cristelo N41.859082°, W8.874590°	Conjunto integrado no Forte da Ínsua - sem utilização	Conjunto - Público	Incluído na Zona de Proteção do Forte da Ínsua
29	Convento de Santa Maria do Mosteiro de Valença	Frades Menores (Franciscano Observante) Masculino	Séc. XIV	1834	Viana do Castelo, Valença, Cerdal N41.977416°, W8.591411°	Igreja - Culto Restantes Alas - Uso residencial e outra parte sem utilização	Igreja -Privado ( Igreja Catól.) Restantes Alas - Privado	Em vias de classificação
30	Convento de São Paio dos Milagres	Frades Menores (Franciscano) Masculino	Séc. XIV	1834	Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira, Loivo N41.930106°, W8.707666°	Conjunto - Uso residencial e cultural (Museu com o acervo do escultor José Rodrigues)	Conjunto - Privado	

## BASE DE DADOS . Conjuntos monásticos do distrito de Viana do Castelo .

	Denomin.	Ordem (F/M)	Data Fundação	Data Extinção	Localização (Dist. Conc. Freg., gps)	Usos	Proprietários	Classificação
31	Convento de Santo António	Frades Menores (Franciscano) Masculino	Séc. XVII	1834	Viana do Castelo, Caminha, UF de Caminha e Vilarelho N41.872819°, W8.838461°	Igreja - Culto Restantes Alas - Uso assistencial (Lar de Idosos e Jardim de Infância)	Conjunto - Privado ( Igreja Catól.)	Incluído na Zona Arqueológica principal de Caminha
32	Convento de Nossa Senhora da Conceição	Frades Menores (Franciscano) Capuchos Masculino	Séc. XVIII	1834	Viana do Castelo, Melgaço, UF de Vila e Roussas N42.115980°, W8.262166°	Igreja - Culto Restantes Alas - Sem utilização	Igreja-Privado ( Igreja Catól.) Restantes Alas - Privado	
33	Convento de São Bento e de Nossa Senhora da Glória	Frades Menores (Franciscano) Capuchos Masculino	Séc. XVIII	1834	Viana do Castelo, Monção, UF de Monção e Troviscoso N42.077588°, W8.477541°	Igreja - Culto Mosteiro - Uso hoteleiro (Hotel Rural Convento dos Capuchos)	Igreja-Privado ( Igreja Catól.) Restantes Alas - Privado	Igreja - IIP Restantes Alas - Procedimento caducado-sem proteção legal
34	Convento de Santo António	Frades Menores (Franciscano) Capuchos Masculino	Séc. XVII	1834	Viana do Castelo, Viana do Castelo, UF de Viana do Castelo e Meadela N41.697719°, W8.827902°	Igreja - Devoluta Restantes Alas - Uso assistencial (Centro Social e Paroquial de Santa Maria Maior)	Conjunto - Privado ( Igreja Catól.)	Em vias de classificação
35	Convento de S.Bento	Frades Menores (Franciscano) Capuchos Masculino	Séc. XVII	1834	Viana do Castelo, Arcos de Valdevez, UF de Salvador, Vila Fonche e Parada N41.844181°, W8.425022°	Igreja - Culto	Igreja - Privado ( Igreja Catól.)	
36	Convento de São Francisco de Vale de Pereiras	Frades Menores Feminino	Séc. XIV	? - última ref. em 1847	Viana do Castelo, Ponte de Lima, Arcozelo - N41.773313°, W8.603037°	Igreja - Culto Restantes Alas - Uso hoteleiro (Turismo de habitação - Quinta Val de Pereiras)	Conjunto - Privado	
37	Convento de Nossa Senhora da Misericórdia de Caminha	Frades Menores Feminino	Séc. XVI	1889	Viana do Castelo, Caminha, Matriz N41.871866°, W8.841541°	Conjunto - Uso educativo (Escola Artística e Tecnológica e Profissional do Vale do Minho)	Conjunto - Privado	
38	Convento de São Domingos	Pregadores (Dominicanos) Masculino	Séc. XVI	1834	Viana do Castelo, Viana do Castelo, UF de Viana do Castelo e Meadela N41.691415°, W8.834393°	Igreja - Culto Restantes Alas - Uso religioso, associativo e educativo	Conjunto - Público	Igreja - MN - Conjunto inserido em ZEP
39	Convento de Nossa Senhora do Carmo	Irmãos Descalços de Nossa Senhora do Monte do Carmo (Carmelitas) Masculino	Séc. XVII	1834	Viana do Castelo, Viana do Castelo, UF de Viana do Castelo e Meadela N41.696788°, W8.823018°	Igreja - Culto Restantes Alas - Uso religioso, educativo e hoteleiro	Conjunto - Privado ( Igreja Catól.)	Igreja, Claustro e Capela - IIP



## BASE DE DADOS . Conjuntos monásticos do distrito de Viana do Castelo .

	Denomin.	Ordem (F/M)	Data Fundação	Data Extinção	Localização (Dist. Conc. Freg., gps)	Usos	Proprietários	Classificação
40	Convento das Carmelitas	Irmãs Carmelitas Descalças Feminino	Séc. XVIII	1890	Viana do Castelo, Viana do Castelo, UF de Viana do Castelo e Meadela N41.699583°, W8.821231°	Igreja - Culto Restantes Alas - Uso assistencial (Lar de Santa Teresa)	Conjunto - Público	
41	Convento de Religiosas Ursulinas	Ursulinas Feminino	1778	? - 1886	Viana do Castelo, Viana do Castelo, UF de Viana do Castelo e Meadela N41.696256°, W8.834913°	Igreja - Culto Restantes Alas - Uso religioso (Seminário da Congregação do Espírito Santo)	Conjunto-Privado	

### 1.3 FICHAS IDENTITÁRIAS

---

---

## MOSTEIRO DO SALVADOR DA TORRE

---

1

**Ordem :** São Bento, Masculino

---

**Classificação :** Não tem

---

**Localização :** Viana do Castelo, Viana do Castelo, União de Freguesias Torre e Vila Mou, N41.722207°, W8.713374°

---

Envolvido por algum edificado disperso da freguesia, cemitério adjacente

---

**Usos :** IGREJA – Culto, RESTANTES ALAS - Uso residencial

---

**Proprietários :** IGREJA – Privado (Igreja Católica), RESTANTES ALAS – Privado

---

**Acessibilidade :** A cerca de 16km do centro de Viana do Castelo

---

Rua e passeios pavimentados, boas condições para circulação automóvel e pedonal

---

### **Estado de conservação do imóvel :**

A igreja encontra-se em excelente estado de conservação, bem como os seus arranjos exteriores. Não nos foi possível visitar o interior porque se encontrava encerrada. A ala existente do mosteiro, utilizada para funções residenciais apresenta sinais de degradação exteriores ao nível dos rebocos das paredes, caixilharias e cobertura.

---



---

Não se encontrava ninguém no local, só os presumíveis habitantes do mosteiro, que nos olhavam com muita desconfiança, o que não nos permitiu avistar atentamente as construções existentes.

---

**Data da visita : 8 de Dezembro de 2013**

---

---

## MOSTEIRO DE SANTA MARIA DO CARVOEIRO

---

2

**Ordem :** São Bento, Masculino

---

**Classificação :** Não tem

---

**Localização :** Viana do Castelo, Viana do Castelo, União de Freguesias de Barroelas e Carvoeiro  
N41.647304°, W8.657324°

Próximo do edificado da freguesia, cemitério adjacente em contacto direto com a Igreja e com as suas entradas laterais

---

**Usos :** IGREJA – Culto, RESTANTES ALAS – Uso residencial (Casa Paroquial) e agrícola (casa de apoio à lavoura)

---

**Proprietários :** CONJUNTO – Privado (Igreja Católica)

---

**Acessibilidade :**

Rua e passeios pavimentados, boas condições para circulação automóvel e pedonal

---

**Estado de conservação do imóvel :**

Não nos foi possível visitar o interior da Igreja e do Mosteiro porque se encontravam fechados. Razoável estado de conservação exterior ao nível das coberturas, cantarias e caixilharias, mas rebocos exteriores das paredes danificados.

---



---

As condições cimatéricas não eram as mais favoráveis, a quantidade de água que circulava sob o adro da Igreja e desembocava num ribeiro era imensa e com grande intensidade! Daí se percebe a fertilidade dos campos adjacentes.

---

**Data da visita :** 4 de Janeiro de 2014

---

---

## MOSTEIRO DE SÃO ROMÃO DO NEIVA

---

3

**Ordem :** São Bento, Masculino

**Classificação :** Em vias de classificação (Homologado como IIP, Despacho de 26 Set. 1980)

**Localização :** Viana do Castelo, Viana do Castelo, São Romão do Neiva N41.63935°, W8.776433°  
Próximo do edificado da freguesia, cemitério adjacente em contacto direto com a Igreja e com as suas entradas laterais

**Usos :** IGREJA – Culto, RESTANTES ALAS - Uso residencial e outra parte sem utilização

**Proprietários :** IGREJA – Privado (Igreja Católica), RESTANTES ALAS - Privado

**Acessibilidade :**

Rua e passeios pavimentados, boas condições para circulação automóvel e pedonal

**Estado de conservação do imóvel :**

Não nos foi possível visitar o interior da Igreja e do Mosteiro porque se encontravam fechados. Bom estado de conservação exterior da Igreja. Péssimo estado de conservação exterior das restantes alas ao nível das coberturas, cantarias e caixilharias e rebocos exteriores das paredes.

---



---

A fachada principal da Igreja encontra-se orientada para o Monte Crasto e respetivo escadório, e para a capela com o mesmo nome.

**Data da visita :** 4 de Janeiro de 2014

---



---

## MOSTEIRO DO SALVADOR DE GANFEI

---

4

**Ordem :** São Bento, Masculino

---

**Classificação :** IIP - Igreja – Dec. nº 40684, DG 146 de 1956,

IIP - Claustro e elementos da cerca - Dec. Nº 44075, DG 281 de 1961

---

**Localização :** Viana do Castelo, Valença, Ganfei, N42.039886°, W8.622356°

Próximo do edificado da freguesia

Cemitério adjacente à Igreja e em contacto direto com a cerca do mosteiro

---

**Usos :** IGREJA – Culto, RESTANTES ALAS - Uso agrícola e outra parte sem utilização

---

**Proprietários :** IGREJA - Privado ( Igreja Católica), RESTANTES ALAS - Privado

---

**Acessibilidade :** A cerca de 2,5 km do centro de Valença

Na freguesia, rua e passeios pavimentados, boas condições para circulação automóvel e pedonal

---

### **Estado de conservação do imóvel :**

Não nos foi possível visitar o interior da Igreja e das restantes alas porque se encontravam fechadas. Ainda estão presentes todas as alas que envolvem o claustro. Todas as alas têm cobertura e respetiva estrutura, mas apresentam sérios danos exteriores. As caixilharias estão danificadas (só as que se avistam do terreiro parecem ser alvo de manutenção). Os rebocos das paredes exteriores estão danificados (só os que se avistam do terreiro parecem ser alvo de manutenção).

---



---

Senhor que se encontrava no cemitério : *“Eu ainda me lembro quando era pequeno e saíamos da missa e íamos para a porta em frente e os caseiros do mosteiro nos deixavam entrar para brincar, fazíamos teatros...e a propriedade é tão grande, deixavam-nos atalhar caminho para não termos de dar a volta à freguesia. (...) Ouvi falar que há uns anos pensaram transformar o mosteiro num hotel, com pista para helicópteros e tudo, mas depois não se concretizou.”*

---

**Data da visita :** 17 de Novembro de 2013

---

---

## MOSTEIRO DE SANFINS DE FRIESTAS

---

5

**Ordem :** São Bento, Masculino

---

**Classificação :** Igreja - MN – Dec. nº 14425, DG 228 de 1927

---

**Localização :** Viana do Castelo, Valença, União de Freguesias de Gondomil e Sanfins  
N42.031418°, W8.582168°

---

Afastado do edificado da freguesia, em local isolado, montanhoso

---

**Usos :** CONJUNTO - Sem utilização

---

**Proprietários :** IGREJA – Público Estatal , RESTANTES ALAS – Público Municipal

---

**Acessibilidade :** A cerca de 2 km de Friestas, a cerca de 9 km de Valença

---

A cerca de 1km acesso restrito à circulação automóvel, percurso acidentado, em saibro

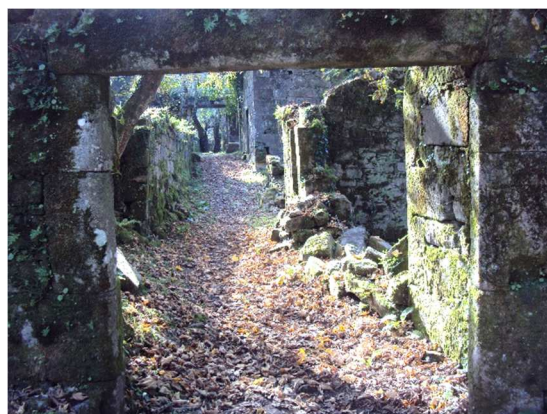
---

### **Estado de conservação do imóvel :**

Não nos foi possível visitar a Igreja porque se encontra fechada. A igreja é a que apresenta o melhor estado de conservação, com todos os seus elementos constituintes.

As diversas alas encontram-se em ruínas, sem coberturas, sem caixilharias, só com algumas paredes exteriores, escadas, arcos e muros.

---



---

Não estava ninguém no local, só passou por nós um ciclista a alta velocidade. Recomenda-se a intensivamente a visita em dias solarengos e com calçado resistente!

---

**Data da visita :** 17 de Novembro de 2013

---



---

## MOSTEIRO DE SÃO COSME E SÃO DAMIÃO DE ÁZERE

---

6

**Ordem :** São Bento, Masculino

---

**Classificação :** Não tem

---

**Localização :** Viana do Castelo, Arcos de Valdevez, Aboim das Choças, N41.862873°, W8.408247°

---

Envolvido pelo edificado disperso da freguesia

---

**Usos :** IGREJA – Culto , RESTANTES ALAS – Uso residencial

---

**Proprietários :** IGREJA - Privado (Igreja Católica), RESTANTES ALAS – Privado

---

**Acessibilidade :** A cerca de 3km de Arcos de Valdevez

---

Rua e passeios pavimentados, boas condições para circulação automóvel e pedonal

---

### **Estado de conservação do imóvel :**

A igreja apresenta bom estado de conservação exterior, no entanto não foi possível visitar a sua envolvente e o seu interior porque estava fechada. O que resta do mosteiro foi cuidadosamente restaurado por privados para funções residenciais.

---



---

O espaço envolvente à igreja é murado o que não permite a sua aproximação. Tivemos a sorte de encontrar o dono da ala conventual, a sua atual residência, que gentilmente e com muito orgulho nos mostrou o interior do lote, as obras de restauro que tem efetuado aos poucos e poucos e as que ainda pensa efetuar. Mostrou-nos alguns detalhes que tornam estas construções tão interessantes, como a existência de uma porta antiga de duas folhas sem dobradiças, funcionando como “pivot” e algumas marcas deixadas nas pedras, efetuadas pelos mestres pedreiros de então.

---

**Data da visita : 30 de Novembro de 2013**

---



---

## MOSTEIRO DE SÃO CLÁUDIO DE NOGUEIRA

---

7

**Ordem :** São Bento, Masculino

**Classificação :** IGREJA - MN - DL 16.06.1910, DG 136 de 1910

**Localização :** Viana do Castelo, Viana do Castelo, União de Freguesias de Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda, N41.729939°, W8.725311°

Um pouco à margem do edificado muito disperso da freguesia

**Usos :** IGREJA – Culto

**Proprietários :** IGREJA - Público

**Acessibilidade :** A cerca de 12km de Viana do Castelo

Rua pavimentada, boas condições para circulação automóvel e pedonal

**Estado de conservação do imóvel :**

A igreja apresenta razoável estado de conservação exterior, no entanto não foi possível visitar o seu interior porque estava fechada.

---



2

É possível avistar a Igreja através da auto-estrada A27 (Viana do Castelo – Ponte da Barca/Arcos de Valdevez) que está implantada muito próxima.

**Data da visita : 8 de Abril de 2014**

---

## MOSTEIRO DE SÃO JOÃO DE CABANAS

8

**Ordem :** São Bento, Masculino

**Classificação :** CONJUNTO - IIP - Dec. Nº 67/97, DR 301 de 1997

**Localização :** Viana do Castelo, Viana do Castelo, Afife, N41.773284°, W8.847°

Envolvido pelo edificado disperso da freguesia

**Usos :** IGREJA – Culto, RESTANTES ALAS – Uso residencial

**Proprietários :** CONJUNTO – Privado

**Acessibilidade :** A cerca de 2,4km de Afife, a cerca de 11km do centro de Viana do Castelo

Rua e passeios pavimentados, boas condições para circulação automóvel e pedonal

### **Estado de conservação do imóvel :**

A igreja apresenta mau estado de conservação exterior principalmente ao nível dos rebocos das paredes. As restantes alas apresentam razoável estado de conservação exterior, no entanto não foi possível visitar o seu interior porque são ambos propriedade privada.



A envolvente e a implantação deste conjunto são sem dúvida impactantes. Este não se vislumbra de longe, tal é a densidade da vegetação que o rodeia, tornando o momento de chegada mais poderoso. É um lugar, a meu ver, misterioso, o ribeiro que o limita encarrega-se de produzir uma sonoridade intensa, os altos muros de granito e a vegetação, alimentam a curiosidade e os azulejos com os poemas de Pedro Homem de Mello humanizam e dão escala a este “ambiente irreal”<sup>1</sup>.

**Data da visita : 8 de Dezembro de 2013**

<sup>1</sup> “Neste ambiente irreal de Cabanas, no secular mosteiro junto ao ribeiro de águas cristalinas, a sombra da magnólia-guardiã, se inspirou o poeta para as suas mais belas poesias!” – Inscrição em azulejo na fachada principal colocado em Junho de 2004 pela da Comissão do Centenário.



---

## MOSTEIRO DE SÃO JOÃO DE ARGÁ

---

9

**Ordem :** São Bento, Masculino

**Classificação :** CONJUNTO - MN - Decreto n.º 18/2013, DR, 1.ª Série, n.º 119 de 24 junho 2013

**Localização :** Viana do Castelo, Caminha, União de Freguesias de Argá ( Baixo, Cima e São João)  
N41.838416°, W8.732385°

Afastado do edificado da freguesia, em local isolado, montanhoso

**Usos :** IGREJA - Culto (Santuário de São João de Argá), RESTANTES ALAS – Uso religioso - apoio ao santuário

**Proprietários :** CONJUNTO – Privado (igreja Católica)

**Acessibilidade :** A cerca de 3 km do edificado mais próximo (Argá de Baixo) e a cerca de 15,4 km de Caminha

Boas condições para a circulação automóvel, com sinalética eficaz

**Estado de conservação do imóvel :**

A capela e mosteiro apresentam bom estado de conservação exterior, sendo notórios os trabalhos de manutenção relativamente às coberturas e rebocos exteriores.

---



---

A envolvente e implantação atribuem espectacularidade a este espaço. Ser uma manhã solarenga de Inverno também contribuiu. A sonoridade é mais uma vez marcada pelo correr da água. O granito impera na construção, as guardas das varandas são um elemento caracterizador deste local, com peças de cerca de 2m de comprimento. Aconselha-se vivamente a visita. É muitas vezes referida a monumental romaria no final do mês de Agosto.

---

**Data da visita : 8 de Dezembro de 2013**

---

---

## MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE MIRANDA

---

10

**Ordem :** São Bento, Masculino

---

**Classificação :** Não tem

---

**Localização :** Viana do Castelo, Arcos de Valdevez, Miranda, N41.835827°, W8.503209°

---

Envolvido no edificado da freguesia, em local montanhoso

---

**Usos :** IGREJA - Culto , RESTANTES ALAS (Duas casas) – Uso residencial

---

**Proprietários :** CONJUNTO – Privado (igreja Católica)

---

**Acessibilidade :** A cerca de 9 km do edificado populoso mais próximo (Refóios do Lima)

---

Condições razoáveis para a circulação automóvel, estradas sinuosas e estreitas

---

**Estado de conservação do imóvel :**

Não nos foi possível visitar o interior porque a Igreja e as duas casas encontravam-se fechadas.

Ambas apresentam bom estado de conservação exterior.

---



---

Miranda localiza-se numa zona bastante montanhosa, percurso marcado por paisagens naturais muito ricas e com topografia variada.

---

**Data da visita :** 8 de Abril de 2014

---

---

## MOSTEIRO DE SALVADOR DE SABADIM

---

11

**Ordem :** São Bento, Masculino

---

**Classificação :** Não tem

---

**Localização :** Viana do Castelo, Arcos de Valdevez, Sabadim, N41.907358°, W8.459183°

---

Envolvido pelo edificado muito disperso da freguesia, junto do cemitério

---

**Usos :** IGREJA – Culto

---

**Proprietários :** IGREJA – Privado (Igreja Católica)

---

**Acessibilidade :** A cerca de 9km do centro dos Arcos de Valdevez

---

Ruas pavimentadas, condições razoáveis para circulação automóvel

---

### **Estado de conservação do imóvel :**

Não nos foi possível entrar na Igreja porque esta se encontrava fechada. O exterior da igreja e o espaço envolvente demonstravam obras de conservação recentes. Em alguns locais das paredes exteriores da Igreja foram colocados materiais não coerentes com a restante construção, como é o caso de uma parte da cornija do lado Norte, que apresenta uma pintura “a imitar” granito e respetivas juntas.

---



---

Na cabeceira da Igreja está encastrado um nicho com a imagem de Nossa Senhora dos Remédios, e como a Igreja se encontra a uma cota mais alta, esta parece estar a “olhar” pela freguesia.

---

**Data da visita :** 14 de Abril de 2014

---



---

## MOSTEIRO DO SALVADOR DE VITORINO DAS DONAS

---

12

**Ordem :** São Bento, Feminino

**Classificação :** Não tem

**Localização :** Viana do Castelo, Ponte de Lima, Vitorino das Donas, N41.731393°, W8.64632°

Envolvido pelo edificado da freguesia, junto do cemitério

**Usos :** IGREJA – Culto, RESTANTES ALAS – Uso residencial

**Proprietários :** IGREJA – Privado (Igreja Católica), RESTANTES ALAS – Privado

**Acessibilidade :** A cerca de 7km do centro de Ponte de Lima

Rua e passeios pavimentados, boas condições para circulação automóvel e pedonal

**Estado de conservação do imóvel :**

A igreja apresenta bom estado de conservação exterior, no entanto não foi possível visitar o seu interior porque estava fechada. A ala esquerda da Igreja apresenta mau estado de conservação, principalmente ao nível dos rebocos das paredes exteriores. A ala direita apresenta bom estado de conservação do que nos é possível avistar das coberturas e rebocos das paredes exteriores.

---



---

O estacionamento é junto ao cemitério, a poucos metros e a azáfama era muito. Percebe-se que é um espaço público bastante utilizado pela comunidade, assim como a igreja.

---

**Data da visita :** 30 de Novembro de 2013

---

---

## MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE VALBOA

13

---

**Ordem :** São Bento, Feminino

---

**Classificação :** IGREJA - IIP - Dec. Nº 28/82, DR 297 de 1982

---

**Localização :** Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira, UF de Campos e Vila Meã  
N41.966363°, W8.690298°

---

Implantado em campos de cultivo, próximo do edificado disperso da freguesia

---

**Usos :** IGREJA – Culto (Capela de Santa Luzia)

---

**Proprietários :** IGREJA – Privado (Igreja Católica)

---

**Acessibilidade :** A cerca de 6km do centro de Vila Nova de Cerveira

Rua e passeios pavimentados, boas condições para circulação automóvel e pedonal

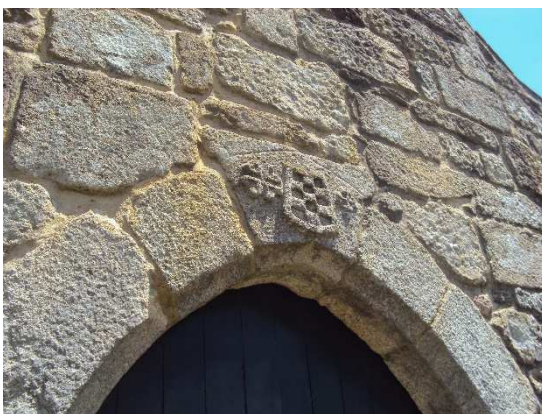
Os últimos 100m até ao local, acesso pelos campos de cultivo

---

**Estado de conservação do imóvel :**

A igreja apresenta razoável estado de conservação exterior, no entanto não foi possível visitar o seu interior porque estava fechada.

---



---

Notamos pela presença de velas, junto às diminutas aberturas da fachada principal, que este ainda é um lugar de culto, no entanto a sua localização e acessibilidade não são favoráveis à deslocação da comunidade.

---

**Data da visita :** 31 de Maio de 2014

---



---

## MOSTEIRO DE SANTA MARTA DE SERDEDELO DAS DONAS

---

14

**Ordem :** São Bento, Feminino

---

**Classificação :** Não tem

---

**Localização :** Viana do Castelo, Ponte de Lima, Serdedelo, N41.749849°, W8.539914°

---

Próximo do edificado disperso da freguesia, com cemitério adjacente à Igreja

---

**Usos :** IGREJA – Culto

---

**Proprietários :** IGREJA – Privado ( Igreja Católica)

---

**Acessibilidade :** A cerca de 6km do centro de Ponte de Lima

---

Ruas pavimentadas, boas condições para circulação automóvel

---

**Estado de conservação do imóvel :**

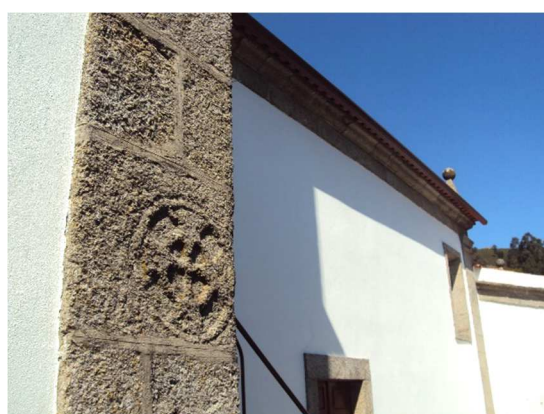
---

Não nos foi possível visitar o interior da Igreja porque se encontrava fechada.

---

Excelente estado de conservação exterior.

---



---

Sem comentários.

---

**Data da visita :** 8 de Abril de 2014

---



---

## MOSTEIRO DE SANTA ANA DE VIANA DO CASTELO

---

15

**Ordem :** São Bento, Feminino

**Classificação :** Incluído na ZEP do Palácio dos Viscondes da Carreira

**Localização :** Viana do Castelo, Viana do Castelo, União das Freguesias de Santa Maria Maior e Monserrate, N41.695467°, W8.829629°

Situado no centro de Viana do Castelo, junto à estação de caminhos de ferro

**Usos :** IGREJA – Culto, RESTANTES ALAS - Uso assistencial (Lar da Congregação de Nossa Senhora da Caridade)

**Proprietários :** CONJUNTO - Privado

**Acessibilidade :**

Rua e passeios pavimentados, boas condições para circulação automóvel e pedonal

**Estado de conservação do imóvel :**

Excelente estado de conservação exterior de todo o conjunto.

---



---

Este mosteiro foi adaptado a lar de idosos em 1905, é notório o cuidado e a manutenção a que este imóvel é sujeito, bem como a utilização e atividade que gera. A sua dimensão, quer do conjunto construído, quer do lote são impactantes na área da cidade onde se localizam.

---

**Data da visita :** 13 de Dezembro de 2013

---

---

## MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE VIANA DO CASTELO

---

16

**Ordem :** São Bento, Feminino

**Classificação :** Procedimento caducado - sem proteção legal

**Localização :** Viana do Castelo, Viana do Castelo, União de Freguesias de Santa Maria Maior e Monserrate, N41.694734°, W8.824052°

Situado no centro de Viana do Castelo, próximo da marginal e do famoso prédio dos “Coutinhos”

**Usos :** IGREJA – Culto, RESTANTES ALAS (Ala do Claustro) - residencial

**Proprietários :** CONJUNTO – Privado (Igreja Católica)

**Acessibilidade :**

Rua e passeios pavimentados, boas condições para circulação automóvel e pedonal

**Estado de conservação do imóvel :**

A igreja apresenta bom estado de conservação exterior, ao nível dos rebocos, cantarias, cobertura e caixilharias de madeira. O seu interior é muito rico, mas necessita de urgentes trabalhos de conservação nos tetos em caixotões de madeira.

---



A igreja é ofuscada pela rede viária e pelos seus “ocupantes”, assim como pelo gigante e famoso “prédio dos Coutinhos”, como se pode ver pelas fotos. A Igreja só se encontra aberta ao Sábado de manhã.

**Data da visita :** 13 de Dezembro de 2013

---



---

## MOSTEIRO DE MERUFE

---

17

**Ordem :** São Bento, Feminino

---

**Classificação :** Não tem

---

**Localização :** Viana do Castelo, Monção, Merufe, N42.017353°, W8.388278°

---

Envolvido pelo edificado disperso da freguesia

---

**Usos :** IGREJA – Culto

---

**Proprietários :** IGREJA – Privado (Igreja Católica)

---

### **Acessibilidade :**

A cerca de 15km do centro de Monção

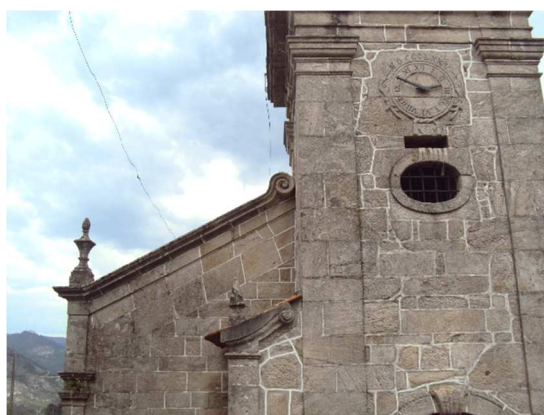
Ruas pavimentadas, condições razoáveis para circulação automóvel, algumas ruas muito estreitas e sinuosas e com inclinações muito acentuadas

---

### **Estado de conservação do imóvel :**

Não foi possível visitar o interior da Igreja porque se encontrava encerrada. Apresenta razoável estado de conservação exterior quer ao nível das coberturas e tratamento das juntas do granito.

---



---

A Casa Paroquial situada junto à fachada sul da Igreja é uma construção recente com uma arquitetura que não é coerente com a sua envolvente, como se pode comprovar pela imagem. Recomenda-se a viagem de automóvel pela EN 304, em direção aos Arcos de Valdedez, para apreciar a imponente montanhosa da paisagem.

---

**Data da visita :** 14 de Abril de 2014

---

---

## MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE FIÃES

18

---

**Ordem :** Cister, Masculino

---

**Classificação :** IGREJA - MN - DL 16.06.1910, DG 136 de 1910 e Dec. Nº 129/77 de 1977

---

**Localização :** Viana do Castelo, Melgaço, Fiães, N42.104035°, W8.211137°

Envolvida pelo pouco e disperso edificado da freguesia, com cemitério adjacente

---

**Usos :** IGREJA – Culto

---

**Proprietários :** IGREJA – Público

---

**Acessibilidade :**

A cerca de 6,8km do centro de Melgaço

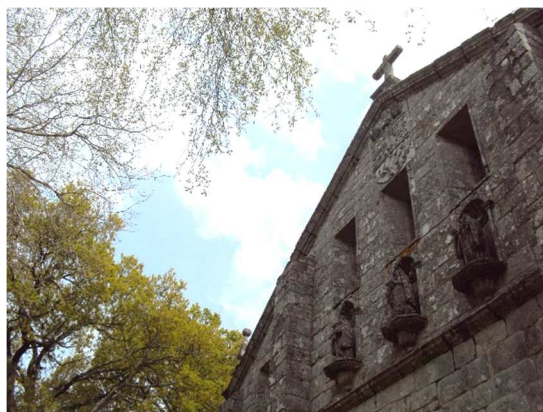
Ruas pavimentadas, boas condições para circulação automóvel

---

**Estado de conservação do imóvel :**

Não nos foi possível visitar o interior da Igreja porque se encontrava encerrada. Apresenta razoável estado de conservação exterior. A cobertura apresenta alguns danos nos beirais e o granito das paredes exteriores está infestado de líquenes.

---



---

Recomenda-se a visita pelo monumento em si, mas principalmente pela envolvente do local, circunscrita por caminhos de água, o que atribui uma sonoridade muito própria a este local.

Recomenda-se também a visita à Capela de Nossa Senhora da Orada, a cerca de 1km de Melgaço (N42.71227°, W8.159130°), datada do séc. XIII, outrora pertencente aos Monges de Fiães.

---

**Data da visita :** 14 de Abril de 2014

---



**Ordem :** Cister Masculino

**Classificação :** IGREJA - MN - Dec. Nº 129/77, DR 226 de 1977

**Localização :** Viana do Castelo, Arcos de Valdevez, União das Freguesias de São Jorge e Ermelo, N41.853682°, W8.28927°

Envolvido pelo parco edificado da freguesia, que se localiza numa das margens do Rio Lima.

**Usos :** IGREJA – Culto , RESTANTES ALAS – Uso associativo (junta de freguesia, casa da habitação e uma confraria)

**Proprietários :** CONJUNTO – Privado (Igreja Católica)

**Acessibilidade :** A cerca de 4,5 km do Soajo (visita obrigatória aos Espigueiros)

Embora as ruas e passeios estejam pavimentados, não se aconselha a circulação automóvel, devido à largura diminuta dos caminhos, à falta de estacionamento e ser perturbador para a apreciação do local.

**Estado de conservação do imóvel :**

A igreja e as construções adjacentes estão em excelente estado de conservação tendo sofrido obras de remodelação recentemente, assim como os arranjos exteriores e respetivas infraestruturas.

---



---

O Mosteiro, assim como outras habitações próximas encontram-se cuidadosamente remodeladas, a escala do lugar não parece real, ruas muito estreitas e sinuosas, aberturas as habitações diminutas, enfatizadas pela posição topográfica, ao nível do leito do Rio, num vale muito abaixo da cota dos montanhas envolventes. Para além deste cenário, não avistamos viva alma, ninguém em toda a freguesia.

**Data da visita :** 30 de Novembro de 2013

---

---

## MOSTEIRO DO SALVADOR DE BRAVÃES

---

20

**Ordem :** Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Masculino

**Classificação :** IGREJA - MN - DL 16.06.1910, DG 136 de 1910

**Localização :** Viana do Castelo, Ponte da Barca, Bravães N41.797848°, W8.452977°

Envolvido pelo parco edificado da freguesia

**Usos :** IGREJA – Culto

**Proprietários :** IGREJA - Público

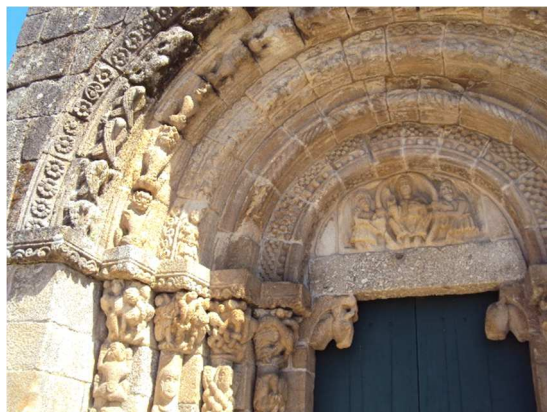
**Acessibilidade :** A cerca de 700m do Rio Lima, a cerca de 4km do centro de Ponte da Barca

Ruas e passeios pavimentados, boas condições para a circulação automóvel e pedonal

**Estado de conservação do imóvel :**

Não nos foi possível visitar o interior porque a Igreja encontrava-se fechada. Bom estado de conservação exterior. Envoltente exterior ao imóvel cuidada, ao nível dos materiais dos muros, pavimentos e espaço para estacionamento.

---



---

Uma pérola do Românico, de imprescindível visita!

**Data da visita : 8 de Abril de 2014**

---



---

## MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE VILA NOVA DE MUÍÁ

---

21

**Ordem :** Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Masculino

**Classificação :** IGREJA E TORRE - IIP - Dec. Nº 35817, DG187 de 1946

**Localização :** Viana do Castelo, Ponte da Barca, União das Freguesias de Ponte da Barca, Vila Nova de Muía e Paço Vedro de Magalhães, N41.800904°, W8.379815°

Envolvido pelo edificado da freguesia

**Usos :** IGREJA – Culto , RESTANTES ALAS – Função agrícola

**Proprietários :** IGREJA - Privado (Igreja Católica), RESTANTES ALAS – Privado

**Acessibilidade :** A cerca de 4,2 km do centro de Ponte de Barca

Rua e passeios pavimentados, boas condições para circulação automóvel e pedonal

**Estado de conservação do imóvel :**

A igreja e a Torre apresentam bom estado de conservação exterior, no entanto não foi possível visitar o seu interior porque estava fechada. Estão inseridas num largo com uma escala acolhedora, rodeados por habitações de dois pisos e pelo cruzeiro. As parcas construções que existem pertencentes ao mosteiro encontram-se em péssimo estado de conservação, com danos estruturais visíveis.



Falamos com uma senhora que se encontrava numa das habitações do largo, que nos recomendou a visita à Capela do Sr. dos Aflitos a cerca de 1km, num ponto mais alto da freguesia e do qual tínhamos uma boa vista sobre esta. Ao Mosteiro referiu-se simplesmente como “pertence a privados, mas está tudo a cair”. Ao visitarmos a Capela e sua envolvente é notório o cuidado da comunidade para com este espaço, associado a local de romaria.

**Data da visita :** 30 de Novembro de 2013

---

---

## MOSTEIRO DE SÃO MARTINHO DE CRASTO

22

---

**Ordem :** Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Masculino

---

**Classificação :** IGREJA - MN - Dec. Nº 2/96, DR 56 de 1996

---

**Localização :** Viana do Castelo, Ponte da Barca, União das Freguesias de Crasto, Ruivos e Grovelas  
N41.774878°, W8.430295

---

Envolvido pelo edificado disperso da freguesia

---

**Usos :** IGREJA – Culto

---

**Proprietários :** IGREJA - Privado (Igreja Católica)

---

**Acessibilidade :** A cerca de 4,5 km do centro de Ponte de Barca  
Ruas pavimentadas, boas condições para circulação automóvel

---

**Estado de conservação do imóvel :**

Não nos foi possível visitar o interior da Igreja porque se encontrava fechada. Bom estado de conservação exterior. Arranjos exteriores muito cuidados ao nível do seu desenho, materiais e enquadramento com a envolvente.

---



---

A envolvente, a variação da topografia do terreno e o “poder de encaixe” da arquitetura tornam este local muito digno de visita. É notório o orgulho desta comunidade para com este espaço, da forma cuidada que ele se apresenta. Indicações de percurso pedestre (trilho românico) para a Igreja de Bravães a 4km de distância.

---

**Data da visita :** 8 de Abril de 2014

---



---

**Ordem :** Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Masculino

---

**Classificação :** CONJUNTO - IIP - Dec. Nº 29604, DG112 de 1939

---

**Localização :** Viana do Castelo, Ponte de Lima, Refóios do Lima, N41.793023°, W8.54136°

Muito envolvido no edificado na freguesia, comércio e serviços de pequena dimensão cercam o largo da Igreja

---

**Usos :** IGREJA – Culto , RESTANTES ALAS – Uso educativo (Escola Superior Agrária)

---

**Proprietários :** IGREJA - Privado, RESTANTES ALAS – Público

---

**Acessibilidade :** A cerca de 5,8 km de Ponte de Lima (na outra margem do Rio Lima)

Rua e passeios pavimentados, boas condições para circulação automóvel e pedonal

---

**Estado de conservação do imóvel :**

A igreja apresenta excelente estado de conservação interior e exterior. O mosteiro foi remodelado para funções educativas, ocupando a cerca e a totalidade da construção existente, tendo sido necessária a construção de um auditório adjacente e de um edifício novo para albergar uma residência de estudantes. Projeto do Arq. Fernando Távora, realizado entre 1987-1993.

---



---

A visitas tiveram sempre lugar durante o fim-de-semana, daí a falta de alunos a utilizar o espaço, só vestígios da sua passagem e permanência. É bastante notória a vivacidade que este novo uso gerou, para além do despertar deste conjunto monástico, o imenso contributo na realidade económica desta freguesia.

---

**Data da visita : 1ª visita - Julho de 2008** (relativa à Prova Final de Licenciatura em Arquitetura)

**2ª visita - 30 de Novembro de 2013**

---

---

## MOSTEIRO DE SÃO JOÃO DE LONGOS VALES

24

---

**Ordem :** Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Masculino

---

**Classificação :** CAPELA-MOR DA IGREJA - MN - Dec. Nº 11454, DG 35 de 1926

---

**Localização :** Viana do Castelo, Monção, Longos Vales, N42.051148°, W8.444521°

Próximo do edificado disperso da freguesia

---

**Usos :** IGREJA – Culto , RESTANTES ALAS – Sem utilização

---

**Proprietários :** IGREJA – Público , RESTANTES ALAS – Privado

---

**Acessibilidade :** A cerca de 5,5 km de Monção

Na freguesia, rua e passeios pavimentados, boas condições para circulação automóvel e pedonal

---

### Estado de conservação do imóvel :

A igreja apresenta melhor estado de conservação, com todos os seus elementos constituintes.

As restantes alas encontram-se devidamente encerradas ao nível do piso térreo, mas sem caixilharias nos pisos superiores. Uma das alas está sem cobertura, as restantes coberturas mantêm-se. No interior consegue-se avistar o travejamento em barrotes de madeira do primeiro piso, mas sem qualquer pavimento.

---



---

Não estava ninguém no local, mas deduz-se ser local de festividades da freguesia pelo marco lá existente produzido pela Comissão de Festas. No lado esquerdo da Igreja encontram-se três espigueiros com cerca de 10 metros de comprimento em estrutura de granito e laterais em madeira em bom estado de conservação, dignos de fruição.

---

**Data da visita :** 17 de Novembro de 2013

---



---

## CONVENTO DO SALVADOR DE PADERNE

25

---

**Ordem :** Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Masculino

---

**Classificação :** TRECHOS DA IGREJA - MN - DL 16.06.1910, DG 136 de 1910  
CONJUNTO - IIP - Dec. Nº 129/77, DR 226 de 1977

---

**Localização :** Viana do Castelo, Melgaço, Paderne, N42.089614°, W8.273987°

Próximo do edificado da freguesia, cemitério adjacente em contacto direto com a Igreja e com as suas entradas laterais, com diferenças de cotas o que dificulta a sua expansão.

---

**Usos :** IGREJA – Culto , RESTANTES ALAS – Uso residencial e agrícola

---

**Proprietários :** IGREJA – Público , RESTANTES ALAS – Privado

---

**Acessibilidade :** A cerca de 3,5 km de Melgaço

Na freguesia, rua e passeios pavimentados, boas condições para circulação automóvel e pedonal

---

### Estado de conservação do imóvel :

A igreja apresenta melhor estado de conservação, com todos os seus elementos constituintes, no entanto não foi possível visitar porque estava fechada. As restantes alas estão ocupadas por famílias diferentes, apresentando um mau estado de conservação, principalmente ao nível dos rebocos das paredes exteriores. Uma das alas foi intervencionada, onde foram colocadas caixilharias que não mantêm a traça original do edifício.

---



---

Abordamos um senhor que se dirigia ao cemitério, falou-nos com muito carinho da Igreja no entanto disse “(...) mas a Igreja já não é nossa, da Paróquia, não lhe podemos tocar, nós que estamos aqui e que vemos o que ela precisa, assim às vezes de arranjos, não a podemos arranjar, só o Estado é que pode!”

---

**Data da visita :** 17 de Novembro de 2013

---

---

**Ordem :** Frades Menores (Franciscano Observante), Masculino

---

**Classificação :** Procedimento encerrado, arquivado - sem proteção legal

---

**Localização :** Viana do Castelo, Viana do Castelo, União das Freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela, N41.716604°, W8.825748

---

Afastado do edificado da freguesia, em local isolado, montanhoso

---

**Usos :** CONJUNTO - Sem utilização

---

**Proprietários :** CONJUNTO – Público

---

**Acessibilidade :** A cerca de 3km do centro de Viana do Castelo

---

A cerca de 400m acesso restrito à circulação automóvel, sem sinalética, percurso acidentado através de calçada de granito, a meio do percurso encontra-se o pelourinho

---

**Estado de conservação do imóvel :**

Todo o conjunto se encontra em ruína, em avançado estado de degradação, a ser tomado pela vegetação. Já terá sido alvo de limpeza de entulho, estão em falta peças em granito de alguma relevância arquitectónica.

---



---

As coordenadas gps são relativas ao fim do percurso pavimentado, tivemos a sorte de estar por perto um habitante da zona que conhecia o convento e que nos indicou o caminho, bastante tomado pela vegetação. A entrada é marcada por um imponente portal, é um sentimento misto entre o encantamento deste conjunto e a desolação do seu estado.

---

---

**Data da visita : 8 de Dezembro de 2013**

---



---

**Ordem :** Frades Menores (Franciscano Observante) Masculino

---

**Classificação :** Em vias de classificação, homologado como IIP - Desp. Fev 1974

---

**Localização :** Viana do Castelo, Ponte de Lima, União de Freguesias de Arca e Ponte de Lima, N41.764711°, W8.586994°

---

Situado no centro de Ponte de Lima, em frente à Avenida dos Plátanos e ao Rio Lima

---

**Usos :** CONJUNTO – Uso cultural (Museu dos Terceiros)

---

**Proprietários :** IGREJA - Público, RESTANTES ALAS – Privado (Ordem Terceira)

---

**Acessibilidade :**

---

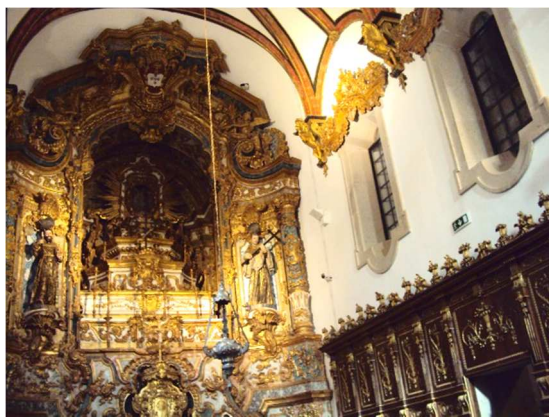
Rua e passeios pavimentados, boas condições para circulação automóvel e pedonal

---

**Estado de conservação do imóvel :**

Na generalidade dos espaços visitados, quer tenham sido alvo de novas intervenções ou de restauro, estes encontram-se em excelente estado de conservação. Só apenas uma ala não se encontra em utilização.

---



---

A entrada no Museu dos Terceiros é paga. “O Museu dos Terceiros encontra-se instalado em duas casa religiosas associadas à Ordem Franciscana: o extinto Convento de Santo António dos Capuchos e o edifício da Ordem Terceira de São Francisco.” (retirado do panfleto de divulgação). Mais informações em [www.museuspontedelima.com](http://www.museuspontedelima.com), recomenda-se também a visita ao Museu do Brinquedo Português e Parque do Arnado, que ficam a cerca de 800m, na outra margem do Rio Lima, junto à ponte romana.

---

**Data da visita : 30 de Novembro de 2013**

---

---

## CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA ÍNSUA DE CAMINHA

---

28

**Ordem :** Frades Menores (Franciscano Observante) Masculino

**Classificação :** Incluído na Zona de Proteção do Forte da Ínsua

**Localização :** Viana do Castelo, Caminha, União de Freguesias de Moledo e Cristelo, N41.859082°, W8.87459°

Conjunto monástico integrado no Forte da Ínsua, ilha junto à Foz do Rio Minho

**Usos :** CONJUNTO - Sem utilização

**Proprietários :** CONJUNTO - Público

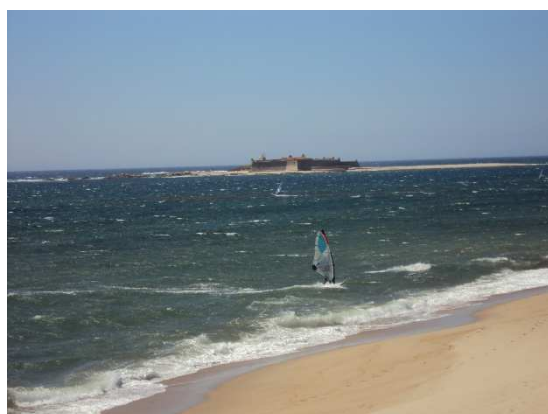
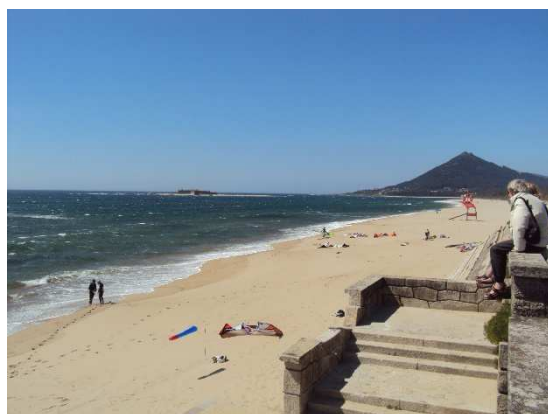
**Acessibilidade :**

Só possível através de barco

**Estado de conservação do imóvel :**

Não nos foi possível a visita ao Forte, dado os procedimentos necessários (em baixo) e o tempo que dispunhamo-mos.

---



---

A visita é possível por requerimento à tutela (Instituto Politécnico de Viana) e, depois, exibição da autorização à Marinha, que detém a chave. A capitania então “homologa” o deferimento da instituição/tutela.

---

**Data da visita :** 31 de Maio de 2014

---

---

## CONVENTO DE SANTA MARIA DE MOSTEIRÓ DE VALENÇA

---

29

**Ordem :** Frades Menores (Franciscano Observante), Masculino

**Classificação :** Em vias de classificação (homologado como IIP - Despacho de Março de 1983)

**Localização :** Viana do Castelo, Valença, Cerdal, N41.977416°, W8.591411°

Afastado do edificado da freguesia, em local isolado, montanhoso

**Usos :** IGREJA – Culto, RESTANTES ALAS - Uso residencial e outra parte sem utilização

**Proprietários :** IGREJA – Privado (igreja Católica) , RESTANTES ALAS – Privado

**Acessibilidade :** A cerca de 1,2 km do edificado mais próximo (Gosende) e a cerca de 8,4 km de Valença

Boas condições para circulação automóvel e pedonal

---

### Estado de conservação do imóvel :

A igreja apresenta bom estado de conservação exterior, ao nível da cobertura, rebocos das paredes e cantarias de granito. Não foi possível visitar o interior porque se encontrava fechada.

Do pouco que se consegue ver de uma das alas do convento esta apresenta-se devoluta.

---



---

Não estava ninguém no local, mas recomenda-se a visita, pois como se localiza num local de cota mais elevada, vale a pena, também, pela paisagem. A caminho encontram-se pequenas quedas de água e fontes, locais de referência para a comunidade de Gosende.

---

**Data da visita : 8 de Dezembro de 2013**

---



---

## CONVENTO DE SÃO PAIO DOS MILAGRES

30

---

**Ordem :** Frades Menores (Franciscano), Masculino

---

**Classificação :** Não tem

---

**Localização :** Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira, Loivo, N41.930106°, W8.707666°

Afastado do edificado da freguesia, em local isolado, montanhoso

---

**Usos :** CONJUNTO - uso residencial e cultural

(Museu Convento SanPayo - acervo do escultor José Rodrigues)

---

**Proprietários :** CONJUNTO – Privado

---

**Acessibilidade :** A cerca de 7,5 km de Vila Nova de Cerveira

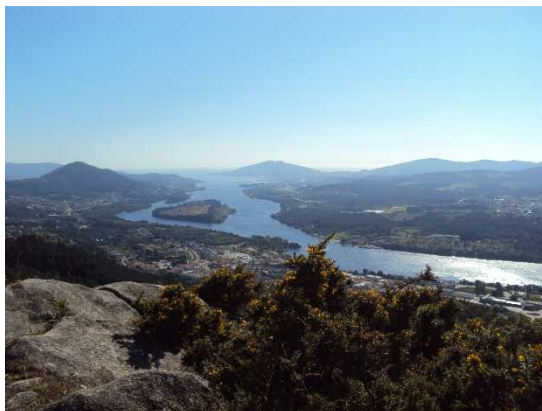
A cerca de 4km do Cervo, escultura em ferro de grande dimensão de José Rodrigues e miradouro sobre Vila Nova de Cerveira e Rio Minho.

---

**Estado de conservação do imóvel :**

Excelente estado de conservação das construções do conjunto monástico e da sua cerca.

---



---

Local de inspiração, não foi por acaso que foi escolhido pelo escultor José Rodrigues. A localização é sem dúvida um ponto dos seus pontos fortes, avistando uma paisagem única. Todos os espaços, interiores e exteriores são espaços expositivos. Recomenda-se vivamente a visita, poderá ser consultado previamente no sítio [www.conventosanpayo.com](http://www.conventosanpayo.com)

---

**Data da visita :** Agosto de 2011

---



---

## CONVENTO DE SANTO ANTÓNIO

31

---

**Ordem :** Frades Menores (Franciscano), Masculino

---

**Classificação :** Incluído na Zona Arqueológica principal de Caminha

---

**Localização :** Viana do Castelo, Caminha, União de Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho N41.872819°, W8.838461°

---

Inserido no Forte de Caminha, com cemitério adjacente, envolvido pelo edificado da freguesia

---

**Usos :** IGREJA – Culto, RESTANTES ALAS – Uso assistencial (Lar de Idosos e Jardim de Infância)

---

**Proprietários :** CONJUNTO – Privado (Igreja Católica)

---

**Acessibilidade :** Localizado à cota alta da cidade de Caminha

---

Ruas e passeios pavimentados, boas condições para a circulação automóvel e pedonal

---

**Estado de conservação do imóvel :**

Não nos foi possível visitar o interior da Igreja porque se encontrava fechada. As alas do convento foram profundamente alteradas, no entanto encontram-se em excelente estado de conservação exterior. A Igreja encontra-se também em excelente estado de conservação exterior.

---



---

Por se localizar numa cota mais alta, dispõe de uma paisagem privilegiada, assim como de uma maior acalmia. Espaços exteriores cuidadosamente tratados.

---

**Data da visita : 8 de Dezembro de 2013**

---

---

## CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

---

32

**Ordem :** Frades Menores (Franciscano Capuchos) Masculino

---

**Classificação :** não tem

---

**Localização :** Viana do Castelo, Melgaço, União de Freguesias de Vila e Roussas

N42.115980°, W8.262166°

Muito próximo do centro histórico de Melgaço

---

**Usos :** IGREJA – Culto , RESTANTES ALAS – Sem utilização

---

**Proprietários :** IGREJA – Privado (Igreja Católica), RESTANTES ALAS – Privado

---

**Acessibilidade :**

Rua e passeios pavimentados, boas condições para circulação automóvel e pedonal

---

**Estado de conservação do imóvel :**

A igreja apresenta ótimo estado de conservação exterior, no entanto não foi possível visitar o seu interior porque estava fechada. O mesmo se passou com as alas do convento, no entanto as suas coberturas e paredes apresentam um estado cuidado, à exceção das caixilharias que apresentam sinais de pouca utilização.

---



---

Não se encontrava ninguém no local. Em visita ao centro histórico de Melgaço, mais precisamente ao Solar do Alvarinho e à sua loja de vinhos, a qual recomendamos vivamente, foi-nos confirmado que este imóvel encontrava-se fechado e sem utilização.

---

**Data da visita : 17 de Novembro de 2013**

---

---

## CONVENTO DE SÃO BENTO E DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA

33

---

**Ordem :** Frades Menores (Franciscano Capuchos) Masculino

---

**Classificação :** IGREJA - IIP - Dec. nº 1/86, DR, 1.ª série, n.º 2 de 03 Janeiro 1986,  
RESTANTES ALAS - Procedimento caducado - sem proteção legal

---

**Localização :** Viana do Castelo, Monção, União de Freguesias de Monção e Troviscoso,  
N42.077588°, W8.477541°

Situado no centro histórico de Monção

---

**Usos :** IGREJA – Culto , RESTANTES ALAS – Uso hoteleiro (Hotel Rural Convento dos Capuchos)

---

**Proprietários :** IGREJA – Privado (Igreja Católica) , RESTANTES ALAS – Privado

---

**Acessibilidade :**

Rua e passeios pavimentados, boas condições para circulação automóvel e pedonal

---

**Estado de conservação do imóvel :**

A igreja apresenta bom estado de conservação exterior, no entanto não foi possível visitar o seu interior porque estava fechada. As restantes alas foram remodeladas para funções hoteleiras ( Hotel de 4 estrelas ) e apresentam uma série de novas construções adjacentes, como alas de quartos e áreas técnicas do hotel referentes à piscina.

---



---

A igreja e o hotel embora adossados são dois espaços distintos de deambulação, à excepção do parque de estacionamento que é partilhado.

---

**Data da visita :** 17 de Novembro de 2013

---



---

## CONVENTO DE SANTO ANTÓNIO

34

---

**Ordem :** Frades Menores (Franciscano Capuchos) Masculino

---

**Classificação :** Em vias de classificação com Despacho de abertura de Novembro de 2013

---

**Localização :** Viana do Castelo, Viana do Castelo, União de Freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela, N41.697719°, W8.827902°

Situado no centro de Viana do Castelo, adossado ao cemitério e a 200m do Elevador de Santa Luzia

---

**Usos :** IGREJA – Devoluta

MOSTEIRO - Funções assistenciais (Centro Social e Paroquial de Santa Maria Maior)

---

**Proprietários :** IGREJA e MOSTEIRO – Privado (Igreja Católica)

---

**Acessibilidade :**

Rua e passeios pavimentados, boas condições para circulação automóvel e pedonal

---

**Estado de conservação do imóvel :**

A Igreja encontra-se em mau estado de conservação exterior, com cobertura, rebocos das paredes e cantarias danificadas, bem como caixilharias e vidros partidos. As alas do mosteiro apresentam bom estado de conservação a todos os níveis.

---



---

Espaço de movimento intensivo, por se tratar de uma zona muito central na cidade de Viana do Castelo e pela dinamização provocada pelo Centro Social e Paroquial.

---

**Data da visita :** 13 de Dezembro de 2013

---

---

## CONVENTO DE SÃO BENTO

35

---

**Ordem :** Frades Menores (Franciscano Capuchos) Masculino

---

**Classificação :** Não tem

---

**Localização :** Viana do Castelo, Arcos de Valdevez, União de Freguesias de Salvador, Vila Fonche e Parada, N41.8441805°, W8.425022°

---

Situa-se no centro da cidade dos Arcos de Valdevez, associado ao cemitério

---

**Usos :** IGREJA – Culto

---

**Proprietários :** IGREJA – Privado (Igreja Católica)

---

**Acessibilidade :**

Rua e passeios pavimentados, boas condições para circulação automóvel e pedonal

---

**Estado de conservação do imóvel :**

Não nos foi possível visitar o interior da Igreja porque esta se encontrava fechada por motivos de obras. Imóvel em mau estado de conservação quer ao nível das coberturas, dos rebocos das paredes exteriores e caixilharias em madeira. Cobertura da nave principal foi renovada.

---



---

Estava uma senhora no cemitério a vender velas, que nos informou que as obras de conservação estavam paradas porque encontraram um imprevisto construtivo e que a sua reparação acarreta custos avultados.

---

**Data da visita :** 14 de Abril de 2014

---



**Ordem :** Frades Menores, Feminino

**Classificação :** Não tem

**Localização :** Viana do Castelo, Ponte de Lima, Arcozelo, N41.773313°, W8.603037°

Envolvido pelo edificado da freguesia

**Usos :** IGREJA – Culto, RESTANTES ALAS – Uso hoteleiro ( Turismo de habitação - Quinta Val de Pereiras)

**Proprietários :** CONJUNTO – Privado

**Acessibilidade :** A cerca de 2,5 km do centro de Ponte de Lima (na outra margem do Rio Lima)

Rua e passeios pavimentados, boas condições para circulação automóvel e pedonal

**Estado de conservação do imóvel :**

Do que conseguimos avistar fora da propriedade, parece-nos que as construções estão em bom estado de conservação. A capela encontrava-se também fechada.

---



Não nos foi possível entrar, a sinalética exterior, as campainhas e portões demonstravam falta de manutenção. Está muito bem definido o limite do lote, sempre cercado por muros e bastante altos junto às edificações vizinhas mais próximas, não permitindo avistar o interior.

**Data da visita :** 30 de Novembro de 2013

---

---

## CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA DE CAMINHA

---

37

**Ordem :** Frades Menores, Feminino

---

**Classificação :** Não tem

---

**Localização :** Viana do Castelo, Caminha, Matriz, N41.871866°,W8.841541°

Situado no centro de Caminha, envolvido por uma malha urbana consolidada

---

**Usos :** CONJUNTO - uso educativo (Escola Artística e Tecnológica e Profissional do Vale do Minho)

---

**Proprietários :** CONJUNTO – Privado

---

**Acessibilidade :**

Rua e passeios pavimentados, boas condições para circulação automóvel e pedonal

---

**Estado de conservação do imóvel :**

O conjunto encontrava-se fechado, no entanto, do que conseguimos avistar do exterior este apresenta bom estado de conservação.

---



---

A implantação do conjunto a uma cota elevada, estabelece um distanciamento das habitações envolventes de térceos baixos ( dois pisos) e da rede viária.

---

**Data da visita :** 8 de Dezembro de 2013

---

---

**Ordem :** Pregadores (Dominicanos), Masculino

---

**Classificação :** IGREJA - MN - Dec. 16-06-1910, DG n.º 136 de 23 junho 1910

---

**CONJUNTO** – inserido em ZEP, Portaria, DG, 2.ª série, n.º 149 de 27 junho 1973

---

**Localização :** Viana do Castelo, Viana do Castelo, União de Freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela, N41.691415°, W8.834393°

---

Situado no centro de Viana do Castelo, envolvido por uma malha urbana consolidada

---

**Usos :** IGREJA – Culto, RESTANTES ALAS - Apoio à Paróquia, Cúria Diocesana, Cáritas Diocesana de Viana do Castelo, CLAI ( Centro Local de apoio à integração do imigrante) , cooperativa de ensino e agrupamento do corpo nacional de escutas.

---

**Proprietários :** CONJUNTO – Público

---

**Acessibilidade :**

---

Rua e passeios pavimentados, boas condições para circulação automóvel e pedonal

---

**Estado de conservação do imóvel :**

---

O conjunto apresenta razoável estado de conservação exterior, apresentando danos ao nível dos rebocos exteriores e cantarias de granito e caixilharias.

---

É notório a ligação da comunidade de Monserrate ao Convento, pelos serviços lá localizados. Quando passávamos nas traseiras da Igreja e fotografávamos, fomos abordados por um senhor que nos contou uma história curiosa: *“Quando era pequeno, tinha para aí 5 anos, não haviam estes muros e vínhamos brincar aqui para baixo e víamos muitas caveiras e muitos ossos, porque enforcavam pessoas nestas torres altas!”*

---

**Data da visita : 13 de Dezembro de 2013**



---

**Ordem :** Ordem dos Irmãos Descalços de Nossa Senhora do Monte do Carmo (Carmelitas), Masculino

---

**Classificação :** IGREJA, CLAUSTRO E CAPELA - IIP - Decreto nº 129/77, DR, 1.ª série, n.º 226 de 29 setembro 1977

---

**Localização :** Viana do Castelo, Viana do Castelo, União de Freguesias de Viana do Castelo (Monserrate e Santa Maria Maior) e Meadela, N41.696788°, W8.823018°

Situado no centro de Viana do Castelo, em frente à linha de caminho de ferro, junto à chegada da Ponte Eiffel.

---

**Usos :** IGREJA – Culto, RESTANTES ALAS - Uso religioso e educativo (Convento e seminário Carmelita - masculino) e uso hoteleiro (Albergue de peregrinos)

---

**Proprietários :** CONJUNTO – Privado (Igreja Católica)

---

**Acessibilidade :**

Rua e passeios pavimentados, boas condições para circulação automóvel e pedonal

---

**Estado de conservação do imóvel :**

O conjunto encontra-se em excelente estado de conservação exterior, quer ao nível das coberturas, rebocos das paredes, cantarias, caixilharias e arranjos exteriores. Não nos foi possível visitar a igreja no interior porque se encontrava fechada.

---



---

É notório que a diversidade de funções torna este espaço bastante ativo e dialogante com a sua envolvente. É também muito notório o cuidado e a contínua manutenção de todo o conjunto.

---

**Data da visita : 13 de Dezembro de 2013**

---

---

## CONVENTO DAS CARMELITAS

---

40

**Ordem :** Irmãs Carmelitas Descalças, Feminino

---

**Classificação :** Não tem

---

**Localização :** Viana do Castelo, Viana do Castelo, União de Freguesias de Viana do Castelo (Monserrate e Santa Maria Maior) e Meadela, N41.699583°, W8.821231°

Situado no centro de Viana do Castelo, envolvido por uma malha urbana consolidada, entre duas escolas

---

**Usos :** IGREJA – Culto, RESTANTES ALAS - Uso assistencial - Lar de Santa Teresa (Creche, Jardim de infância, Lar de Idosos e Ginásio)

---

**Proprietários :** CONJUNTO – Público

---

**Acessibilidade :**

Rua e passeios pavimentados, boas condições para circulação automóvel e pedonal

---

**Estado de conservação do imóvel :**

O conjunto apresenta bom estado de conservação exterior e interior. Foram alvo de novas intervenções adjacentes ao convento, como hall de recepção e atendimento, salas para as crianças, escadas de emergência, etc.

---



---

Dada a sua localização, estratégica na cidade, e dado termos visitado num dia de semana de manhã, a azáfama era imensa, de pais a entregarem os filhos na creche. É notório a íntima relação entre o convento e a comunidade citadina.

---

**Data da visita :** 13 de Dezembro de 2013

---



---

## CONVENTO DAS RELIGIOSAS URSULINAS

---

41

**Ordem :** Ursulinas, Feminino

---

**Classificação :** Não tem

---

**Localização :** Viana do Castelo, Viana do Castelo, União das Freguesias de Viana do Castelo (Monserrate e Santa Maria Maior) e Meadela, N41.696256°, W8.834913°

Situado no centro de Viana do Castelo, junto ao Hospital (ULSAM)

---

**Usos :** IGREJA – Culto, RESTANTES ALAS - Uso religioso ( Seminário da Congregação do Espírito Santo )

---

**Proprietários :** CONJUNTO – Privado

---

**Acessibilidade :**

Rua e passeios pavimentados, boas condições para circulação automóvel e pedonal

---

**Estado de conservação do imóvel :**

O conjunto apresenta bom estado de conservação exterior. Foi alvo de obras de manutenção, muito notório ao nível da nova caixilharia em alumínio.

---



---

Lote de grande dimensão, murado em todo o seu perímetro. Não encontramos ninguém no local, a envolvente é caracterizada por moradias unifamiliares e por estacionamento nas ruas, para aceder ao Hospital.

---

**Data da visita :** 13 de Dezembro de 2013

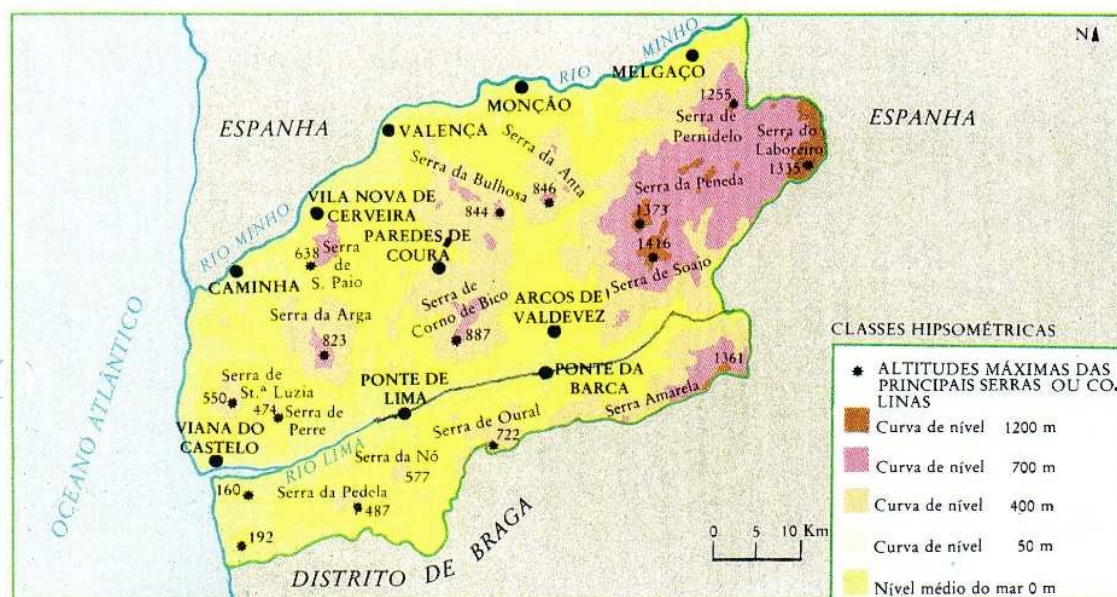
---

## 2 – CONTEXTO ESPACIAL DE INTERAÇÃO

“Segundo Leite de Vasconcelos, a designação Alto-Minho aparecerá pela primeira vez em A. Herculano, em 1846, e logo depois em Camilo Castelo Branco. Os trabalhos de Abel Viana, e sobretudo os de Félix Alves Pereira, sistematicamente intitulados *Estudos do Alto-Minho*, ajudaram a confirmar a divisão, hoje tradicional.” (Almeida, 1987, pp. 9,10)

### 2.1 Aspetos geográficos

Tomando como base, para o enquadramento do território em questão, dois nomes de referência, Orlando Ribeiro e Carlos Alberto Ferreira de Almeida, profundo conhecedor da região de Entre Douro e Minho, revelado em particular na sua obra “*Alto Minho*” (Almeida, 1987)<sup>4</sup>, percebe-se que duas características do território se impõem com maior influência na fixação de populações: a altimetria e a rede hidrográfica. Em ambas, o Alto Minho é rico e variado.



Mapa 1 \_ Carta Hipsométrica do Alto Minho

Fonte: (Almeida, 1987, p. 12), Mapa da autoria de Dalmindo Natividade

<sup>4</sup> Os trabalhos académicos realizados por Carlos Alberto Ferreira de Almeida para obtenção de grau incidiram na mesma região:

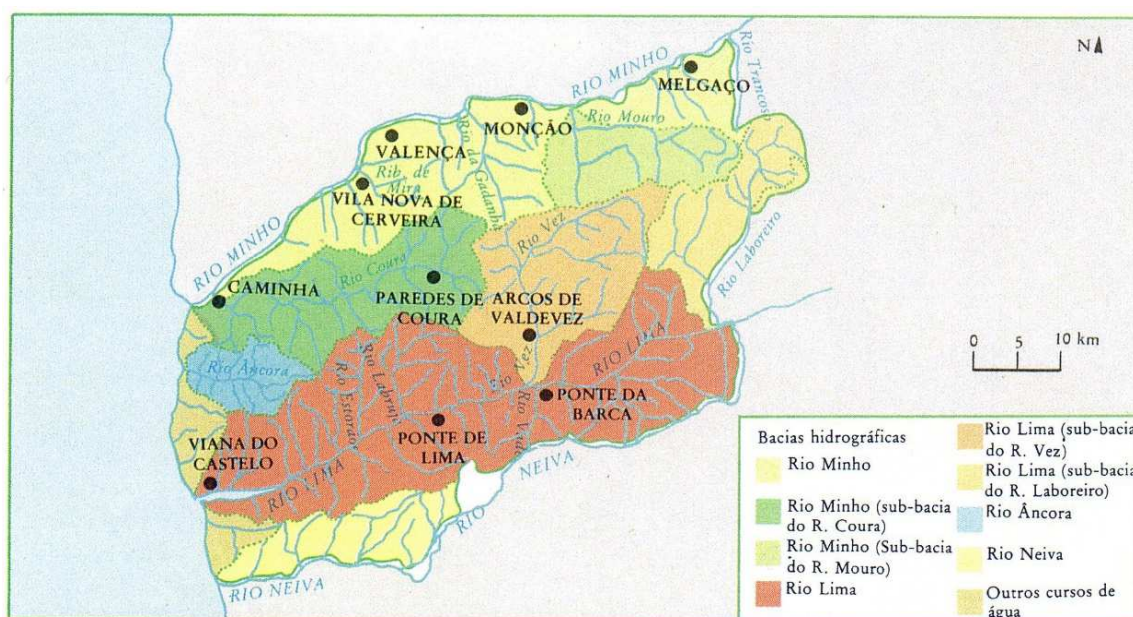
- . Tese de licenciatura em História apresentada em 1968 à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, intitulada *Vias Medievais I. Entre-Douro-e-Minho*,
- . Tese de Doutoramento História da Arte e Arqueologia apresentada em 1979 à mesma instituição, intitulada *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, com a Dissertação complementar intitulada *Castelologia de Entre-Douro-e-Minho. Das origens a 1220*.
- . Com especial incidência na zona Norte, elaborou uma extensa bibliografia que poderá ser consultada no seguinte sitio <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2152.pdf>

Como poderemos ver pela Carta Hipsométrica, as serras de maior altitude encontram-se num conjunto formado a noroeste. Temos, por ordem decrescente de altitude, a Serra de Soajo (1416m), a Serra da Peneda (1373m), a Serra de Castro Laboreiro (1335m) e a Serra de Pernidelo (1255m).

Estes picos tendem a diminuir a sua altimetria à medida que se aproximam da faixa costeira. Na curva de nível dos 800m encontramos quatro pontos de maior altitude, sendo eles: a Serra de Corno do Bico (887m), a Serra da Anta (846m), a Serra da Bulhosa (844m) e a Serra da Arga (823m). Seguidamente temos, no concelho de Vila Nova de Cerveira, a Serra de S.Paio (638m) e muito próximo do litoral, a Serra de Santa Luzia (550m), em Viana do Castelo. Embora possamos comprovar a existência de outros pontos altimétricos no distrito de Viana do Castelo, os que referimos são os de maior relevância para o nosso estudo.

Esta topografia é marcada, primordialmente, pelo eixo Este-Oeste, o que se torna muito favorável para os vales, em termos de exposição solar, mas principalmente pela proteção natural que permite dos ventos de Norte.

A rede hidrográfica é também um dos aspetos determinantes para a fixação das populações, e por isso, dos conventos. Como diz José Amadeu Coelho Dias (Frei Geraldo), a água “*refresca, elimina a impureza, apaga o fogo, é essencial à vida, matéria primordial como substância matricial do nosso natural viver. Por isso mesmo, na simbologia religiosa, a água é igualmente, elemento e símbolo de purificação moral, de santificação.*” (Dias, 2010, p. 57)



Mapa 2 \_ Bacias hidrográficas do Alto Minho

Fonte: (Almeida, 1987, p. 13), Mapa da autoria de Dalmindo Natividade



Esta região é marcada pelo percurso de dois grandes rios, o Rio Lima, que encontra a sua foz na cidade de Viana do Castelo (capital de distrito) e o Rio Minho (limite Norte deste distrito), que desemboca na cidade de Caminha. Como veremos mais adiante, estes dois rios serão determinantes na implantação do património monástico.

Como poderemos ver no Mapa 3, do Rio Lima destacam-se dois afluentes, o Rio Vez e o Rio Laboreiro, e do Rio Minho destacam-se o Rio Coura e o Rio Mouro. Embora de menor dimensão, não podemos deixar de referir dois outros importantes cursos de água: o rio Âncora, na faixa litoral, e o Rio Neiva, que praticamente marca o limite sul do distrito. (Almeida, 1987, p. 13).

As intrínsecas características geográficas foram desde muito cedo (I milénio antes de Cristo, nos séculos anteriores à romanização), atraentes à implantação de povoados, principalmente em toda a região do Entre Douro e Minho. Como refere Armando Coelho Ferreira da Silva, “ *o mapa de distribuição das estações castrejas, ao registar uma maior densidade em colinas de altitude média, entre 200 e 500m, nas proximidades da costa atlântica e ao longo das bacias dos rios, [evidencia] um certo ordenamento geral na ocupação do espaço.*” (Silva, 2007, p. 122) O mesmo autor enfatiza a importância dos cursos de água para a implantação dos concentrados populacionais, por variados motivos: pela criação de fossos naturais para defesa do seu povoado; por serem vias de comunicação relevantes para as trocas comerciais; e por serem ladeados por terrenos férteis e produtivos.

## 2.2 Vias de comunicação

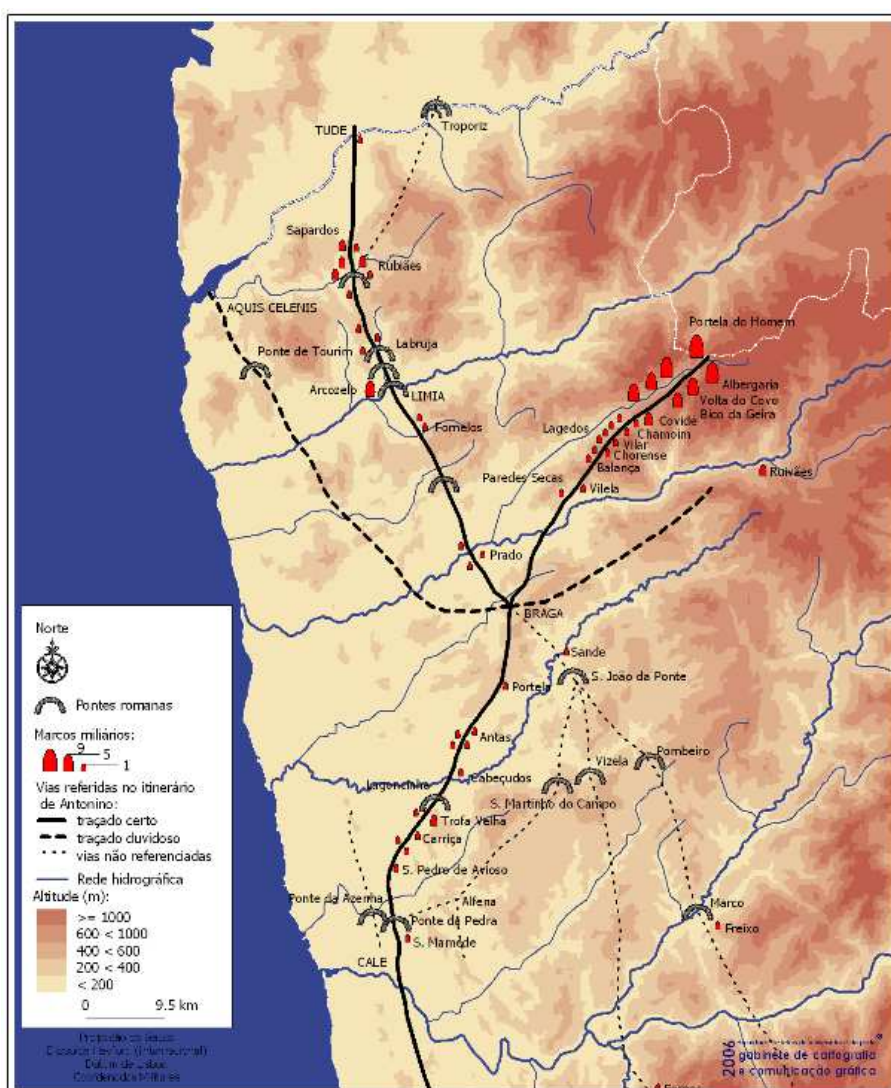
Após o estabelecimento de povoamentos proto-históricos nesta região, dá-se início ao processo da romanização (Almeida, 1996). Das inúmeras inovações trazidas pelo povo Romano destacamos aquela, que a nosso ver, foi mais significativa para o desenvolvimento dos povoados: a criação de uma rede viária organizada. Da implantação da cidade de *Bracara Augusta* (nome romano para a cidade de Braga), cruzam-se uma série de vias, das quais evidenciamos duas, por atravessarem a nossa área de estudo. Uma delas é a Via XIX, que liga *Bracara Augusta* a *Asturica Augusta* (Astorga), sendo este um percurso mais longo do que a Via XVII<sup>5</sup>, passando por *Limia* (Ponte de Lima), *Tude* (Tui), *Turoqua* (Pontevedra) e *Lucus Angusti* (Lugo). (Carvalho, 2008, p. 110)

---

<sup>5</sup> Percurso mais direto que ligava *Bracara Augusta* e *Asturica Augusta*, através de *Aquae Flaviae* (Chaves).

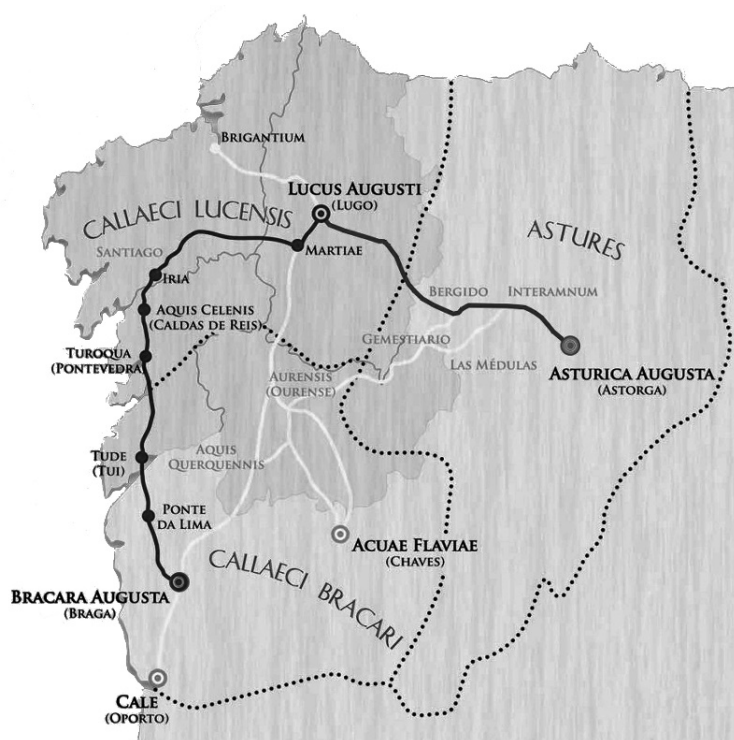


O outro percurso é o da Via XX, que liga *Bracara Augusta* a *Brigantium* (La Coruña), aproximando-se da orla costeira. Esta via encontra-se sujeita a alguma controvérsia na definição do seu trajeto. Enquanto um maior número de autores acredita que a Via XX é coincidente com o traçado da Via XIX entre Braga e Tuy, e que a partir daí acompanha a costa galega, outros advogam que o percurso coincidente será mais curto e desse modo acompanhará parte da atual costa portuguesa até ao Rio Minho. Há ainda outra teoria que pondera a possibilidade de um percurso independente a partir de Braga até à costa, seguindo o caminho do Rio Cávado, constituindo esta uma importante via de comunicação comercial. (Carvalho, 2008, pp. 199,200)



Mapa 3 \_ Vias romanas de Entre Douro e Minho

Fonte: (Almeida, 1968, p. Fig. 1) Publicação e atualização in (Polónia, 2007, p. 248)

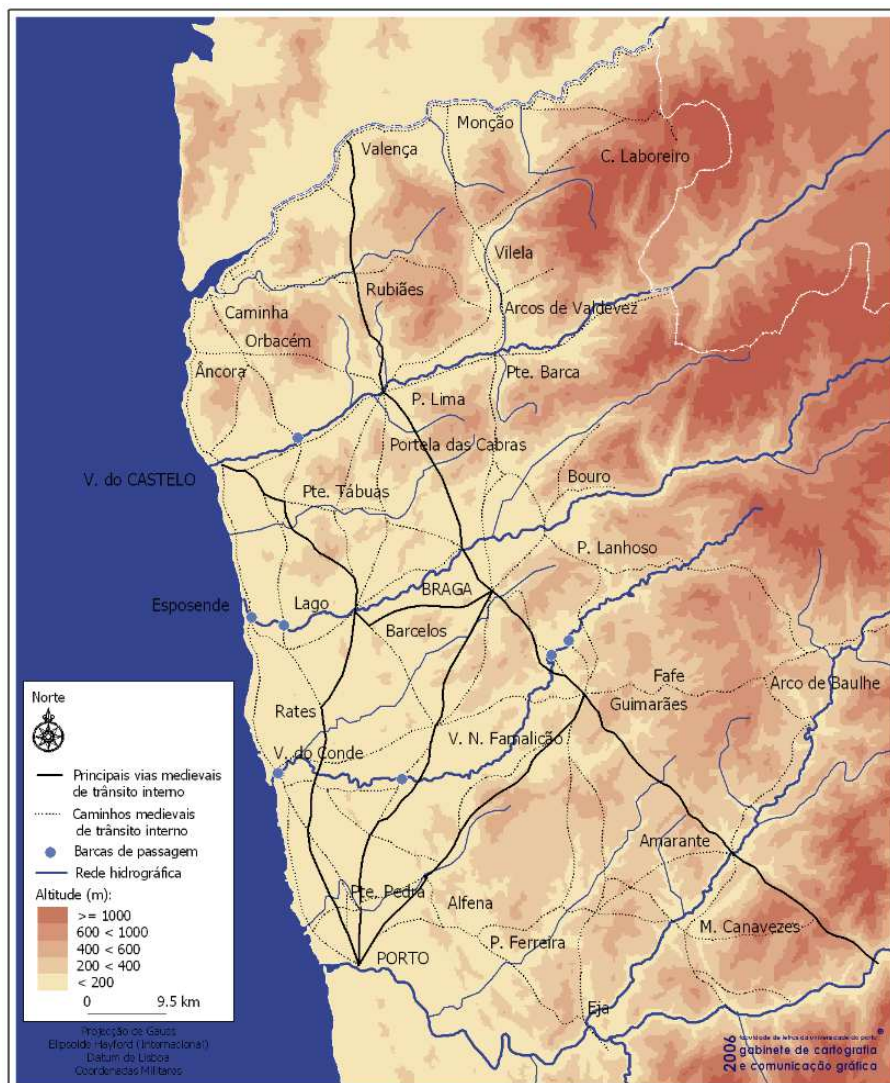


Mapa 4 \_ Via Romana XIX

Fonte: (Atlanticas, s.d.)

Tomando em consideração itinerários régios, no reinado de D.Dinis, e para a região do Entre Douro e Minho, são conhecidos três percursos entre o Porto e as cidades de Guimarães e Braga. Num deles, percorrido em 1292 o monarca toca no atual distrito de Viana do Castelo e na localidade onde se situa o Mosteiro de Salvador da Torre (1), passando então pelas seguintes localidades: Porto – Leça – Santo Estevão de Lima – S. Salvador da Torre – Guimarães. Em 1385, e com perspectivas militares, D. Nuno Álvares Pereira e D.João I percorrem dois outros traçados, um mais perto da faixa costeira, atravessando as localidades de Porto – Leça do Balio – Castelo de Neiva – Darque – Viana – Caminha – Vila Nova de Cerveira e outro mais pelo interior, passando por Porto – Guimarães – Ponte de Lima – Braga – Guimarães. Já D. Afonso V, em 1462, define também um percurso que partindo do Porto com destino à localidade de Viana, indo depois por Caminha – Ponte de Lima – Braga – Guimarães – Porto. (Polónia, 1999, p. 95). Estes itinerários régios identificam eixos de articulação dominantes no então território de Entre Douro e Minho, representados no Mapa 6. É evidente, em relação às vias romanas, a manutenção da ligação entre as localidades de Porto – Braga – Ponte de Lima – Valença – Tui, em direção à cidade de Santiago de Compostela.

Um outro caminho, que atravessa a nossa área de estudo, liga a cidade do Porto à cidade de Viana do Castelo, passando entre o Mosteiro de Santa Maria do Carvoeiro (2) e o Mosteiro de S. Romão do Neiva (3).



Mapa 5 \_ Principais eixos de circulação em Entre Douro e Minho (séc. XV e XVI)  
Fonte: (Almeida, 1968, p. Fig. 1) Publicação e atualização in (Polónia, 2007, p. 467)

Este breve enquadramento tem o objetivo de mostrar como se encontrava o território à chegada dos primeiros religiosos, e o modo como a área de estudo, pelos seus vastos recursos naturais, pela proximidade da importante cidade de *Bracara Augusta*, pelas vias romanas e medievais que a cruzavam, apresentava significativa densidade populacional, e se revelava atrativa à fixação de estruturas conventuais.

### 2.3 Organização eclesiástica

Como referimos na introdução, os limites geográficos para este estudo são de base administrativa, mas os limites de jurisdição eclesiástica sofreram profundas alterações durante o decorrer dos tempos. Para além das circunscrições religiosas, importa referir alguns religiosos que se destacaram no domínio monástico, pela influência que viriam a ter nas formas de vida religiosa presentes neste território.

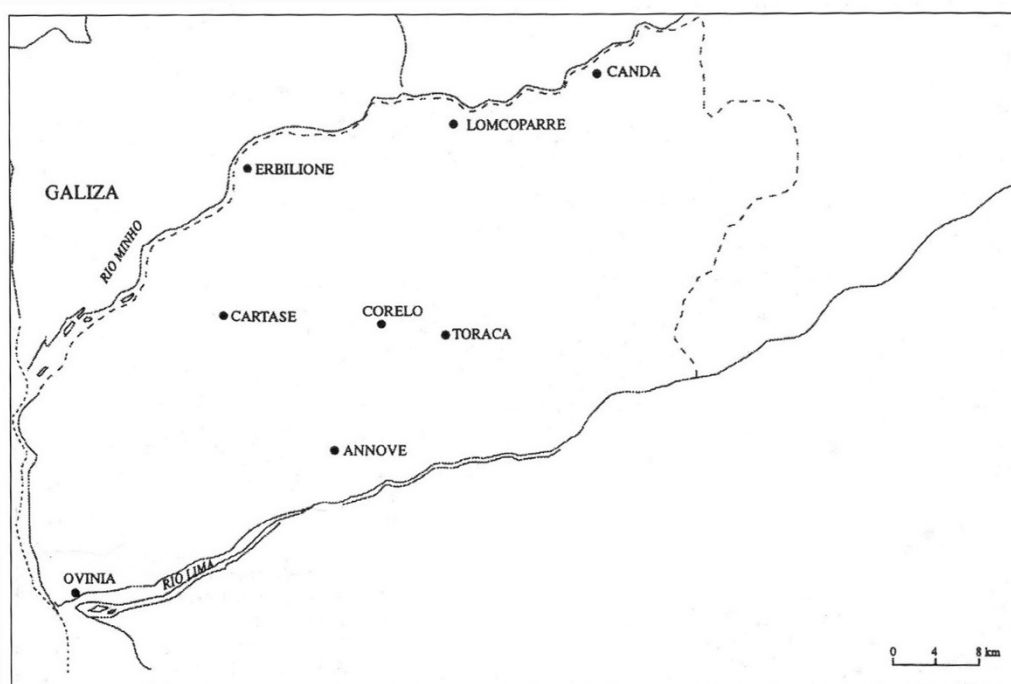
Refiro-me, desde logo, a Prisciliano (340-387? d.C.), que foi bispo de Ávila e que em seu torno desenvolveu uma corrente religiosa, o Priscilianismo, que após a sua morte foi profundamente difundida, em especial na atual Península Ibérica. Os princípios desta corrente surgiram como resposta ao opulento crescimento eclesiástico, não através da definição de uma Regra, mas propondo a Reforma da Igreja segundo ideais ascéticos de austeridade e pobreza. Como seria de esperar, este movimento foi alvo de muita discórdia nos concílios de Saragoça (cerca de 380) a Bordéus (384), até à execução de Prisciliano, *que pode ser considerada como o primeiro exemplo da intervenção da justiça secular numa questão eclesiástica*. (Jorge, 2000, p. 65)

Envolvendo a nossa área de estudo, e o Norte da Península este foi um episódio que exaltou o movimento ascético e agregou os cristãos deste território, que não se viam representados pelos ideais propagados pelos superiores eclesiásticos de então, e onde o Cristianismo não se encontrava bem enraizado. (Jorge, 2000, p. 66)

Esta corrente continuou a ser debatida no Concílio de Toledo (400), mais tarde no I Concílio de Braga (561) e no II Concílio na mesma cidade em 572, condenando as práticas priscilianistas como atentado às condutas cristãs institucionalmente aprovadas e vigentes.

É nesta altura, entre os dois Concílios reunidos em Braga, que encontramos a criação da Diocese de Tui. Para o nosso estudo é deveras relevante, pois nesta época, o seu limite a Sul era o Rio Lima, e das suas 17 paróquias, 8 encontravam-se entre os Rios Lima e Minho, conforme o mapa e quadro seguintes evidenciam. (Marques, 2007, p. 13)





Mapa 6 \_ Paróquias suévikas do século VI, da diocese de Tui no Entre Minho e Lima  
Fonte: (Marques, 2007, p. 28)

Diocese	Paróquia	Correspondências actuais		
		Lugar	Freguesia	Concelho
Tude (Tui) da parte de Portugal	Corello	Corelo	Vascões	Paredes de Coura
	Longcoparre	Longovare(s)	Longos Vales	Monção
	Toraca	Taranca	Rio de Moinhos	Arcos de Valdevez
	Annove	Anova	Calheiros	Ponte de Lima
	Erbilio(ne)	Ervelho	Cristelo Covo	Valença
	Canda	Canda	Alvaredo	Melgaço
	Ovínia	Vinha	Areosa	Viana do Castelo
	Cartase	Cartas	Mentrestido	Vila Nova de Cerveira

Figura 1 - Correspondência das sedes das paróquias suévikas do Entre Minho e Lima, em 569, a lugares de freguesias e concelhos atuais desta mesma região

Fonte: (Marques, 2007, p. 14)

É também neste século que surge Martinho de Dume (510?-579?), homem religioso que fundou um mosteiro em Dume, uma localidade perto de Braga, e foi o seu *apostolado empreendedor (...)[que permitiu], por um lado, fazer penetrar o cristianismo ortodoxo nos campos, e por outro fazer aceitar pelo clero urbano o valor espiritual do monaquismo e algumas concepções religiosas de origem rural.* (Mattoso, 2000, p. 182)

Estes conceitos continuam a ser divulgados por Pascásio de Dume que através das suas traduções e escritos divulga os vícios que os homens que seguem os princípios monásticos deveriam combater.

No séc. VII, em São Frutuoso, perto de Braga, destaca-se um visigodo de origem nobre que difundiu o monaquismo de uma forma mais popular, e com efeitos mais práticos. Foi o autor de uma rígida Regra para uma comunidade instalada junto de Bragança. Mais tarde, Frutuoso em conjunto com um número de abades, redigiram a *Regla Communis*, bastante diferente da anterior. *Revela Instituições monásticas mais pluriformes e mais populares, praticadas por gente muito humilde, como os pastores e camponeses com toda a sua família, associados aos monges propriamente ditos e deles dependentes pela obediência. Estes costumes implicam obviamente uma enorme difusão da vida monástica em meios rurais e mostram que o clero instruído na cidade tinha perdido a supremacia sobre o conjunto da Igreja.* (Mattoso, 2000, pp. 182,183)

No entanto, aproxima-se um período conturbado que afeta a organização administrativa e eclesiástica: a invasão muçulmana, no início do século VIII, que só começará a estabilizar com a ação de D. Afonso III das Astúrias, em 868, na atual região minhota. A ele se deve uma nova reorganização administrativa em *civitates ou territoria, como as de Tui, de Braga, de Portucale ou de Anégia (Entre-os-Rios), que se tornaram pólos estratégicos de domínio e defesa.* (Almeida, 1987, p. 26)

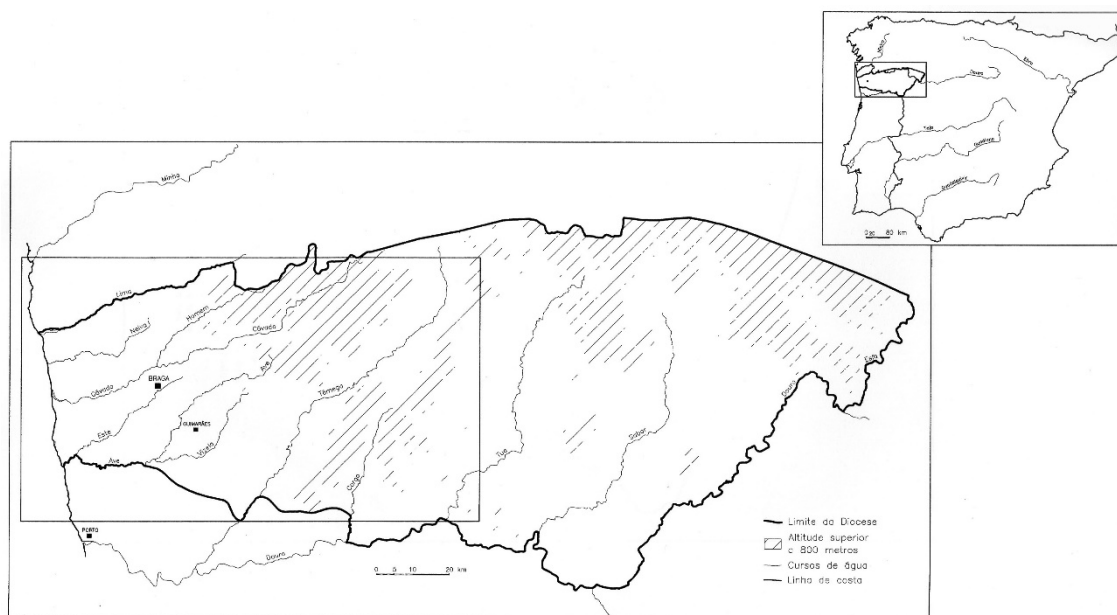
Após esta reorganização, um século mais tarde, destaca-se, no mundo monástico, pelas suas reformas, o bispo de Dume, São Rosendo. *Beneficiando das suas ligações à corte régia e à aristocracia, impõe a reforma de várias comunidades da região, suscita novas fundações (como a de Guimarães) e cria um mosteiro modelar (Celanova) cuja organização e observâncias eram directamente controladas por si próprio. Contrastava com a maioria dos mosteiros existentes até então, pobres, com muitos poucos monges e fortemente dependentes das comunidades locais.*” (José Mattoso in Sousa, 2006, p. 30)

É neste período, no século X, que o território alvo deste estudo é marcado pela crescente presença de estruturas eclesiásticas, e por uma cada vez mais intensa rede de mosteiros e igrejas. A sua rápida proliferação surge como resposta à vontade e necessidade dos habitantes desta região que, há pouco instalados, se viam face a uma sociedade desorganizada, vislumbrando nestes religiosos potenciais agregadores e valorizadores do conceito de comunidade. (Amaral, 2007, p. 101). Esta fixação tenta reproduzir, ou pelo menos, tem como base, o período anterior às invasões muçulmanas, e a já intensa rede eclesiástica que cobria espaços de maior ou menor densidade populacional. (Amaral, 2007, p. 103). Associada a esta imagem evangelizadora e protetora estava também a aristocracia laica, que, ao apoiar, a todos os níveis, as fundações dos mosteiros, colocando-se ao lado destes homens religiosos na “partilha de

poder”, transmitia e pretendia receber das populações a confiança inerente às ordens religiosas. (Amaral, 2007, p. 123)

Uma intrínseca relação entre poder régio e poder religioso é também visível em muitos episódios relevantes da história deste território, como acontece em Braga no ano de 1112, quando os Condes D. Henrique e D. Teresa, elevaram a cidade de Braga, sede da Arquidiocese, e o seu termo à condição de “senhorio”, abdicando, a favor do arcebispo Maurício Burdino e seus sucessores, de todos os seus direitos judiciais, militares e fiscais, transformando-a numa verdadeira terra imune. Esta situação de privilégio viria a ser enriquecida pelo Infante D. Afonso Henriques, quando, em 27 de Maio de 1128, a troco do auxílio militar solicitado ao arcebispo D. Paio Mendes, além de outras compensações, lhe ampliou a área do senhorio de Braga (...)” (Marques & Cunha, 2002, pp. 6,7)

Tendo sido estabelecida a restauração da diocese de Braga em 1071, tendo como primeiro bispo D. Pedro, a sua jurisdição ocupava praticamente todo o atual Norte de Portugal, bem como algumas terras do Reino de Leão, como podemos ver no Mapa 8. Na região minhota, a sua fronteira a Norte era o Rio Lima, confrontando com a diocese de Tui.



Mapa 7 \_ Limites da Diocese de Braga entre os sécs. IX e XII

Fonte: (Amaral, 2007, p. 19)

A intensidade da presença religiosa no território circundante à cidade de Braga era crescente e teve o seu expoente máximo entre os sécs. XI e XII, principalmente no espaço compreendido entre os rios Cávado e Ave. No entanto, este elevado número de mosteiros,

de localização muito próxima, não favoreceu a durabilidade da sua existência. (Amaral, 1999, p. 346)

Passado o período conturbado das invasões árabes, e restabelecida a acalmia no território, a diocese de Tui manteve a sua jurisdição eclesiástica nas terras entre o Rio Minho e Lima, até 1381, ano que está inserido num conflito religioso de longa duração e extensão, o Cisma do Ocidente, que tem lugar entre 1378 e 1417 e que afeta todo o Ocidente. Não nos iremos debruçar em pormenor sobre este tema, sendo apenas de referir que este conflito, que dividiu a Igreja Católica na escolha de dois candidatos ao lugar de Papa, teve impacto junto dos bispos das Dioceses portuguesas e dos seus Cabidos, fazendo com que *o arcebispo de Braga e os bispos de Lamego e do Porto fossem os mais fiéis partidários de Urbano VI. Nas outras dioceses (Lisboa, Coimbra, Guarda, Évora, Silves e Viseu) acham-se partidários de Clemente VII, uma das razões por que elas foram palco de diversas mudanças, nem sempre seguindo o mesmo partido papal.* (Azevedo, 2000, p. 346) Esta foi uma época de forte intervenção e acentuadas mudanças no que diz respeito aos limites da jurisdição religiosa, como ocorre com a ação do papa de Avinhão, no ano de 1394, retirando o poder que Braga detinha sobre algumas dioceses galegas e leonesas e passando-as para controlo da diocese da Santiago de Compostela. (Marques, 2000, p. 346)

Detendo-nos novamente sobre o território de Entre Minho e Lima, pertencente à diocese de Tui até 1381, este passou por um longo período de transição até à sua anexação à diocese de Ceuta, em 1472 (Marques, 2007, pp. 17-21). Durante este largo período, a jurisdição do espaço eclesiástico foi bastante irregular e disputada. Só com a nomeação de D. João Afonso Ferraz (1472-1477) e posteriormente com D. Frei Justo Baldino, bispo de Ceuta e administrador da Comarca de Valença, é que esta relação canónica terá ficado estabelecida sob a administração superior da Santa Sé. (Marques, 2007, p. 22)

Os fatores que enumeramos neste capítulo, de modo necessariamente superficial e lacunar, pretenderam selecionar aspetos que evidenciem o estado do território em questão, à chegada dos primeiros religiosos, quer a nível geográfico (propício à sua instalação), quer através de vias de comunicação, já estabelecidas pelos romanos, quer através de uma organização eclesiástica (indefinida e conflituante em termos de administração diocesana). Isto, e o interesse e apoio régio de uma ativa aristocracia secular, fortemente presente na região, fomentaram a proliferação e estabelecimento de diferentes ordens religiosas.



Lourenço Alves, religioso e historiador dedicado ao Alto-Minho enfatiza, num dos seus livros: *“Nunca será demasiado enaltecer a acção extraordinária que os conventos e os mosteiros exerceram, na Idade Média, na promoção sócio-económica e cultural das povoações, nesta região do Alto Minho e, de uma maneira geral, em todo o país. (...) No campo económico, a sua acção foi preponderante, não só pela introdução de novas técnicas de cultivo e de novas formas de amanho da terra, mas também pelo arroteio de terras maninhas, dando origem a muitas aldeias e vilas que ainda existem. Neste sector contribuíram, de certo modo, para a formação de cultivadores livres, através do regime de empraçamento, cujo factor propriamente jurídico consiste no princípio da conquista da propriedade pelo trabalho, um dos conceitos-base do direito medievo.”* (Alves, 1987, pp. 75,76,77)

O papel relevante que mosteiros e conventos tiveram, desde o momento da sua implementação, para a vida económica, social e cultural das comunidades onde estavam inseridos, não será alvo desta dissertação. Mas ele foi fundamental, quer para a compreensão do sucesso da sua disseminação no território em estudo, quer para a edificação de um património sobre o qual centraremos o nosso olhar.

### 3 – CONTEXTO HISTÓRICO DE INTERAÇÃO

#### 3.1 Formas de vida conventual

##### 3.1.1 Entre Mosteiro e Convento

Mosteiro e Convento são designações que, nos dias de hoje, provocam alguma confusão no utilizador comum. O termo Convento surge do latim *conventus*, que significa "assembleia"; o termo Mosteiro, surge do grego *monasterion*, de raiz *monos*, que significa sozinho e o sufixo *-terion* que significa lugar para executar algo.

Segundo o glossário apresentado por José Amadeu Coelho Dias, convento pode significar: “*O grupo dos elementos capitulares, quando reunido para sessões comunitárias ou capítulos*”. Adicionais problemas surgem com as diferenças de terminologia introduzidas pelas ordens mendicantes, “*que chamam Convento ao próprio edifício material ou casa, onde os seus membros viviam.*” (Amorim, Polónia, Osswald, coord., 2005, p. 198) e para Mosteiro: “*Edifício material ou casa onde vivem os membros das ordens monásticas (Benedictinos, Cistercienses, e seus ramos).*” (Amorim, Polónia, Osswald, coord., 2005, p. 202)

No *Dicionário de História Religiosa de Portugal* os significados aproximam-se dos anteriormente apontados, pois Convento é entendido como uma “*Comunidade dos religiosos membros das ordens mendicantes, cuja forma de vida representa uma viragem face ao modelo monástico, e se inspira no ideal de pobreza pessoal e colectiva; a organização é centralizada e itinerante, propiciadora de uma nova prática de evangelização.*” (Chorão, 2000, p. 19) e Mosteiro é considerado a “*Sede dos membros das ordens monásticas, institutos de vida consagrada sui juris, que praticam a vida contemplativa, estável, separada do mundo, expressa no lema ora et labora.*” (Chorão, 2000, p. 274)

Enquanto instituição e edificado (mosteiro) ou enquanto comunidade de religiosos vivendo em conjunto (convento), representando espaços de vivência de agentes religiosos, reportam para formas de vida em comunidade que podem ser distintas, o que obviamente se reflete na sua arquitetura, bem como na sua implantação territorial. Uma forma de vida monástica recoleta procura um ambiente de recolhimento, longe da intensa actividade urbana, e por isso implanta o seu mosteiro, na maioria dos casos, em zonas não povoadas e montanhosas. Uma forma de vida mendicante, em oposto, necessita de uma ativa relação com a comunidade onde está inserida. Desse modo, a implantação do seu

convento tende a estar inserido dentro das malhas urbanas, quando estas existem. Estes princípios serão estruturantes na nossa análise.

### 3.1.2 Panorama da distribuição das Ordens Religiosas

Procurando caracterizar os conjuntos monásticos do atual distrito de Viana do Castelo, procurar-se-á ensaiar uma caracterização sistemática, por tipologias, dos ramos e das vivências religiosas que os informam.

Um dos itens diz respeito ao ramo (masculino/ feminino) em que se inserem esses conjuntos monásticos. Como podemos verificar pelo Gráfico 1, estes são, na sua maioria masculinos. De um total de 41 congregações religiosas referenciadas, apenas cerca de  $\frac{1}{4}$  se insere no ramo feminino.

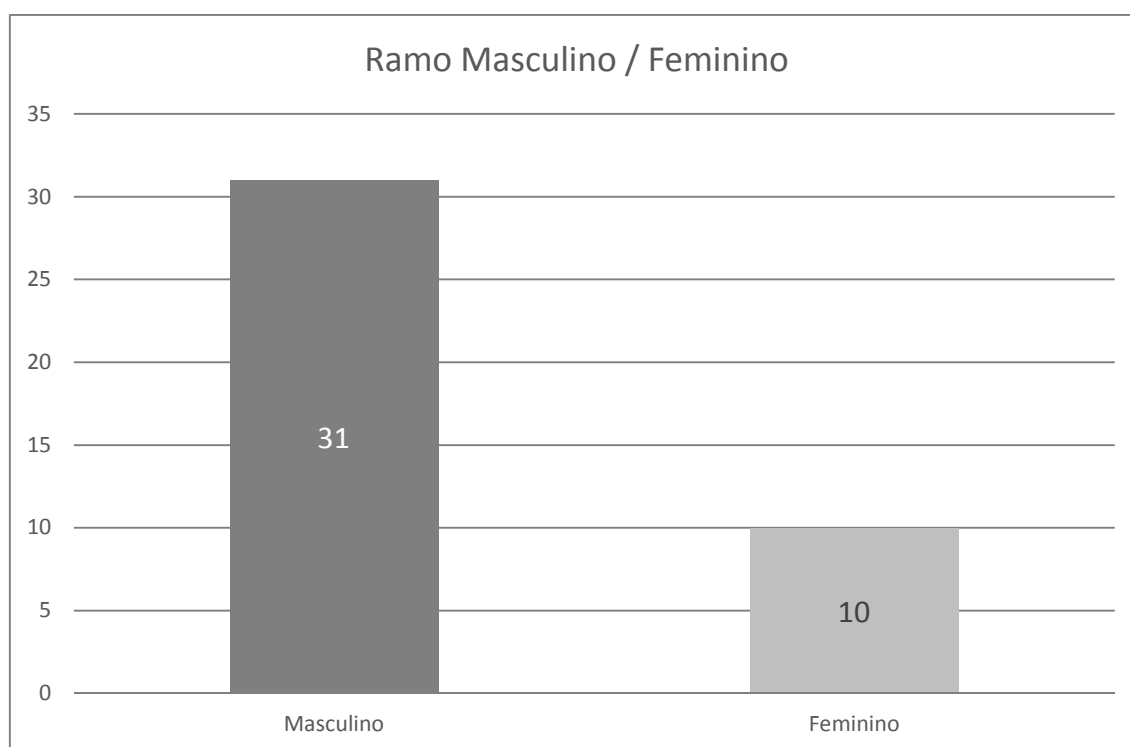


Gráfico 1 - Conjuntos monásticos do distrito de Viana do Castelo. Distribuição por ramos.  
Fonte: Base de Dados

Este desequilíbrio entre os ramos pode ser justificado por uma série de fatores. De um modo geral, durante os séculos IX e X, um certo número de casas religiosas que eram fundadas albergavam os dois ramos. Tinham um superior único, mas eram formadas por duas casas separadas mas contíguas, dividindo monges e monjas. Entre os sécs. XII e XIII, a separação entre os ramos feminino e masculino passou a ser a norma. As alterações

que as ordens foram sofrendo na sua organização, nomeadamente no séc. XIV, a agregação em províncias e, no séc. XVI, em congregações, ao não albergarem os conventos femininos, afetou a sua permanência e multiplicação. (Vieira, 2000, p. 201)

Através da análise e cruzamento de informação entre os Gráficos 2, 3 e 4, percebemos que o maior número de mosteiros do ramo feminino se encontra nos concelhos de Viana do Castelo e Ponte de Lima. No caso deste último concelho, os três mosteiros femininos não se implantam no aglomerado urbano da cidade atual, mas num raio de 7km de distância. Tal é o caso do mosteiro beneditino de Salvador de Vitorino das Donas (12) com fundação no séc. XI e do Mosteiro de Santa Marta de Serdedelo das Donas (14), do qual conhecemos a 1ª referência no séc. XIII, os quais são extintos nos séculos XVI e XV respetivamente, sofrendo com as alterações administrativas deste período, de que falamos anteriormente. No caso de Viana do Castelo, os conventos femininos são de implantação mais tardia e inseridos na malha urbana da cidade atual. O Mosteiro de Santa Ana (15) e o Mosteiro de São Bento (16) são ambos beneditinos e fundados no séc. XVI (Pinho, 2010)<sup>6</sup>, o Convento das Carmelitas (40) e o Convento de Religiosas Ursulinas (41) datam do séc. XVIII. Dinâmicas sociais (relacionadas com o perfil aristocrático-nobiliárquico desta região) e culturais (necessidade de formação/instrução das mulheres) explicam talvez esta tendência.

Como podemos analisar pelo Gráfico 4, o maior número de mosteiros femininos segue a Regra Beneditina. Dos seis, só dois chegam ao séc. XIX, os que já referimos, localizados em Viana do Castelo. Os restantes, com fundações entre o séc. XI e XIII, são extintos entre os sécs. XV e XVI. Segundo Geraldo Amadeu Coelho Dias, em *Perpectivas Bíblicas da Mulher e Monaquismo Medieval Feminino*, este modelo “*pautase pela predominância da Regra de S.Bento, adaptada; é, sobretudo, um monaquismo cenobítico de dimensão social verdadeiramente aristocrática, mas não exclusiva. Rainhas, reis, nobres e bispos serão os grandes agentes do monaquismo feminino, ora recrutando e protegendo os elementos humanos, ora proporcionando as garantias materiais indispensáveis para a construção e manutenção dos respectivos mosteiros, ficando as religiosas sob a jurisdição do bispo. Não se pense que os mosteiros de*

---

<sup>6</sup> Nesta dissertação afirma-se: “Diz a historiografia local, baseando-se talvez na tradição, que o mosteiro de Santa Ana, o primeiro a ser fundado destinou-se às meninas de famílias nobres (as de muita prosápia) e que o de S.Bento, erguido 50 anos depois, terá sido a consequência do despeito dos mercadores e comerciantes de Viana, impedidos de ali colocarem as suas donzelas.” (Pinho, 2010, p. 47)



*religiosas eram poucos e destinados a “pensionato” de filhas segundas.”* (Dias, 1995, p. 27)

Relativamente à distribuição destes conjuntos por concelho (Gráfico 2), é evidente a sua predominância em Viana do Castelo. Os aspetos geográficos que caracterizam esta região a isso são propícios. Ladeada pelo rio Lima, e pelo oceano Atlântico, marcado por uma topografia variada, entre vales e montanhas, para além de se apresentar favorável à fixação das populações, revelou-se também propícia à fixação de religiosos. Seguem-se as cidades de Arcos de Valdevez e Ponte de Lima, com 5 casas monásticas, sendo a distribuição bastante equilibrada nos restantes concelhos.

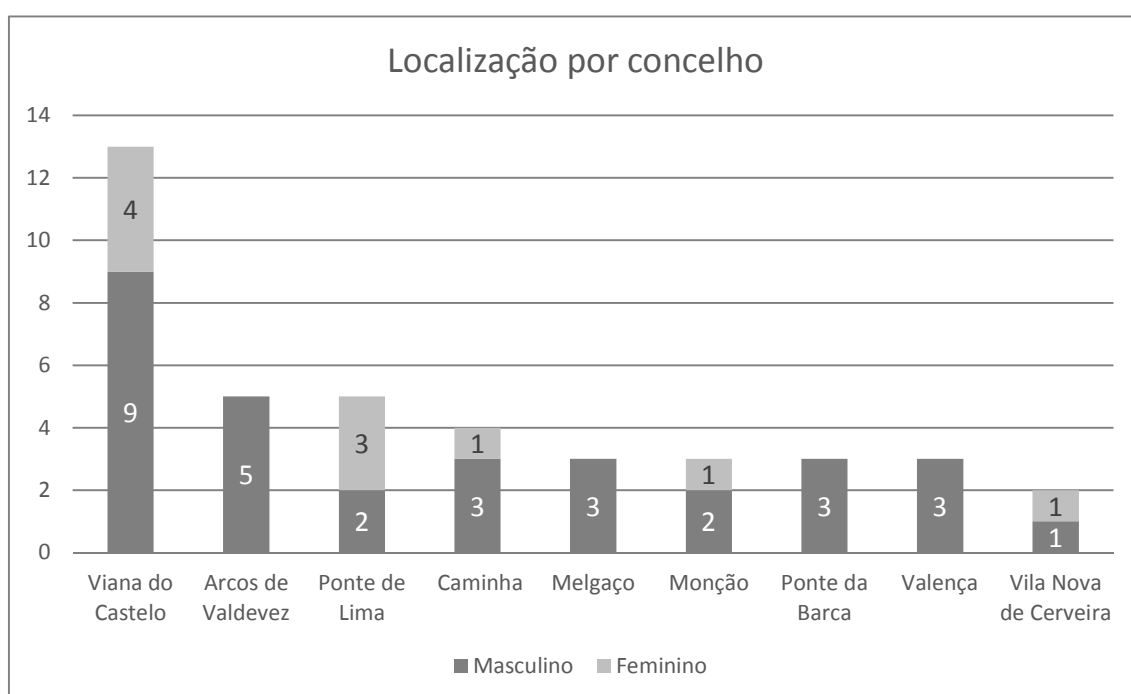


Gráfico 2 - Conjuntos monásticos no distrito de Viana do Castelo. Distribuição por concelho.

Fonte: Base de Dados

Analisando os Gráficos 3 e 4, podemos comprovar a forte presença beneditina neste distrito: depois da Ordem Beneditina, seguem-se a Ordem dos Frades Menores e a Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. As restantes ordens não apresentam uma forte presença nesta região. Ainda assim, também nos debruçaremos sobre as suas formas de vida. Compreende-se o elevado número de casas fundadas entre o séc. X e XII,

período áureo da expansão da Ordem Beneditina, de Cister e dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho.

Relativamente aos Frades Menores, as datas de fundação variam entre o séc. XIV e o séc. XVIII. O único caso pertencente à Ordem dos Pregadores data do séc. XVI e as restantes, Carmelitas e Ursulinas, datam do século. XVII e XVIII, acompanhando o que se conhece da disseminação destas ordens pela Europa após o concílio de Trento. (Delumeau, 1983, pp. 77-97)

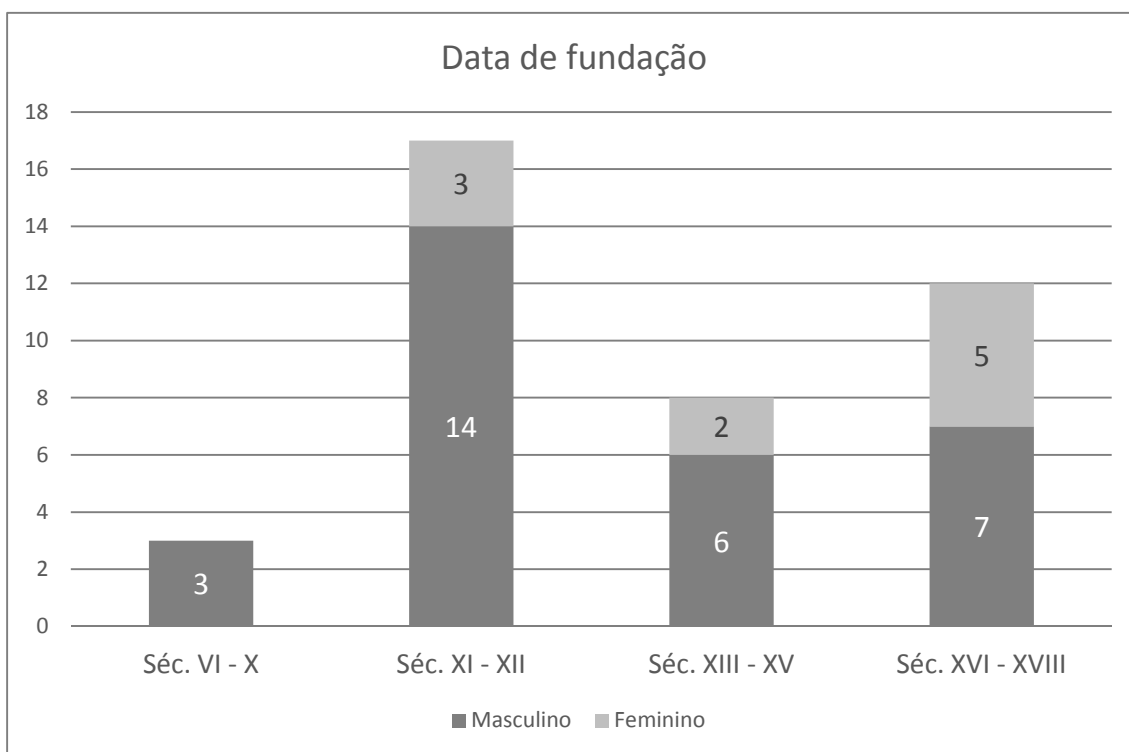
A predominância beneditina nesta região está também associada ao processo da Reconquista cristã do território. As cartas de couto<sup>7</sup>, deste período, instrumento organizador do território, revelaram ser de extrema relevância na ligação entre os religiosos e o Rei. D. Afonso Henriques teria visto nas cartas de couto “*formas de recompensar a fidelidade ou homenagem feudal dos monges e seus patronos, ao mesmo tempo que meios de garantir ao rei alguns proventos úteis para as empresas de conquista e luta contra os ocupantes mouros, maneira simpática de atrair colaboradores para o povoamento e agriculturação do país e, sempre, oportunidade para garantir orações e intercessores junto de Deus, o que em termos de mentalidade, era essencial nessa época, que tanto prezava o religioso e simbólico.*” (Dias, 1996, p. 340)

Para o período de D. Afonso Henriques, e para esta região, encontram-se nas cartas de couto informações relativas aos seguintes conjuntos monásticos: 1129 - Couto de S. Salvador da Torre (1); 1129 - Couto de Carvoeiro (2); 1134 - Couto de S. Fins de Friestas (5); 1177- Couto de S. João de Cabanas (8); (Séc. XII) – Couto de Azevedo-Cabração, Vitorino das Donas (12). (Dias, 1996, p. 337)

Após a conquista de Lisboa em 1147, D. Afonso Henriques, percebendo que a comunidade beneditina, implantada em Entre Douro e Minho, não o acompanharia nas suas conquistas para Sul (pois não lhes interessava esta dinâmica política e afetava o voto de estabilidade), orientou os seus incentivos para outras ordens que procuravam território para se instalar, e que iriam beneficiar o povoamento do país, como foi o caso de Cistercienses e Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, que ocuparam com mais incidência o Centro e o Sul do país. (Dias, 1996, pp. 340,341)

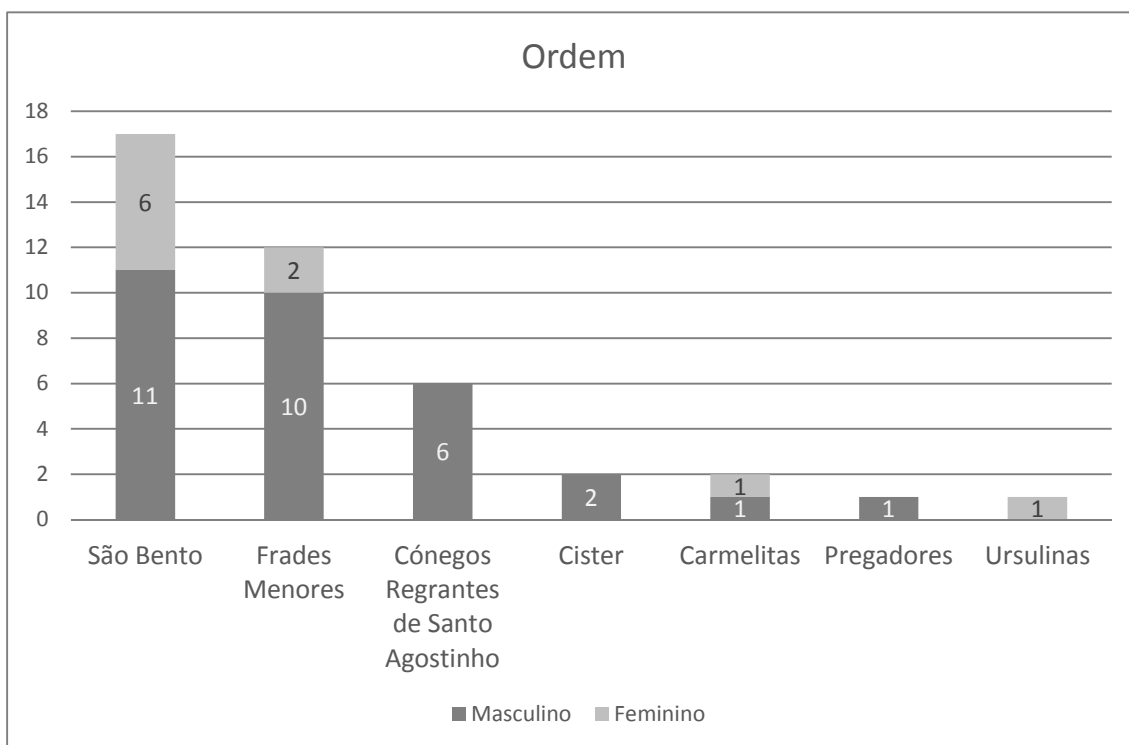
---

<sup>7</sup> Carta de couto, pode definir-se, pois, como uma carta de foro e privilégio, um documento do rei ou senhor a criar um domínio fundiário, isto é, uma terra imune e isenta para instituições eclesíásticas. (Dias, 1996, p. 336)



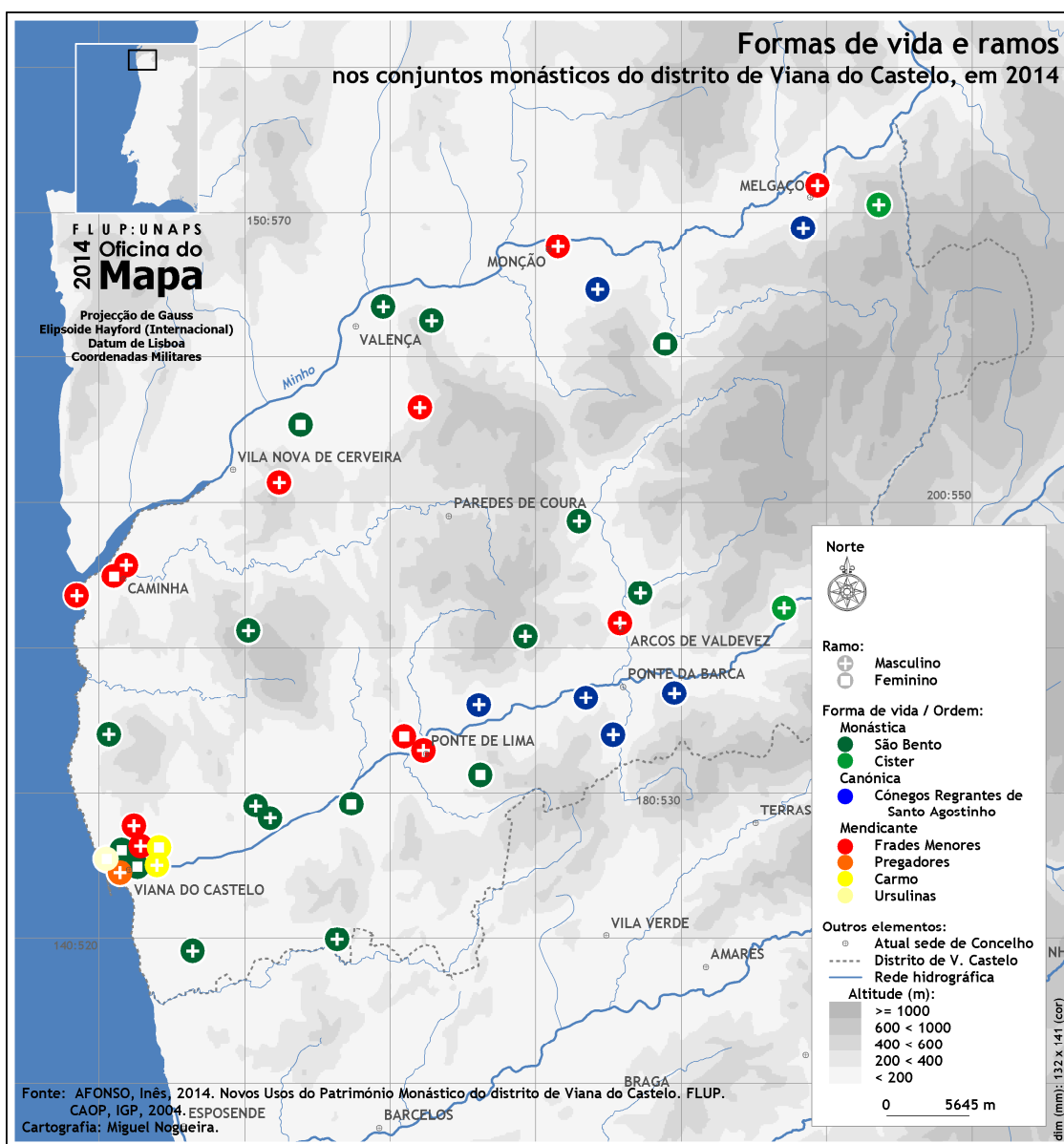
**Gráfico 3 - Conjuntos monásticos no distrito de Viana do Castelo. Distribuição por data de fundação.**

Fonte: Base de Dados



**Gráfico 4 - Conjuntos monásticos no distrito de Viana do Castelo. Distribuição por ordens religiosas.**

Fonte: Base de Dados



Mapa 8 – Ordens religiosas dos conjuntos monásticos no distrito de Viana do Castelo  
Distribuição por formas de vida e ramos

Fonte: Base de Dados

Após uma classificação dos conjuntos monásticos em análise por género (masculino/ feminino), procurar-se-á buscar nas suas formas de vida a percepção de como as regras monásticas e as suas normas de conduta influenciaram a escolha do local de implantação e a sua permanência nesta região. Agrupamos as diferentes ordens religiosas que neste distrito se estabeleceram em três grandes grupos:

- 1 - Monásticas ( Beneditinos e Cistercienses)
- 2 - Canónicas ( Cónegos Regrantes de Santo Agostinho)
- 3 - Mendicantes ( Frades Menores, Pregadores, Carmelitas e Ursulinas)



### 3.1.3 Formas de vida monástica

Monasticismo surge do grego *monachos* que significa pessoa solitária, e como descrito por Jean Leclercq “*podemos distinguir como suas notas fundamentais as seguintes: a separação do "mundo", abstinência sexual, a organização de exercícios religiosos (recitação ou canto de orações e meditação), e as práticas ascéticas. Estas práticas são seguidas tanto por eremitas que adoptam a solidão ou a errância, como por cenobitas, que preferem a vida comunitária.*” (José Mattoso in Sousa, 2006, p. 37)

#### 3.1.3.1 Ordem de São Bento

Esta Ordem seguiu a Regra elaborada por São Bento de Núrsia no ano de 530, em Itália. Para ela, uma comunidade beneditina deveria funcionar como um agregado familiar, onde o Abade que a presidia se assemelhava à figura do Pai. “*Regra e Abade constituíam os elementos representativos da figura de Cristo no Mosteiro. (...) A família beneditina estava organizada como uma Comunidade de Vida que previa: a convivência dos membros em local permanente; mesa e descanso comuns; participação no Conselho e nos bens e, sobretudo, unidade disciplinar sob uma Regra. À Comunidade de vida unia-se a Comunidade de oração, a Comunidade de trabalho e a Comunidade de inteligência na fé que formavam a trilogia sagrada conhecida sob o lema da Ordem Beneditina: Ora et labora et Lectio Divina.*” (Martins, 2000, pp. 7,8)

Entre 1080 e 1115-1120, os mosteiros pertencentes às dioceses de Porto e Braga seguiam na sua maioria a regra beneditina, tendo sido pela primeira vez referida em 1086 em Vilela, e em 1087 em São Romão do Neiva. O poderoso contributo atribuído aos religiosos pelas famílias nobres de então, originárias da Maia, Ribadouro, Baião e Sousa, é uma das razões para a significativa concentração dos Beneditinos em Entre Douro e Minho, como já referimos anteriormente. (José Mattoso in Azevedo, 2000, p. 202)

Após uma intensa e rápida proliferação do movimento beneditino, os seus mosteiros, “*isolados em zonas rurais e sem contacto com os centros culturais urbanos, dispensados de acção pastoral, bem cedo se deixaram arrastar para um «modus vivendi», que deixou muito a desejar mesmo no aspecto monástico e disciplinar. A Idade Média é, para o monaquismo beneditino português, um período de letargia e hibernação em todos os domínios, com os leigos a quererem assenhorear-se dos seus bens.*” (Dias, 2011, p. 160)

Era urgente uma atitude drástica para travar o galopante estado de degradação da ordem e algumas medidas, embora pouco eficazes, foram sido tomadas neste sentido.

Após o concílio de Trento e instituída a Congregação dos Monges Negros de S. Bento dos Reinos de Portugal entre 1566-67, o Cardeal D. Henrique, nomeado executor de bulas papais, promoveu um inquérito nas dioceses de Porto e Braga onde: “ *são dados como reformáveis na diocese de Braga os seguintes mosteiros: Pombeiro com 15 monges e um noviço, Travanca 7, Palme 4, Refojos de Basto 12, Rendufe 10, Ganfei 4+1, Tibães 15+5, e como extinguíveis: Arnoia 3, Carvoeiro 4 e duvidoso S. Romão do Neiva 4. Não se fala dos mosteiros de Santa Maria de Miranda nem de S. João de Cabanas, talvez por não terem monges.* ” (Dias, 2011, p. 168)

A organização dos mosteiros pertencentes à Congregação foi feita segundo a seguinte distribuição:

- a) Casas Grandes -Tibães, Santo Tirso, S. Bento da Vitória do Porto, Colégio de S. Bento de Coimbra e S. Bento da Saúde de Lisboa
- b) Casas pequenas com um mínimo de 13 monges - **Ganfei, Neiva, Palme, Carvoeiro, Arnoia, Pendorada, Couto, Miranda, S. João de Cabanas, Rendufe, Refojos de Basto, Paço de Sousa, Pombeiro, Bustelo, Travanca, Cucujães, Santarém e Nossa Senhora da Estrela-Lisboa**
- c) Casas menores - Mosteiro de S. João da Foz do Douro e a Procuradoria Geral de Braga. (Dias, 2011, p. 178)<sup>8</sup>

Esta importante reforma estruturou estas instituições e os seus rendimentos, criando até a *Arca da Congregação*, um cofre comum situado na casa-mãe, em Tibães. Os valores aqui depositados ajudavam na realização de obras de conservação e embelezamento artístico. (Dias, 2011, p. 181)

É no Alto Minho que a presença beneditina é a mais notória, com 17 mosteiros, 11 do Ramo Masculino e 6 do Ramo Feminino. Em ambos os ramos, essa presença é claramente maioritária em relação às restantes ordens.

### 3.1.3.2 Ordem de Cister

Descendente da Ordem anterior, e com o intuito de retomar o rigor da regra de S. Bento, surgem em 1098, os denominados Monges Brancos (cor do hábito que adotaram, contrário à cor preta utilizada pelos Beneditinos), na região da Borgonha, sob a figura de Robert de Molesmes. Será com S. Bernardo que esta ordem prosperará na sua expansão,

---

<sup>8</sup> Para mais informação relativa ao estado dos mosteiros, nesta altura, pertencentes à Congregação Beneditina, consultar (Dias, 2011, pp. 170-176)

sendo fundadas quatro abadias-filhas, das quais se destaca a Abadia do Claraval, fundada em 1115. No seguimento dos seus princípios, o local de implantação do Mosteiro deveria seguir determinadas regras: *o isolamento em relação a lugares habitados, boas terras de cultivo, suficientes recursos hídricos e existência de matérias-primas (especialmente madeira) nas proximidades.* (Barbosa, 2000, p. 346)

Assim se compreende que “*Um dos objectivos da presença dos cistercienses está ligado à política agrícola e de povoamento, o que foi motivo de protecção e de prerrogativas reais que tornaram esta ordem poderosa, ao ponto de o mosteiro de Alcobaça ser a mais notável casa religiosa que houve em Portugal. Estes frades foram verdadeiros arroteadores e povoadores de grandes extensões de terras doadas ou adquiridas por compra.*” (Rodrigues, 1987, p. 194)

Encontramos dois mosteiros cistercienses no Alto-Minho: Santa Maria de Fiães (18) , no concelho de Melgaço e Santa Maria de Ermelo (19) no concelho de Arcos de Valdevez. Ambos são do ramo masculino, implantados em locais isolados onde se formam pequenos núcleos rurais. Atualmente as suas igrejas são as construções que resistiram aos tempos com maior dignidade, estando em ambos os casos classificadas como Monumento Nacional.

No contexto nacional, o Mosteiro de São João de Tarouca, situado no distrito de Viseu, foi o primeiro a seguir a obediência cisterciense, em 1144, e será deste que irá depender o Mosteiro de Fiães. (Rodrigues, 1987, p. 194) Ao contrário deste último, o Mosteiro de Ermelo foi mais sensível aos períodos de recessão económica, nunca terminou a totalidade das obras do conjunto monástico e em 1441, embora por um período de cerca de 50 anos, foi convertido pelo rei D. João I em igreja paroquial, perdendo todos os seus privilégios. Adquirindo novamente a sua identidade como mosteiro em 1497, a sua vivência continuou frágil até à visita, em 1533, de um dos abades do Mosteiro do Claraval, que viu “*o mosteiro sem religiosos e em lamentável estado, motivo porque resolveu suprimi-lo porque não tinha rendimentos para sustentar um único monge.*” (Rodrigues, 1987, pp. 194,195) Extinto em 1560, a Igreja do Mosteiro de Ermelo foi convertida em paroquial. Existem relatos de trabalhos no interior do edifício no século XVI, mas apesar de alguma manutenção, o estado ruinoso que apresentava no séc. XVIII fez com que tivessem lugar obras de diminuição da Igreja. No entanto, no séc. XIX, o estado de degradação continuava e, já em 1978, Dom Maur de Cocheril, importante cisterciense francês relatava: “*poucas ruínas do Cister Português são tão comovedoras e apaixonantes como estas.*” (Cit in Braz, 2009, p. 86)

O Mosteiro de Fiães mostrou um pouco mais de resistência às vicissitudes históricas, começando com um vasto património, fruto de inúmeras doações reais, particulares e de religiosos, que o dotaram de riqueza própria e usufruto de rendas em território português e na Galiza. No entanto, a situação económica do país, a crise demográfica do séc. XIV, e os conflitos militares com o país vizinho, afetaram toda a riqueza do Mosteiro, impelindo-o para uma situação de fragilidade que se agravou até ao séc. XVI, quando o encontramos num estado de completa ruína. (Rodrigues, 1987, pp. 196,197). Conforme relata José Marques “(...) *em 1533, havia apenas mais quatro religiosos e dois conversos. Isto basta para revelar a degradação a que os comendatários tinham conduzido este mosteiro, cujo bens utilizavam em proveito próprio e de seus familiares, por vezes com grave escândalo da população, como acontecia na Quinta da Orada, onde a filha de um comendatário e mais duas jovens se dedicavam à prostituição.*” (Marques, 1990, p. 32)

Após o Concílio de Trento e implementado o regime dos abades trienais e a implementação dos Capítulos Gerais, o Mosteiro de Fiães ganhou novo fôlego, tendo sido, após 1567, alvo de novas construções, perdurando até à 1ª extinção, em 1777 e até à 2ª e definitiva, em 1834. (Marques, 1990, pp. 33,35,51)

### **3.1.4 Formas de vida canónica**

#### **Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho**

Esta forma de vida traz novas funções aos agentes religiosos. surgindo como uma espécie de transição entre a forma de vida monástica e a mendicante, na crescente proximidade física e espiritual que vai estabelecendo com as populações.

*“Ao cónego regrante propunha-se a disciplina de uma vivência integrada no mundo temporal, vocacionada para a pregação, para a caridade e para a assistência ao próximo. No domínio litúrgico caracterizava-o uma atitude extremamente exigente para com os ofícios corais e para com a Eucaristia. Pregação e sacerdócio são dois lemas que impunham ao cónego regrante a obrigatoriedade de uma formação escolar aprofundada. Para tal, dispunha de bibliotecas especializadas nas diferentes áreas do saber (trivium, quadrivium, teologia, direito canónico e civil, medicina) e de expeditos scriptoria.”* (Gomes, 2000, p. 429)

Os cónegos regrantes desempenharam um papel de relevância no campo cultural português, através do estudo e da sua atividade intelectual, e deste modo se aproximaram



das famílias da Nobreza e da Casa Real. Esta aproximação social era reforçada pela disponibilidade apresentada por estes religiosos para o acolhimento, nos cemitérios e claustros dos seus mosteiros, dos defuntos aristocratas. (Gomes, 2000, p. 430)

Encontramos para a região em questão seis casos que seguiram a regra dos Cónegos Regrantes, do ramo masculino, de fundação entre o séc. XI e XII e todos foram alvo de um processo de classificação, nas suas diversas categorias. Três deles situam-se no concelho de Ponte da Barca, nomeadamente o Mosteiro do Salvador de Bravães (20), o Mosteiro de Santa Maria de Vila Nova de Muía (21) e o Mosteiro de São Martinho de Crasto (22).

A mancha geográfica que esta ordem ocupou no território português não foi equitativa, e o Rio Douro separava dois grupos assimétricos, que adquiriram posturas diferentes relativamente à sua implantação e conduta junto das comunidades. Verificamos que a sul do Douro, os mosteiros se inserem junto dos centros urbanos, de que são exemplo o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e o de São Vicente de Fora, em Lisboa, enquanto que a norte do Douro até ao rio Minho, a postura é contrária: implantam-se em locais de alguma ruralidade, mas não muito distanciados dos centros urbanos e de rotas comerciais e de peregrinação. Evidencia-se neste contexto o Mosteiro de São Salvador de Grijó<sup>9</sup>. (Gomes, 2000, p. 430)

*“Todos eles deveriam ter comunidades muito modestas e em crise de sobrevivência no momento da sua opção pela vida canonical. Até finais do século XII adoptaram o ordo agostiniano regular os mosteiros de Ancede (Baião), Lordelo (Paredes), Tuias e Vila Boa do Bispo (Marco de Canavezes), Vilela (Paredes), Souto, Santa Marinha da Costa, Palmeira e São Torquato (Guimarães), Banho (Barcelos), Oliveira, Landim (Famalicão), Requião, São Simão da Junqueira (Póvoa do Varzim), Bravães, São Martinho de Crasto e Vila Nova de Muía (Ponte da Barca), Caramos (Felgueiras), Freixo e Mancelos (Amarante), Longos Vales (Monção), Paderne (Melgaço), Refóios do Lima (Ponte de Lima), Roriz e Vilarinho (Santo Tirso) e Moreira (Maia).”* (Gomes, 2000, p. 430)

Esta distinção territorial implicou diferenciações no tipo de atividade pastoral e na sua interação social, baseada em distintos tecidos político-sociais de apoio. O apoio dos Mosteiros a norte era efetuado por uma *rede de padroeiros e naturais*, enquanto que os Mosteiros a sul do Douro eram alvos da protecção da Casa Real. Estes últimos

---

<sup>9</sup> Sobre a presença dos Cónegos Regrantes no norte de Portugal consultar (Fernandes, 2011)

(destacando-se Santa Cruz de Coimbra, São Vicente de Lisboa e São Jorge de Coimbra) eram abrangidos pelas isenções de *nullius diocesis*, enquanto que no Entre Douro e Minho evidencia-se Grijó e Refóios do Lima abarcados pela isenção *na cura animarum*. (Gomes, 2000, p. 430)

### 3.1.5 Formas de vida mendicante

A vida mendicante está associada ao voto de pobreza. Esta forma de vida surge unicamente na Europa, no início do século XIII e apresenta-se como uma verdadeira revolução religiosa. “*Na verdade o que é específico nas Ordens Mendicantes e de algum modo as une é a vivência da pobreza enquanto comunidades, resultado do facto de todas elas subsistirem em tensão de instabilidade, isto é, sem nada próprio em termos de propriedades imóveis, pensões, rendas ou rendimentos fixos.*” (António Araújo in Sousa, 2006, p. 251)

Ainda que englobados pelas mesma opção de vida, urge diferenciar os Frades Menores e Pregadores da Ordem dos Carmelitas Descalços e Ursulinas, pelas suas diferentes datas de fundação, pelas distintas datas de implantação em território nacional e pelos diferenciados contextos económicos e políticos em que interagem, o que por inerência diferencia as suas formas de inserção nas comunidades.

O sucesso e rápida proliferação, a partir do século XIII, das Ordens dos Frades Menores e Pregadores não foi um acaso, tendo surgido como resposta à realidade social que imperava na época e que as ordens religiosas anteriores não conseguiram acompanhar. A evolução social e política, ultrapassado o período das conquistas territoriais, promovia novas preocupações espirituais, e fez com que a população leiga e alguns religiosos procurassem formas de fé e formas de vida adaptados também ao desenvolvimento dos grandes centros urbanos. (Rosa, 2000, p. 452) Estes homens, frades mendicantes e pregadores foram considerados os *grandes catequistas da Europa*, dada a estreita relação que estabeleceram com as populações, pregando a Fé cristã no seio das comunidades. Deste modo foram agentes ativos de uma Reforma religiosa que veio a culminar no século XVI. (Marques, 1982, p. 35)

A forma de aproximação ao povo na pregação da fé é algo que distingue os mendicantes das ordens anteriormente mencionadas, pois aqueles vão de encontro às populações. Os espaços onde pregam são diversificados, incluindo as ruas, os campos, as praças, as oficinas, quebrando barreiras anteriormente estabelecidas, e mostrando um lado humano anterior desconhecido. “*Como resposta, não raro são convidados a voltar. E*

*quando a localidade é populosa e abastada desejam mesmo vê-los no seu seio, chegando a construir-lhes convento, contribuindo para o seu sustento e manutenção. Daí o mal estar sentido, por vezes, no clero diocesano, e até entre os próprios mendicantes, que não podiam acorrer todos à mesma localidade. Para bem de todos, surgiriam mesmo pactos de concórdia para evitarem rivalidades e cada convento deveria situar-se, a uma distância do outro, que consoante os casos, não deveria ser inferior a 350-700 metros, “infra spatium trecentarum cannarum non aefificandis.” (António Araújo in Sousa, 2006, p. 252)*

Na região sobre que nos debruçamos é notória a predominância franciscana, como podemos ver no gráfico 4, com doze conjuntos monásticos estabelecidos, seguindo-se os Carmelitas, com dois casos, e Pregadores e Ursulinas com um mosteiro cada um, sobre os quais nos debruçaremos de seguida.

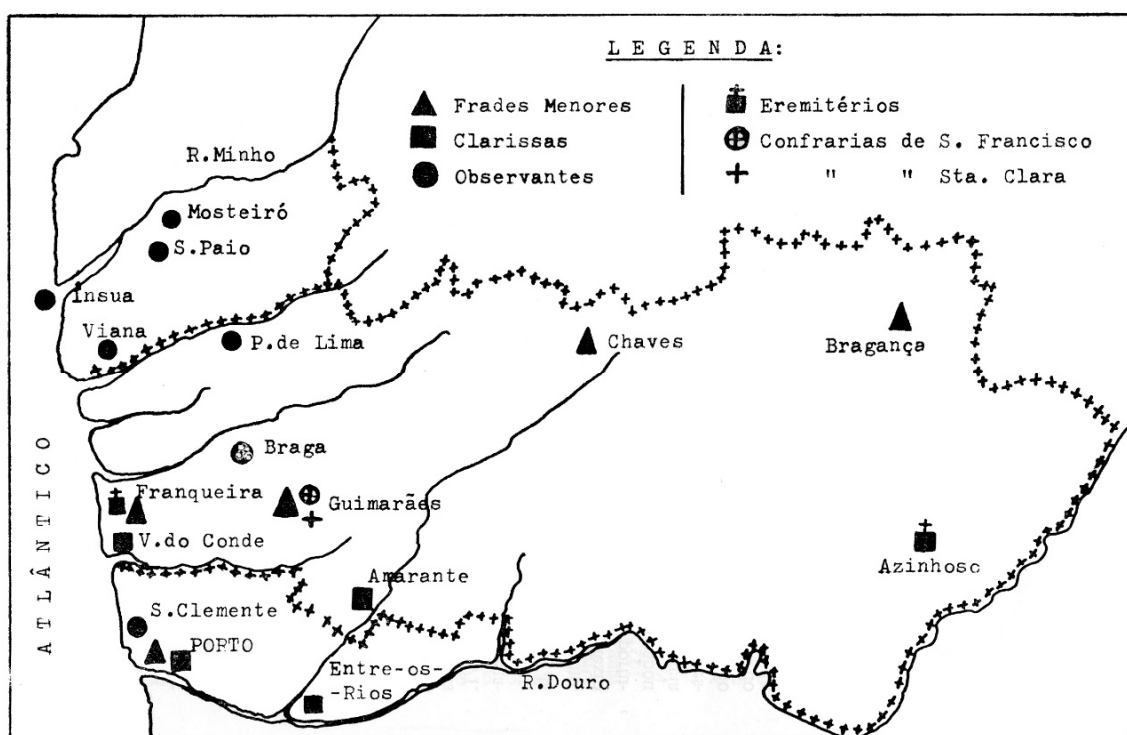
### **3.1.5.1 Ordem dos Frades Menores (Ordem Franciscana)**

A Ordem dos Frades Menores, mais conhecida por Ordem Franciscana, resultado do nome do seu fundador, São Francisco de Assis, teve a sua origem em 1209 em Itália, estabelecendo-se os primeiros franciscanos em Portugal no ano de 1217. Entre esta data e 1318, poderemos falar de uma primeira fase de implantação. Nesse período, em que a 1ª ordem era composta por Franciscanos e a 2ª ordem por Clarissas, estes estabelecem-se de uma forma dispersa no território português, não abrangendo a nossa região de estudo. A segunda fase inicia-se nos finais do século XIV, conhece especial incidência na nossa zona de estudo e rapidamente se prolifera pela totalidade do País, durante todo o século XV. (Marques, 1982, p. 8)

Esta segunda fase marca uma nova tendência na Ordem Franciscana, a da observância, movimento que surge como resposta aos conventos claustrais ou conventuais, que *“eram normalmente desenhados com amplidão, privilegiavam a disciplina regular da vida comum de estilo monástico, praticavam a regra com dispensas pontifícias, em matéria de pobreza, estavam geralmente localizados em centros urbanos e bastantes mantinham escolas públicas.”* (António Moreira in Azevedo, 2000, p. 274) Ao contrário destes, os Observantes pretendem recuperar a regra estabelecida pelo seu fundador, a contemplação, a oração e pregação ao povo, mas situados em locais mais ermos e rurais. Como referimos, a entrada desta tendência dá-se nos finais do século XIV, mais precisamente em 1392, com frades oriundos da Província de Santiago, que nesta data fundam quatro conventos na região em estudo. São eles: São Francisco do Monte de

Viana do Castelo (26), Nossa Senhora da Ínsua de Caminha (28), Santa Maria de Mosteiró de Valença (29) e São Paio dos Milagres, de Vila Nova de Cerveira (30). (Moreira, 2000, p. 274)

Neste seguimento surge o Convento de São Francisco de Vale de Pereiras (36), fundado no séc. XIV, em Ponte de Lima, inicialmente do ramo masculino e claustral, mas que no séc. XVI, mais concretamente em 1515, foi ocupado por uma comunidade feminina, por iniciativa de uma monja que vivia em Santa Clara de Vila do Conde, D.Guiomar Ferreira. Este convento foi escolhido em detrimento de outro convento do ramo masculino e observante, também existente em Ponte de Lima, fundado no séc. XV, o Convento de Santo António (27). (Sousa, 2006, p. 300)



Mapa 9 - Instituições franciscanas a Norte do Douro, no século XV

Fonte: (Marques, 1982, p. 20)

Diversas são as alterações que a Ordem Franciscana sofre ao longo dos tempos, desde a extinção da tendência claustral em finais do séc. XVI, até à divisão dos observantes em duas vertentes: os da regular observância e os da estrita observância. (Sousa, 2006, p. 258) São estes últimos que mais nos interessam. Apelidados de *Capuchos*, cultivavam uma forma de vida mais austera. No distrito de Viana do Castelo encontramos quatro casos seguidores desta tendência, com fundações entre o século XVII e XVIII. São eles o Convento de Santo António de Viana do Castelo (34), o Convento de



Nossa Senhora da Conceição de Melgaço (32), o Convento de São Bento e de Nossa Senhora da Glória de Monção (33) e o Convento de São Bento nos Arcos de Valdevez (35).

### **3.1.5.2 Ordem dos Pregadores (Ordem Dominicana)**

Esta ordem mendicante teve como fundador São Domingos de Gusmão (1170-1221). Daí a sua designação de *Dominicana*. Foi confirmada por bula papal em 1216, e como o nome indica, tinha como objetivo primordial a pregação e divulgação da fé. Partilhando os votos de uma pobreza mendicante, dedicaram-se ao ensino e à pregação junto das populações no espaço público. A estabilidade desta ordem foi afetada por uma série de fatores: “*a crise do século XIV, a Peste Negra (1346) o Cisma do Ocidente (1378) e a luta pela independência (1383) romperam a unidade dominicana peninsular em torno de dois pontífices e duas coroas.*” (Rolo, 2000, p. 82) Os Dominicanos, assim como os Franciscanos, foram alvo da separação entre “conventuais” e “claustrais”, cisão esta que findou em 1513, com a formação de uma única Província. (Costa, 2002/2003, p. 129)

O único caso dominicano que encontramos na nossa área de estudo é o do Convento de São Domingos (38), implantado na malha urbana da cidade de Viana do Castelo, fundado no século XVI. A construção deste convento deve-se a Bartolomeu dos Mártires, frade dominicano que aceitou ser arcebispo de Braga em 1559. Durante uma visita à cidade de Viana, verificou a ázafama mercantil suscitada pelo porto de mar, ocupado por embarcações nacionais e estrangeiras. Entendendo que este ambiente de riqueza provocava instabilidade nos percursos da fé do povo vianense terá considerado o prelado ser aconselhável a criação de uma paróquia e de um convento de Frades Pregadores. (Rodrigues, 2003, p. 96). Apesar da explicação aduzida, o facto de Frei Bartolomeu dos Mártires ser, ele próprio, um Dominicano, não será estranho a sua iniciativa, num espaço em que não existiam mosteiros dessa filiação monástica.

Pensando na contenção de custos, foi solicitado a Roma a anexação ao Mosteiro de S. Salvador da Torre (1), pedido aprovado em Bula Papal em 1561. Foi nomeado em 1562 Frei Jerónimo Borges como vigário do Convento, a quem Bartolomeu dos Mártires (aquando da sua estadia em Trento) deixou as seguintes indicações relativamente à construção do imóvel: “(...) *E por particular mercê de Deus tenho que os princípios d’essa casa se entregassem a pessoa que juntamente com o espírito e zelo de Deus tenha engenho para obras: porque d’aqui nascerá que o espírito de Deus temperará o engenho edificativo, e não permitirá que seja supérfluo, mas que se edifique uma casa que em*

*alguma maneira cheire à santa pobreza, e em alguma maneira se pareça com os edifícios que desejavam nossos Padres antigos (...) Se vossa Reverência e eu queremos edificar por amor de Deus, assim convem que o façamos, que não agravemos a Deus, nem tenhamos de que dar conta, d'onde nos parecia que ganhávamos coroa. Especialmente este edifício que se edifica com sangue de pobres: pois a renda que se para isso applicou deputada estava para os pobres.”* (Rodrigues, 2003, pp. 97,98)

### **3.1.5.3 Ordem do Carmo (Carmelitas)**

A origem desta ordem situa-se entre 1153 e 1159 e tem lugar no Monte Carmelo, na costa de Israel, onde é construída uma pequena capela junta à gruta do profeta Elias, modelo e pai espiritual desta ordem. Não foi fácil a aprovação desta Ordem por parte das restantes, principalmente após a proibição da criação de novas Ordens após o Concílio de Latrão, em 1215. Esta só conseguiu aprovação por Bula Papal em 1226. *No dia 1 de Outubro de 1247, na carta Quae honorem conditoris, Inocêncio IV publicou a regra carmelita com as modificações introduzidas. Estas modificações foram as seguintes: as fundações não seriam necessariamente nos desertos; as refeições eram tomadas em comum; era obrigatória a recitação do ofício divino (antes só se recitavam os salmos); o tempo de silêncio rigoroso era reduzido desde completas até à hora de prima; a abstinência era mitigada a favor dos religiosos itinerantes e mendicantes.* (Vechina, 2000, p. 298)

A expansão para o território europeu não foi fácil, quer pela reação de quem os acolhia, vendo neles mais uns solicitadores de esmolas, quer pela adaptação dos próprios religiosos, habituados a um estilo de vida eremítica e pouco confortáveis com as alterações introduzidas à Ordem. A conturbada expansão faz com que a Ordem fosse alvo de reformas. Uma delas tem lugar após o Cisma do Ocidente e outra após o Concílio de Trento, donde surgem os Carmelitas Descalços. (Lourenço, 2000, p. 294)

Para a região que nos propomos estudar, encontramos dois casos de Carmelitas Descalços, ambos na cidade de Viana do Castelo, um do ramo masculino, o Convento de Nossa Senhora do Carmo (39), com fundação no séc. XVII, e outro do ramo feminino, o Convento das Carmelitas (40), com fundação no séc. XVIII.

O convento masculino teve a sua génese no Capítulo Provincial que ocorreu no Convento Carmelita de Lisboa, no ano de 1616, onde foi tomada a decisão da criação de um Convento da Ordem na cidade de Viana do Castelo. Para tal, foram enviados dois

religiosos, que após vários esforços, principalmente económicos, em 1625 inauguravam o novo convento e em 1647 a Igreja. (Fernandes, 1978, pp. 75,76,77)

O Convento das Carmelitas (40), também conhecido como Mosteiro do Desterro, de implantação mais tardia, da segunda metade do séc. XVIII, foi o penúltimo desta Ordem em Portugal, inaugurando-se no ano seguinte o Convento do Coração de Jesus, em Lisboa. (Pinho, 2008/2009, p. 323)

#### **3.1.5.4 Ordem das Ursulinas**

Esta Companhia ou Instituto foi fundado no século XVI em Itália por Santa Ângela Merici. *A companhia era uma nova alternativa para mulheres da época, entre o casamento e a clausura: as companheiras não faziam votos, não usavam hábito, não tinham casas comunitárias, nem rezavam o ofício. Viviam com as próprias famílias e andavam pela cidade para cuidar dos doentes, dar catequese e exortar os habitantes à penitência. Propunham-se, pois, viver uma vida consagrada em virgindade, pobreza e obediência. (...) Como a regra das Ursulinas lhes impunha a obra da catequese nas paróquias e os votos eram simples e particulares, os seus mosteiros apresentavam uma fisionomia especial: tinham clausura mas podiam sair para exercer a sua missão. (...)* (Maria Vieira in Azevedo, 2000, p. 324)

Com o Concílio de Trento, as Ursulinas foram obrigadas a viver em clausura e a professar solenemente, sendo este Instituto considerado Ordem religiosa de clausura em 1612, através de Bula Papal, professando o voto do ensino de meninas. O seu sucesso na educação foi de tal forma intenso, em todas as classes sociais, que incentivou a sua rápida expansão por toda a Europa. (Vieira, 2000, p. 324)

A chegada a Portugal ocorreu em 1753, implantando-se a primeira comunidade na vila de Pereira, Coimbra. Deste convento partiram as responsáveis pela fundação do Real Colégio das Chagas do Convento das Ursulinas (41), em 1778, implantado na cidade de Viana do Castelo, junto ao atual Hospital de Santa Luzia (ULSAM - Unidade Local de Saúde do Alto Minho).

A especialização destas religiosas no ensino teve especial influência na arquitetura dos espaços que habitavam. Votadas à clausura, ninguém poderia penetrar nas instalações do mosteiro, como se pode ler no nº 2-3, do Cap. VI, da Parte I da sua Constituição: *“Permite-se às Religiosas o ter Educandas em um apartamento ou lugar separado, mas fechado dentro da clausura do Mosteiro, no qual elas habitarão, comerão, dormirão e serão instruídas por quem a Superior ordenar.”* (Rocha, 1995, p. 124). Na realidade,

embora o ensino fosse ministrado de forma idêntica, o colégio estava dividido em duas partes, de diferente cariz social: uma parte de internas, meninas dos grupos sociais de elite, que suportavam as suas despesas de estadia e a alimentação, e outra dedicada à comunidade em geral, destinada, de forma gratuita, às meninas com menos posses. (Rocha, 1995, p. 125).

## **3.2 Vicissitudes históricas**

### **3.2.1 Contexto político até à Guerra Civil**

Se até agora se enunciaram os quadros de fundação dos diversos conjuntos monásticos em estudo, condicionantes das opções que assistem à sua localização e edificado, outras circunstâncias marcarão um outro momento deste percurso: as que assistem à sua extinção. Como em pouco mais de 100 anos, entre 1750 e 1853, tiveram lugar oito reinados, e como esta época foi marcada por uma grande instabilidade e por uma série de tumultos político-institucionais, orientados para uma crescente vontade de controlar o poder religioso, quer a nível nacional, quer internacional, pareceu necessário elaborar uma breve cronologia, onde destacamos momentos de maior relevância e algumas personagens fulcrais para o desenrolar de acontecimentos com incidência no processo em estudo:

Assiste-se, em 1759, no reinado de D. José I, à expulsão dos Jesuítas, decretada pelo então Secretário de Estado do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido por Marquês de Pombal (1699-1782). O mesmo que a partir de 1770 inicia um processo de extinção de determinados mosteiros, em particular da Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. Após aprovação pontifícia, os seus religiosos foram transferidos para o recente Convento de Mafra, bem como os bens e as rendas dos extintos conventos. Neste contexto, foi extinto o Convento de Salvador de Paderne (25), no concelho de Melgaço. Houve ainda a tentativa, por parte do Marquês, de estender a extinção dos mosteiros à comunidade beneditina, em 1777, mas esta não foi bem sucedida, devido à morte do Rei. (Ramos, 2007, p. 35)

Em 1790, já no reinado de D. Maria I, assiste-se à proibição de admitir noviços nas casas religiosas, através da Lei de 10/II/1790 da Junta do Exame para o Estado actual e Melhoramento temporal das Ordens Religiosas (Dias, 2007, p. 56)

Entre 1807 e 1814, e no contexto da Guerra Peninsular, episódio das guerras napoleónicas, foram três as investidas das tropas francesas em território português. A



segunda invasão francesa foi particularmente sentida pelos mosteiros situados em Entre Douro e Minho, os quais foram ocupados pelos militares, obrigando os religiosos a fugir. Estes tumultos envolviam também um esforço financeiro muito acentuado para os mosteiros, que eram obrigados a pagar a Décima e o Quinto como contributo para a guerra. (Dias, 2007, p. 56)

Entre 1808 e 1821 assiste-se à transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. Com receio dos ataques do Exército de Napoleão Bonaparte, a Família Real, a sua Corte de Nobres e respetivos criados estabeleceram-se na cidade do Rio de Janeiro.

Em 1820, a Revolução Liberal do Porto dá início a um processo que irá lançar e consolidar o Constitucionalismo Monárquico Português, marcado por uma viragem para um mais acentuado laicismo político. Nesta data, e para se entender o panorama do mundo dos religiosos em números, existiam no total 611 casas com 12980 religiosos/as. (Dias, 2007, p. 58) Em 1822 é aprovada a Primeira Constituição Portuguesa, marco fundamental na História Política de Portugal, e tentativa de pôr termo ao absolutismo e implementar uma Monarquia Constitucional.

O período de 1828 a 1834 é marcado por uma conturbada Guerra Civil, travada entre liberais e absolutistas, resultante da disputa pela sucessão ao trono após a morte de D.João VI, em que se confrontava o absolutismo de D. Miguel com as conquistas mais liberais de D. Pedro V (Santos, 1998), cujo partido sai vencedor e com ele, uma vertente mais laica e até anti-eclesiástica.

Em 1832, a 3 de Abril, é promulgado o decreto que extingue as ordens e corporações religiosas nos Açores. Mouzinho da Silveira defendia que *“a Nação não pode manter depois da separação do Brasil, tão grande número de pessoas que directa ou indirectamente viviam do trabalho alheio.”* (Ramos, 1992, p. 12).

De 1833 data o decreto que formava a *Comissão de reforma geral eclesiástica* e do qual resultou a publicação de mais cinco decretos, neste mesmo ano, tendo em vista a supressão do clero regular e secular, sendo uma das medidas a extinção de conjuntos monásticos onde habitassem menos de 12 religiosos. (Dias, 2007, p. 59)

Percebe-se, então, a incompatibilidade de ideais e os caminhos divergentes que o poder político e o poder religioso seguiam. Numa perspectiva maniqueísta, entendia-se que os liberais promoviam o progresso e o desenvolvimento da Nação e os religiosos a sua decadência. (Araújo & Silva, 1985, p. 17) A guerra travada entre liberais e absolutistas tornou o ambiente perfeito para acentuar estas divergências. No entanto, este tema extrapolava o mundo religioso ou mesmo político, apresentando-se como resultado

de uma dinâmica social, muito presente nos escritos da época. (Araújo & Silva, 1985, pp. 26,27)

Uma das personagens que se destaca é precisamente José Agostinho de Macedo (1761-1831), padre, polemista e escritor, defensor dos ideais miguelistas, que escreveu, um ano antes de falecer *Os Frades ou Reflexões Philosophicas sobre as Corporações Regulares*, em que se insurge contra os movimentos liberais, enfatizando as inúmeras qualidades e benefícios trazidos pelos religiosos.

*“Sim, Senhores, vão dar este passeio, e se lhes couber no tempo estendão este passeio até á fertilissima Provincia do Minho, e perguntem o que era aquillo alli antes de se formarem aquellas Herdades tao ferteis, e tão bem cultivadas? Que terreno era aquelle, onde não descobrem nem hum palmo de chão, que não seja productivo? Donde viera o augmento de huma População, sempre activa, e sempre laboriosa? Ouvirão dizer a huma voz a todos aquelles Colonos, sempre alegres, sempre fartos, sempre tranquillos, elles gordos, os filhos como tânhos, e as mulheres com duas faces como bagos de romã: - Senhores, por aqui andárão os Frades. Tudo isto erão brenhas, e agora são Jardins; aqui moravão Feras, e hoje pastão Rebanhos. Aqui no Minho no tempo dos Reis Suévos, e depois dos Reis Suévos, no tempo dos Ricos Homens de Caldeira, e Pendão não aandavam por aqui senão Caçadores do Monte matando Ursos, e Javalís, ou Senhores Infanções atormentando, como os Direitos feudaes, pobres, despidos, e miseraveis Vassalos; todas estas Aranhas venenosas fugirão ao nome de S. Bento: seus filhos, he verdade, trazião um cachaço gordo, mas dentro em pouco tempo fizerão taes cousas com huma roçadoura, e enxada na mão, animando-os, e ensinando-os com o seu exemplo, e muito mais pagando-nos pontualmente com o seu dinheiro, que o nosso cachaço não apparecêo menos gordo do que elles trazião, e conservavão o seu.”* (Macedo, 1830, pp. 18,19)

Apesar da tentativa de alguns religiosos para enaltecer a sua *classe*, o movimento liberal ganhava terreno e as medidas legislativas tomadas anteriormente criavam o panorama ideal para a publicação do decreto que surpreendeu pela sua amplitude, e cujas consequências a longo prazo foram determinantes: o decreto de 28 de Maio de 1834.

### **3.2.2 A extinção das ordens religiosas**

Precede o decreto de 28 de Maio de 1834 um extenso relatório redigido por Joaquim António de Aguiar (1792-1884), pelo qual recebeu a alcunha de Mata-Frades.

Aquando da formulação do decreto era Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça. Pela descrição fervorosa e pela sua clareza acerca das relações entre Estado e Igreja, consideramos relevante destacar algumas ideias, quer do relatório, quer do decreto, elaborados num momento considerado como o ponto de viragem para o futuro dessas entidades religiosas e do respetivo património. Lê-se no relatório:

*“SENHOR – Está hoje extinto o prejuízo, que durou séculos, de que a existência das Ordens Regulares é indispensável á Religião Catholica, e útil ao Estado; e a opinião dominante é que a religião nada lucra com ellas, e que a sua conservação não é compatível com a civilização, e luzes do seculo, e com a organização política que convem aos Povos. (...) Uns fugiam das cidades e povoações para se purificarem no ermo com os pensamentos da eternidade: eram leigos, que procuravam a clausura, não por modo de vida, mas por devoção espontânea: eram cidadãos uteis, apesar de separados da Sociedade, porque tiravam a subsistência não dos fieis, nem do Estado, mas do trabalho de suas mãos, a que indispensavelmente consagravam muitas horas por dia em todo o decurso do anno; (...) – Os outros pelo contrario fugiram como espavoridos da solidão para os povoados, e para as cidades mais ricas e populosas; abandonaram o trabalho como indecoroso ao character Sacerdotal, a que foram elevados; obtiveram e arrancaram muitas vezes dos Príncipes e dos Póvos doações ilimitadas, (...) attentaram contra a segurança e contra a autoridade dos Reis, e contra os Póvos: derramaram o fanatismo pelas diferentes classes do Estados; perturbaram a paz da Igreja, (...) excogitaram os mais astuciosos meios de amontoar riquezas; propagaram a crença, que durou seculos, de que os pecados eram perdoados a quem mais dêsse aos mosteiros, e a outra da proximidade do fim do mundo; a credulidade trouxe assim grandes doações aos mosteiros, acreditou-se que o meio mais seguro da salvação das almas era fundar uma casa religiosa, ou deixar todos os bens; (...) e por meio de tão fecundas fontes conseguiriam apoderar-se de todos os bens do mundo, se o número dos timoratos e dos crédulos não tivesse diminuído com a penetração das luzes; e os Principes não tivessem limitado as aquisições por meio de leis muitas vezes repetidas; a opulência e luxo dos Religiosos chamaram ao seio destas associações; (...) principalmente depois do Seculo 13, quando apareceram no mundo as quatro famílias dos mendicantes, que revitalizando e excedendo logo a todas as creações dos Seculos passados aggravaram ainda tantos males (...) O que foram os Jesuítas depois do Concílio de Trento (diz um grande canonista dos nossos tempos) eram os Franciscanos, e Dominicos do Seculo 13 até*

*áquelle Concilio. Foi então principalmente que se manifestaram em toda a sua luz os efeitos subversivos das isenções. (...) A existência das Ordens Religiosas não se combina com as máximas d'uma sã politica, e é destructiva dos fundamentos da prosperidade publica. A força d'uma Nação depende da sua população; a população, dos casamentos; o maior numero de casamentos, do maior numero de proprietários: as Ordens Religiosas são duplicamente prejudiciais á população: como celibatárias deixam grande vazio nas gerações; como corpos de não morta, absorvendo enorme propriedades, que não se tornam mais a alienar, fazem com que o numero considerável d'individuos não possam ter um palmo de terra, e por conseguinte se condemne também a um celibato necessário: subdividindo-se e mobilizando-se esses enormes fundos territoriais, que resultará? O Estado lucrará nos direitos provenientes de compras e vendas, tornadas então possíveis e prováveis: a agricultura prosperará, porque todos esses terrenos limitados, e postos em relação com as forças físicas de seus futuros possuidores, serão bem cultivados, e sempre com géneros uteis: a industria e commercio, por uma consequência necessária, receberão o seu acréscimo da actividade: a convicção das vantagens d'uma tal medida repassará até a ultima camada social, para a qual o melhor argumento é a riqueza: a população se augmentará, e com ella todas as forças do Estado.” (Ramos, 1992, pp. 20,21,22 e 24)*

O Decreto, em coerência com a justificativa do Relatório estabelece: *“Tomando em Consideração o Relatório do Ministro do Secretario d’Estado dos Negocios Ecclesiasticos e de Justiça, e Tendo ouvido o Conselho d’Estado: Hei por bem, em Nome da Rainha, Decretar o seguinte:*

*Artigo 1º. Ficam desde já extinctos em Portugal, Algarve, Ilhas adjacentes, e Dominios Portuguezes todos os Conventos, Mosteiros, Collegios, Hospicios, e quaesquer Casas de Religiosos de todas as Ordens Regulares, seja qual for a sua denominação, instituto ou regra.*

*Artigo 2º. Os bens dos Conventos, Mosteiros, Collegios, Hospicios, e quaesquer Casas de Religiosos das Ordens Regulares, ficam encorporados nos Proprios da Fazenda Nacional. (...) (Ramos, 1992, p. 24)*

O destaque dado a este decreto deve-se ao facto de ele identificar um marco referencial no nosso percurso de investigação, pelo que implica em relação aos usos dos espaços monásticos. Em Viana do Castelo, foram considerados extintos 40 conjuntos



monásticos. Tal como acontece com a data de fundação, não temos informação relativa à extinção do Mosteiro de S.Salvador de Sabadim (11). Da análise do gráfico 5 percebe-se que, até 1833, tiveram lugar alguns casos de extinção pelos fatores que enuramos anteriormente, mas é em 1834 que a maioria dos casos acontece, todos eles do ramo masculino. Como o decreto determina, os conventos femininos só seriam extintos após a morte da última religiosa, daí os seis casos presentes na coluna mais à direita do gráfico, estando quatro deles implantados no aglomerado urbano de Viana do Castelo.

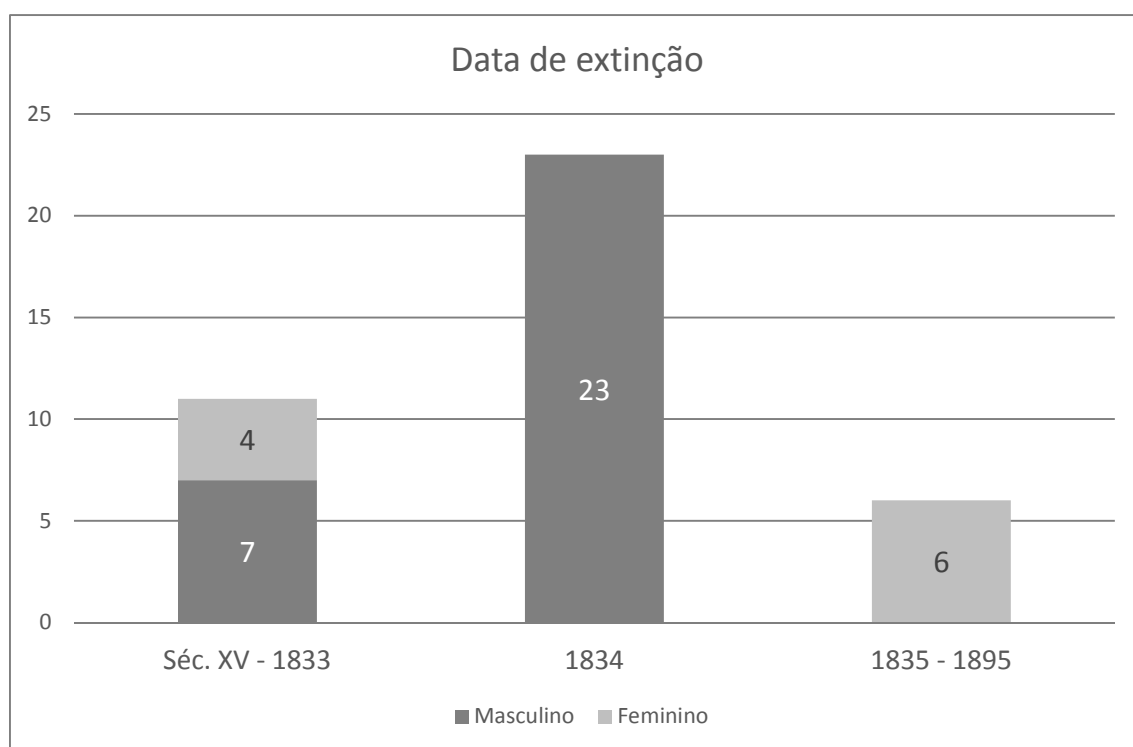


Gráfico 5 - Extinção das ordens religiosas nos conjuntos monásticos no distrito de Viana do Castelo. Distribuição cronológica.

Fonte: Base de Dados

### 3.2.3 Destino dos bens nacionais

Conforme já citado no artigo 2º, todos os bens pertencentes às Ordens e Congregações Religiosas passaram para a Fazenda Nacional. Seria pois necessário proceder à inventariação e classificação dos bens, móveis e imóveis, dessas instituições. A diversidade e a quantidade de bens imóveis eram notórias, mas, norma geral, foram encontrados três destinos para os conjuntos monásticos: as igrejas dos conventos seriam propriedade da Igreja Católica, assumindo-as como as sedes das paróquias das respetivas

comunidades; a maioria, senão todos os conventos em zonas urbanas seriam apropriados pelo Estado; os restantes vendidos em hasta pública.

Como podemos analisar relativamente aos gráficos de propriedade, embora eles demonstrem o estado atual, é notória a supremacia da Igreja Católica como detentora das Igrejas e a dos particulares como detentores das alas conventuais.

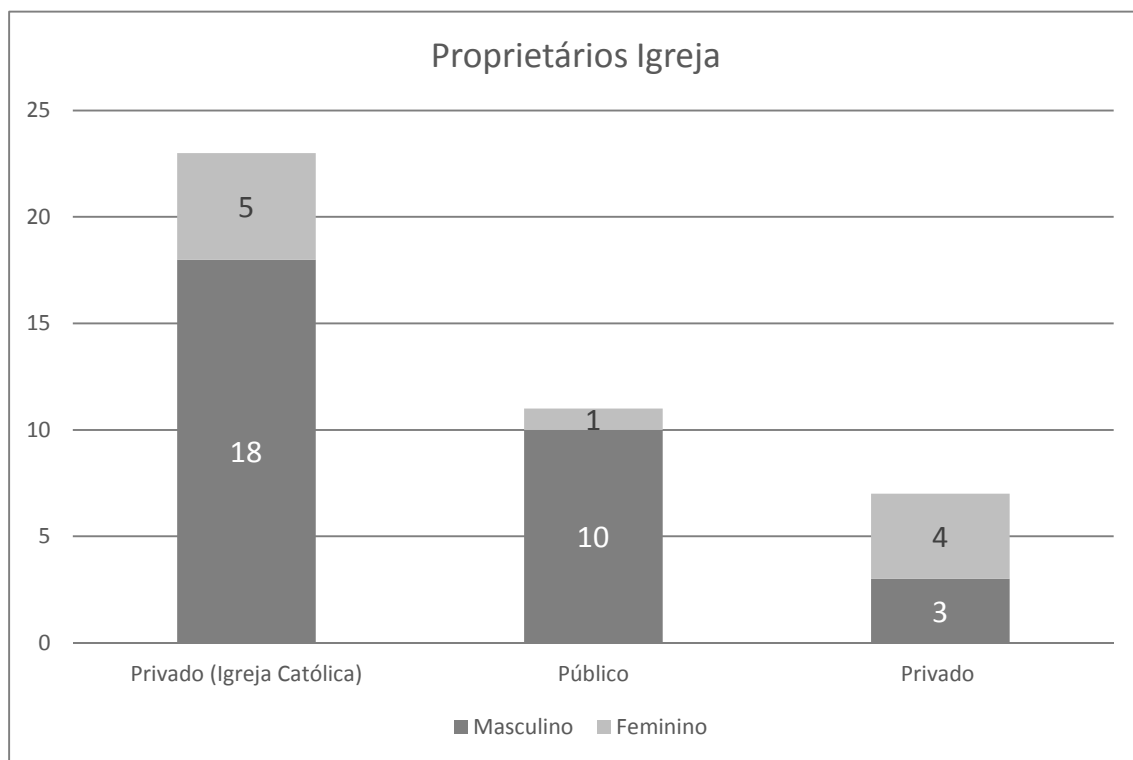


Gráfico 6 - Proprietários das igrejas inseridas nos conjuntos monásticos no distrito de Viana do Castelo.

Fonte: Base de Dados

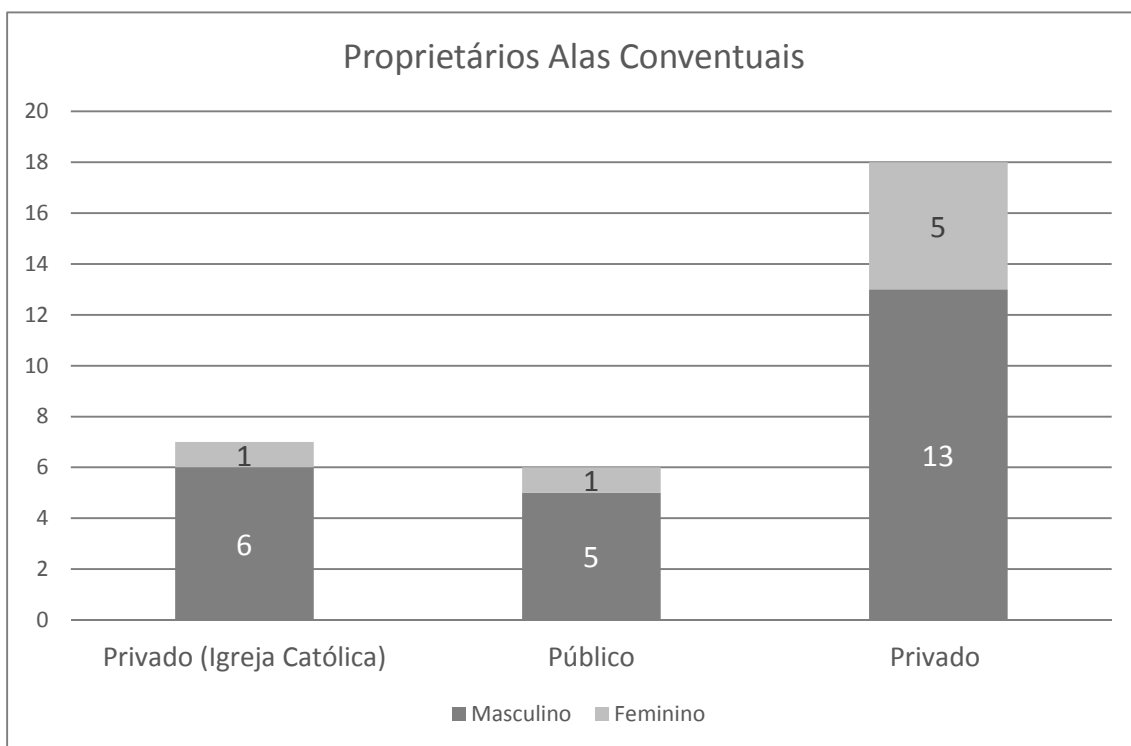


Gráfico 7 - Proprietários das alas conventuais inseridas nos conjuntos monásticos no distrito de Viana do Castelo.

Fonte: Base de Dados

Este período, marcado pela instabilidade e pela estagnação económica, levou a que estas instituições, desprotegidas pelos seus anteriores habitantes, fossem alvo de desvio e roubo de bens, como reporta o diário *O Nacional* em 1835 “*todos sabem de que maneira escandalosa tem levado submisso muitas preciosidades encontradas nos conventos das extintas ordens regulares; livros riquíssimos têm desaparecido, e alguém diz que já tem visto alguns na feira da ladra; obras de prata de um valor considerável em mão de obra, insignificantes pela quantidade no metal, nos consta que se tem desmanchado para fazer dinheiro.*” (Cit in Ramos L. A., 1992, p. 14,15)

Quanto nos referimos ao espólio dos arquivos monásticos, o cenário torna-se igualmente assustador, sendo algumas das causas para o seu desaparecimento as apresentadas no *Inventário do Fundo Monástico-Conventual*:

- a) *O abandono a que muitos cartórios foram votados, referido por João Pedro Ribeiro, Alexandre Herculano, Alberto Feio, António Baião, etc.*
- b) *Os incêndios, como, por exemplo, sucedeu à documentação de Salzedas, que ardeu em 1841 no Seminário de Viseu, e à do cartório do Mosteiro de Fiães*

(*Melgaço*), incendiado pelos lavradores da Galiza, para se libertarem dos foros que lhe pagavam.

c) *A apropriação por particulares, que nuns casos os conservaram, noutros os terão destruído ou usado como inutilidades.* (Araújo & Silva, 1985, p. 38)

Outra causa que contribuiu para este desaparecimento é apontada pelo por Avelino Jesus da Costa: “*Quando foi transportado para Viana do Castelo o Cartório do **mosteiro de Refojos de Lima** (em que estavam incorporados os de **S.Martinho de Crasto** e de **Vila Nova de Muia**) os carros de bois, que o transportavam, foram deixando cair livros, que ficaram abandonados na estrada, sem que ninguém se preocupasse.*” (Costa, 1980, p. 536)

Embora muito tardiamente, o Estado percebeu que teria de tomar uma posição perante este panorama de desordem e de espoliação, panorama em que se destacou Passos Manuel (1801-1862). Este advogado, que se iniciou na Maçonaria, defensor convicto das ideias liberais, enquanto Ministro do Reino, publicou uma série de Portarias entre 1836 e 1837<sup>10</sup>, com o intuito de proteger os bens dos antigos conventos de forma a transferi-los para os novos estabelecimentos instituídos, em especial os do ensino.

Relativamente ao património edificado conventual, terá havido uma tentativa inicial de o salvar através da Carta de Lei de 15 de Abril de 1835, que define o modo de venda dos Bens Nacionais, criando algumas exceções como podemos ver pelo artigo 3º, referente *As Obras e Edifícios de notavel antiguidade que mereçam ser conservados como primores de arte, ou como monumentos historicos de grandes feitos, ou de Epocas Nacionaes.*” (Rebelo, 2013, p. 334)

Do património que ficou na posse no Estado, a sua maioria foi agrupado nos diferentes ministérios, daí as muitas novas e distintas funções que estes estabelecimentos assumiram, como por ex. quartéis, hospitais, escolas, bibliotecas, tribunais, hospícios, sedes de ministérios e municípios, etc., matéria sobre que nos debruçaremos nos próximos capítulos.

Como seria de esperar, as obras de alteração e adaptação aos novos programas funcionais iriam criar grandes danos à arquitetura destes equipamentos. Também Ministro do Reino, e cúmplice das ideias de Passos Manuel, surge Rodrigo Fonseca de Magalhães (1787-1858), que defende um novo conceito de defesa do património edificado, como se pode ver pela Portaria nº 28, de 29 de Janeiro de 1840, de que é autor:

---

<sup>10</sup> Circular de 7 de Outubro de 1836, Portaria de 9 de Novembro de 1836, Portaria de 30 de Dezembro de 1836 e Portaria de 10 de Abril de 1837. (Ramos, 1992, pp. 12,13)

*“Não se façam, decreta em 1840, obras de reparo ou reforma, que alterem a ordem e plano segundo o qual foram construídos, por isso que da conservação da sua antiga forma e desenho depende o merecimento que os qualifica de primores de arte, ou de recordação histórica, e de Glória Nacional. (...) Impunha-se de futuro não destruir, nem desfear a construção primitiva: “empregando-se escreve o ministro, o maior desvelo em que a par do belo antigo não continuem a aparecer ignóbeis remendos modernos, documento de ignorância e de falta de estima por essas gloriosas antiguidades. O Governo seria doravante chamado a intervir em qualquer obra do género.” (Cit in Ramos, 1992, p. 18,19)*

Não poderiam estes assuntos ser tão atuais como hoje, em que continuam a ser assuntos candentes a venda de bens nacionais para pagamento da dívida pública e o modo de intervenção no património (hoje com uma noção muito mais alargada) e a interação entre os seus diferentes agentes.

Percebendo a génese da opinião desfavorável relativamente aos arquitetos, cito Alexandre Herculano, no seu texto *Monumentos Pátrios* de 1838, que tão bem caracteriza o pensamento atual de uma boa parte da população, ainda que, felizmente, não a totalidade:

*“Ainda assim, restar-nos-hiam hoje em mosteiros, em cathedraes e em outros edificios consagrados ao culto inestimaveis monumentos, se nesta terra, desamparada de Deus e da arte, tivesse havido sequer um vislumbre de gosto e de veneração pelo passado, e não fosse justamente entre o clero, isto é, entre os guardadores naturaes desses mesmos monumentos, que surgissem os seus mais funestos adversarios. Porém os bispos sabiam theologia e direito canonico; os conegos e parochos, alguns sabiam latim; os frades, pelo menos os membros das antigas ordens monachaes, eram eruditos e homens de letras; mas nem os bispos, nem os conegos e curas d'almas, nem os frades entendiam de architectura. Entregaram tudo aos architectos e mestres de obras, que estragaram tudo.” (Herculano, 1838, pp. 13,14)*



## 4 – DE ESPAÇO RELIGIOSO A PATRIMÓNIO CULTURAL

### 4.1 Classificação Patrimonial

#### 4.1.1 O caso do distrito de Viana do Castelo

Ao analisar o panorama de classificação do património em questão torna-se evidente o grande número de imóveis que não se encontram abrangidos pelas medidas de salvaguarda inerentes a um ato de classificação de um imóvel como sendo de interesse patrimonial. As igrejas são as mais classificadas, como *Monumento Nacional* ou *Imóvel de Interesse Público* e poucos são os casos de classificação da totalidade do conjunto monástico.

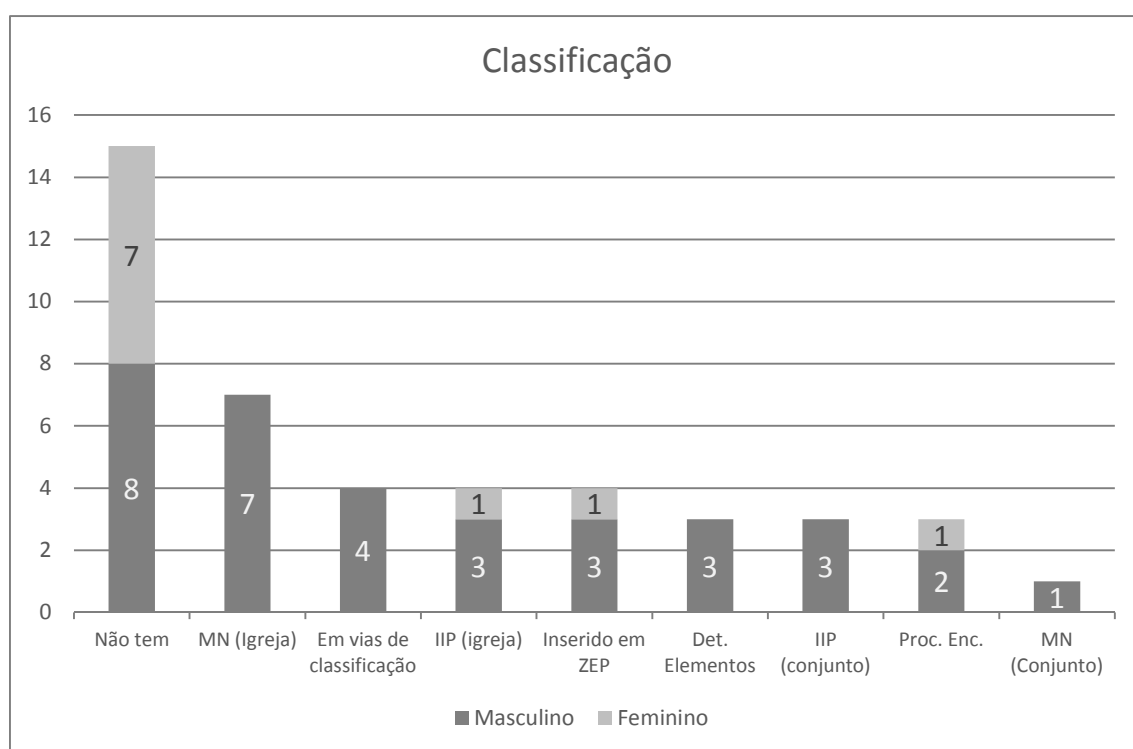


Gráfico 8 - Classificação dos conjuntos monásticos no distrito de Viana do Castelo.

Legenda: MN (Monumento Nacional), IIP (Imóvel de Interesse Público), ZEP (Zona Especial de Proteção), Proc. Enc. (Procedimento Encerrado)

Fonte: Base de Dados

Da breve avaliação do estado de conservação exterior destes imóveis, após as visitas efetuadas, podemos constatar que classificar e salvaguardar não são termos indissociáveis, pois muitos são os casos a necessitar de manutenção urgente, mesmo sendo classificados. No entanto, observamos que os casos classificados e de propriedade pública apresentam melhor estado de conservação, quer do imóvel, quer da sua

envolvente e respetiva acessibilidade que os casos de propriedade privada, em especial de particulares.

Diz sobre este assunto Carlos Alberto Ferreira de Almeida, num texto de 1993, *Património – Riegl e Hoje*, o qual se encontra ainda atual, mais de 20 anos volvidos:

*“Classificar para salvaguardar é um bom meio jurídico mas é pouco, ao passo que classificar por respeito e para tornar notório um imóvel é uma aconselhável via de alcance cultural. Classificar bem é uma contínua chamada de atenção para a reflexão. Sempre que há uma classificação, mas sobretudo quando ela é pedida por associações ou entidades locais ou regionais, passa a existir uma espécie de contrato que interliga o imóvel aos diferentes intervenientes. O monumento fica, legal e culturalmente, mais ligado à sociedade e disto resulta uma acção formativa, não apenas impeditiva. O Património tem de ser aceite e estimado e não apenas protegido. Ele não é uma simples reserva mas deverá ser, antes uma abraçável aceitação.”* (Almeida, 1993, pp. 412, 413)

No tocante à classificação dos imóveis em análise, entre a legislação que validou a sua classificação, importa citar o decreto de 16 de Junho de 1910 e o decreto nº129/77 de 29 de Setembro de 1977, sobre os quais nos debruçaremos nas próximas alíneas.

#### **4.1.2 Medidas legislativas relevantes até 1910**

A compreensão do panorama legislativo que culminou na publicação do decreto de 16 de Junho de 1910 implica, segundo Lúcia Cardoso Rosas, a sua contextualização num período que remonta a 1835. O primeiro marco desse período é a Carta de Lei de 15 de Abril de 1835 que *“determina o modo de venda dos Bens Nacionais exceptuando: “As Obras e Edifícios de notável antiguidade que mereçam ser conservados como primores da arte, ou como monumentos históricos de grandes feitos, ou de Épocas Nacionaes.”* (Rosas, 1995, p. 12)

Destacaremos, porém, algumas outras datas que assinalam medidas legislativas relevantes para a tomada de consciência do património imóvel como símbolo identitário da nação, tendo noção de que, a par da intervenção do Estado, algumas figuras se evidenciaram neste período, promovendo esta luta nos seus escritos. Falamos, em especial e novamente, de Alexandre Herculano.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> De 6 de Maio de 1837, com a primeira edição de *O Panorama*, com o artigo *A Architectura Ghotica. Igreja do Carmo em Lisboa*, até 25 de Agosto de 1838, com a publicação no mesmo periódico do artigo *Monumentos*, Alexandre Herculano continua a publicar sobre a mesma temática em 1 de Setembro de 1838 o *Monumentos II*, em 9 de Fevereiro de 1839 o artigo *Mais um brado a favor dos Monumentos I* e em 16 de Fevereiro de 1839, *Mais um brado a favor dos Monumentos II*. Em 1872-1873 estes últimos

De 1836, em 19 de Fevereiro, data um diploma relativo às medidas de inventariação do património imóvel, propriedade das extintas ordens religiosas, solicitada pelo Governo à Academia de Ciências de Lisboa. Nele se destacam como objeto de classificação os edifícios que se evidenciem *"pela época da sua fundação factos históricos com que tem intima relação, monumentos fúnebres ou reliquias d'homens celebres que encerrão, ou finalmente pela sua architectura, e por qualquer destes motivos se tornão dignos de serem conservados pelo Governo como monumentos públicos, a fim de se poder sobrestar a tempo na venda, alienação, ou desorganisação destes objectos de interesse nacional"*. (Rosas, 1995, p. 349)

Em Março de 1840 é nomeado Luís Mouzinho de Albuquerque (1792-1846) como Inspetor-Geral do Serviço de Obras Públicas do Reino, o qual incluíra o artigo *A conservação dos monumentos* no seu *Relatório Geral Sobre as Obras Publicas do Reino*.” (Rosas, 1995, p. 352).

A portaria emitida em 27 de Outubro de 1858 determina, por sua vez, que os imóveis que devam ser classificados como monumentos nacionais serão alvo de inventariação e levantamento arquitetónico por parte do arquiteto e arqueólogo Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896). (Rosas, 1995, p. 353)

Uma outra portaria, de 24 de Outubro de 1880, incumbe a Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses de elaborar uma listagem dos imóveis que deveriam ser classificados como monumentos nacionais, determinando para tal uma equipa de trabalho. (Rosas, 1995, pp. 357,358)

Em 1881, e na sequência da portaria anteriormente referida, é publicado o *Relatório e mappa acerca dos edifícios que devem ser classificados monumentos nacionaes*, dividindo os monumentos em seis categorias. (Rosas, 1995, p. 358)

A 30 de Dezembro de 1901 são determinadas, em decreto, *as bases para a classificação de monumentos nacionais e de objectos móveis, pertencentes ao estado*. (Rosas, 1995, p. 363) A 16 de Julho de 1910 é assinado, e publicado a 23 de Julho, um decreto que discrimina a relação dos monumentos nacionais. Este é, sem dúvida, o culminar de um longo percurso, e de uma lenta caminhada para a definição do que é considerado o património nacional e das medidas que deverão ser tomadas para a sua conservação. (Rebelo, 2013, p. 333). A proclamação da República, a 5 de Outubro,

---

quatro textos são analisados, modificados e agregados num só título *Monumentos Pátrios* e publicados no volume II da edição *Opúsculos*. (Rosas, 1995, pp. 350,351 e 355)

terminando com o regime de monarquia constitucional, nada traz de radicalmente novo nesta matéria.

O decreto de 23 de Julho de 1910, divide os monumentos nacionais em 3 categorias e respetivas sub-categorias:

1 - MONUMENTOS PRÉ-HISTÓRICOS

(Antas e outros monumentos)

2 - MONUMENTOS LUSITANOS E LUSITANOS-ROMANOS

(Castros, entrincheiramento, povoações, castelos, marcos miliários, pontes, templos, arcos, fontes, estátuas, inscrições, ruínas).

3 - MONUMENTOS MEDIEVAIS, DO RENASCIMENTO E MODERNOS

3.1 Monumentos Religiosos (Catedrais, mosteiros, basílicas, igrejas, capelas, cruzeiros, túmulos e sepulturas).

3.2 Monumentos Militares (Castelos, torres, padrões)

3.3 Monumentos Civis (Paços reais, paços municipais, paços episcopais, paços de universidade, palácios particulares e casas memoráveis, misericórdias e hospitais, aquedutos, chafarizes e fontes, pontes, arcos e padrões comemorativos, pelourinhos, trechos arquitetónicos).

Encontramos, no referente ao distrito de Viana do Castelo, seis casos contemplados neste decreto, todos integrados na categoria 3 - *Monumentos Medievais, do Renascimento e Modernos*, três deles incluídos na sub- categoria *Monumentos Religiosos – Igrejas*, e os restantes três na sub-categoria *Monumentos Civis – Trechos arquitetónicos*. Neste último, encontramos uma enorme variedade de “diversos”, que vão desde frontarias de igrejas, a portais de capelas e janelas de casas particulares. Esta diversidade e este carácter fragmentário faz-nos questionar acerca da pertinência da sua classificação como Monumento Nacional, dado que se trata de um *trecho* e não de um *todo*, como nos casos anteriores. São eles:

**Trechos da Igreja do Mosteiro de Sanfins de Friestas (5)**

Ordem – São Bento, Masculino

Fundação – Séc. IX ?, Extinção – 1759

Localização - Concelho de Valença

Propriedade Pública

(A Igreja passa a Monumento Nacional em 1927 -

Dec. nº 14425, DG 228)



### **Igreja do Mosteiro de São Cláudio de Nogueira (7)**

Ordem - São Bento, Masculino

Fundação – Séc. XI, Extinção – Séc. XVI

Localização - Concelho de Viana do Castelo

Propriedade Pública: só existe a Igreja

---



### **Trechos da Igreja do Most. de Santa Maria de Fiães (18)**

Ordem - Cister, Masculino

Fundação – Séc. IX, Extinção – 1834

Localização - Concelho de Melgaço

Propriedade Pública: só existe a Igreja

---



### **Igreja do Mosteiro de São Salvador de Bravães (20)**

Ordem - Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Masculino

Fundação – Séc. XI, Extinção – 1434

Localização - Concelho de Ponte da Barca

Propriedade Pública: só existe a Igreja

---



### **Trechos da Igreja do Convento do Salvador de Paderne (25)**

Ordem - Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Masculino

Fundação – Séc. XI, Extinção – 1770

Localização - Concelho de Melgaço

Propriedade Pública: as restantes alas conventuais foram classificadas como Imóvel de Interesse Público pelo Dec. N.º 129/77, DR 226 de 1977.

---



### **Igreja de Santa Cruz (Convento de São Domingos) (38)**

Ordem – Pregadores (Dominicanos) , Masculino

Fundação – Séc. XVI, Extinção – Séc. 1834

Localização - Concelho de Viana do Castelo

Propriedade Pública: o imóvel foi inserido em Zona Especial de Proteção pela Portaria DG, 2.ª série, n.º 149, de 27 Junho de 1973)

---





Verifica-se que, neste universo, os casos seguem ordens religiosas variadas, todos sendo do ramo masculino e propriedade pública. Dois encontram-se no concelho de Viana do Castelo e outros dois no de Melgaço e à exceção da Igreja do Convento de São Domingos, que se encontra inserida no aglomerado da cidade de Viana, os restantes apresentam uma localização isolada, longe das populações.

#### **4.1.3 O decreto de 1977. Novas tipologias e critérios de classificação**

Destacamos, na nossa análise, o decreto nº129/77 de 29 de Setembro, por referir quatro casos de património monástico edificado do distrito de Viana do Castelo. No entanto, consideramos necessário referir alguns marcos que o antecedem, de modo a tornar mais claro o seu impacto.

A implantação da República, a incorporação pelo Estado de um elevado número de imóveis de elevado valor patrimonial, a agregação de campos de atuação cultural que o mundo religioso deixou indefinida, foram fatores que ampliaram significativamente a área de ação do Estado. Esta dilatação de áreas de intervenção incentivou a divisão de competências segundo ministérios, que na sua maioria se sobrepunham nas suas responsabilidades e poderes, como acontecia com os das Obras Públicas, Educação e Finanças, que disputavam entre si aspetos ligados ao Património. (Neto, 1995, p. 22)

É neste contexto que, em 1929, é criada a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) (Neto, 1995), organismo que chama a si todas as intervenções a ter nos então classificados Monumentos Nacionais. Não nos iremos debruçar sobre o papel desta instituição, que surge num contexto em que se promove o nacionalismo, em que se buscam, na consolidação da história da nação, as bases para a construção do progresso, através de um novo regime político, o Estado Novo, aprovado pela Constituição de 1933. (Neto, 1995, p. 23)

Neste contexto, o panorama legislativo apenas considerava um tipo de classificação para o património imóvel, o de Monumento Nacional. Este cenário veio a ser alterado pelo Decreto n.º 21 875, de 18 de Novembro de 1932<sup>12</sup>, que introduz outro tipo de classificação, o de Imóvel de Interesse Público, assim como o estabelecimento de

---

<sup>12</sup> Este decreto foi revogado pelo Decreto-Lei nº 173/2006 de 24 de Agosto, do qual transcrevemos o 1º parágrafo para melhor compreensão do panorama legislativo. “O Decreto nº 21 875, de 18 de Novembro de 1932, alterado pelos Decretos-Leis nºs 31 467, de 19 de Agosto de 1941, e 34 993, de 11 de Outubro de 1945, regula o estabelecimento de zonas de protecção de edifícios públicos de reconhecido valor arquitectónico, tendo em vista preservar a moldura e o ambiente em que os mesmos se inserem, a fim de não permitir a desvalorização estética dos mesmos.”

Zonas de Proteção a Imóveis Classificados e pela Lei nº 2032, de 11 de Junho de 1949, que introduz uma nova tipologia, a de Valor Concelhio. (Almeida, 1993, p. 414). Estas designações virão a constar do decreto nº 129/77.

Os casos mencionados no decreto e situados no Distrito de Viana do Castelo abrangem os dois mosteiros cistercienses inventariados, são todos do ramo masculino, dois deles situam-se no concelho de Melgaço e os seus proprietários variam entre o público e o privado. São eles:

### **Igreja do Mosteiro de Santa Maria de Fiães (18)**

Classificação: Monumento Nacional

(esclarecimento presente na alínea b) do artigo 4º)

Ordem - Cister, Masculino

Fundação – Séc. IX, Extinção – 1834

Localização - Concelho de Melgaço

Propriedade Pública: só existe a Igreja



### **Igreja do Mosteiro de Santa Maria de Ermelo (19)**

Classificação: Monumento Nacional

Ordem - Cister, Masculino

Fundação – Séc. XII, Extinção – 1560

Localização - Concelho de Arcos de Valdevez

Propriedade Privada: Igreja Católica



### **Convento de Salvador de Paderne (25)**

Classificação: Imóvel de Interesse Público

Ordem – Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Masculino

Fundação – Séc. XI, Extinção – 1770

Localização - Concelho de Melgaço

Propriedade Pública – Igreja;

Propriedade Privada – Alas Conventuais



### **Igreja, Claustro e Capela do Convento de Nossa Senhora do Carmo (39)**

Classificação: Imóvel de Interesse Público

Ordem - Carmelitas, Masculino

Fundação – Séc. XVII, Extinção – 1834

Localização - Concelho de Viana do Castelo

Propriedade Privada: Igreja Católica



## 4.2 Reutilizações do património religioso construído – uma reflexão

### 4.2.1 O processo de reutilização

Antes de abordar o panorama das novas utilizações do património monástico do distrito de Viana do Castelo, importa identificar algumas das posturas teóricas, diferenciadas entre si, quanto às formas possíveis de reutilização do património religioso construído.

Ao pesquisarmos sobre a ideia e a prática da reutilização de patrimónios monásticos na longa duração, percebemos que esta tem a sua própria história. Segundo Pierre Pinon<sup>13</sup>, poderemos enquadrá-la em três grandes fases distintas. Em todas elas identificamos fatores utilitários e culturais, que tendem a adquirir diferentes *pesos* consoante a evolução das sensibilidades e prioridades de cada época. Perto do final da Idade Média, o fator utilitário é dominante: as ruínas são encaradas como “*sites naturels*” *utilisables selon des critères purement techniques. Une ruine c’est d’abord une masse de maçonnerie dans laquelle on peut tailler, sur laquelle on peut construire.*” (Pinon, 1990, p. 235)

A partir do séc. XVI, o fator utilitário perde alguma importância, dando lugar ao valor cultural, no cuidado tido com novas intervenções e adições arquitetónicas relativamente ao edifício original, independentemente de se manter ou não o uso inicial. (Pinon, 1990, p. 235)

A tendência evolutiva favorecia o fator cultural, o qual, no final do séc. XVIII, ultrapassa o valor utilitário, iniciando uma terceira fase do processo em análise. A reutilização através de usos considerados “mais comuns”, de modo a preservar a manutenção e a própria existência do monumento, passa a ser algo condenado, por se considerar alienado do seu valor cultural intrínseco. Esta postura esteve ainda bem presente num passado recente. “*Quand un monastère ou une église sont réutilisés (comme musée, comme lieu de concert, etc.) c’est pour un usage culturel considéré exceptionnellement comme compatible avec la valeur culturelle du monument,*

---

<sup>13</sup> Pierre Pinon nasceu em 1945, é arquiteto, doutorado em Arqueologia e doutorado em História do Mundo Moderno e Contemporâneo. É professor honorário na Escola de Architecture Paris-Belleville, professor na Escola de Chaillot e investigador associado no Instituto Nacional de História de Arte de França. É também autor de uma série de publicações com temas associados à história das cidades e do urbanismo e história da arquitetura. Este seu perfil justifica e aconselha a sua ampla utilização como referência teórica neste trabalho.

*indépendamment des potentialités spatiales intrinsèques qui pourraient suggérer d'autres usages.* (Pinon, 1990, p. 236)

Percebemos então que o fenómeno da reutilização dos monumentos surgiu de uma forma natural, necessária, e que o homem foi modificando a forma de encarar este fenómeno, ponderando os diferentes fatores que lhe estão intrínsecos e que estão em constante mutação. (Prunet, 1991, p. 167)

Qual é então a posição predominante hoje? Quando se encara uma possível reutilização desses patrimónios, que fatores são ponderados? É esta postura reflexiva, de busca de critérios para se despoletarem ações fundamentadas, que cremos que distingue os tempos de hoje das fases anteriores. O crescente respeito patrimonial, o maior e mais diferenciado e qualificado número de intervenientes neste sector, coloca-nos numa posição de maior reflexão no momento do projeto, afetada por vezes por alguma *timidez e pelo medo de mal fazer*. (Prunet, 1991, p. 168) Desta postura surgem algumas questões, muito próprias do tempo presente, como as relativas aos compromissos a assumir e à natureza (ir)reversível das intervenções arquitetónicas, de que falaremos mais adiante.

Como dissemos, a postura interventiva perante um monumento foi sofrendo alterações porque a relação entre homem e monumento também se foi alterando. *“Il est possible que l’homme sans monument soit l’image même du barbare, c’est-à-dire de l’individu sans passé ni futur, vivant à la surface du présent, sans s’y arrêter ni s’y installer. L’homme sans monument ne peut pas percevoir la dimension temporelle ou délimitante.”* (Pélicier, 1984, p. 205)

A construção, a alteração, a adição, a nova utilização de um monumento faz também parte da construção do homem. Todos estes processos acontecem, marcando uma posição no tempo e no espaço, como testemunho de determinada mentalidade e de uma determinada comunidade. (Pélicier, 1984, p. 205)

A crescente relevância destas temáticas atribui aos agentes no terreno novos “papéis”, que estes, *atores do património*, que atuam nas mais diversificadas áreas, convergindo para o mesmo bem cultural comum, passam a desempenhar.

#### **4.2.2 Os atores do Património**

Mas quem são estes atores do património? Qual o papel que desempenham? Como e para quem representam? Qual a razão da sua existência?

A criação desta designação / profissão surgiu da necessidade associada à própria definição de Património e do como este atrai para si diferentes indivíduos, personalidades

e formas de pensar, apresentando-se como um bem de um passado coletivo comum, com valores diferenciados, incluindo os meramente simbólicos. *“De l'utilité du patrimoine”?* *En d'autres termes: “à quoi sert-il?” Comme tout substitut du religieux, le patrimoine ne sert à rien, il lui suffit d'être nécessaire.*” (Ory, 1991, p. 241). Num mundo gerido por princípios de rentabilidade e de utilidade, esta dimensão do Património poderá surgir como um risco para a sua preservação. Daí a necessidade e o valor estratégico desses “atores do património”.

Estes têm uma grande responsabilidade no campo da comunicação, que deve ser estabelecida entre o grande público, os proprietários, os *“intervenientes diretos”* e todas as instituições públicas e privadas envolvidas. Para além de estabelecerem redes de contatos e fazerem a respetiva mediação, acresce uma enorme importância na vertente formativa, na educação e sensibilização patrimonial. (Querrien, 1984, p. 264)

As equipas formadas pelos atores do património são então, por necessário, multidisciplinares, ou assim o deveriam ser. As valências dos seus membros dependem da natureza do património em questão, envolvendo historiadores, arquitetos, arqueólogos, geógrafos, sociólogos, economistas, etc., com o intuito de contribuírem com as suas diferentes linguagens profissionais para um objetivo comum. Esse processo implica a assunção de compromissos entre as várias linguagens, os variados conceitos e os métodos de trabalho diferenciados.

Em todas as vertentes de atuação, é necessária a estas equipas uma visão distanciada do objeto cultural, de modo a perceber quais as implicações imediatas das intervenções programadas nas suas diversas escalas (para a comunidade, para o país e para o mundo) e quais poderão ser as implicações futuras, subsequentes a um processo de reutilização. (Querrien, 1984, p. 264).

A função do “conselheiro cultural”, caracterizada por Richard Edwards em *“Mémoire et nouvel usage: du monument au projet”* é, também, neste domínio, fundamental. O *“conselheiro cultural”*, na aceção que lhe é dada pelo autor, é alguém especializado nos usos contemporâneos do Património edificado ou não edificado, e tem como intuito o de ajudar o dono de obra na fase mais embrionária do projeto, colocando questões como: Qual o futuro deste Património? Porquê e como fazer uma intervenção? A criação de diretrizes bem estruturadas, desenvolvidas juntamente com os restantes atores envolvidos, terá, sem qualquer dúvidas, resultados satisfatórios para o Património em questão. (Edwards, 2001, p. 17)



*“Trois réflexions guident mon travail sur le terrain: celle d’André Chastel invite “à relier l’oeuvre au lieu, l’architecture au site, le site à l’espace du vivant”; celle de Pierre Nora enracine la mémoire dans le concret, dans l’espace, le geste, l’image et l’objet; celle de Paul Virilio commande de “penser le passé à partir du futur.”* (Edwards, 2001, p. 17)

É com estas diretrizes e na relação dos conceitos de espaço, memória e futuro, que Richard Edwards entende que quando a um monumento é atribuído um novo uso, este passa a ser um ator contemporâneo, reativando o seu papel na história, ativando a memória e criando novas memórias futuras. Como tal, o autor considera que deverão ser consideradas três questões centrais:

- a) Na reutilização de um Património edificado, e tendo em conta a sua salvaguarda, terão que ser evitados dois distintos riscos: o da conservação rigorosa (o que torna o edifício como que *congelado* no tempo, sem um acréscimo de valor) e o da vulgarização (intervir num edifício, sem entender o cariz patrimonial que este acarreta, sem a devida reflexão).
- b) O novo uso deve ser entendido como uma forma de restabelecer significados para o monumento, mesmo que a função original para que foi concebido não possa mais ser reproduzida.
- c) A experiência estética da novidade deve ser também incluída na prática de um novo uso, e associada a qualquer novo tipo de intervenções. Ele deverá surgir como ponto de charneira entre o que estava estabelecido pela anterior função e as novas formas de apropriação. (Edwards, 2001, pp. 17,18)

Em resumo, quando atribuímos um novo uso a um monumento, fazemos da memória a alavanca para a produção de uma nova direção e ao mesmo tempo criamos espaço para a criação de memórias futuras, novas e inovadoras por natureza. (Edwards, 2001, p. 22) Sobre o importante papel da memória, muitos são os autores que se debruçaram sobre esta temática, e do como esta influencia as nossas decisões no presente: *“A memória desempenha um imenso papel social. Diz-nos quem somos, integrando o nosso presente no nosso passado e dando assim fundamento a todos os aspectos daquilo a que os historiadores chamam hoje as mentalités. Para muitos grupos, isso significa voltar a montar o puzzle: inventar um passado adequado ao presente ou, do mesmo modo, um presente adequado ao passado.”* (Wickham & Frentess, 1994, p. 242)

### 4.2.3 Os valores do Património

Este entendimento conduz-nos à discussão dos valores do património. Para tal, e para facilidade de análise, às questões levantadas pela memória, poderemos associar um *valor simbólico* e às questões da utilização do monumento um *valor utilitário*. A ambos está associado o *valor económico*, mas quando nos referimos a Património, a abordagem económica não poderá ser similar à de outros projetos que não possuam a vertente simbólica. A definição da relevância destes valores ajudará, pelo menos teoricamente, na elaboração de estudos económicos e no cálculo dos recursos financeiros necessários para a implementação de um projeto de cariz patrimonial. (Ost, 1991, p. 18) No entanto, quando falamos de património, cada caso é um caso, e haverá portanto poucas formas de estabelecer comparações a nível financeiro com casos anteriores. Por um lado, pela dificuldade de prever rigorosamente os custos da intervenção e manutenção e, por outro lado, pelos limites temporais e financeiros impostos pelos fundos disponíveis, quer estes sejam de cariz público ou privado. (Ost, 1991, p. 21). Por isso, também quando falamos de um valor utilitário dominante, deveremos perceber que esse valor do património pode decorrer do facto de este se encontrar fortemente integrado numa comunidade em termos económicos e sociais, mesmo que não esteja cuidadosamente protegido em termos culturais. No entanto, também sabemos que um valor simbólico excessivo, ou deturpado (turístico, por exemplo, ou ideológico) pode provocar graves danos para o património, e para a comunidade que o alberga. (Ost, 1991, p. 21)

Não devemos, pois, dissociar o valor cultural intrínseco ao património arquitectónico das potencialidades económicas e de desenvolvimento social que este pode acarretar, nomeadamente pela criação de emprego. Deste modo, as políticas a formular deverão ter como objetivo as necessidades da comunidade e as mais-valias culturais, sociais e económicas que o património poderá gerar. (Ost, 1991, p. 21)

Neste debate, insere-se a discussão relativa à responsabilidade atribuída ao Estado na salvaguarda do Património e na sua posterior sustentabilidade económica. Michel Parent era, à data da citação que se segue, Inspector Geral Honorário dos Monumentos Históricos em França e defendia que “*L’Etat a eu en deux siècles le mérite d’être en France à l’origine de la sauvegarde de l’essentiel du patrimoine. L’Etat n’a pas fondé sa mission sur le rendement économique du patrimoine. C’est le rôle de l’entrepreneur de faire la richesse du pays par d’autre processus que la conservation du patrimoine. Attention au mélange des genres.*” (Parent, 1991, p. 238)

Uma postura diferente é tida no Reino Unido, onde foi criado desde 1994, o *Heritage Lottery Fund*. Por cada libra gasta na Lotaria Nacional, 28p são direcionados e repartidos para as seguintes causas: 40% - Caridade, saúde, educação e ambiente; 20% - Desporto; 20% - Artes e os restantes 20% - Património. O *Heritage Lottery Fund* distribui os seus recursos por diversos setores patrimoniais desde: Edifícios e Monumentos, Transportes Marítimo e Industrial, Culturas e Memórias, Património Natural e Museus, Livrarias e Arquivos. Esta instituição é gerida pelo *National Heritage Memorial Fund*, e embora seja uma organização não governamental, a Secretaria de Estado da Cultura, da Comunicação e Desporto pode emitir diretrizes políticas e financeiras sobre os usos desse fundo. Nos projetos financiados, a definição de alguns parâmetros de avaliação são, a meu ver, uma das razões para a conquista de bons resultados. Entre eles situam-se os seguintes critérios:

- Quais os objetivos do projeto;
- Quais os benefícios para o património;
- Quais os benefícios para as pessoas;
- Quais as lições aprendidas durante a realização do mesmo;
- Quais os benefícios a longo prazo. (HLF, s.d.)

Este questionário resume, a meu ver, os valores a ponderar para o planeamento, avaliação e financiamento de uma intervenção em património, independentemente da sua específica natureza. É claro que as ponderações relativas de cada um destas parâmetros tendem a variar, e variaram de facto, ao longo dos tempos, e conforme as políticas de governo público em geral e das políticas patrimoniais em particular.

#### **4.2.4. A escolha de um uso adequado**

O *English Heritage*, órgão público responsável pela salvaguarda do património histórico no Reino Unido compendiou, num “guia” desenvolvido em 2010 e atualizado em 2012, intitulado “*New Uses for former places of Worship*”, uma série de diretrizes muito precisas quanto às reutilizações de locais de culto. Este pretende ser um apoio nas decisões a tomar por proprietários de património e pelas autoridades locais. Este guia surgiu em consequência do crescente número de espaços de culto ingleses que deixaram de abarcar o seu uso original, para assumir outros usos, estando incluídos nesse número cerca de 2500 edifícios classificados.

O objetivo primordial deste organismo na elaboração deste guia é o de mostrar que um edifício histórico pode continuar a ser uma mais-valia para a comunidade, mesmo

alterando o seu uso religioso inicial, desde que a sua readaptação (que é sempre um grande desafio) seja cuidadosamente efetuada. (English Heritage, 2012, p. 1)

Pelo seu valor instrumental para o trabalho que desenvolvemos, sumariamos as suas orientações. O guia encontra-se dividido em três partes:

- 1 – Entender os espaços históricos de culto
- 2 – Identificar novos usos adequados
- 3 – Alterações e adições para novos usos (este ponto remete já para o campo da intervenção arquitectónica, pelo que será analisado no capítulo seguinte)

Em ordem a entender os espaços históricos de culto, o guia sugere uma listagem de parâmetros que nos ajudam a desenvolver uma leitura global do monumento em questão, bem como quais os impactos da sua reutilização para uma comunidade, tanto a nível arquitectónico e urbanístico, como social e económico.

Entre os parâmetros de análise encontram-se os seguintes:

- a. **Avaliar o significado do edifício.** Neste parâmetro são identificados os seus diferentes valores: valores de evidência para com o passado; capacidade de ilustrar aspectos arquitectónicos e sociais, associando-os a acontecimentos e personagens históricas; valores estéticos apelativos, e valores sociais, espirituais e simbólicos para as pessoas;
- b. **Compreender a malha urbanística e a evolução do espaço nesta malha;**
- c. **Identificar quem valoriza o espaço e porquê;**
- d. **Relacionar valores patrimoniais do edifício com o espaço onde está inserido;**
- e. **Perceber a importância relativa dos valores patrimoniais identificados.** Neste parâmetro e no anterior, deparamo-nos com uma das questões mais delicadas e de elevada responsabilidade por parte dos intervenientes, pois por vezes não poderão ser protegidos todos os elementos patrimoniais e por isso deverão ser mantidos aqueles que mais contribuem para o entendimento do todo, em detrimento de outros, que se excluem.
- f. **Considerar a contribuição de coleções e objetos patrimoniais a ele associados;**
- g. **Considerar a contribuição do contexto e da sua envolvente.** Uma visão mais alargada no tempo e no espaço ajuda-nos a entender a evolução histórica e a evolução física do património em questão. Muitos casos situam-se em cidades

também elas históricas, com uma malha densificada, e é importante perceber como estes imóveis se enquadraram na longa duração, se foram mantidos ou aniquilados determinados pontos de vista fulcrais para o seu entendimento e impacto, se o edificado envolvente permite ou restringe a sua visibilidade, etc.

- h. **Comparar com outros espaços patrimoniais idênticos.** A comparação direta será difícil de acontecer, pois quando falamos de património religioso a variedade é imensa, e cada caso é um caso. No entanto, poderemos encontrar elementos patrimoniais idênticos no que diz respeito ao tipo de culto praticado, aos mestres responsáveis pela construção do edifício, aos materiais e métodos construtivos característicos de uma determinada região e definir pequenos padrões de similaridade.
- i. **Articular os diferentes significados do espaço.** O entendimento destes espaços decorre assim da análise e articulação de todos os parâmetros anteriormente enunciados. Este primeiro trabalho de avaliação é fulcral e determinante para uma correta e bem sucedida reutilização, e para a longevidade do património em questão. (English Heritage, 2012, pp. 2,3)

Para identificar os usos que se revelem mais adequados (fase 2), e após este processo de análise, são abordados alguns dos possíveis usos e quais os seus impactos físicos e sociais. Mas antes da adoção imediata de um uso distinto do original, deverá ser avaliado se este não poderá ser reanimado e restituído, mantendo deste modo as mesmas condições físicas existentes, sem qualquer alteração imposta ao património (Parent, 1991, p. 237). Não sendo possível, a adaptação a um novo uso com todos os compromissos necessários que terão de ser tidos, é sempre preferível à demolição. Neste contexto, as autoridades locais têm um papel muito importante, na criação de guias ou indicando aos proprietários quais os usos mais adequados e prováveis de serem corretamente licenciáveis pelos organismos responsáveis. (English Heritage, 2012, p. 5) <sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Na contínua pesquisa sobre a abordagem do *English Heritage* perante a escala e diversidade do seu património, e da preocupação demonstrada nas suas publicações relativamente ao papel das autoridades locais, cruzamo-nos com a instituição *HELM* (*Historic Environment Local Management*). Criada em 2004 pelo *English Heritage*, este organismo é uma plataforma de mediação entre um organismo de grande escala, nacional, e as autoridades locais, proprietários e atores do património, disponibilizando on-line informação atualizada relativa às questões de conservação, fundos comunitários, casos de sucesso, etc. (HELM, s.d.)



O *English Heritage* também define alguns parâmetros relativamente aos usos de maior ou menor impacto no edifício e nos seus usos, partindo da consideração dos valores de que falamos anteriormente: o simbólico, o utilitário e o económico. Aí são definidos:

- a. **Usos de pouco impacto.** São normalmente centros comunitários, pequenos museus, espaços expositivos, centros interpretativos, estúdios de artistas, pois necessitam de espaços de considerável dimensão em open-space para albergar um certo número de pessoas, o que já acontecia antes, deste modo assegurando a leitura das naves e da totalidade do seu pé-direito. As zonas de apoio são de pouca complexidade, normalmente instalações sanitárias que poderão estar associadas a pequenos compartimentos já existentes. Este tipo de usos não necessitam também de infraestruturas muito complexas ao nível da ventilação, climatização, saneamento, ao contrário de usos de índole mais comercial, o que incentiva a sua escolha. (English Heritage, 2012, pp. 5,7)
- b. **Usos de alto impacto.** Referimo-nos a usos mais comerciais, associados à restauração (restaurantes, pubs, cafetarias), lojas de comércio variado e escritórios. São de maior impacto, dada a maior complexidade do programa funcional (principalmente na restauração, dadas as exigências sanitárias) e também pelo uso mais intensivo e, portanto, mais desgastante. São também, no entanto, mais geradores de riqueza, necessária para a constante manutenção do edifício, e são usos que permitem normalmente o acesso ao público. (English Heritage, 2012, p. 10)

Exemplo destes usos de elevado impacto, é o caso da Igreja de St. Benedict, em Manchester, que foi encerrada em 2002 e vendida a um privado, que a transformou no *Manchester Climbing Centre*, com inauguração em 2005. A transformação neste centro de escalada permitiu manter a leitura da imponente nave em altura e regenerar e atrair diferentes públicos, fascinados também pela singularidade da intervenção. No entanto, esta intervenção, e principalmente as estruturas de suporte dos planos de escalada foram cuidadosamente estudadas e aprovadas de modo a não ferir fisicamente as paredes existentes da igreja. (English Heritage, 2012, p. 11)

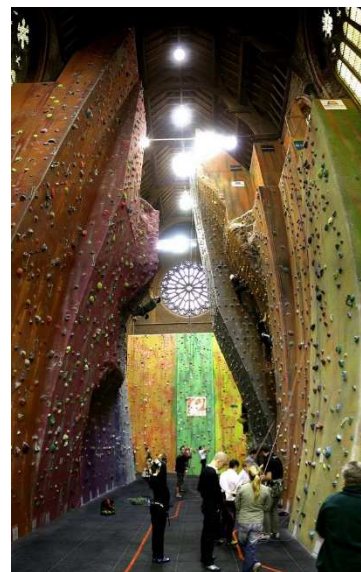


Figura 2 – Exterior da Igreja de St. Benedict, atual Manchester Climbing Centre

Fonte: (Historyme.wordpress, 2011)

Figura 3 - Interior da Igreja de St. Benedict, atual Manchester Climbing Centre

Fonte: (Panoramio, s.d.)

- c. **Usos Partilhados.** Neste guia, é dada mais ênfase ao espaço de culto por excelência, a igreja. Todavia, alargando o âmbito dos usos destes espaços para o compreendido nesta tese, o conjunto monástico, a atribuição de usos partilhados, é a meu ver, aquela que poderá trazer maiores benefícios para a longevidade do património e para usufruto da comunidade. Quando falamos em usos partilhados, estes poderão ser de uso privado e/ou público, de índole mais comercial e outro mais comunitário, etc. Poderá ser, de resto, uma mais valia, articular um uso mais gerador de riqueza financeira, com outro de maior de riqueza cultural e social.
- d. **Usos em espaços religiosos rurais.** Para espaços distanciados de zonas urbanas, a atitude mais comum é a adaptação a um uso de carácter residencial, variando entre casas privadas e turismo rural, pois a implantação de serviços comerciais e comunitários não fará muito sentido quando distante de aglomerados populacionais. (English Heritage, 2012, p. 9)

Torna-se claro, das orientações do guia em análise, que as decisões a tomar decorrem de uma série de compromissos entre as partes e os interesses envolvidos, os quais devem ser devidamente ponderados.

#### **4.2.5 Intervenção no património construído: compromisso e irreversibilidade**

*“Le patrimoine constitue un héritage. A ce titre, il s’inscrit dans l’échelle du temps et le processus de sa conservation apparaît comme un moment privilégié de sa vie.” (Ost, 1991, p. 21)*

Como referimos no anterior capítulo, o *English Heritage* define no guia em questão mais um parâmetro que diz respeito às alterações e adições arquitetónicas para a implementação de novos usos em espaços originalmente dedicados ao culto. Alerta para que, no momento do projeto, deverão ser tidas em conta todos os vãos pré-existentes de modo a desenhar a circulação, não sendo necessário ou aconselhável a intervenção para abertura de novas portas. (English Heritage, 2012, p. 12). A questão da reversibilidade dessas intervenções é critério tido em consideração. Assim, será mais facilmente aceitável a adição de novos volumes ou elementos em edifícios que ao longo dos tempos foram sendo alvo de constantes intervenções e diferentes tendências arquitetónicas, do que casos onde identificamos o traço de um único e singular mestre.

Por vezes, a opção pela adição de um novo volume resulta numa intervenção menos invasiva, pois garante ao edifício original a manutenção da divisão interna e ao novamente projetado as infraestruturas necessárias, permitindo a preservação do primeiro, no seu carácter original. No entanto, nas adições deverão ser tidos em consideração diversos aspetos, como o local de implantação, a dimensão e os seus acabamentos exteriores, de modo a permitir o “diálogo arquitetónico” com o edifício patrimonializado. O arquiteto deverá atribuir especial atenção ao momento de ligação entre os dois volumes, em todos os aspetos que referimos anteriormente, e privilegiar aberturas existentes na localização desta transição. (English Heritage, 2012, p. 14)

A questão da reversibilidade é central, como se pode ver nas citações abaixo, extraídas de diferentes autores, datas e contextos.

*“Whatever the use, the needs of users are likely to evolve, so partitions should be of lightweight and reversible construction wherever possible and scribed around existing mouldings and cornices.” (English Heritage, 2012, p. 12)*

*“A number of important concepts, such as reversibility (or, better, re-treatability) and minimum intervention, are at the heart of an ever-growing library Codes of Ethics and Charters. Nevertheless, there are no textbook rules about when restoration should be carried out or how far it should go. Instead, each case is deemed to be different and must*

*be judged on its merits. This is perhaps what gives conservation/restoration much of its perpetual fascination.*” (Stanley-Price, 2009, pp. 32,33)

*“Il est nécessaire de rechercher, dans tous ce qui doit conduire à adapter l’édifice à un nouvel usage, le caractère réversible des adjonctions. Le monument concerné a montré qu’il avait plus de pérennité que son usage. Il n’y a aucune raison de penser que le nouvel usage sera définitif. La société mouvante et instable qui est la nôtre apporte chaque jour la preuve du contraire.”* (Parent, 1991, p. 237)

Esta questão da necessária reversibilidade das ações arquitetónicas reporta para algo de que já falamos anteriormente, o *medo de mal fazer e alguma timidez nas intervenções*. Esta é uma questão que me intriga enquanto arquiteta, pois quando definimos uma solução que será à partida reversível, estamos, a meu ver, a anular um determinado tempo na história do edifício, neste caso, o nosso tempo. O que me parece fascinante nos edifícios de valor patrimonial é conseguir ler a passagem do tempo e consequentemente da História, nas suas pedras, nas portas e janelas que deixaram de o ser, mas as suas guarnições mantiveram-se, nos cunhos que os pedreiros medievais fizeram, assinalando o seu tempo. Por isso, tenho muitas reservas relativamente a este tipo de atitude reversível, a esta insegurança e falta de afirmação deste nosso tempo.

Outra questão relevante para o nosso processo de reflexão é a noção de compromisso a ter neste tipo de intervenções. Daí que um prévio trabalho de análise e avaliação das importâncias relativas de cada elemento seja fundamental para formular decisões. Por razões económicas e arquitetónicas, será sempre necessário estabelecer compromissos, de modo a manter os elementos de “mais valor” para a memória social e para o carácter do monumento, sacrificando outros, pois só assim se consegue uma política realista de reutilização do património (Querrien, 1984, p. 267). Esta decisão presume, porém, processos de decisão e de seleção de elevada responsabilidade profissional, social e patrimonial.

É à luz destas orientações teóricas, e destas recomendações metodológicas que nos propomos abordar o nosso universo de estudo: o património monástico do distrito de Viana do Castelo.

### 4.3 Os novos usos do património monástico de Viana do Castelo

Relativamente à região em estudo nesta dissertação, cumpre-nos primeiro, avaliar o estado físico dos 41 conjuntos monásticos, que se encontram em estados de conservação muito diversificados.

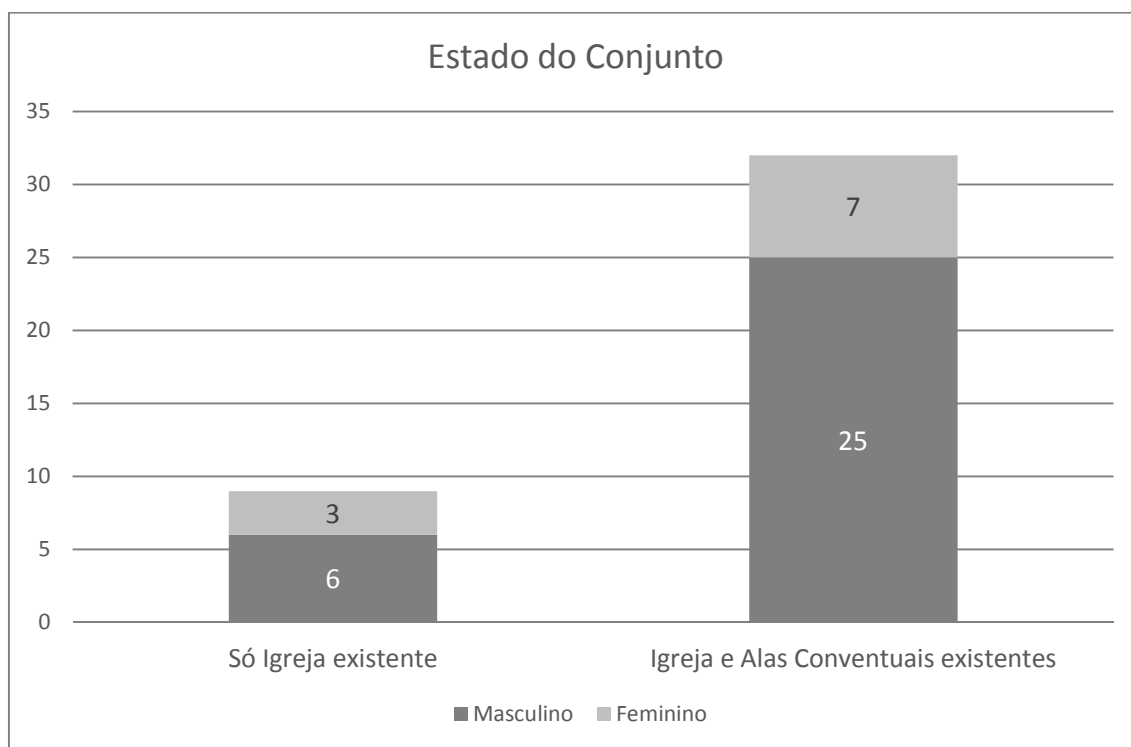


Gráfico 9 - Existência dos conjuntos monásticos no distrito de Viana do Castelo.  
Fonte: Base de Dados

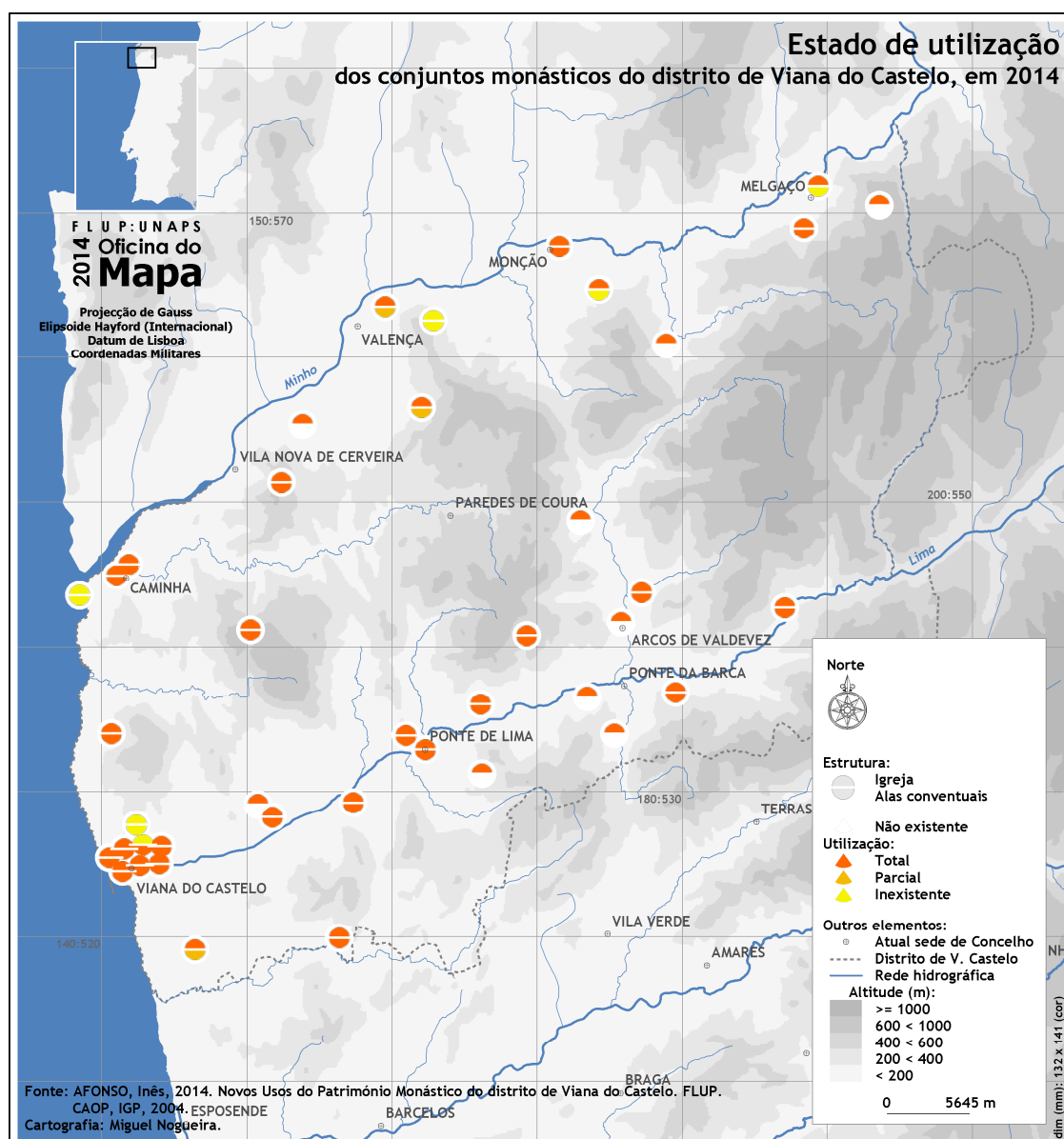
Como se lê pelo gráfico, em 9 casos já só existe a Igreja. São eles:

- Mosteiro de São Cláudio de Nogueira (7)
- Mosteiro de São Salvador de Sabadim (11)
- Mosteiro de Santa Maria de Valboa (13)
- Mosteiro de Santa Marta de Serdedelo das Donas (14)
- Mosteiro de Merufe (17)
- Mosteiro de Santa Maria de Fiães (18)
- Mosteiro de São Salvador de Bravães (20)
- Mosteiro de São Martinho de Crasto (22)
- Convento de São Bento (35)

Os restantes 32 conjuntos ainda mantêm alas conventuais ou parte delas, mas cada caso terá de ser estudado individualmente, porque cada um apresenta características e



estados de conservação muito singulares. Acerca da utilização destes conjuntos, distinguimos aqueles que se encontram com utilização, parcialmente utilizados e sem qualquer utilização. Dos 41 conjuntos, e de acordo com as respetivas fichas de inventário, 33 casos encontram-se com utilização, estando englobados nesta parcela todos os conventos femininos, por se situarem em áreas mais urbanas, e desse modo mais propícios à reutilização por diversos programas funcionais.



Mapa 10 – Estado de Utilização dos conjuntos monásticos no distrito de Viana do Castelo em 2014

Fonte: Base de Dados

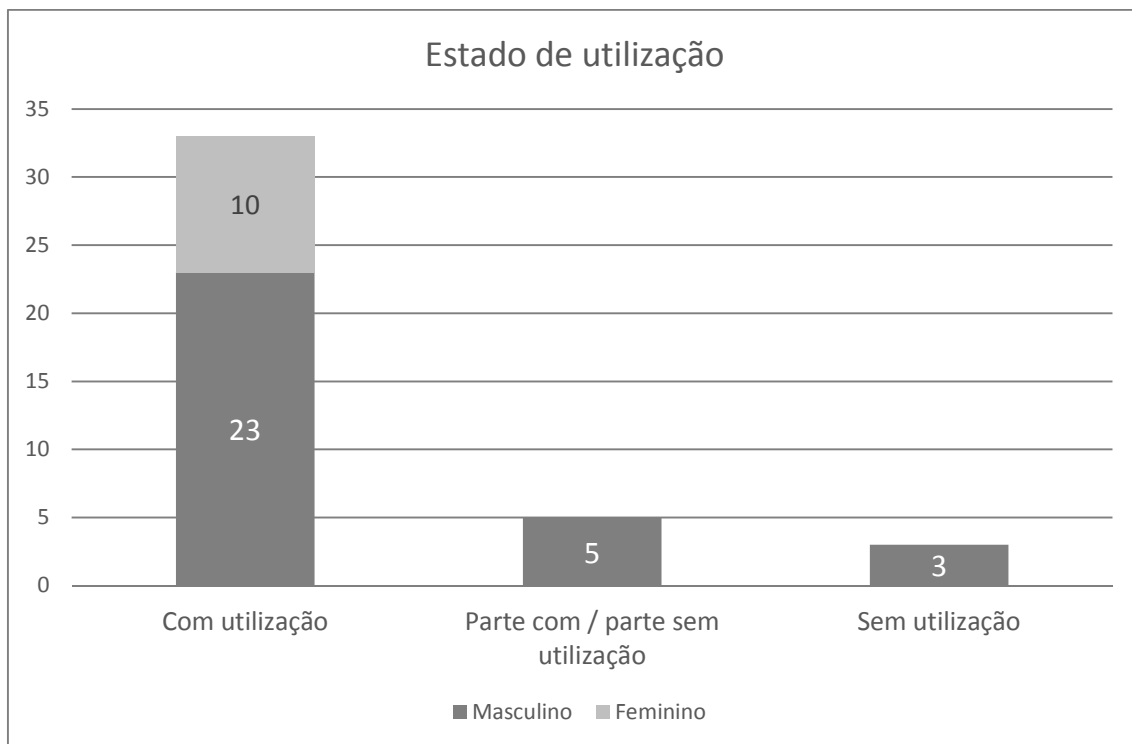


Gráfico 10 - Estado de utilização dos conjuntos monásticos no distrito de Viana do Castelo.

Fonte: Base de Dados

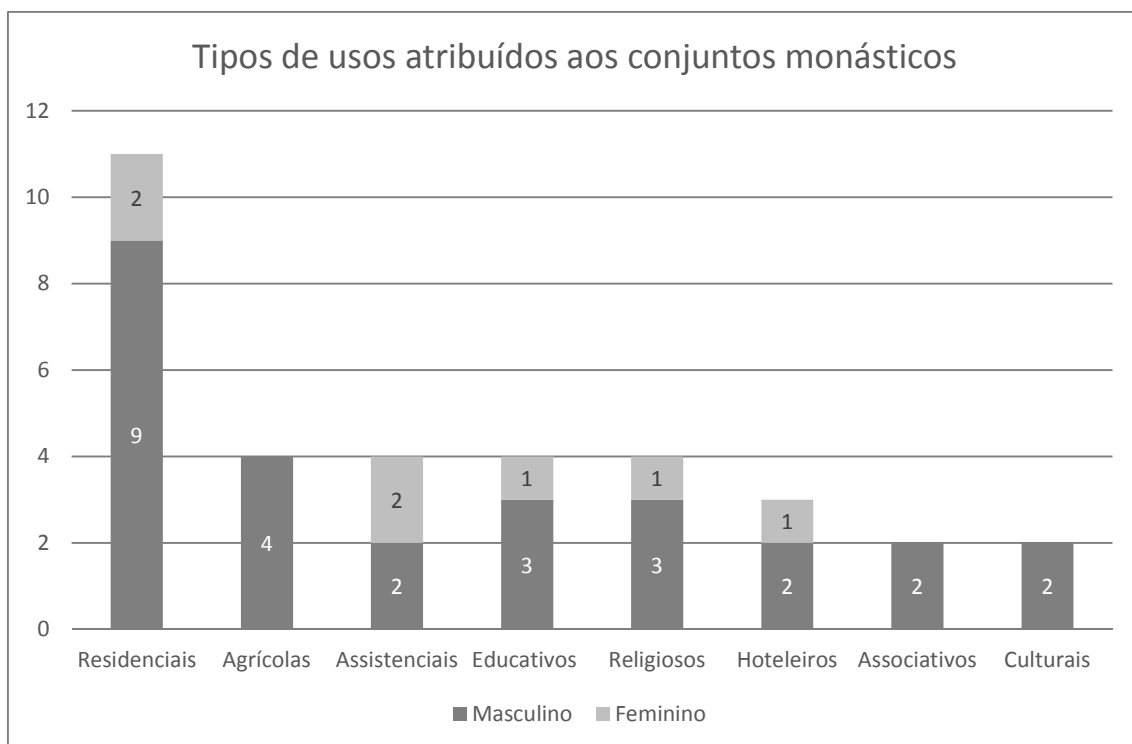


Gráfico 11 - Tipos de usos atribuídos aos conjuntos monásticos no distrito de Viana do Castelo

Fonte: Base de Dados

Quanto aos conjuntos reutilizados e de utilidade ativa, só nas visitas aos locais foi possível aferir quais os casos que estão em utilização e qual o seu uso atual, muitas vezes de uso partilhado. Da imensa variedade de usos, agrupamo-los em oito tipologias:

**Residenciais** – Habitações privadas

**Agrícolas** – Armazenamento de alfaías, equipamentos e produtos agrícolas

**Assistenciais** – Lar, Centro Social, Creche e Jardim de Infância

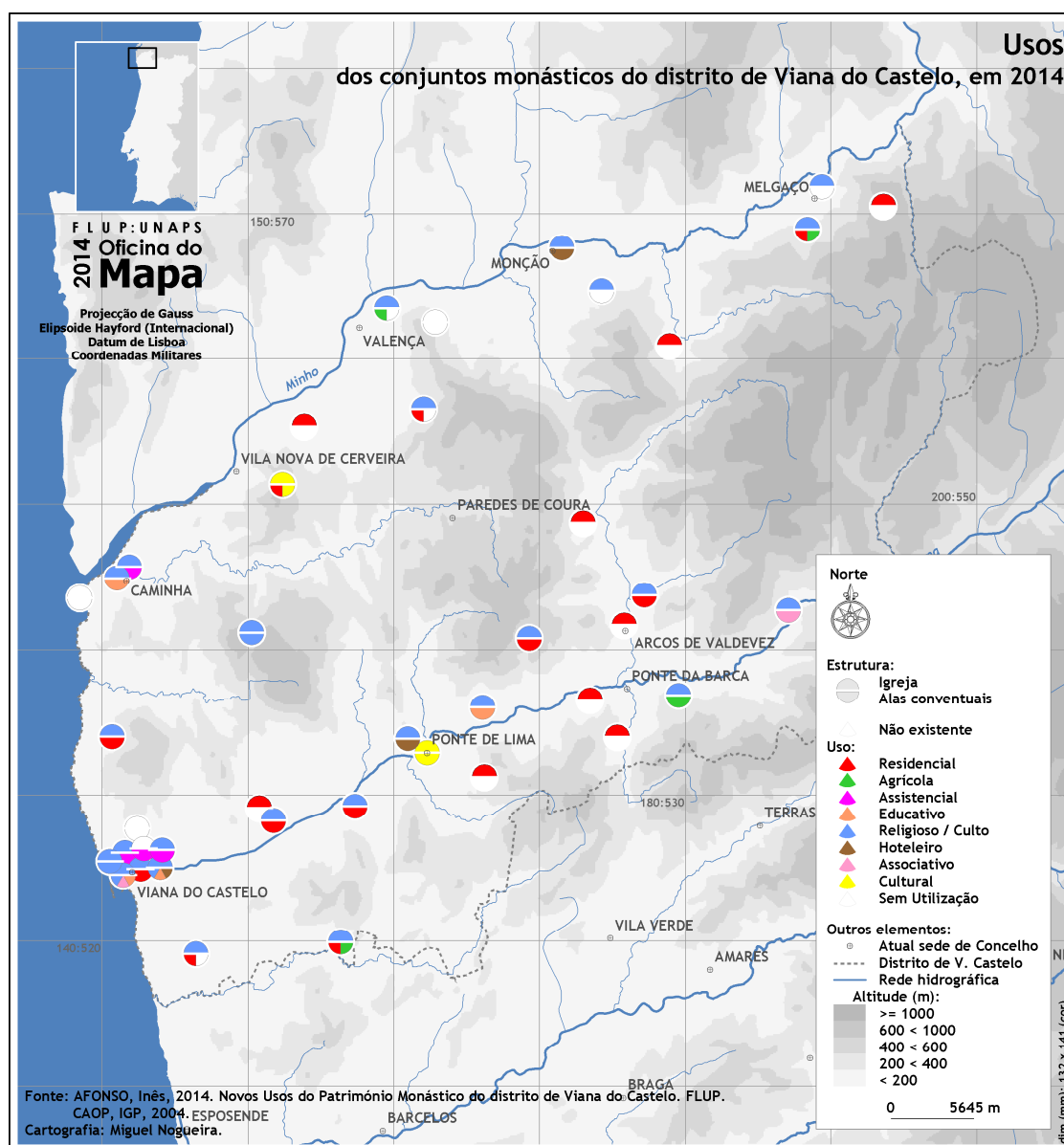
**Educativos** – Escolas de Ensino Superior e Tecnológico, Cooperativa de Ensino

**Religiosos** – Cúria Diocesana, Seminário, Apoio à Paróquia

**Hoteleiros** – Turismo de Habitação, Albergue, Hotel

**Associatiavos** – Agrup. de escutas, Centros de Apoio Social, Juntas de Freguesia

**Culturais** – Espaços museológicos



Mapa 11 \_ Usos dos conjuntos monásticos no distrito de Viana do Castelo em 2014

Fonte: Base de Dados

Como podemos avaliar pelo gráfico 11, existe uma predominância do uso residencial e isso acontece na sua maioria em casos de propriedade privada. Relativamente aos restantes usos, eles são distribuídos de uma forma bastante equilibrada, independentemente do seu ramo ou ordem.

Na totalidade dos 8 casos não utilizados ou parcialmente utilizados, 4 seguiram a Ordem dos Frades Menores, na sua maioria Observantes, 3 seguiram a Regra Beneditina e só um deles a forma de vida canónica, pertencendo aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. Entende-se a predominância Beneditina e Franciscana. A escolha dos locais de implantação das suas casas, isoladas dos aglomerados urbanos é feita em consonância com a forma de vida adotada. No entanto, e como já mencionámos, os locais ermos não são propícios à implementação de usos mais comunitários ou sociais, pelo que o uso residencial será o mais propício. Excepção a esta regra é o Convento de São Paio dos Milagres (30) em Vila Nova de Cerveira, que foi restaurado e reabilitado como espaço museológico, com obras e coleções do escultor José Rodrigues e que dispõe de um serviço de acção educativa com oficinas de sensibilização à Arte e à Natureza.

Daremos agora mais ênfase aos casos sem utilização, ou parcialmente utilizados, por vermos neles potenciais patrimónios a reutilizar, conservar ou simplesmente divulgar. Os casos parcialmente utilizados são:

**- Mosteiro de São Romão do Neiva (3)**

(Igreja paroquial; Alas - funções residenciais e parte sem utilização)

**- Mosteiro do Salvador de Ganfei (4)**

(Igreja paroquial; Alas - funções agrícolas e parte sem utilização)

**- Mosteiro de São João de Longos Vales (24)**

(Igreja paroquial; Alas - sem utilização)

**- Convento de Santa Maria do Mosteiró de Valença (29)**

(Igreja em utilização; Alas – sem utilização)

**- Convento de Nossa Senhora da Conceição (35)**

(Igreja em utilização; Alas - sem utilização)

Dos 5 casos, o que se encontra mais isolado, distanciado de um aglomerado habitacional, é o Convento de Santa Maria do Mosteiró de Valença (29). Os restantes casos, embora envolvidos por aglomerados de pequena e média dimensão, dispõem de alas conventuais que, a serem reabilitadas, exigem consideráveis esforços financeiros, dada a sua grande dimensão e avançado estado de degradação. Relativamente aos

conjuntos monásticos sem utilização, os três existentes são distintos em alguns aspetos, principalmente na implantação e na proximidade aos aglomerados urbanos, e no seu estado de conservação. São os seguintes:

- **Mosteiro de Sanfins de Friestas (5)**
- **Convento de São Francisco do Monte de Viana do Castelo (26)**
- **Convento de Nossa Senhora da Ínsua de Caminha (28)**

O Convento de Nossa Senhora da Ínsua é o mais singular no que se refere à sua implantação, já que está integrado no Forte da Ínsua, num ilhote situado na foz do Rio Minho, o que não permitiu a sua visita, só possível através de barco e com a permissão das entidades competentes (consultar respetiva ficha de visita). Os outros dois casos magníficos no seu estado de ruína, apresentam estados de conservação diferentes: o Convento de São Francisco do Monte de Viana do Castelo está em estado galopante de degradação, a ser esquecido, *engolido* pela imensa mata a poucos metros de civilização. No Mosteiro de Sanfins de Friestas, sobre o qual nos debruçaremos de seguida, a igreja está preservada mas encerrada e as alas conventuais encontram-se num estado de ruína estável, em perfeita harmonia com a natureza envolvente, em local isolado, mas não muito distante de aglomerados habitacionais. Este constitui o nosso caso de análise final, em ordem a debater um tópico menos comum: o do valor e das potencialidades patrimoniais de uma “ruína”.



## 5 – SANFINS DE FRIESTAS “UMA RUÍNA EM UTILIZAÇÃO”

### 5.1. Sanfins de Friestas, da fundação à atualidade

A escolha deste conjunto monástico para uma análise mais *micro* deve-se, em grande parte, ao impacto causado aquando da sua visita. Foi este o responsável pela quebra de uma ideia pré-concebida, que via na contínua utilização dos monumentos a única forma destes perdurarem no tempo. Sobre estas diferentes posturas falaremos em seguida. Faremos agora um breve resumo da vida deste conjunto monástico, que merece e necessita de mais estudos dedicados à sua história.<sup>15</sup>

O Mosteiro de Sanfins de Friestas, beneditino, do ramo masculino, julga-se já ter sido fundado no ano de 604, segundo sentença de 813 encontrada no cartório do Mosteiro de Ganfei. Recebe em 1134 carta de couto de D.Afonso Henriques, abrangendo as freguesias de Sanfins, Friestas, Gondomil, Taião e Verdoejo. (Noé, 2003) Pertenciam-lhe quatro paróquias que ficavam dentro do couto, e destas recebia foros, rendas e primícias (de caça e pesca), o que tornava a vida desta comunidade desafogada. (DGEMN, 1938 cit in Leite, 2007).

A par do que se vivia nas outras comunidades religiosas, e como já referimos anteriormente, a partir do séc. XV o mosteiro apresenta sinais de declínio nas mãos fraudulentas dos Comendatários. *“Em 1545, o mosteiro contava apenas três monges e esses mesmos, segundo reza uma bula pontifícia de Paulo III viviam desonesta e dissolutamente. Para pôr cobro à inevitável dissolução, D. João III, com o acordo de Roma, transferiu os bens do convento para a Companhia de Jesus. Os rendimentos do antigo couto, recolhidos por três padres da Companhia, eram remetidos para o Colégio de Coimbra.”*. (Dionísio, 1996, pp. 1080,1081)

---

<sup>15</sup> Para este conjunto encontramos referências de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, nos seus livros de 1986, “O Românico”, vol. 3 de História de Arte em Portugal e “Alto Minho, Novos Guias de Portugal” de 1987, bem como no Guia de Portugal Volume IV (II – Minho), edição da Fundação Calouste de Gulbenkian, de diversos autores incluindo Sant’Anna Dionísio. Para além do Boletim da DGEMN de 1938, dedicado às intervenções arquitectónicas realizadas na Igreja de Sanfins de Friestas, a obra que dedicou especial atenção ao conjunto monástico em questão resulta de uma dissertação de mestrado em Gestão em Valorização do Património Histórico e Cultural pela Universidade de Évora apresentada pelo historiador, natural de Valença, Narciso Serra e que foi publicada no corrente ano de 2014, intitulada “Mosteiro de S.Fins de Friestas, o paradigma de um Património Classificado”. Baseamo-nos também nas descrições apresentadas pelas fontes eletrónicas da página [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt) e [www.acer-pt.org](http://www.acer-pt.org). A ACER – Associação Cultural e de Estudos Regionais, desenvolveu um projeto intitulado *Vale do Minho. Espaço, Memória e Identidade*, com o objetivo de divulgar o património natural e cultural, através de um inventário on-line de cinco autarquias da região nomeadamente: Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira.

Tomada a posse pelos padres Jesuítas, estes foram responsáveis por obras de ornamentação, na igreja, e de reconstrução, nas alas conventuais. *“Em 1759, os monges jesuítas de Friestas e de Longos Vales são mandados prender pelo Marquês de Pombal, sendo suprimida a Companhia de Jesus ficando o padroado na Coroa e os bens unidos à Universidade de Coimbra que os possuiu até 1834.”* (Gomes cit. in Leite, 2007). É então vendido em hasta pública, desconhecendo-se episódios da sua história até à classificação da sua igreja como Monumento Nacional pelo Decreto nº14425, DG 228 de 1927, como vimos em capítulos anteriores. Até então votada ao abandono, o restauro da Igreja foi iniciado em 1937 pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. (Dionísio, 1996, p. 1081)

As intervenções realizadas por esta instituição nos anos 30 foram as seguintes: *“obras de restauro; apeamento e reconstrução completa dos telhados; demolição do campanário; apeação e demolição de construções anexas; demolição de galilé, que funcionara como capela mortuária; apeamento do coro; alargamento do adro; desentaipamento e reconstituição do portal S.; reconstrução da parede de ábside a S.; restauro das frestas; rebaixamento do chão e seu lajeamento; construção do altar; raspagem de rebocos e lavagem de cantarias exteriores e interiores; reconstrução das escadas de acesso ao frontispício; reconstrução e modificação da casa que será a sacristia; reconstrução e consolidação do cunhal S.; colocação de impostas no portal principal e no portal S.; colocação de pia baptismal e de vidros nas frestas.”* (Noé, 2003)

A partir daqui, as obras realizadas até aos nossos dias limitam-se a obras de reparação, essencialmente da cobertura, caixilharias e vitrais. Também aqui se nota o carácter interventivo de outras épocas (não muito distantes), onde são demolidas construções de bastante visibilidade, como por exemplo a galilé, e como seria, hoje em dia, bastante polémica uma intervenção desta natureza.

É importante salientar a relevância deste conjunto, em especial da sua Igreja, na arquitetura românica portuguesa. Pertencendo esta inicialmente à diocese de Tui, esteve sob influência de mestres galegos. *“Segundo Carlos Ferreira de Almeida, a dimensão da nave, pequena em relação à cabeceira, deverá apontar para a sua construção em data posterior. Dessa segunda fase, ou até mesmo de uma terceira, deverá datar, segundo o mesmo autor, a galilé, cuja existência explicava a relativa pobreza e a pouca profundidade do portal principal da igreja. A exuberância da sua decoração arquitectónica, com grande quantidade de cachorros, capitéis e mísulas de volumosa escultura animalesca e vegetal, faz desta igreja um dos exemplos mais importantes do*

*Românico em Portugal, segundo os padrões da Escola da Sé de Tuy que o Alto Minho nos fins do séc. 12 e inícios do sec. 13 ainda adaptava.” (Noé, 2003)*

Embora encontremos referência à sua inclusão no Itinerário do Românico da Ribeira Minho (Noé, 2003), não vemos divulgado este roteiro turístico, ao contrário do que se passa com os municípios pertencentes à Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, com diversas atividades que visam a divulgação do seu património material e imaterial, com o projeto intitulado Rota do Românico<sup>16</sup>.

A este local encontra-se também associada uma lenda, associada ao frade S. Rosendo, fundador do Mosteiro de Celanova, que se acredita ter sido abade do Mosteiro de Sanfins, com fama de valer os aflitos, conforme descrito por Frei Leão de São Tomás. (Tomás, 1974, p. 419) *A partir daí, os que antes da sua morte iam pedir-lhe as suas graças, agora só podiam rezar a ele junto do cemitério do convento, que está um pouco acima da igreja, no meio do monte. Faziam isto até que descobrissem que no convento estava guardada a correia que apertava as pobres vestes do frade. O povo quis ver a correia para lhe tocar, e suplicar pela intercessão do frade S. Rosendo.*

*Desde esses tempos, nas freguesias vizinhas, quando uma mulher estava em trabalhos de parto e estes se revelavam morosos ou difíceis, mandavam alguém ao convento pedir a correia de S. Rosendo. (...). Corria o transportador com toda a força, sem descurar o respeito, para junto da parturiente, com aquela salvação prometida. Quando chegava, enrolavam a correia ao ventre da parturiente, passando logo os trabalhos de parto à corrente normalidade. (Campelo cit in Leite, 2007)*

Este local, caracterizado pelo seu isolamento e envolvente natural intensa, tem sido palco desde 2011 de um encontro galaico-minhoto, intitulado “Sanfins Medieval” promovido pela Associação Luar do Minho<sup>17</sup>, com o apoio da Câmara Municipal de Valença. (CM-Valença, s.d.) Estes encontros, com carácter anual, realizam-se entre os meses de Julho e Agosto e incluem *visitas guiadas, trilhos pedestres, serenatas, ateliers de pintura e recitais de poesia trovadoresca.* (CM Valença, 2012).

---

<sup>16</sup> Ver [www.rotadoromânico.com](http://www.rotadoromânico.com), projeto desenvolvido em 1998, pela VALSOUSA - Associação de Municípios do Vale do Sousa - Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel, e alargada, em 2010, aos restantes municípios da NUTS III – Tâmega (Amarante, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Marco de Canaveses e Resende).

<sup>17</sup> A Associação Luar do Minho foi fundada em 2011 e “*tem por finalidade produzir conhecimento sobre a realidade galaico minhota, promovendo a observação e a interação através das artes, bem como a preservação, divulgação e transmissão do património cultural e natural com o propósito de sensibilizar a comunidade transfronteiriça.*” (CM-Valença, s.d.)

A procura de trilhos pedestres e de locais de interesse isolados, fora dos circuitos turísticos de massa tem vindo a aumentar, muito associados ao crescente número de aplicações móveis que permitem a localização através de coordenadas Gps. Falo em especial da plataforma “Geocaching” que consiste num jogo à escala mundial, uma espécie de caça ao tesouro atual, onde são colocadas “caches” (caixas de pequena ou média dimensão) em locais estratégicos, normalmente visando património natural e/ ou edificado, associados a coordenadas Gps. Está tudo documentado na página web [www.geocaching.com](http://www.geocaching.com), com descrições dos locais a visitar, dificuldade do percurso, dificuldade de encontrar a cache, etc. O Mosteiro de Sanfins de Friestas já consta neste plataforma desde 2008, com cerca de 180 visitas registadas, 120 imagens associadas e muitos comentários positivos relativamente ao local. (Geocaching, 2008)

Quero com isto demonstrar que, embora este local esteja isolado, com acesso condicionado, com as suas alas conventuais em ruína e não ter um uso permanente, está no entanto a ser utilizado, ainda que não segundo as formas convencionais.

Isto só se torna possível pela contínua ação do Município na limpeza da vegetação envolvente e dos caminhos pedestres que cruzam este conjunto monástico. O acesso automóvel só é permitido até cerca de 1km das construções, o que me parece uma forma viável de manter a integridade natural que este monumento merece.

SIPAFOTO.00048426

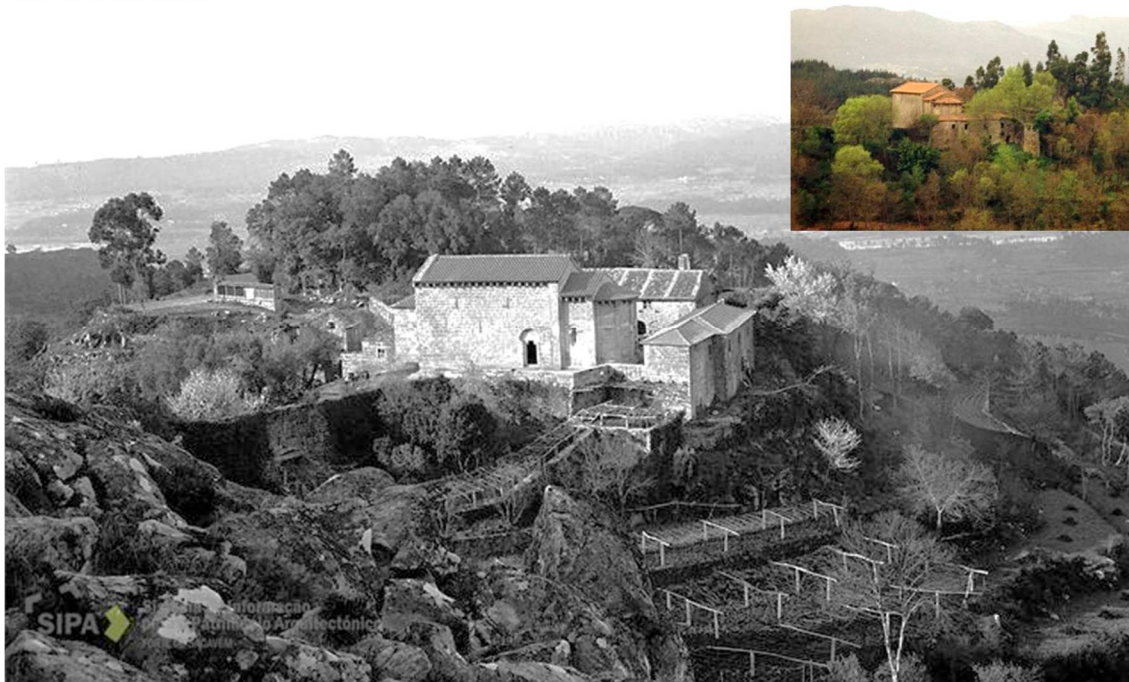


Figura 4 – Mosteiro de Sanfins de Friestas, foto de 1960 (a preto e branco)

Figura 5 - Mosteiro de Sanfins de Friestas, foto de 1997 (a cores)

Fonte: (SIPA, s.d.)



Figura 6 – Igreja de Sanfins de Friestas, antes e depois da intervenção da DGEMN  
 Fonte: (SIPA, s.d.)

## 5.2. Entre uma ruína romântica e um monte de pedras

Ao contrário da nossa intenção original, que seria escolher um conjunto monástico, e sobre ele desenvolver um projeto de intervenção, capaz de suscitar novos usos que potenciasssem a sua utilização, de preferência no seio de uma comunidade, terminamos o nosso percurso refletindo sobre o valor patrimonial de uma ruína: a do Mosteiro de Sanfins de Friestas. A visita de campo efetuada ao Mosteiro de Sanfins de Friestas despoletou uma questão, a da legitimidade da não utilização de edifícios em ruínas, que vimos depois surpreendentemente sustentada por diferentes posturas teóricas que alguns atores ligados ao património tomam perante este assunto. Importa, porém, e antes de mais, refletir sobre o conceito e a valoração do que se entenda por *ruína*.

Podemos associar uma ruína a um carro clássico, e um monte de pedras a um carro velho. Esta simples comparação serve unicamente para demonstrar que o limite entre estas duas *(des)construções* é por vezes, muito ténue, e que cabe aos atores do património analisarem em que estado estas se encontram e como devem ser classificadas.

*“Il faut que la ruine se distingue des décombres, qu’elle possède une marque, même si cette marque renvoie, dans les cas extrêmes, à l’ignorance de l’origine. La limite entre la ruine et le tas de pierres est réelle mais non indubitable: il faut à chaque fois l’assigner, dans un effort d’analyse renouvelé. Mais n’oublions pas que c’est la culture dont se charge un regard qui décide du choix entre une ruine et un tas de pierres.”* (Dupavillon, 1990, p. 10)

Debruçemo-nos sobre algumas posturas assumidas por autores situados no panorama nacional, no francês e no inglês. Embora de épocas diferentes e falando em contextos distintos, as seguintes opiniões demonstram uma postura *anti-ruína*, se assim



lhe podemos chamar. Nelas se defende que a contínua utilização de um monumento é a única forma de assegurar o seu futuro. As posturas aqui apresentadas são compreensíveis principalmente no contexto em que estão inseridas. No entanto, temos pessoalmente muita dificuldade em ver uma *ruína como a inutilidade absoluta de qualquer sítio que já foi*, como alguns autores defendem...

*“O que é, em suma, a interpretação de um monumento de um sítio? Nada mais nada menos do que o primeiro passo para reintegrar, sem perda de “aura”, sem alienação do objecto, o monumento ou o sítio nessa ordem contemporânea: conservando o monumento, valorizando o monumento, explicando e interpretando o monumento, para lhe conferir apenas esta pequena dose de utilidade e de interacção. Uma pequena dose de utilidade, que se esgueira em filigrana perante a inutilidade absoluta de qualquer ruína, de qualquer sítio que já foi.” (Pereira, 2001, p. 7)*

*“Os lugares do património são o suporte físico da memória social que é transmitida no próprio acto da vivência humana. A memória dos homens radica no modo como eles habitam os lugares. Subtrair-lhes esta característica de vida, esta função do habitar, reduz drasticamente o sentido de património e a sua função de monumento.” (Barbosa, 2009, p. 177)*

*“Conservar este monumento, passa inevitavelmente por o dar à vivência cultural de quem “sente o seu odor” e o procura (...) Tal como no Egipto, a conservação do corpo (já vivido) serve para propiciar o advento de uma nova forma de vida, não apenas para “lembrar” uma vida que já acabou...” (Barbosa, 2003, p. 148)*

*“L’obligation démocratique implique en outre un travail de sensibilisation, et la nécessité d’une réutilisation s’impose à l’économie comme partie essentielle de la vie du monument.” (Querrien, 1984, p. 265)*

*“Keeping historic buildings in use is the best way of making sure they stay in good repair. When a place of worship becomes redundant, for whatever reason, proposed new uses should be considered against the standard of optimum viable use, i.e. a use that is capable of providing the most sustainable future for the building with the least harm to its heritage values.” (English Heritage, 2012, p. 4)*

Cada vez mais nos apercebemos da singularidade de cada monumento, em especial os de cariz monástico, pelas suas distintas características, inerentes à forma de vida que seguem. Entendemos que, deste modo, cada caso deverá ser estudado individualmente. Se para uns, a reutilização fará todo o sentido, para outros, principalmente por questões de localização, afastados dos aglomerados populacionais, estas questões deverão ser cuidadosamente estudadas. Questiono-me se não poderemos fazer o que os próprios religiosos faziam nestes locais, escolhidos meticulosamente, pelos seus aspetos topográficos, hidrográficos e como tantos outros o fizeram, tomando estes espaços cénicos dignos como simples espaço de retiro espiritual e de contemplação. Não é também esta uma forma de utilização? Não o faziam já beneditinos, cistercienses e franciscanos observantes?

Esta postura *pró-ruína* ainda não é muito notória em autores nacionais, mas é bastante debatida no panorama francês, tendo sido tema muita abordado em dois dos Colóquios da Direção do Património, um em 1990, intitulado “*Faut-il restaurer les ruines?*” e no seguinte, em 1991, intitulado “*De l'utilité du patrimoine*”. A riqueza destes colóquios, e das actas que deles surgem, está, a meu ver, não só na variedade de atores do património envolvidos, mas na abordagem a casos singulares do contexto europeu, em especial o francês. É notória, em muitos dos textos, a comparação com a realidade inglesa, e demonstrada alguma indignação perante a dificuldade e incerteza que as entidades francesas têm na conservação das ruínas, enquanto que em Inglaterra, as imensas ruínas de abadias resultantes da repressão religiosa do tempo de Henrique VIII, apresentam-se como uma das glórias do país. (Parent, 1991, p. 237)

Para Christian Ost<sup>18</sup>, economista especializado na área patrimonial, na sua comunicação “*Les dimensions économiques du patrimoine architectural*”, o património é um bem coletivo que diversas pessoas podem *usar* simultaneamente. A noção de uso pode aqui adquirir um sentido mais amplo, como o simples prazer estético de admirar um notável monumento.” (Ost, 1991, p. 19)

---

<sup>18</sup> Christian Ost é economista e professor na ICHEC Brussels Management School, na Université Catholique de Louvain e na Raymond Lemaire International Centre for Conservation at the Katholiek Universiteit Leuven. Detém um vasto currículo na área da Economia Patrimonial, ao qual se dedica desde os anos 80. É membro do ICOMOS International Economics Committee e Conselheiro do Global Heritage Fund. Entre 2008 e 2009, foi investigador convidado no Getty Conservation Institute de Los Angeles, onde desenvolveu o relatório “*A Guide for Heritage Economics in Historic Cities: Values, Indicators, Maps and Policies*”. (Fund, s.d.)

Para Christian Dupavillon<sup>19</sup>, arquiteto, existe uma atração secreta dos Homens pelas ruínas, pois vemos nelas a fragilidade da nossa natureza e a rapidez da nossa existência. (Dupavillon, 1990, p. 8) O mesmo autor refere que *“Dans le cas de la restauration à l’identique de la reconstitution, le but, avoue ou cache, est l’abolition du temps et, en conséquence, du temps historique. (...) La préservation de la ruine en tant que telle implique l’acceptation de la perte, du temps écoule, du jamais plus. Dans le premier cas, on ne se résigne pas à faire son deuil de la chose. Dans de second cas, on en fait son deuil. Les deux postulations existent en chacun de nous. Elles sont solidaires de la manière dont nous envisageons la mort...dans la reconstitution, nous l’exorcisons en mimant le passé en tant que présence et présent; dans l’acceptation de la ruine en tant que reste, nous accompagnons la vie dans son cours jusqu’à son terme ou presque, le “presque” étant ce morceau énigmatique- la ruine- que nous retient en vie mais au bout de la mort.”* (Dupavillon, 1990, pp. 10,11)

Segundo este autor, é portanto a forma como encaramos o fim da nossa vida, e a associação que estabelecemos entre o ciclo da nossa vida e o ciclo da vida dos monumentos, o que nos encaminha para uma postura *anti* ou *pró-ruína*. O contexto onde estamos inseridos, as tendências culturais e religiosas, são também fortes influências, como refere o então Presidente do ICOMOS, Michel Parent<sup>20</sup>: *“Cette symétrie supposée entre un édifice en chantier et le même en symétrie superposée en train de se ruiner nous aide à saisir toutes les ambivalences des valeurs symboliques attachées au cours de l’Histoire à toute architecture partielle et toutes leurs ambiguïtés. Pour autant, la naissance et la mort, l’enfance et la vieillesse ne présentent pas de symétrie formelle. Simplement, les philosophies traditionnelles fondées sur la répétition des cycles, particulièrement vivantes en Orient, et les philosophies occidentales concurrents.”* (Parent, 1990, p. 55)

Por se tratar de uma temática que não é consensual, o restauro/ preservação/ conservação de uma ruína deverá ser algo cuidadosamente tratado e, como refere Yves

---

<sup>19</sup> Christian Dupavillon, arquiteto desde 1967, passa em 1981 a ser conselheiro técnico do Ministro da Cultura na área das grandes obras e é Diretor do Patrimônio Francês, entre 1990 e 1993. É autor de publicações nesta área e responsável de muitos projetos de reabilitação patrimonial em sítios como Angkor (Cambodja), Ahmedabad (Índia), Paramaribo (Suriname) e Quatar. (Heavent-expo, 2011)

<sup>20</sup> Michel Parent (1916-2009) foi Inspector Geral Honorário dos Monumentos Históricos e de entre muitos cargos diretivos destacamos o de Diretor do *Centre de Recherche sur les Monuments Historiques* entre 1969 e 1984, membro da Comissão francesa da UNESCO desde 1965, Vice-Presidente do Comité da Cultura da UNESCO em 1995 e Presidente do ICOMOS entre 1981 e 1987. (France, s.d.)

Boiret<sup>21</sup> no seu texto *Restaurer les ruines: rigueur scientifique et imagination contrôlée*, deverá responder a uma série de questões, de modo a poder ser elaborado o programa de trabalhos mais adequado. Yves Boiret define três questões estratégicas, das quais se formulam outras tantas: (Boiret, 1990, pp. 70, 71)

a) O que queremos exprimir?

- Queremos que a ruína tenha simplesmente um carácter encantado, sentimental ou que adquira um carácter documental, e que seja um testemunho que transporta uma mensagem pedagógica?
- Queremos eternizar uma silhueta numa paisagem, ou mantemos o carácter aleatório que o desmembrar das construções foi adquirindo?
- Queremos restabelecer as formas arquiteturais anteriormente adquiridas e atribuir ao espaço um novo uso?

Após definida a resposta a esta pergunta, passaremos para a questão seguinte.

b) O que podemos fazer?

- Estabilizar, consolidar?
- Substituir, inserir, reconstituir?
- Sugerir um volume ou restitui-lo?

Outras tantas questões seriam possíveis, dada a singularidade de cada caso, e das intenções na sua intervenção.

c) Como vamos realizar?

Embora o autor não o refira, dado o campo tão vasto desta resposta, a maioria das vezes, e refletindo o panorama português, a ordem destas questões nem sempre poderá ser esta. Esta será muitas vezes a primeira pergunta: Como vamos realizar? De que meios financeiros dispomos? Mas muitas outras questões se associam, principalmente tendo em vista uma componente mais técnica, na escolha de métodos construtivos menos invasivos e na escolha criteriosa dos materiais a colocar.

Pareceu-nos pertinente a referência a um caso concreto, a Abadia de Villers-la-Ville, uma das primeiras abadias cistercienses belgas, descrita no texto de Claudine Donnay-Rocmans<sup>22</sup>, intitulado: *L'abbaye de Villers-la-Ville: un exemple de restauration/conservation d'une ruine romantique*. Este conjunto monástico, com fundação em 1147,

---

<sup>21</sup> Yves Boiret nascido em 1926 é arquiteto, em 1963 passou a ser Arquiteto Chefe de Monumentos Históricos e Inspetor Geral dos Monumentos Históricos em Paris e Île-de-France em 1992, recebendo em 1991 uma distinção, o grande Prémio Nacional do Património. (Structurae.info, 2014)

<sup>22</sup> Na altura desta comunicação Claudine Donnay-Rocmans, encontrava-se agregada à administração do Património Cultural na Bélgica.

situa-se a cerca de 35 km de Bruxelas, foi extinto em 1796 e vendido em partes a particulares. Os seus proprietários começaram a desmembrar o conjunto, retirando os materiais que o compunham, chumbo das coberturas, madeira das carpintarias interiores, pedras das paredes, o que o levou este conjunto a um estado de degradação avançado, que foi resgatado em 1893 pelo estado belga. Foram desenvolvidos trabalhos para travar a deterioração das construções no início do século XX, mas em 1984 deu-se início a uma nova fase de conservação das ruínas. (Donnay-Rocmans, 1990, pp. 62,63)

Esta fase visava perceber qual a idade das ruínas, a que estilo pertenciam, as funções que abrigavam e os materiais que as constituíam. A intervenção tinha como prioridade travar a degradação e diminuir o perigo para os visitantes, devido aos eventuais desabamentos de pedras. Deste modo, a primeira operação foi limpar de vegetação toda a área de intervenção; a segunda operação consistiu no estancamento dos solos e na criação de soluções para a correta drenagem da água das chuvas. (Donnay-Rocmans, 1990, p. 64) Só posteriormente puderam ser consideradas obras de consolidação das construções, que, consoante a sua especificidade (idade, estado, material, etc.), foram alvo de diferentes intervenções, tais como: conservação de alvenarias, mesmo que deformadas através da inclusão nas paredes de uma rede de barras de aço tratado; vedação de elementos fissurados através de micro-perfurações de barras de aço inoxidável, envolvidos por resina epoxy ou polyester; substituição pontual de elementos degradados, por outros de igual dimensão, desenho e material; restituição pontual de elementos desaparecidos relevantes para a consolidação; consolidação de superfícies através de endurecedores como silicato de etilo e consolidação através de técnicas tradicionais (estruturas em betão armado). (Donnay-Rocmans, 1990, p. 64)

Cerca de 30 anos volvidos, as técnicas de consolidação de estruturas evoluíram para novas soluções, no entanto não nos iremos debruçar sobre esta temática, dado o alargado âmbito deste tema, mais indicado para o campo da engenharia. Este conjunto interessa-nos sobretudo pela dinâmica que adquiriu nos dias de hoje. O sítio web que o representa, <http://www.villers.be/fr>, é demonstrativo dessa dinâmica, disponível em quatro línguas (inglês, francês, alemão e holandês), com informação também nas redes sociais atualmente mais utilizadas e com um programa muito diversificado para visitas individuais, em grupo e escolares.

Para além das visitas guiadas por guias especializados, outro tipo de atividades estão disponíveis neste complexo: o jogo geocaching que falamos anteriormente, encontra-se aqui publicitado; um desporto aventura menos comum, como a escalada de



árvores, com diversos graus de dificuldade; as noites nómadas, que consistem na estadia de uma noite na abadia, em tendas, com direito a animações à noite e pequeno-almoço; jogos de resolução de enigmas para crianças entre os 8 e 12 anos, que envolvem a história do monumento e a vida dos monges; passeios pedestres por toda a propriedade da abadia com cerca de 75km de caminhos, com um mapa que é disponibilizado no atendimento, com 14 circuitos definidos e voos em balão de ar quente para visualizar a uma cota alta a extensa propriedade e as ruínas da abadia.

Este local é também palco de variados eventos, como workshops (*Remédios naturais, As virtudes das raízes*), festividades locais (*Festa de Saint-Hubert*), conferências (*Jornadas do Património*), etc.

A visita ao local tem horário definido e a entrada é paga, bem como as atividades anteriormente referidas, assim como todos os complementos, como audio-guias, mapas para passeios pedestres, etc. Embora haja a possibilidade de fazer piquenique nas ruínas, existe serviço de restauração junto ao complexo. (Villers, s.d.)



Figura 7 – Vista aérea da abadia cisterciense de Villers-la-Ville

Fonte: (Panoramio, s.d.)

A escala desta ruína não se poderá comparar à de Sanfins de Friestas, no entanto encontramos aqui formas de divulgação e atividades que poderão ser viáveis no mosteiro valenciano. A colocação de uma entrada paga implica à partida que os limites

circundantes estejam vedados; que exista uma zona de atendimento, com pequenos serviços de acolhimento ao visitante (instalações sanitárias e, dependendo da dimensão, bar/restaurante); e que existam condições de segurança para os visitantes. Temos, no entanto, dúvidas relativamente a este ponto, e a sua adequação a Sanfins de Friestas. Este tipo de investimento iria exigir um retorno, a intensa programação para a atração de visitantes iria a meu ver, retirar-lhe o carácter romântico que detém, sem horas de visita definidas e sem implicar um esforço financeiro ao visitante, principalmente quando se tratam de famílias numerosas. Acresce que o silêncio, o contacto com uma natureza agreste e não domesticada, o isolamento e a possibilidade se ver confrontado, mais consigo próprio, e com o passado, do que com os outros e o presente, são motivos que nos levariam a não estimular, não propor e não programar atividades coletivas e regulares. Compreendemos, no entanto, que para que o espaço seja visitável, é necessário manutenção, em especial a contínua limpeza da vegetação e garantia de mínimas condições de segurança, o que implica custos que em parte poderiam ser financiados por atividades pontuais, como festividades, workshops, visitas guiadas, eventos gastronómicos, etc.

Ainda que sujeitos a potenciais críticas de elitismo, afigura-se-nos que a sua manutenção em condições mínimas de segurança e de estabilidade, bem como a sua animação através de circuitos de visita capazes de contextualizar este conjunto (incluindo a envolvente paisagística) no espaço, na história e nas dinâmicas das vivências culturais e religiosas do território em que se insere, o do Alto Minho, poderia configurar uma solução intermédia, dirigida a públicos específicos, seletivos, capazes de interagirem com esse espaço, dele fruindo sem a ele se imporem.

Visitas (em número reduzido) guiadas para grupos estrangeiros, em várias línguas; a sua divulgação entre estudantes de graduação e pós-graduação (para efeitos de trabalho de campo e ilustração prática das dinâmicas territoriais, sociais, económicas, religiosas, culturais que o envolvem); a par de visitas seletivas e orientadas a estudantes do ensino básico e secundário da região, para promoção de uma maior sensibilidade ao património da região (edificado e não edificado) são outras possíveis utilizações “dignas”, práticas e reprodutivas (no sentido social mais do que cultural) deste conjunto monástico, cuja dignidade histórica permanece intacta, apesar da degradação do seu edificado.

Este “Monasterium” encerrou um dia um “Conventus” e poderá recriar em torno de si (se não no seu interior), outros “conventos”, outras comunidades que lhe confirmem outras vivências, mesmo de natureza espiritual, se não de natureza religiosa...

## 6 – CONCLUSÃO

Ficou clara para mim, na prova final de licenciatura em Arquitetura, a capacidade destes conjuntos monásticos para albergar diferentes tipos de usos, do ponto de vista arquitetónico. Pudemos confirmar isso mesmo nos casos inventariados e estudados no distrito de Viana do Castelo. A sua escala, a variedade da dimensão dos espaços, a sua articulação interior, a relação interior-exterior, a preocupação na captação da luz, e tantas outras características, tornam estas formas arquitectónicas facilmente reutilizáveis.

Mas esses conjuntos não interagem e não são apenas espaço. Eles plasmam uma estreita relação do homem com o tempo, e isso é visível na relação dos cidadãos com os monumentos históricos.

*“Na sua função narcísica, o culto do património não é justificável senão num tempo: tempo de suspender simbolicamente o curso da história, tempo de retomar o fôlego na actualidade, tempo de confortar a nossa identidade antropológica a fim de poder prosseguir com a sua construção, tempo de reassumir um destino e uma reflexão.”* (Choay, 2008, p. 260)

É neste conceito narcisista, do efeito espelhado que refletimos nos monumentos, que mais facilmente entendo as diferentes posturas do homem perante uma ruína, conforme referido no capítulo anterior. Agora que me aproximo do término deste estudo, o título desta tese faz cada vez mais sentido. Dos “novos usos” referidos para os conjuntos monásticos, muitos deles não são assim tão novos, pois existem pelo menos desde a extinção das ordens religiosas. O que aqui propomos é a legitimidade de propor e reivindicar um novo uso, esse sim, mais recente, pelo menos no panorama português, ou porventura nem isso. Refiro-me ao retorno ao seu uso espiritual: o simples contemplar de um espaço, escolhido e vivido por homens, também eles espirituais.

Comparando dois usos possíveis deste tipo de edificado, o conventual e o prisional, afirmamos em tempos:

*“Em ambos os casos, conventual e prisional, o indivíduo vê-se confrontado com o seu eu, a sua medida, a sua consciência, e embora com intuitos diferentes, uns por opção, outros por obrigação, este dispositivo arquitectónico contribui para a alteração de valores. Considerei necessário mostrar o lado mais sombrio da cela, estudando a arquitectura prisional, e o que a torna distinta de uma cela conventual. Mas durante este processo de desenvolvimento da prova, o meu interesse voltou-se mais para os conventos. Foram entendidos os princípios da arquitectura carcerária, mas vejo nos conventos*

*outros princípios e outras qualidades arquitectónicas que pretendo explorar.”* (Afonso, 2008, p. 59)

Volvidos seis anos, esse interesse manteve-se e aqui se concretiza. Já não pode é ser chamado de simples interesse, sei agora que é muito mais que isso, começa a ser uma *forma de vida*, provavelmente de cariz *monástico*. Para além deste sentimento que me une aos conjuntos monásticos e à sua história, há sem dúvida outro sentimento, o de pertença a um território, o do litoral norte português.

Este trabalho pretende, por isso, ser uma ferramenta para outros investigadores, para que vejam nele uma base de trabalho, e uma bolsa de desafios, integrante de 41 caminhos singulares possíveis de investigação. Tem, também, uma grande esperança, a do possível reconhecimento, por parte das entidades responsáveis por este território, do potencial de estudos desta natureza para as mais variadas formas de divulgação e intervenção em tão relevante património. Espero também que simplesmente desperte a curiosidade de quem o lê, transportando-o fisicamente para os sítios nele referidos, pois só no espaço se ouve a velocidade da água, se cheira a verdura da floresta, se vê a textura das pedras, se sente a frescura do vento e só aí se percebe que não há palavras, nem imagens que consigam descrever a realidade, e só aí se sente a surpresa. A mesma, deduzo eu, sentida por esses homens e mulheres religiosos, no momento da escolha da implantação do seu mosteiro, no usufruto do seu quotidiano, na organização da sua forma de vida monástica.

Este trabalho tem um objetivo ainda maior, já sugerido na Introdução: o de que este método de análise e inventariação possa vir a constituir uma base de trabalho, passível de ser reproduzida para outras regiões portuguesas, sendo este o primeiro passo para o conhecimento da totalidade do património monástico português.

Destaco aqui um dos sábios comentários da minha orientadora de mestrado durante a realização desta dissertação: *“Inês, nós também queremos ver a arquiteta nos seus textos!”*, ao qual a Inês respondeu: *“Mas, professora Amélia, eu descobri a História...”*. E esta é a mais pura das verdades. Embora a História me tenha sido mostrada durante toda a minha formação, em especial no ensino superior, e já tenha despertado para ela na fase final da licenciatura em Arquitetura, sinto que só agora a descobri verdadeiramente. Talvez por perceber que durante a realização deste mestrado, os meus olhos, e a minha mente aprenderam a encarar o tempo e a sua passagem de uma outra forma. Perceber que tudo é cíclico, que os novos acontecimentos não são assim tão novos, que já aconteceram antes vivências e experiências semelhantes, simplesmente tomaram



diferentes formas. Isto pode parecer óbvio para um historiador, mas este não era o meu mundo, e de um certo modo, invejo quem já percepcionou esta noção do *tempo* antecipadamente. O que esta jovem arquiteta tinha conseguido era um pouco da noção de *espaço*. Conseguir agora associar estas duas variáveis, fez-me começar a perceber um pouco melhor qual é o meu *espaço* neste *tempo*.

## ÍNDICE COMPLETO

AGRADECIMENTOS.....	
RESUMO .....	
RESUMÉ.....	
ABSTRACT .....	
SIGLAS E ABREVIATURAS.....	
INTRODUÇÃO .....	1
 1 – INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO MONÁSTICO DO DISTRITO DE VIANA DO CASTELO.....	 6
<b>1.1 Fontes e critérios para uma inventariação.....</b>	<b>6</b>
<b>1.2 Base de dados.....</b>	<b>9</b>
<b>1.3 Fichas identitárias .....</b>	<b>15</b>
 2 – CONTEXTO ESPACIAL DE INTERAÇÃO.....	 57
<b>2.1 Aspetos geográficos .....</b>	<b>57</b>
<b>2.2 Vias de comunicação .....</b>	<b>59</b>
<b>2.3 Organização eclesástica .....</b>	<b>63</b>
 3 – CONTEXTO HISTÓRICO DE INTERAÇÃO.....	 69
<b>3.1 Formas de vida conventual.....</b>	<b>69</b>
<b>3.1.1 Entre Mosteiro e Convento.....</b>	<b>69</b>
<b>3.1.2 Panorama da distribuição das Ordens Religiosas .....</b>	<b>70</b>
<b>3.1.3 Formas de vida monástica .....</b>	<b>76</b>
<b>3.1.3.1 Ordem de São Bento .....</b>	<b>76</b>
<b>3.1.3.2 Ordem de Cister .....</b>	<b>77</b>
<b>3.1.4 Formas de vida canónica .....</b>	<b>79</b>
<b>3.1.5 Formas de vida mendicante.....</b>	<b>81</b>
<b>3.1.5.1 Ordem dos Frades Menores (Ordem Franciscana).....</b>	<b>82</b>
<b>3.1.5.2 Ordem dos Pregadores (Ordem Dominicana) .....</b>	<b>84</b>
<b>3.1.5.3 Ordem do Carmo (Carmelitas) .....</b>	<b>85</b>
<b>3.1.5.4 Ordem das Ursulinas .....</b>	<b>86</b>
<b>3.2 Vicissitudes históricas .....</b>	<b>87</b>
<b>3.2.1 Contexto político até à Guerra Civil.....</b>	<b>87</b>

3.2.2 A extinção das ordens religiosas.....	89
3.2.3 Destino dos bens nacionais .....	92
4 – DE ESPAÇO RELIGIOSO A PATRIMÓNIO CULTURAL .....	97
4.1 Classificação Patrimonial .....	97
4.1.1 O caso do distrito de Viana do Castelo.....	97
4.1.2 Medidas legislativas relevantes até 1910 .....	98
4.1.3 O decreto de 1977. Novas tipologias e critérios de classificação .....	102
4.2 Reutilizações do património religioso construído – uma reflexão .....	104
4.2.1 O processo de reutilização .....	104
4.2.2 Os atores do Património .....	105
4.2.3 Os valores do Património.....	108
4.2.4. A escolha de um uso adequado.....	109
4.2.5 Intervenção no património construído: compromisso e irreversibilidade .....	114
4.3 Os novos usos do património monástico de Viana do Castelo .....	116
5 – SANFINS DE FRIESTAS “UMA RUÍNA EM UTILIZAÇÃO” .....	122
5.1. Sanfins de Friestas, da fundação à atualidade.....	122
5.2. Entre uma ruína romântica e um monte de pedras .....	126
6 – CONCLUSÃO .....	135
ÍNDICE COMPLETO.....	138
ÍNDICE DE MAPAS .....	140
ÍNDICE DE GRÁFICOS .....	140
ÍNDICE DE FIGURAS.....	140
BIBLIOGRAFIA POR CONJUNTO MONÁSTICO .....	141
BIBLIOGRAFIA GERAL .....	147
ANEXOS.....	151

## ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 _ Conjuntos monásticos no distrito de Viana do Castelo em 2014 .....	7
Mapa 2 _ Carta Hipsométrica do Alto Minho .....	57
Mapa 3 _ Bacias hidrográficas do Alto Minho .....	58
Mapa 4 _ Vias romanas de Entre-Douro-e-Minho .....	60
Mapa 5 _ Via Romana XIX.....	61
Mapa 6 _ Principais eixos de circulação em Entre-Douro-e-Minho (séc. XV e XVI).....	62
Mapa 7 _ Paróquias suélicas do século VI, da diocese de Tui no Entre Minho e Lima.....	64
Mapa 8 _ Limites da Diocese de Braga entre os sécs. IX e XII .....	66
Mapa 9 _ Ordens religiosas dos conjuntos monásticos no distrito de Viana do Castelo .....	75
Mapa 10 - Instituições franciscanas a Norte do Douro, no século XV .....	83
Mapa 11 _ Estado de Utilização dos conjuntos monásticos no distrito de Viana do Castelo em 2014.....	117
Mapa 12 _ Usos dos conjuntos monásticos no distrito de Viana do Castelo em 2014 .....	119

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Conjuntos monásticos do distrito de Viana do Castelo. Distribuição por ramos.....	70
Gráfico 2 - Conjuntos monásticos no distrito de Viana do Castelo. Distribuição por concelho.	72
Gráfico 3 - Conjuntos monásticos no distrito de Viana do Castelo. Distribuição por data de fundação. ....	74
Gráfico 4 - Conjuntos monásticos no distrito de Viana do Castelo. Distribuição por ordens religiosas. ....	74
Gráfico 5 - Extinção das ordens religiosas nos conjuntos monásticos no distrito de Viana do Castelo. Distribuição cronológica. ....	92
Gráfico 6 - Proprietários das igrejas inseridas nos conjuntos monásticos no distrito de Viana do Castelo.....	93
Gráfico 7 - Proprietários das alas conventuais inseridas nos conjuntos monásticos no distrito de Viana do Castelo. ....	94
Gráfico 8 - Classificação dos conjuntos monásticos no distrito de Viana do Castelo. ....	97
Gráfico 9 - Existência dos conjuntos monásticos no distrito de Viana do Castelo. ....	116
Gráfico 10 - Estado de utilização dos conjuntos monásticos no distrito de Viana do Castelo..	118
Gráfico 11 - Tipos de usos atribuídos aos conjuntos monásticos no distrito de Viana do Castelo .....	118

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Correspondência das sedes das paróquias suélicas do Entre Minho e Lima, em 569, a lugares de freguesias e concelhos atuais desta mesma região.....	64
Figura 2 – Exterior da Igreja de St. Benedict, atual Manchester Climbing Centre.....	113
Figura 3 - Interior da Igreja de St. Benedict, atual Manchester Climbing Centre.....	113
Figura 4 – Mosteiro de Sanfins de Friestas, foto de 1960 (a preto e branco).....	125
Figura 5 - Mosteiro de Sanfins de Friestas, foto de 1997 (a cores).....	125
Figura 6 – Igreja de Sanfins de Friestas, antes e depois da intervenção da DGEMN .....	126
Figura 7 – Vista aérea da abadia cisterciense de Villers-la-Ville.....	132

## **BIBLIOGRAFIA POR CONJUNTO MONÁSTICO**

### **1 – MOSTEIRO DO SALVADOR DA TORRE**

- VIEIRA, Carlindo, 1973. *S. Salvador da Torre na História da Ribeira Lima*. Jornal O Emigrante, Viana do Castelo.

### **2 – MOSTEIRO DE SANTA MARIA DO CARVOEIRO**

- FIGUEIRAS, Paulo de Passos, 2000. *O Couto de Carvoeiro*. Junta de Freguesia de Carvoeiro.

- MARQUES, José, 1988. *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, p.677-678.

### **3 – MOSTEIRO DE SÃO ROMÃO DO NEIVA**

- NEIVA, Adélio Torres, 2000. *S.Paio de Antas, sua História, sua Gente*. Esposende, pp. 99-142.

### **4 – MOSTEIRO DO SALVADOR DE GANFEI**

- SILVA, Célia Taborda da, 2001. *A exploração vinícola num mosteiro beneditino do Alto Minho: Ganfei*. In Actas do Congresso “O Vinho, a História e a Cultura Popular”. Lisboa: Edição do Instituto Superior de Agronomia, 2001, pp. 347-56.

- SILVA, Célia Taborda da, 1994. *A Exploração de um Domínio Senhorial - o Mosteiro de Ganfei durante o Antigo Regime*. Revista Estudos Regionais, nº 15, Viana do Castelo, pp. 135 - 142;

- SILVA, Célia Taborda da, 1983. *O Mosteiro de Ganfei. Propriedade, Produção e Rendas no Antigo Regime (1629-1683 e 1716-1822)*. Porto.

### **5 – MOSTEIRO DE SANFINS DE FRIESTAS**

- Ministério das Obras Públicas, 1938. *A Igreja de S. Fins de Friestas*. Boletim da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nº 11.

- SERRA, Narciso, 2014. *Mosteiro de S.Fins de Friestas, o paradigma de um Património Classificado*. Valença.

### **6 – MOSTEIRO DE SÃO COSME E SÃO DAMIÃO DE ÁZERE**

- COSTA, P.e Avelino Jesus da, 1981. *Imagens, Templos e Mosteiros de São Bento nas Terra de Valdevez, Terra de Valdevez*, nº 3, pp. 5 – 41.

### **7 – MOSTEIRO DE SÃO CLÁUDIO DE NOGUEIRA**

- Ministério das Obras Públicas, 1947. *Igreja de São Cláudio de Nogueira*. Boletim da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nº 50.

### **8 – MOSTEIRO DE SÃO JOÃO DE CABANAS**

- FARIA, Horácio, 2013. *O Mosteiro de S.João de Cabanas e a Paróquia de Afife*. Cadernos Vianenses, Tomo 47, pp. 15-61.

- FARIA, Horácio, 2012. *Moinhos do Mosteiro de S.João de Cabanas de Afife*. Revista Estudos Regionais, Revista de Cultura do Alto Minho, II Série nº 6, pp. 97-116.

- FARIA, Horácio, 1989. *O Mosteiro de S.João de Cabanas e o Moinho da Devesa do Séc. XVIII*. Cadernos Vianenses, Tomo 13, pp. 15-28.

- RAMOS, Ilídio Eurico Gomes, 1984. *Monumentos e Solares de Viana. Quinta do Mosteiro de Cabanas em Afife. Capela de S. Bernardo em Viana*. Vianense, Viana do Castelo.

## **9 – MOSTEIRO DE SÃO JOÃO DE ARGÁ**

- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de Santiago, 1971. *A Romaria de S. Joao D'Arga*, Geographica, 7 (28), Lisboa, pp. 3 – 15.
- VASCONCELOS, João Manuel Monteiro de Castro, 1997. *Usos do passado na Serra de Argá: tradição e objectificação da cultura local*, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Lisboa.

## **10 – MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE MIRANDA**

- COSTA, Avelino de Jesus, 1981. *Mosteiro de Santa Maria de Miranda*. Boletim Terra de Val de Vez, Volume IV, G.E.P.A., pp. 73-118.
- FERREIRA, João Palma, 1988. *Mosteiros de Santa Maria de Miranda e de Santa Maria de Ermelo*, A Capital, Lisboa.
- SOUSA, Gabriel; GOMES, Carlos, 1982. *O Mosteiro de Santa Maria de Miranda e seus Abades*. Boletim Terra de Val de Vez, Volume V, pp. 31-37.

## **11 – MOSTEIRO DE SÃO SALVADOR DE SABADIM**

- COSTA, P.e Avelino Jesus da, 1981. *Imagens, Templos e Mosteiros de São Bento nas Terra de Valdevez, Terra de Valdevez*, nº 3, pp. 5 – 41.

## **12 – MOSTEIRO DO SALVADOR DE VITORINO DAS DONAS**

- MAGALHÃES, Francisco, 1909. *Mosteiro de Victorino*. Almage de O Comércio do Lima, pp. 265-269.
- REIS, António Matos, 1986. *O Mosteiro de Vitorino das Donas do séc. XI ao XV*. Arquivo de Ponte de Lima, Vol. VII, pp.151-194.

## **13 – MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE VALBOA**

- ALVES, Lourenço, 1984. *Os frescos da Capela de Santa Luzia, na freguesia de Campos - Vila Nova de Cerveira*, Boletim Cultural - Centro de Estudos Regionais, nº1, Viana do Castelo, pp.70-73 .

## **15 – MOSTEIRO DE SÃO ANA DE VIANA DO CASTELO**

- FERNANDES, Francisco José Carneiro, 1979. *Igreja de Nossa Senhora da Caridade*, in Cadernos Vianenses, tomo III, Braga, pp. 65 – 73.
- GUERRA, Luís Figueiredo da, 1895. *Fundação do Real Convento de Sant'Ana em Viana*, Archivo Viannense, vol. 1, Vianna, pp. 135 – 140.
- NOÉ, Paula, 2005. *Os Mestres da Sé revisitados no Mosteiro de Santa Ana*, Revista Monumentos, nº 22, Lisboa, pp.144-165.
- PINHO, Isabel Maria Ribeiro Tavares de, 2010. *Os Mosteiros Beneditinos Femininos de Viana do Castelo, Arquitectura Monástica dos Séculos XVI ao XIX*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Portuguesa apresenta à FLUP.

## **16 – MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE VIANA DO CASTELO**

- PINHO, Isabel Maria Ribeiro Tavares de, 2010. *Os Mosteiros Beneditinos Femininos de Viana do Castelo, Arquitectura Monástica dos Séculos XVI ao XIX*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Portuguesa apresenta à FLUP.
- VALE, Manuel, 1986. *O Extinto Convento de S.Bento da Vila de Viana – Algumas Notas para a História*. Revista Estudos Regionais, Revista de Cultura do Alto Minho nº 3, pp. 33-56.
- VALE, Manuel, 1987. *Algumas Notas para a História do Mosteiro de S.Bento de Viana*. Revista Estudos Regionais, Revista de Cultura do Alto Minho nº 4, pp. 19-52.



- VIANA, Carina, 2007. *Monumento e Cidade de Viana do Castelo. Reflexões sobre uma intervenção no Convento de S.Bento em Viana do Castelo*. Cadernos Vianenses, Tomo 40, pp. 119-135.

#### **18 – MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE FIÃES**

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, 1988. *A Igreja do Mosteiro de Fiães*. VI Centenário da Tomada do Castelo de Melgaço, Braga, pp. 77 – 86.
- MARQUES, José, 1990. *O Mosteiro de Fiães (notas para a sua história)*. Braga.
- PINTO, Luis de Magalhães, 1997. *O Mosteiro de Fiães: um românico beneditino*. Revista Estudos Regionais, Revista de Cultura do Alto Minho nº 21, pp. 7-25

#### **19 – MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE ERMELO**

- ALVES, Pereira, 1918. *O Mosteiro de Ermelo, uma fundação de D. Tareja*. O Archeologo Português, Volume XXIII, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, pp. 135-158.
- BRAZ, António Manuel da Silva, 2009. *O Mosteiro e a Igreja de Ermelo, Património Cisterciense esquecido no tempo*, Faculdade de Teologia – Braga (UCP).
- FERREIRA, João Palma, 1988. *Mosteiros de Santa Maria de Miranda e de Santa Maria de Ermelo*, A Capital, Lisboa.
- NOGUEIRA, Sandra Conceição Silva, 2010. *O Mosteiro de Ermelo em Arcos de Valdevez: um contributo para a sua história*. Dissertação de Mestrado apresentada à FLUP.
- PEREIRA, F. Alves, 1918. *Uma Fundação de D. Teresa (O Mosteiro de Ermelo)*. O Archeologo Português, vol. 23, Lisboa, pp. 138 - 158.

#### **20 – MOSTEIRO DO SALVADOR DE BRAVÃES**

- ALMEIDA, Maria José Perez Homem de, 1984. *San Salvador de Bravães: una encrucijada en el románico portugués*. Porto.
- CASTRO, Elda de; RODRIGUES, J. Delgado; CRAVO, M. Rosário Tavares, 1987. *Estudos sobre a Alteração e a Conservação do Pórtico da Igreja de Bravães* (Estudo realizado para a DGEMN), Lisboa, LNEC.
- Ministério das Obras Públicas, 1947. *Igreja de Bravães*. Boletim da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nº 49.

#### **21 – MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE VILA NOVA DE MUÍÁ**

- SOUSA, José Rigaud; MENÉRES, António, 1980. *Notas sobre o Mosteiro de Vila Nova de Muía*. Minia, 2ª Série, Braga, pp.157-179.

#### **23 – MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE REFÓIOS DO LIMA**

- CALHEIROS, Araújo, 1909. *Mosteiro de Refoyos*. Almanaque ilustrado de O Comércio do Lima, pp. 175-182.
- COSTA, João Gonçalves, 1989. *Esboço de Inventário Florístico do Convento de Refoios (Escola Superior Agrária de Ponte de Lima)*. Revista Estudos Regionais, Revista de Cultura do Alto Minho nº 5, pp. 27-38.
- VÁRIOS, 1988. *Subsídios para a História do Convento de Refoios*. Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Escola Superior Agrária, Ponte de Lima.

#### **24 – MOSTEIRO DE SÃO JOÃO DE LONGOS VALES**

- CALDAS, João Afonso, 1977. *Monografia de S. João de Longos Vales*. Monção, Braga, pp. 41-61.

## **25 – CONVENTO DO SALVADOR DE PADERNE**

- MARQUES, José, 2002. *O Cartório e a livraria do Mosteiro de Paderne Mosteiro, em 1770*. Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal de Melgaço, nº1, pp. 19-92.
- MARQUES, José, 1991. *As pesqueiras do Mosteiro de Paderne*. Revista Estudos Regionais, Revista de Cultura do Alto Minho nº 21, pp. 39-53.
- PINTO, Luis de Magalhães, 2000. *A Igreja do Mosteiro de Paderne, uma hipótese de evolução arquitectónica*. Revista Estudos Regionais, Revista de Cultura do Alto Minho nº 21, pp. 7-25.
- SILVA, Armando Barreiros Malheiro da, 1983. *Paróquia do Mosteiro de São Salvador de Paderne em demanda com os Senhores da Quinta de Pontiselas (século XVIII)*. Separata I Colóquio Galaico - Minhoto, Braga.

## **26 – CONVENTO DE SÃO FRANCISCO DO MONTE**

- ABREU, Alberto Antunes de; AREZES, Maria Manuela F.; LOPES, José da Cruz, 1988. *A importância arqueológica do convento arruinado de S. Francisco do Monte em Viana do Castelo*. Actas do Colóquio Manuel de Boaventura - 1985 Arqueologia, Esposende, pp. 153 – 168.
- CALHEIROS, Araújo (Padre), 1927. *O último guardião de São Francisco do Monte*. Almanaque de Ponte de Lima, 7.º ano, Ponte de Lima, Tipografia Guimarães, pp. 33-39.
- GONÇALVES, Flávio, 1990. *Um convento abandonado: o de S. Francisco do Monte, junto de Viana do Castelo*. História da Arte: iconografia e crítica, Lisboa, INCM, pp. 137-140.
- FERNANDES, Francisco José Carneiro, 1980. *Convento de S. Francisco do Monte, Igreja e Convento de Santo António*. Cadernos Vianenses, vol. 4, Viana do Castelo, pp. 156 – 173.
- GUERRA, Luís Figueiredo da, 1891. *S. Francisco do Monte*. Archivo Viannense, vol. 1, nº 5, Viana do Castelo, pp. 71 – 75.

## **27 – CONVENTO DE SANTO ANTÓNIO DE PONTE DE LIMA**

- FEIO, Victor, 1984. *O Convento de Santo António dos Capuchos*. Arquivo de Ponte de Lima, volume V, pp.97-112.
- MATTOS, José Norton, 1909. *Convento de Santo António de Frades Capuchos*. Almanaque de O Comércio do Lima, pp. 141-148.
- REIS, António Matos, 1989. *As Igrejas de Santo António dos Frades e de S. Francisco dos Terceiros em Ponte de Lima*. Revista Estudos Regionais, Revista de Cultura do Alto Minho nº 6, pp. 5-14.

## **28 – CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA ÍNSUA DE CAMINHA**

- CALIXTO, Carlos Pereira, 1980. *O Convento, a Fortaleza e o Farolim da Ínsua*. Revista da Marinha, II série, ano 44, nº 88, Lisboa, Empresa do Jornal do Comércio, SARL, pp. 27-30.
- PEIXOTO, A. Maranhão, 2005. *Forte da Ínsua*. As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758, Braga, Casa Museu de Monção / Universidade do Minho, pp. 627-628.

## **29 – CONVENTO DE SANTA MARIA DO MOSTEIRÓ DE VALENÇA**

- NOGUEIRA, Ibérico, 1951. *Santa Maria de Mosteiró – Cerdal*. Arquivo do Alto Minho, 4.º vol., tomo I, Vila de Punhe, pp. 55-59.

- PEREIRA, Frei Artur, s.d.. *Roteiro Franciscano. Santa Maria de Mosteiró, Cerdal-Valença*. Boletim Municipal de Valença, Ed. C. M. de Valença, pp. 7-9.

### **30 – CONVENTO DE SÃO PAIO DOS MILAGRES**

- Correio do Minho, 2004. *O Mosteiro e a História breve de triste episódio*, 19 Setembro.

### **32 – CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO**

- MARQUES, José, 2004. *A Defesa do Convento de Santo António das Carvalhiças e dos seus bens. Uma questão que apaixonou o concelho de Melgaço*. Boletim Cultural de Melgaço, nº 3, s.l., pp.115-131.

### **33 – CONVENTO DE SÃO BENTO E DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA**

- Imobiliária, 2006. *Reconversão do Convento dos Capuchos*. 05 Abril.

- Viajar, 2006. *Convento dos Capuchos em Monção vai ser transformado em hotel rural*. 15 Maio.

### **34 – CONVENTO DE SÃO ANTÓNIO**

RODRIGUES, Miguel, 2005. *Igreja Fechada há dois anos*. Jornal de Notícias do Minho, Viana do Castelo, 17, p. 35.

### **35 – CONVENTO DE SÃO BENTO**

- COSTA, Avelino de Jesus da (Padre), 1984. *O culto de São Bento na terra de Valdevez (subsídios para a monografia do concelho)*. Separata de Terra de Val de Vez, Arcos de Valdevez.

- FERNANDES, José Queiroga, 1996. *O Convento de São Bento dos Arcos - breves subsídios para o seu estudo histórico e artístico*. Revista Estudos Regionais, n.º 17, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, Dezembro, pp. 33-73.

- SILVA, Armando; Damásio, Luís; Fernandes, José, 1996. *O Convento de S.Bento dos Arcos, Breves subsídios para o seu estudo histórico e artístico*. Revista Estudos Regionais, Revista de Cultura do Alto Minho nº 17, pp. 33-73.

### **36 – CONVENTO DE SÃO FRANCISCO DE VALE DE PEREIRAS**

- LIMA, Abreu, 1927. *Convento de Val de Pereiras*. Almanaque de O Comércio do Lima, pp. 59-63.

### **38 – CONVENTO DE SÃO DOMINGOS**

- PEREIRA, Raul Rocha, 2005. *A Igreja de Santa Cruz do antigo Convento Domínico de “Vianna da Fós do Lima” e a linhagem noroestina dos Lopes*. Cadernos Vianenses, Tomo 36, pp. 165-173.

- RODRIGUES, Armando de Jesus, 2003. *O Convento de Santa Cruz (S. Domingos) de Viana (Esboço histórico)*. Cadernos Vianenses, Tomo 33, pp. 95-104.

- RODRIGUES, Armando de Jesus, 1992. *O Convento de S. Domingos de Viana (Breve resenha histórica)*. Revista Estudos Regionais, Revista de Cultura do Alto Minho nº 10/11, pp. 93-102.

### **39 – CONVENTO DE NOSSA SENHORA DO CARMO**

- FILIPE, Fernandes, 1978. *Fundação do Convento do Carmo e Construção da Igreja*. Cadernos Vianenses, Tomo I, pp. 74-83.

### **40 – CONVENTO DAS CARMELITAS**

- D’ ALPUIM, Maria Augusta, 1979. *Carmelitas em Viana*. Cadernos Vianenses, Tomo II, pp. 124-132.

- PEREIRA, Armando Soares, 2007. *O Lar de Santa Teresa*. Cadernos Vianenses, Tomo 39, pp. 159-176.
- PINHO, Isabel Tavares de, 2008-2009. *As Carmelitas do Desterro de Viana do Castelo*. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Ciências e Técnicas do Património, I Série, Volume VII- VIII, pp. 319-338.

#### **41 – CONVENTO DE RELIGIOSAS URSULINAS**

- ROCHA, Manuel Inácio Fernandes da, 1995. *O Real Colégio das Chagas do Convento das Ursulinas: instrução de meninas em Viana (1778-1884)*. Dissertação de mestrado em História Moderna e Contemporânea, apresentada à FLUP.

## BIBLIOGRAFIA GERAL

- AFONSO, I., 2008. *O corredor e a cela no convento e na prisão*. Prova final para a obtenção do grau de licenciatura em Arquitetura ed. Porto: FAUP.
- ALMEIDA, C. A. B. d., 1996. *Povoamento Romano no Litoral Minhoto, Entre Cávado e Minho*. s.l.:Dissertação de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia apresentada à FLUP.
- ALMEIDA, C. A. F. d., 1968. *Vias Medievais. Entre-Douro-e-Minho*. Porto: FLUP.
- ALMEIDA, C. A. F. d., 1987. *Alto Minho*. Lisboa: Editorial Presença.
- ALMEIDA, C. A. F. d., 1993. Património - Riegl e Hoje. *Revista da Faculdade de Letras, História, II Série, volume 10*, pp. 407-416.
- ALVES, L., 1987. *Arquitectura Religiosa do Alto Minho, Igrejas e Capelas do Alto Minho do Séc. XII ao Séc. XVII*. Viana do Castelo: s.n.
- AMARAL, L. C., 1999. Organização Eclesiástica de Entre-Douro-e-Minho: o caso da Diocese de Braga (Sécs. IX-XII). Em: J. G. d. Cortázar, ed. *Del Cantábrico al Duero: Trece estudios sobre Organización Social del Espacio en los Siglos VIII a XIII*. Santander: Universidad de Cantabria, pp. 313-349.
- AMARAL, L. C., 2007. *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista ( século IX-1137)*. Porto: Dissertação de Doutoramento em História apresentada à FLUP.
- AMORIM, I., POLÓNIA, A. & OSSWALD, H., 2005. *Em torno dos espaços religiosos - monásticos e eclesiásticos; Actas do colóquio a Frei Geraldo Coelho Dias*. s.l., Instituto de História Moderna: Universidade do Porto.
- ARAÚJO, A. d. S. & Silva, B. M. A., 1985. *Inventário do Fundo Monástico-Conventual*. Braga: s.n.
- ATLANTICAS, V., s.d. *Vias Atlânticas*. [Online] Disponível em: <http://www.viasatlanticas.depo.es/mapa.htm> [Acedido em 23 Abril 2014].
- AZEVEDO, C. M., 2000. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. s.l.:Círculo de Leitores.
- BARBOSA, Á. J., 2003. *Os sete montes de Tomar, recuperação da cerca do Convento de Cristo*. Vale Cambra: Caleidoscópio.
- BARBOSA, Á. J., 2009. Habitar o Património: o caso do Convento de Cristo. *Revista Máthesis nº 18, Departamento de Letras da Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional das Beiras*, pp. 177-193.
- BARBOSA, P. G., 2000. Cistercienses. Em: C. d. Leitores, ed. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. s.l.:s.n., pp. 346-351.
- BBC.CO.UK, 2005. *bbc.co.uk*. [Online] Disponível em: [http://www.bbc.co.uk/manchester/content/image\\_galleries/220205\\_climbing\\_church\\_gallery.shtml](http://www.bbc.co.uk/manchester/content/image_galleries/220205_climbing_church_gallery.shtml) [Acedido em 10 08 2014].
- BOIRET, Y., 1990. Restaurer les ruines: rigueur scientifique et imagination contrôlée. *Faut-il restaurer les ruines? Actes des Colloques de la Direction du Patrimoine*, pp. 70-71.
- BRAZ, A. M. d. s., 2009. *O Mosteiro e a Igreja de Ermelo, Património Cisterciense esquecido no tempo*. Braga: s.n.
- CARVALHO, H. P. A. d., 2008. *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracaraensis*. Universidade do Minho: Tese de Doutoramento em Arqueologia.
- CHOAY, F., 2008. *Alegoria do Património*. 3ª ed. Lisboa: Edições 70.
- CHORÃO, M. J. M. B., 2000. Conventos. Em: C. d. Leitores, ed. *Dicionário da História Religiosa de Portugal*. s.l.:s.n., pp. 19-25.
- CHORÃO, M. J. m. B., 2000. Mosteiros. Em: C. d. Leitores, ed. *Dicionário da História Religiosa de Portugal*. s.l.:s.n., pp. 274-279.

- CM VALENÇA, 2012. [www.correiodominho.com](http://www.correiodominho.com). [Online] Disponível em: <http://www.correiodominho.com/noticias.php?id=63193> [Acedido em 08 09 2014].
- CM-VALENÇA, s.d. <http://www.cm-valenca.pt>. [Online] Disponível em: [http://www.cm-valenca.pt/portal/page/valenca/portal\\_municipal/Cultura/colectividades\\_culturais/Luar%20do%20Minho](http://www.cm-valenca.pt/portal/page/valenca/portal_municipal/Cultura/colectividades_culturais/Luar%20do%20Minho) [Acedido em 08 09 2014].
- COSTA, A. J. d., 1980. Arquivos Eclesiásticos Portugueses. Em: *Dicionário da História da Igreja em Portugal*. Lisboa: s.n., pp. 515-554.
- COSTA, J. F. d. L. e., 2002/2003. Mosteiros e Conventos: um passeio pela Ribeira Lima. *Estudos Regionais, Revista de Cultura do Alto Minho*, pp. 121-167.
- DELUMEAU, J., 1983. *A civilização do renascimento*. Lisboa: Editorial Estampa.
- DIAS, G. C., 2007. A "monacofobia" ao tempo do Liberalismo e a situação dos egressos beneditinos. Em: *Perspectivas do Portugal Contemporâneo, As ordens religiosas, da extinção à herança*. s.l.:Actas do II Encontro Cultural de São Cristovão de Lafões, pp. 53-72.
- DIAS, G. J. A. C., 1995. Perspectivas bíblicas da mulher e monaquismo medieval feminino. *Separata de: Revista da Faculdade de Letras : História, série II, vol. 12*, pp. 9-46.
- DIAS, G. J. A. C., 1996. *Na variedade dos foros, a singularidade dos coutos beneditinos : generosidade régia e poder monástico*. Guimarães, Congresso Histórico de Guimarães, pp. 331-345.
- DIAS, G. J. A. C., 2010. *Tibães. O Encontro da Cerca, O Silêncio dos Monges e os Últimos Abades Gerais dos Beneditinos*. s.l.:Mosteiro de S. Martinho de Tibães/ Mosteiro de S.Bento da Vitória.
- DIAS, G. J. A. C., 2011. *Quandos os monges eram uma civilização...Beneditinos: espírito, alma e corpo*. Porto: s.n.
- DIONÍSIO, S., 1996. *Guia de Portugal, Volume IV Entre Douro e Minho, II - Minho*. 3ª ed. s.l.:Fundação Calouste de Gulbenkian.
- DONNAY-ROCMANS, C., 1990. L'abbaye de Villers-la-Ville: un exemple de restauration/conservation d'une ruine romantique. *Faut-il restaurer les ruines? Actes des Colloques de la Direction du Patrimoine*, pp. 62-65.
- DUPAVILLON, C., 1990. Ouverture. *Faut-il restaurer les ruines? Actes des Colloques de la Direction du Patrimoine*, pp. 8-13.
- EDWARDS, R., 2001. Mémoire et nouvel usage: du monument au projet. *Revista Estudos/Património nº 1, Departamento de Estudos do IPPAR*, pp. 17-24.
- ENGLISH HERITAGE, 2012. *New Uses for former Places of Worship*, London: English Heritage.
- FERNANDES, A. G., 2011. *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em finais da Idade Média: dos alvares de trezentos à Congregação de Santa Cruz*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- FERNANDES, F., 1978. Fundação do Convento do Carmo e Construção da Igreja. *Cadernos Vianenses, Tomo I*, pp. 74-83.
- GEOCACHING, 2008. [www.geocaching.com](http://www.geocaching.com). [Online] Disponível em: [http://www.geocaching.com/geocache/GC1BQXV\\_mosteiro-de-sanfins-de-friestas-valenca?guid=47543b3c-abc9-44f2-8cc5-35f2f7331fa0](http://www.geocaching.com/geocache/GC1BQXV_mosteiro-de-sanfins-de-friestas-valenca?guid=47543b3c-abc9-44f2-8cc5-35f2f7331fa0) [Acedido em 08 09 2014].
- GOMES, S. A., 2000. Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. Em: C. d. Leitores, ed. *Dicionário de História religiosa de Portugal*. s.l.:s.n., pp. 429-434.
- HERCULANO, A., 1838. *Opusculos, Tomo II, Monumentos Pátrios*. Lisboa: Casa da Viúva Bertrand.



- HISTORYME.WORDPRESS, 2011. *Historyme.wordpress*. [Online] Disponível em: <http://historyme.wordpress.com/2011/08/29/st-benedicts-bennett-st-ardwick-manchester-m12-5nd/> [Acedido em 10 08 2014].
- HLF, s.d. *The Heritage Lottery Fund*. [Online] Disponível em: <http://www.hlf.org.uk/aboutus/Pages/OurBackground.aspx#U-VITijJXTo> [Acedido em 8 Agosto 2014].
- JORGE, A. M. C., 2000. Priscilianismo. Em: C. d. Leitores, ed. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. s.l.:s.n., pp. 63-67.
- LOURENÇO, A. d. J., 2000. Carmelitas (Ordem do Carmo). Em: C. d. Leitores, ed. *Dicionário de História religiosa de Portugal*. s.l.:s.n., pp. 294-296.
- MACEDO, J. A. d., 1830. *Os Frades ou Reflexões Philosophicas sobre as Corporações Regulares*. Lisboa: s.n.
- MARQUES, J., 1982. *Os Franciscanos no norte de Portugal nos finais da Idade Média*. Porto: s.n.
- MARQUES, J., 1990. *O Mosteiro de Fiães: notas para a sua história*. Braga: s.n.
- MARQUES, J., 2007. O Entre Minho e Lima: da diocese de Tui à diocese de Ceuta. *Estudos Regionais de Viana do Castelo*, pp. 11-29.
- MARQUES, J. & Cunha, M. C. d. A., 2002. *Conflito de jurisdições e documentos judiciais. O caso de Braga*. Braga, s.n.
- MARQUES, M. A. F., 2000. Cisma do Ocidente e Portugal. Em: C. d. Leitores, ed. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. s.l.:s.n., pp. 344-346.
- MARTINS, F., 2000. Afinidades e Divergências na concepção espacial entre o Mosteiro Beneditino e o Colégio Jesuíta. *Revista Poligrafia Nº 9/10, Centro de Estudos Domingos de Pinho Brandão*, pp. 7-33.
- MATTOSO, J., 2000. Espiritualidade I. Época Medieval. Em: C. d. Leitores, ed. *Dicionário da História Religiosa de Portugal*. s.l.:s.n., pp. 181-187.
- MOREIRA, A. M., 2000. Franciscanos. Em: C. d. Leitores, ed. *Dicionário da História Religiosa de Portugal*. s.l.:s.n., pp. 273-280.
- NETO, M. J. Q. L., 1995. *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*. Lisboa: Dissertação de Doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- NOÉ, P., 2003. [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3619](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3619). [Online] [Acedido em 08 09 2014].
- ORY, P., 1991. De la nécessité du patrimoine. *De l'utilité du patrimoine, Actes des Colloques de la Direction du Patrimoine*, pp. 239-242.
- OST, C., 1991. Les dimensions économiques du patrimoine architectural. *De l'utilité du patrimoine, Actes des Colloques de la Direction du Patrimoine*, pp. 18-22.
- PANORAMIO, s.d. *Panoramio*. [Online] Disponível em: <http://www.panoramio.com/photo/1638969> [Acedido em 10 08 2014].
- PANORAMIO, s.d. *Panoramio*. [Online] Disponível em: <http://www.panoramio.com/photo/44959446> [Acedido em 19 09 2014].
- PARENT, M., 1990. Culture de la Ruine: semantique, symbole et realité. *Faut-il restaurer les ruines? Actes des Colloques de la Direction du Patrimoine*, pp. 54-56.
- PARENT, M., 1991. Eloge de l'utile et de l'inutile. *De l'utilité du patrimoine, Actes des Colloques de la Direction du Patrimoine*, pp. 235-238.
- PÉLICIER, Y., 1984. L'homme et le monument. *Les Monuments Historiques Demain, Actes des Colloques de la Direction du Patrimoine*, pp. 203-205.
- PEREIRA, P., 2001. Lugares de passagem e o resgate do tempo. *Revista Estudos/Património nº1, Departamento de Estudos do IPPAR*, pp. 6-16.

- PINHO, I. M. R. T. d., 2010. *Os Mosteiros Beneditinos Femininos de Viana do Castelo, Arquitectura Monástica dos Séculos XVI a XIX*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto ed. Porto: s.n.
- PINHO, I. T., 2008/2009. As Carmelitas do Desterro de Viana do Castelo. *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património*, pp. 319-338.
- PINON, P., 1990. Construire sur les ruines. *Faut-il restaurer les ruines?*, *Actes des Colloques de la Direction du Patrimoine*, pp. 234-239.
- POLÓNIA, A., 1999. *Vila do Conde, um porto nortenho na expansão ultramarina quinhentista*. Porto: Dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à FLUP.
- POLÓNIA, A., 2007. *Expansão Ultramarina numa perspectiva local. O porto de Vila do Conde no século XVI*. Lisboa: IN-CM.
- PRUNET, P., 1991. La réutilisation de l'abbaye de Fontevraud. *De l'utilité du patrimoine, Actes des Colloques de la Direction du Patrimoine*, pp. 167-180.
- QUERRIEN, M., 1984. Les Monuments Historiques Demain, *Actes des colloques de la Direction du Patrimoine. Les choix socio-culturels: sensibilisation, réappropriation, réutilisation*, pp. 264-267.
- RAMOS, L. d. O., 1992. A Extinção das Ordens Religiosas, Consequências Culturais. *Separata da Biblioteca Portucalensis, 2ª série, nº7*.
- RAMOS, L. O., 2007. A extinção das Ordens Religiosas: antecedentes e consequências. Em: *Perpectivas do Portugal Contemporâneo, As ordens religiosas, da extinção à herança*. s.l.:Actas do II Encontro Culturalde São Cristovão de Lafões, pp. 35-40.
- REBELO, E., 2013. Do Decreto de 16 de Junho de 1910 e das fronteiras de classificação. Em: *Património Intervenção*. Porto: s.n., pp. 333-338.
- ROCHA, M. I. F. d., 1995. *O Real Colégio das Chagas do Convento das Ursulinas*. Porto: Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- RODRIGUES, A., 2003. Convento de Santa Cruz (S.Domingos) de Viana do Castelo (esboço histórico). *Cadernos Vianenses*, pp. 95-104.
- Rodrigues, H. F., 1987. Subsídios para a história da Ordem de Cister no Alto-Minho. *Caminiana*, pp. 193-214.
- ROLO, R. A., 2000. Dominicanos. Em: C. d. Leitores, ed. *Dicionário da História Religiosa de Portugal*. s.l.:s.n., pp. 82-88.
- ROSA, M. d. L., 2000. A religião no século: vivências e devoções dos leigos. Em: C. d. Leitores, ed. *História Religiosa de Portugal, volume I*. s.l.:s.n., pp. 423-492.
- ROSAS, L. M. C., 1995. *Monumentos Pátrios, A arquitectura religiosa medieval - património e restauro (1835-1928)*. Porto: Dissertação de Douturamento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SANTOS, E. F. d., 1998. Poder Civil, Poder Eclesiástico: D. Pedro e o Clero. D.Pedro, Imperador do Brasil, Rei de Portugal - Do Absolutismo ao Liberalismo. pp. 173-189.
- SILVA, A. C. F. d., 2007. A cultura castreja no noroeste de Portugal: habitat e cronologias. *Portvgalia*, pp. 121-129.
- SIPA, s.d. *Monumentos*. [Online] Disponível em: [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3619](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3619) [Acedido em 12 09 2014].
- SOUSA, B. V., 2006. *Ordens Religiosas em Portugal, Das Origens a Trento- Guia Histórico*. Lisboa: Livros Horizonte.
- STANLEY-PRICE, N., 2009. The Reconstruction of Ruins: Principles and Prattice. Em: *Conservation: Principles, Dilemmas and Uncomfortable Truths*. s.l.:Elsevier, pp. 32-46.

- TOMÁS, F. L. d. S., 1974. *Beneditina Lusitana, Tomo I*. Texto integral fac-símile ed. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- VECHINA, J. C., 2000. Carmelitas Descalços. Em: C. d. Leitores, ed. *Dicionário da História Religiosa em Portugal*. s.l.:s.n., pp. 297-300.
- VIEIRA, M., 2000. Ursulinas. Em: C. d. Leitores, ed. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. s.l.:s.n., pp. 324-325.
- VIEIRA, M. P., 2000. Beneditinas. Em: C. d. Leitores, ed. *Dicionário da História Religiosa de Portugal*. s.l.:s.n., pp. 201-202.
- VILLERS, s.d. *www.villers.be*. [Online] Disponível em: <http://www.villers.be/fr/activites-villers-la-ville> [Acedido em 13 09 2014].
- WICKHAM, C. & FRENTISS, J., 1994. *Memória Social. Novas Perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Teorema.

## **ANEXOS**

- Decreto de 16 de Julho de 1910
- Decreto de nº 129/ 77 de 29 de Setembro de 1977



Joaquim Carlos de Almeida Martins, segundo aspirante do mesmo circulo aduaneiro — confirmado o parecer da mesma junta, arbitrando-lhe cento e vinte dias para se tratar.

(Teem a pagar os respectivos emolumentos e addicionaes).

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, em 22 de junho de 1910. — Pelo Director Geral, *João Thaumaturgo Junqueira*.

### 3.ª Repartição

Despachos effectuados nas datas abaixo indicadas

Por decreto de 16 do corrente mês:

Rafael Henrique de Carvalho, conductor auxiliar do quadro do pessoal de obras publicas do ultramar — promovido a conductor de 2.ª classe do mesmo quadro.

Por portaria de 16 do corrente mês:

Rafael Henrique de Carvalho, conductor de 2.ª classe do quadro do pessoal de obras publicas do ultramar — mandado continuar a prestar serviço na provincia de Moçambique.

Por portaria de 20 do corrente mês:

Victor Pereira Cardoso — nomeado desenhador da direcção das obras publicas da provincia de Moçambique.

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, em 22 de junho de 1910. — Pelo Director Geral, *João Thaumaturgo Junqueira*.

Por ter saído inexacto no *Diario do Governo* n.º 134, de 21 de junho de 1910, novamente se publica o seguinte despacho:

Por portaria de 14 do corrente mês:

Aleixo Caetano Francisco de Noronha, segundo aspirante do quadro telegrapho-postal da provincia de Moçambique — aposentado, por ter sido julgado incapaz de todo o serviço, por soffrer de molestia grave e incuravel, nos termos da carta de lei de 28 de junho de 1864 e do artigo 25.º do decreto de 20 de setembro de 1906, com a pensão annual de 80\$000 réis, equivalente a um terço do seu vencimento de categoria, visto contar mais de cinco e menos de dez annos de serviço effectivo.

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, em 22 de junho de 1910. — Pelo Director Geral, *João Thaumaturgo Junqueira*.

### Inspecção Geral de Fazenda do Ultramar

#### 3.ª Secção

Por ter saído incorrecto no *Diario do Governo* n.º 133, de 20 do corrente mês, novamente se publica o seguinte despacho effectuado por portaria regia de 6 do mesmo mês:

Manuel da Nazareth Christovam de Sousa Viegas, primeiro aspirante da Repartição Superior de Fazenda da provincia de Angola — promovido a escriptorario de 2.ª classe da mesma repartição.

Despachos effectuados por portarias regias de 14 do corrente mês:

Gastão Ribeiro Guerra — nomeado para o lugar de segundo aspirante da Repartição Superior de Fazenda da provincia de Angola.

Antonio Alves dos Santos e Fernando José Peixoto Sampaio de Bourbon, primeiros aspirantes da Repartição Superior de Fazenda da provincia de Moçambique — promovidos a escripturarios de 2.ª classe da mesma repartição.

Alvaro Estevam Pires, segundo aspirante da Repartição Superior de Fazenda da provincia de Moçambique — promovido a primeiro aspirante da mesma repartição.

João Carneiro de Moura Soares, segundo aspirante da Repartição Superior de Fazenda da provincia de Angola — promovido a primeiro aspirante da mesma repartição.

Inspecção Geral de Fazenda do Ultramar, em 22 de junho de 1910. — O Inspector Geral, *José Navarro de Andrade*.

### MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

#### Direcção Geral das Obras Publicas e Minas

##### Repartição de Obras Publicas

Tendo sido satisfeitas as disposições do artigo 2.º e seu § 1.º das bases para classificação dos immoveis que devem ser considerados monumentos nacionaes, approvadas por decreto de 30 de dezembro de 1901: hei por bem determinar que sejam considerados monumentos nacionaes os que constam da nova classificação feita pelo respectivo conselho (na qual se incluem os já anteriormente classificados), que, fazendo parte integrante d'este decreto, baixa devidamente assinada pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas, Commercio e Industria.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra e o mesmo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas, Commercio e Industria assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 16 de junho de 1910. — REI. — *José Mathias Nunes* — *Manuel Antonio Moreira Junior*.

### Monumentos pre-historicos

#### Antas e outros monumentos

##### Districto de Vianna

Caminha — Anta da Barrosa.  
Arcos de Valdevez — Antas da Serra de Soajo.

##### Districto de Braga

Guimarães — Anta da Polvoreira.

##### Districto de Villa Real

Villa Pouca de Aguiar — Antas da Serra de Alvão.  
Alijó — Anta de Fonte Coberta.

##### Districto de Bragança

Carrazeda de Ancieas — Antas de Villarinho.

##### Districto do Porto

Amarante — Anta da Aboboreira.  
Penafiel — Anta de Santa Marta.

##### Districto de Aveiro

Castello de Paiva — Anta do Valle da Rua.  
Arouca — Anta do Casal Mau.  
Albergaria-a-Velha — Anta de Mamaltar.

##### Districto de Viseu

Oliveira de Frades — Anta da Area.  
Satam — Antas de Queiriga e Cas-Freires.  
Penalva do Castello — Antas de Penalva.  
Mangualde — Anta de Cunha Baixa.

##### Districto da Guarda

Ceia — Antas de Paranhos.

##### Districto de Coimbra

Figueira — Monumentos da Serra da Brenha.

##### Districto de Lisboa

Cintra:  
Anta de Adrenunes.  
Anta de Agualva.  
Antas de Bellas.  
Torres Vedras — Monumento funerario da Pena.

##### Districto de Portalegre

Nisa — Anta da Villa de Nisa.  
Castello de Vide:  
Anta de Melriço.  
Anta dos Pombaes.  
Anta de Fonte de Mouratão.  
Antas da Coutada de Alcolgulo.  
Anta de Corleiros.  
Anta da Casa dos Galhardos.  
Antas das Tapadas de Pedro Alvaro.  
Anta da Varzea dos Mourões.  
Anta da Nave do Grou.

##### Crato:

Anta do Crato.  
Anta da Aldeia da Mata.  
Avis — Anta da Herdade da Ordem.

##### Districto de Evora

Arraiolos:  
Anta da Villa de Arraiolos.  
Anta de Silvaldas.  
Mora — Anta de Pavia, transformada em capella de S. Dinis.

##### Montemor-o-Novo:

Anta da Herdade dos Touraes.  
Anta de S. Brissos.  
Anta da Herdade das Commendas.

##### Redondo:

Anta da Venda do Duque.  
Anta da Herdade da Candieira.  
Anta da Herdade das Tesouras.  
Anta da Vidigueira.

##### Evora:

Anta do Pinheiro do Campo.  
Anta da Herdade de Montinho.  
Anta da Herdade da Galvoeira.  
Anta do Paço da Vinha.  
Anta de Paredes.  
Anta da Herdade da Serranheira.  
Anta do Barrocal.  
Anta da Herdade da Tisnada.  
Anta da Herdade do Zambujal.  
Anta da Herdade da Murteira.  
Portel — Antas da Herdade do Freixo.

##### Districto de Faro

Portimão — Monumentos de Alcalar.  
Villa Real de Santo Antonio — Monumentos da Quinta da Nora e Herdade da Marcella.

### Monumentos lusitanos e lusitano-romanos

#### Castros

##### Districto de Vianna

Melgaço — Castro de Melgaço.  
Arcos de Valdevez — Castro de Azere.

##### Districto de Braga

Braga — Castro de Monte-Redondo.  
Guimarães:  
Citania de Briteiros.  
Citania de Sabroso.

#### Districto de Bragança

Bragança — Castro de Saccioas.  
Miranda do Douro — Castro de Aldeia-Nova.

#### Districto do Porto

Villa do Conde — Castro de Bagunte.  
Santo Tirso:  
Citania de Roriz.  
Castro de Monte-Cordova.  
Castro de Alvarelhos.  
Marco de Canavezes — Castro dos Arados.

#### Districto da Guarda

Guarda — Castro de Tintinholho.

#### Districto de Lisboa

Cadaval — Castro de Rocha-Forte.

#### Districto de Evora

Alandroal — Castro de Castello Velho.

#### Districto de Beja

Castro Verde — Castro de Castro Verde.  
Ourique — Castro de Colla.

#### Entrincheiramento

##### Districto de Viseu

Viseu — Cava de Viriato.

#### Povoações

##### Districto de Coimbra

Condeixa-Velha — Ruínas de Conimbriga.

##### Districto de Santarem

Thomar — Ruínas ditas de Nabancia.

##### Districto de Lisboa

Setubal — Ruínas de Troia.

##### Districto de Faro

Faro — Ruínas de Estoi.

#### Castello

##### Districto de Evora

Evora — Castello de Vallongo.

#### Marcos milliaros (Serie capella)

##### Districto de Vianna

Valença, Coura e Ponte de Lima — Braga a Tuy (14 marcos).

##### Districto de Braga

Amares e Braga — Geira (35 marcos).  
Guimarães — Braga a Guimarães (2 marcos).

##### Districto de Braga e Porto

Famalicao, Santo Tirso e Maia — Braga ao Porto (8 marcos).  
Braga e Marco de Canavezes — Braga incerta via (21 marcos).

##### Districto de Villa Real

Montalegre, Boticas e Valpaços — Braga a Chaves (13 marcos).

#### Marcos milliaros

##### Districto de Lisboa e Evora

Alemquer e Evora — Lisboa a Merida (2 marcos).

#### Pontes

##### Districto de Braga

Amares — Ponte de Rodas.

##### Districto de Villa Real

Chaves — Ponte de Trajano.

##### Districto de Beja

Mertola — Ponte de Mertola.

#### Templo

##### Districto de Evora

Evora — Templo Romano de Evora.

#### Arcos

##### Districto de Viseu

Oliveira do Hospital — Arco romano de Bobadella.

##### Districto de Evora

Evora — Arco romano de D. Isabel.

##### Districto de Beja

Beja — Arco romano de Beja.

#### Fontes

##### Districto de Braga

Braga — Tanque do Quintal do Idolo.

#### Estatuas

##### Districto de Lisboa

Lisboa — Estatuas lusitanas de Montalegre.

#### Inscrições

##### Districto de Braga

Guimarães — Lápide das Taipas (Ara de Trajano).



**Distrito de Villa Real**  
Villa Real — Fragas de Panoias.

**Distrito de Lisboa**  
Lisboa:  
Lapides das Pedras Negras.  
Lapide do Deus Aesculapio.

**Distrito de Portalegre**  
Portalegre — Lapid de Municipio de Portalegre.  
Avis — Lapid de Igreja de Benavilla.

**Distrito de Evora**  
Montemor o-Novo:  
Lapide do chafariz da villa de Montemor-o-Novo.  
Lapide na parede fronteira á casa da camara.  
E, em geral, todas as lapides da serie Hübner, que não tem sido recolhidas em museu.

**Ruinias**  
**Distrito de Evora**  
Arraiolos — Ruinas romanas de S. João do Campo.

**Monumentos medievales, do renascimento e modernos**  
**Monumentos religiosos**  
**Cathedraes**  
**Distrito de Braga**  
Braga — Sé de Braga, comprehendendo os tumulos, designadamente os do Conde D. Henrique e D. Teresa, do Infante D. Afonso e do arcebispo D. Gonçalo Pereira.

**Distrito do Porto**  
Porto — Sé do Porto.

**Distrito de Viseu**  
Lamego — Sé de Lamego.  
Viseu — Sé de Viseu.

**Distrito da Guarda**  
Guarda — Sé da Guarda.

**Distrito de Coimbra**  
Coimbra — Sé de Coimbra.

**Distrito de Lisboa**  
Lisboa — Sé de Lisboa.

**Distrito de Portalegre**  
Portalegre — Sé de Portalegre.

**Distrito de Evora**  
Evora — Sé de Evora.

**Distrito do Funchal**  
Funchal — Sé do Funchal.

**Mosteiros**  
**Distrito do Porto**  
Felgueiras — Mosteiro de Pombeiro.  
Santo Tirso — Mosteiro de Santo Tirso.  
Bouças — Mosteiro de Leça do Balio, comprehendendo a lamina sepulcral de bronze.

**Distrito de Aveiro**  
Arouca — Mosteiro de Arouca, comprehendendo o tumulo de Santa Mafalda.  
Aveiro — Mosteiro de Jesus, comprehendendo o tumulo de Santa Joana.

**Distrito de Coimbra**  
Coimbra:  
Mosteiro de Lorvão, comprehendendo os tumulos de Santa Teresa e de Santa Sancha.  
Mosteiro de Santa Clara primitivo (ruinas).  
Mosteiro de Santa Clara, comprehendendo o tumulo da Rainha Santa Isabel.  
Mosteiro de Santa Cruz, comprehendendo os tumulos de D. Afonso Henriques e de D. Sancho I.  
Mosteiro de Cellas.

**Distrito de Leiria**  
Batalha — Mosteiro da Batalha, comprehendendo os tumulos, designadamente os de D. João I e da Rainha D. Filipa de Lencastre e do segundo Conde de Miranda.  
Alcobaça — Mosteiro de Alcobaça, comprehendendo os tumulos de D. Pedro I e de D. Inês de Castro.

**Distrito de Santarem**  
Thomar — Mosteiro de Christo.

**Distrito de Lisboa**  
Torres Vedras — Mosteiro do Varatojo.  
Lisboa:  
Mosteiro de Odivellas, comprehendendo os tumulos de D. Dinis e de sua filha.  
Mosteiro de Belem, comprehendendo os tumulos, designadamente os de D. Manuel, de D. João III, de D. Sebastião e do Cardeal D. Henrique.

**Basilicas**  
**Distrito de Lisboa**  
Lisboa:  
Basilica de Mafra.  
Basilica da Estrella, comprehendendo os tumulos de D. Maria I e do seu confessor.

**Igrejas**  
**Distrito de Vianna**  
Caminha — Igreja matriz de Caminha.  
Ponte da Barca:  
Igreja de Bravães.  
Igreja de Ponte da Barca.  
Vianna do Castello:  
Igreja de S. Claudio.  
Igreja de Santa Cruz.

**Distrito de Braga**  
Povoa de Lanhoso — Igreja de Fonte Arcada.  
Barcellos — Igreja de Villar de Frades.  
Guimarães:  
Igreja de S. Miguel do Castello.  
Igreja de Nossa Senhora da Oliveira.  
Igreja de S. Domingos (claustro).  
Igreja de S. Martinho de Candoso.

**Distrito de Villa Real**  
Montalegre — Igreja de S. Vicente da Chã.

**Distrito de Bragança**  
Bragança — Igreja de Castro de Avellãs.  
Miranda — Igreja de Miranda (antiga Sé).  
Freixo de Espada-á-Cinta — Igreja de Freixo de Espada-á-Cinta.  
Torre de Moncorvo — Igreja matriz de Moncorvo.

**Distrito do Porto**  
Povoa de Varzim — Igreja de S. Pedro de Rates.  
Villa do Conde:  
Igreja de S. Christovam de Rio Mau.  
Igreja matriz de Villa do Conde.  
Igreja de Santa Clara (1.<sup>a</sup>), comprehendendo os tumulos, designadamente os dos fundadores D. Afonso Sanches e D. Teresa Martins.  
Igreja de Azurara.  
Santo Tirso — Igreja de Roriz.  
Amarante — Igreja de S. Gonçalo, comprehendendo o claustro.  
Paredes — Igreja de Cete.  
Penafiel:  
Igreja parochial de S. Martinho.  
Igreja de Paço de Sousa, comprehendendo o tumulo de Egas Moniz.  
Maia — Igreja de Aguas Santas.  
Porto:  
Igreja de S. Martinho de Cedofeita.  
Igreja dos Clerigos, designadamente a sua torre.  
Igreja de Santa Clara (2.<sup>a</sup>).  
Igreja de S. Francisco (1.<sup>a</sup>).  
Gaia — Igreja da Serra do Pilar.

**Distrito de Aveiro**  
Aveiro — Igreja das Carmelitas.  
Aguada — Igreja da Trofa, comprehendendo os tumulos dos Lemos.

**Distrito de Viseu**  
Lamego — Igreja de Santa Maria de Almacave.  
Resende — Igreja matriz de Carquere.

**Distrito da Guarda**  
Villa Nova de Fozcoá — Igreja matriz de Villa Nova de Fozcoá.

**Distrito de Coimbra**  
Coimbra — Igreja da Sé Velha.  
Igreja de S. Salvador.  
Igreja de S. Tiago.  
Igreja de S. Domingos (capella-mor) inacabada.  
Igreja de S. Marcos, comprehendendo os tumulos dos Silvas.  
Montemor-o-Velho — Igreja de Nossa Senhora dos Anjos, comprehendendo o tumulo de Diogo de Azambuja. (Vide Castello de Montemor-o-Velho).  
Goes — Igreja de Goes, comprehendendo o tumulo do Conde de Sortelha.

**Distrito de Leiria**  
Batalha — Igreja matriz da Batalha.  
Caldas da Rainha — Igreja matriz das Caldas da Rainha.

**Distrito de Santarem**  
Thomar:  
Igreja de Santa Maria do Olival, comprehendendo os tumulos, designadamente o de D. Diogo Pinheiro, 1.<sup>o</sup> bispo do Funchal.  
Igreja de S. João Baptista.  
Abrantes — Igreja de Santa Maria do Castello (1.<sup>a</sup>).  
Santarem:  
Igreja de Santo Agostinho (Graça), comprehendendo os tumulos, designadamente os dos fundadores e de Pedro Alvares Cabral.  
Igreja de S. João de Alporão.  
Gollegã — Igreja matriz da Gollegã.

**Distrito de Lisboa**  
Lourinhã — Igreja matriz da Lourinhã.  
Torres Vedras — Igreja de S. Pedro.  
Arruda — Igreja de S. Quintino (Sobral de Monte Agraço).  
Loures — Igreja matriz de Loures.  
Cintra — Igreja da Penha Longa.  
Lisboa:  
Igreja do Carmo (ruinas).  
Igreja da Conceição Velha.  
Igreja da Madre de Deus.

Igreja de S. Vicente de Fora.  
Igreja (incompleta) de Santa Engracia.  
Igreja de S. Roque.  
Igreja de Chellas.  
Alcochete — Igreja de Alcochete.

**Setubal:**  
Igreja de S. Tiago de Palmella, comprehendendo o tumulo de D. Jorge de Lencastre.  
Igreja do antigo mosteiro de Jesus.  
Igreja matriz de S. Julião.  
S. Tiago de Cacem — Igreja matriz de S. Tiago.

**Distrito de Portalegre**  
Portalegre — Igreja de S. Bernardo, comprehendendo o tumulo de D. Jorge de Mello.  
Crato — Igreja de Flor da Rosa (ruinas), comprehendendo o tumulo de D. Alvaro Gonçalves Pereira.  
Elvas:  
Igreja, antiga Sé de Elvas.  
Igreja de S. Pedro.  
Igreja dos Dominicos.  
Igreja das Dominicas.

**Distrito de Evora**  
Evora:  
Igreja de S. Francisco (2.<sup>a</sup>).  
Igreja dos Loios, comprehendendo as campas de bronze.  
Igreja de Nossa Senhora do Espinheiro.  
Igreja da Cartuxa («Scala coeli».)  
Vianna de Alentejo — Igreja matriz de Vianna.

**Distrito de Beja**  
Serpa — Igreja de S. Francisco (3.<sup>a</sup>).  
Castro Verde — Igreja das Chagas do Salvador.  
Mertola — Igreja matriz de Mertola.

**Distrito de Faro**  
Tavira — Igreja parochial de Santa Maria.

**Capellas**  
**Distrito de Vianna**  
Melgaço — Capella de Nossa Senhora da Orada.

**Distrito de Braga**  
Braga — Capella de Nossa Senhora da Conceição (1.<sup>a</sup>).

**Distrito de Villa Real**  
Villa Real — Capella de S. Brás (1.<sup>a</sup>), comprehendendo o tumulo de Teixeira de Macedo.

**Distrito de Aveiro**  
Ilhavo — Capella da Vista-Alegre, comprehendendo o tumulo de D. Manuel de Moura Manuel, bispo de Miranda.

**Distrito de Coimbra**  
Cantanhede — Capella de Varziella.

**Distrito de Leiria**  
Leiria — Capella de S. Pedro.  
Alcobaça:  
Capella de S. Jorge (Aljubarrota).  
Capella de Nossa Senhora do Desterro.

**Distrito de Santarem**  
Thomar — Ermida de Nossa Senhora da Conceição (2.<sup>a</sup>).

**Distrito de Lisboa**  
Torres Vedras — Ermida de Nossa Senhora do Ameal.  
Lisboa:  
Capella de Santo Amaro.  
Capella dos Castros.

**Distrito de Evora**  
Alandroal — Capella da Boa-Nova (Terena).  
Evora — Ermida de S. Brás (2.<sup>a</sup>).

**Distrito de Beja**  
Beja — Ermida de Santo André.

**Cruzeiros**  
**Distrito de Vianna**  
Melgaço — Cruzeiro de S. Gregorio.

**Distrito de Braga**  
Amares — Cruzeiro de S. João do Campo.  
Braga:  
Cruzeiros (2) dos Campos das Hortas e de Sant'Anna.  
Cruzeiro de Tibães.  
Guimarães — Cruzeiro da Senhora da Guia.

**Distrito do Porto**  
Vallongo — Cruzeiro de Vallongo.  
Bouças — Cruzeiro de Leça do Bailio.

**Distrito de Aveiro**  
Aveiro — Cruzeiro de Nossa Senhora da Gloria.  
Pinheiro da Bemposta — Cruzeiro do Pinheiro da Bemposta.

**Distrito de Coimbra**  
Coimbra — Cruzeiro de S. Marcos.

**Distrito de Castello Branco**  
Castello Branco — Cruzeiro de Castello Branco.

**Distrito de Santarem**  
Cartaxo — Cruzeiro do Cartaxo.



<p><b>Distrito de Lisboa</b> Loures — Cruzeiro de Loures. Lisboa: Cruzeiro de Arroios. (Vide Padrões). Cruzeiro das Laranjeiras. Setubal: Cruz das Vendas (Azeitão). Cruzeiro de Setubal.</p> <p><b>Distrito de Portalegre</b> Portalegre — Cruzeiro de Portalegre (S. Bernardo). Alter do Chão — Cruzeiro de Cabeço de Vide.</p> <p><b>Distrito de Evora</b> Villa Viçosa — Cruzeiro de Villa Viçosa.</p> <p><b>Distrito de Faro</b> Silves — Cruz de Portugal.</p> <p><b>Tumulos e sepulturas</b></p> <p><b>Distrito de Braga</b> Braga: Tumulo do Conde D. Henrique e sua mulher D. Teresa. (Vide Sé de Braga). Tumulo do Arcebispo D. Diogo de Sousa.</p> <p><b>Distrito de Villa Real</b> Chaves — Tumulo do 1.º Duque de Bragança.</p> <p><b>Distrito do Porto</b> Penafiel — Tumulo do Monte de S. Roque. Gaia — Tumulo de D. Rodrigo Sanches (Grijó).</p> <p><b>Distrito de Aveiro</b> Arouca — Tumulo de Santa Mafalda. (Vide Mosteiro de Arouca). Aveiro — Tumulo de Santa Joana. (Vide Mosteiro de Jesus).</p> <p><b>Distrito de Viseu</b> Carregal — Tumulo de Fernam Gomes de Goes, em Oliveira do Conde.</p> <p><b>Distrito de Coimbra</b> Penacova — Tumulos de Santa Teresa e Santa Sancha. (Vide Mosteiro de Lorvão). Coimbra: Tumulo da Rainha Santa Isabel. (Vide Mosteiro de Santa Clara). Tumulos de D. Afonso Henriques e D. Sancho I. (Vide Mosteiro de Santa Cruz). Tumulo de D. Sennando.</p> <p><b>Distrito de Leiria</b> Batalha — Tumulos de D. João I e de D. Filipa de Lencastre. (Vide Mosteiro de Batalha). Alcobaca — Tumulos de D. Pedro I e de D. Inês de Castro. (Vide Mosteiro de Alcobaca).</p> <p><b>Distrito de Santarem</b> Santarem — Tumulos de João Afonso, fundador do antigo hospital de Santarem, na Igreja Parochial de S. Nicolau, e de Fernão Rodrigues Redondo, na capella de S. Pedro, actualmente annexa á mesma iereja.</p> <p><b>Distrito de Lisboa</b> Alemquer — Tumulo de Damião Goes. Loures — Tumulo de D. Dinis e de sua filha. (Vide Mosteiro de Odivellas). Lisboa: Sepulturas da igreja de Santa Luzia. Sepultura da Infanta D. Maria, filha de D. Manuel I, na igreja da Luz. Tumulo da Rainha D. Mariana Victoria, na igreja de S. Francisco de Paula. Tumulo da Rainha D. Maria I. (Vide Basilica da Estrella). Tumulo de D. Mendo Foyos, na sacristia da igreja da Graça. Tumulo de D. João das Regras. Tumulos de D. Manuel I, D. João III, de D. Sebastião e do Cardeal D. Henrique. (Vide Mosteiro de Belem).</p> <p><b>Monumentos militares</b></p> <p><b>Castellos</b></p> <p><b>Distrito de Vianna</b> Melgaço — Castello de Melgaço. Monção — Castello de Monção. Caminha — Forte da Insua. Ponte da Barca — Castello de Lindoso.</p> <p><b>Distrito de Braga</b> Pova de Lanhoso — Castello de Lanhoso. Braga — Castello de Braga (restos), designadamente a Torre de Menagem. Guimarães — Castello de Guimarães.</p> <p><b>Distrito de Villa Real</b> Montalegre — Castello de Montalegre.</p> <p><b>Distrito de Bragança</b> Bragança — Castello de Bragança. Carrazeda de Anciães — Castello de Carrazeda (ruínas). Freixo de Espada-à-Cinta — Castello de Freixo de Espada-à-Cinta.</p> <p><b>Distrito de Aveiro</b> Feira — Castello da Feira.</p>	<p><b>Distrito de Viseu</b> Lamego — Castello de Lamego. Freixo de Numão — Castello de Freixo de Numão. Penedono — Castello de Penedono.</p> <p><b>Distrito da Guarda</b> Celorico da Beira — Castello de Celorico. Guarda — Castello da Guarda. Sabugal: Castello do Sabugal. Castello de Sortelha.</p> <p><b>Distrito de Coimbra</b> Coimbra — Cêrca de Coimbra, designadamente o Arco de Almedina. Montemor-o-Velho — Castello de Montemor-o-Velho, comprehendendo a igreja annexa (Vide igreja de Montemor-o-Velho). Lousã — Castello de Lousã. Penella — Castello de Penella (ruínas).</p> <p><b>Distrito de Leiria</b> Pombal — Castello de Pombal. Leiria — Castello de Leiria. Porto de Mós — Castello de Porto de Mós. Obidos — Castello de Obidos.</p> <p><b>Distrito de Santarem</b> Villa Nova de Ourem — Castello de Ourem. Thomar — Castello de Thomar. Mação — Castello de Belver. Torres Novas — Castello de Torres Novas. Barquinha — Castello de Almorol.</p> <p><b>Distrito de Lisboa</b> Cintra — Castello dos Mouros, comprehendendo a cisterna. Lisboa — Castello de S. Jorge e resto das cêrcas de Lisboa. Palmella — Castello de Palmella. Cezimbra — Castello de Cezimbra. Alcacer do Sal — Castello de Alcacer do Sal. S. Tiago de Cacem — Castello de S. Tiago de Cacem.</p> <p><b>Distrito de Portalegre</b> Castello de Vide — Castello de Vide (ruínas). Alter do Chão — Castello de Alter do Chão. Elvas: Castello de Elvas. Forte de Nossa Senhora da Graça. Avis — Castello de Avis.</p> <p><b>Distrito de Evora</b> Estremoz: Castello de Estremoz. Castello de Evora Monte. Villa Viçosa — Castello de Villa Viçosa (ruínas). Alandroal — Castello do Alandroal. Arraiolos — Castello de Arraiolos. Vianna — Castello de Vianna do Alemtejo. Portel — Castello de Portel (ruínas).</p> <p><b>Distrito de Beja</b> Alvito — Castello de Alvito. Barrancos — Castello de Noudar. Beja — Castello de Beja, designadamente a Torre de Menagem.</p> <p><b>Distrito de Faro</b> Silves — Castello de Silves. Castro Marim — Castello de Castro Marim.</p> <p><b>Torres</b></p> <p><b>Distrito de Vianna</b> Monção — Torre de Lapella.</p> <p><b>Distrito de Braga</b> Braga — Torre de Menagem. (Vide Castello de Braga).</p> <p><b>Distrito de Villa Real</b> Villa Marim — Torre de Quintella.</p> <p><b>Distrito do Porto</b> Porto — Torre do palacio dos Terenas.</p> <p><b>Distrito de Viseu</b> Tarouca — Torre de Ucanha.</p> <p><b>Distrito de Lisboa</b> Lisboa — Torre de S. Vicente de Belem.</p> <p><b>Distrito de Evora</b> Mora — Torre das Aguias.</p> <p><b>Distrito de Faro</b> Villa do Bispo — Torre e muralhas de Sagres.</p> <p><b>Padrões</b></p> <p><b>Distrito de Braga</b> Guimarães — Padrão de D. João I (1.º).</p> <p><b>Distrito da Guarda</b> Figueira de Castello Rodrigo — Cruz de Pedro Jacques.</p> <p><b>Distrito de Santarem</b> Thomar — Padrão de D. João I (2.º).</p> <p><b>Distrito de Portalegre</b> Elvas — Padrão no arrabalde da cidade.</p>	<p><b>Distrito de Evora</b> Estremoz — Padrão do Ameixial. Borba — Padrão de Montes Claros.</p> <p><b>Monumentos civis</b></p> <p><b>Paços reaes</b></p> <p><b>Distrito de Braga</b> Barcellos — Paços dos Duques de Bragança (ruínas). Guimarães — Idem (idem).</p> <p><b>Distrito de Lisboa</b> Cintra: Paço de Cintra. Paço da Pena. Paço de Queluz, comprehendendo os jardins. Lisboa — Paço da Ajuda. Setubal — Palacio da Bacalhoa.</p> <p><b>Distrito de Evora</b> Evora — Paços de Evora (restos).</p> <p><b>Paços municipaes</b></p> <p><b>Distrito de Vianna</b> Vianna do Castello — Paços municipaes de Vianna do Castello.</p> <p><b>Distrito de Braga</b> Guimarães — Paços municipaes de Guimarães.</p> <p><b>Distrito de Bragança</b> Bragança — Paços municipaes de Bragança (antigos).</p> <p><b>Paços episcopaes</b></p> <p><b>Distrito do Porto</b> Porto — Paço episcopal do Porto.</p> <p><b>Distrito de Coimbra</b> Coimbra — Paço episcopal de Coimbra.</p> <p><b>Distrito de Castello Branco</b> Castello Branco — Paço episcopal de Castello Branco.</p> <p><b>Paços de Universidade</b></p> <p><b>Distrito de Coimbra</b> Coimbra — Paços da Universidade de Coimbra.</p> <p><b>Distrito de Evora</b> Evora — Collegio do Espirito Santo.</p> <p><b>Palacios particulares e casas memoraveis</b></p> <p><b>Distrito de Vianna</b> Monção — Palacio da Brejoeira. Arcos de Valdevez — Paço de Giella. Vianna do Castello — Palacio dos Viscondes da Carreira.</p> <p><b>Distrito de Braga</b> Barcellos — Palacio, solar dos Pinheiros.</p> <p><b>Distrito de Villa Real</b> Villa Real — Palacio de Matheus.</p> <p><b>Distrito do Porto</b> Porto — Palacio do Freixo.</p> <p><b>Distrito de Viseu</b> Viseu — Casa da Rua de D. Duarte.</p> <p><b>Distrito de Coimbra</b> Coimbra — Paço de Sub-Ripas.</p> <p><b>Distrito de Lisboa</b> Lisboa: Casa de Brás de Albuquerque (casa dos Bicos), fachada. Palacio dos Condes de Almada, comprehendendo os padrões commemorativos da conjuração de 1640.</p> <p><b>Distrito de Evora</b> Arraiolos — Casa da «Sempre Noiva». Evora — Casa de Garcia de Resende.</p> <p><b>Misericordias e hospitaes</b></p> <p><b>Distrito de Vianna</b> Vianna do Castello — Misericordia de Vianna do Castello.</p> <p><b>Distrito do Porto</b> Porto — Hospital de Santo Antonio.</p> <p><b>Distrito de Coimbra</b> Coimbra — Misericordia de Coimbra (Collegio Novo), igreja e claustro.</p> <p><b>Aqueductos</b></p> <p><b>Distrito do Porto</b> Villa do Conde — Aqueducto de Villa do Conde.</p> <p><b>Distrito de Coimbra</b> Coimbra — Aqueducto de S. Sebastião.</p> <p><b>Distrito de Santarem</b> Thomar — Aqueducto do Convento de Christo.</p> <p><b>Distrito de Lisboa</b> Torres Vedras — Aqueducto de Torres Vedras. Lisboa — Aqueducto das Aguas Livres, comprehendendo a Mãe de Agua.</p>
---	---	---



## Districto de Portalegre

Elvas — Aqueducto da Amoreira.

## Districto de Evora

Evora — Aqueducto da Prata.

## Chafarizes e Fontes

## Districto de Vianna

Caminha — Chafariz da Praça Municipal.

Vianna do Castello — Chafariz da Praça da Rainha.

## Districto do Porto

Porto:

Chafariz das Virtudes.

Chafariz do Passeio Alegre, em S. João da Foz.

## Districto de Santarem

Santarem — Fonte das Figueiras (vulgarmente dita «Fonte Mourisca»).

## Districto de Lisboa

Torres Vedras — Chafariz dos Canos.

Cintra — Antigo repuxo da villa de Cintra.

Lisboa — Chafariz da Esperança.

## Districto de Evora

Borba — Chafariz de Borba.

Evora — Chafariz da Praça de Geraldo.

## Pontes

## Districto de Vianna

Caminha — Ponte de Villar de Mouros.

Ponte da Barca — Ponte sobre o Lima.

Ponte do Lima — Ponte sobre o Lima.

## Districto de Braga

Amares e Pova de Lanhoso — Ponte de Perozello, sobre o Cavado.

Villa Verde e Braga — Ponte do Prado, idem.

Pova de Lanhoso — Ponte de Mem Gutierrez, sobre o Ave.

Cabeceiras de Basto — Ponte de Cavez.

Guimarães — Ponte Velha de Vizella, sobre o Vizella.

Barcellos — Ponte sobre o Cavado.

## Districto de Bragança

Mirandella — Ponte sobre o Tua.

## Districto do Porto

Amarante — Ponte sobre o Tamega.

Marco de Canavezes — Ponte sobre o Tamega.

## Districto de Leiria

Pedrogam Grande — Fonte do Cabril.

## Districto de Portalegre

Alter do Chão — Ponte de Villa Formosa.

## Arcos e padrões commemorativos

## Districto de Braga

Braga — Arco da Rua do Souto.

## Districto do Porto

Penafiel — Memorial da Ermida.

Marco de Canavezes — Memorial da Alpendurada.

## Districto de Aveiro

Arouca — Memorial de Santo Antonio do Burgo.

## Districto de Viseu

Resende — Memorial de Lordello.

## Districto de Lisboa

Loures — Memorial de Odivellas.

Lisboa:

Padrão do Campo Pequeno.

Padrão de Arroios. (Vide Cruzeiros).

Praça do Commercio, em Lisboa — Monumentos e edificios.

## Districto de Faro

Faro — Arco da Villa.

## Pelourinhos

## Districto de Vianna

Villa Nova da Cerveira — Pelourinho de Cerveira.

Arcos de Valdevez:

Pelourinho de Soajo.

Pelourinho de Arcos de Valdevez.

Ponte da Barca — Pelourinho de Ponte da Barca.

## Districto de Braga

Amares — Pelourinho de Amares.

Pova de Lanhoso — Pelourinho de Lanhoso.

## Districto de Villa Real

Marça de Panoias — Pelourinho de Murça.

## Districto de Bragança

Bragança — Pelourinho de Bragança.

## Districto do Porto

Pova de Varzim — Pelourinho da Pova.

Villa do Conde — Pelourinho de Villa do Conde.

Lousada — Pelourinho de Lousada.

Penafiel — Pelourinho de Penafiel.

Marco de Canavezes — Pelourinho do Marco.

## Districto da Guarda

Villa Nova da Fozcoa — Pelourinho de Fozcoa.

Aguiar da Beira — Pelourinho de Aguiar.

Trancoso — Pelourinho de Trancoso.

Pinhel — Pelourinho de Pinhel.

## Districto de Coimbra

Figueira da Foz — Pelourinho da Figueira.

Lousã — Pelourinho de Lousã.

Penella — Pelourinho de Penella.

## Districto de Castello Branco

Fundão — Pelourinho do Fundão.

## Districto de Leiria

Batalha — Pelourinho da Batalha.

Obidos — Pelourinho de Obidos.

## Districto de Santarem

Alcanede — Pelourinho de Alcanede.

## Districto de Lisboa

Alemquer — Pelourinho da Merceana.

Villa Franca de Xira — Pelourinho de Villa Franca.

Cintra — Pelourinho de Collares.

Lisboa — Pelourinho de Lisboa.

Setubal:

Pelourinho de Palmella.

Pelourinho de Setubal.

## Districto de Portalegre

Alter do Chão:

Pelourinho de Alter do Chão.

Pelourinho de Cabeço de Vide.

Campo Maior — Pelourinho de Campo Maior.

## Districto de Evora

Villa Viçosa — Pelourinho de Villa Viçosa.

Arraiolos — Pelourinho de Arraiolos.

## Trechos architectonicos

## Districto de Vianna

Melgaço:

Trechos da igreja de Paderne.

Trechos da igreja de Fiães.

Valença — Trechos da igreja de S. Fins.

## Districto do Porto

Penafiel — Janela da Reboleira (Porto), actualmente na Quinta da Avelleda.

## Districto de Coimbra

Coimbra:

Portal do Collegio de S. Thomás.

Portaes da extincta igreja e convento de Sant'Anna.

## Districto de Lisboa

Torres Vedras — Trechos românicos da igreja de Santa Maria do Castello (2.ª).

Alemquer — Portal manuelino do convento de S. Francisco.

Lisboa:

Portal principal da igreja da Madalena.

Portal da capella de Nossa Senhora dos Remedios.

Portal lateral dos antigos Paços de S. Cristovam.

Setubal — Portal da Gafaria.

## Districto de Portalegre

Portalegre — Janelas da casa da Rua Azevedo Coutinho.

## Districto de Evora

Evora — Frontaria da igreja da Graça.

Paço, em 16 de junho de 1910. — *Manuel Antonio Moreira Junior*.

## Repartição de Minas

## 1.ª Secção

Eu El Rei faço saber aos que este meu alvará virem que, tendo-me sido presente o requerimento em que a firma commercial Silvas & Azevedo, da cidade do Porto, pede a transmissão de propriedade da mina de carvão da Tapada da Ribeira da Murta, situada na freguesia de S. Pedro da Cova, concelho de Gondomar, districto do Porto; Considerando que, por decreto de 19 de janeiro de 1875, foi a propriedade d'esta mina concedida a Bento Rodrigues de Oliveira, que a arrematou em hasta publica na sede do Governo Civil do Porto, em 20 de setembro de 1873;

Vistos os documentos que demonstram que a requerente é legitima cessionaria de todos os direitos conferidos pelo citado decreto de 19 de janeiro de 1875 e que foi pago o imposto exigido pelo artigo 5.º da lei de 13 de abril de 1874;

Vista a consulta do Conselho Superior de Obras Publicas e Minas;

Visto o artigo 42.º do decreto com força de lei de 30 de setembro de 1892 e o § 2.º do artigo 42.º do regulamento approved por decreto de 5 de julho de 1894;

Hei por bem, conformando-me com o parecer expresso na mencionada consulta, approvar a transmissão da mina de carvão da Tapada do Ribeiro da Murta, situada na freguesia de S. Pedro de Cova, concelho de Gondomar, districto do Porto, para a firma commercial Silvas & Azevedo, da cidade do Porto, ficando sujeita aos mesmos encar-

gos e obrigações impostos pelo citado alvará de 19 de janeiro de 1875 e a todas as disposições da lei e regulamentos em vigor, ou que de futuro vierem a ser promulgados.

Pelo que mando a todos os tribunaes, autoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'este meu alvará competir que o cumpram e guardem e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Não pagou direitos de mercê por os não dever.

E, por firmeza do que dito é, este vae por mim assinado e sellado com o sello das armas reaes e com o de verba.

Dado no Paço, aos 16 de junho de 1910. — EL-REI. — *Manuel Antonio Moreira Junior*.

(Logar do sello das armas reaes).

Alvará pelo qual Vossa Majestade ha por bem approvar a transmissão de propriedade da mina de carvão da Tapada do Ribeiro da Murta, situada na freguesia de Covello, concelho de Gondomar, districto do Porto, para a firma commercial Silvas & Azevedo, da mesma cidade, pela forma e com as prescrições retro declaradas.

Para Vossa Majestade ver.

Passou-se por despacho de 25 de abril do corrente anno.

Receita Eventual de Lisboa, n.º 60:931.

Registado por Trindade.

(Logar do sello de verba).

N.º 18:455. — Pagou de sello 10\$000 réis.

Repartição da Receita Eventual, 14 de junho de 1910. — Pelo Escrivão de Fazenda, *W. S. R. de Oliveira*. — O Recebedor, *Raposo*.

Pagou na Recebedoria da Receita Eventual de Lisboa 24\$066 réis de emolumentos e addicionaes, verba n.º 11:683, datada de 14 de junho de 1910.

2.ª Secção da Inspeção Geral dos Impostos, em 18 de junho de 1910. (Logar do sello branco da Inspeção Geral dos Impostos). — O Chefe, *Augusto do Amaral*. *José Cecilio de Magalhães Mexia Costa* o fez.

Eu El-Rei faço saber aos que este meu alvará virem que, tendo-me sido presente o requerimento em que Francisco Bernardo Alves pede a concessão da mina de antimonio do Picão, situada na freguesia de Campo de Vitoras, concelho de Vimioso, districto de Bragança;

Considerando que o requerente obteve o diploma de descobridor legal d'esta mina em portaria de 18 de setembro de 1909 e satisfaz a todos os preceitos da lei e regulamento de minas;

Vista a consulta do Conselho Superior de Obras Publicas e Minas:

Hei por bem, conformando-me com o parecer expresso na mencionada consulta, conceder, por tempo illimitado, a Francisco Bernardo Alves, a propriedade da mina de antimonio do Picão, situada na freguesia de Campo de Vitoras, concelho de Vimioso, districto de Bragança, com a demarcação indicada na citada portaria de 18 de setembro de 1909.

Em virtude da presente concessão o concessionario fica obrigado a todos os preceitos consignados no decreto com força de lei de 30 de setembro de 1892, e especialmente aos seguintes:

1.º Executar os trabalhos de lavra segundo as regras da arte, submettendo-se o concessionario, director tecnico, empregados e trabalhadores ás regras de policia estabelecidas nos regulamentos;

2.º Responder pelos damnos e prejuizos que da lavra possam resultar a terceiro;

3.º Resarcir os damnos e prejuizos que possam sobrevir a terceiro do apparecimento de aguas dentro da mina, sua conducção para fora ou sua incorporação em rios, arroios ou desagudouros, quando se prove que ellas são nocivas;

4.º Pagar os damnos e prejuizo que causarem aos vizinhos pelas aguas accumuladas nos trabalhos, se não as esgotar quando para isso seja intimado;

5.º Dar principio aos trabalhos dentro de tres meses, a contar da data da publicação do alvará de concessão, salva a circumstancia de força maior, devidamente comprovada;

6.º Ter a mina em constante estado da lavra activa;

7.º Executar as providencias que lhe forem ordenadas e no prazo que lhe for marcado, para evitar a ruina dos trabalhos;

8.º Não fazer lavra ambiciosa que dificulte o ulterior aproveitamento do jazigo;

9.º Não suspender os trabalhos com intenção de os abandonar, sem dar parte ao governador civil, e sem os deixar em bom estado de segurança;

10.º Satisfazer aos impostos que as leis estabelecerem;

11.º Enviar ao Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, annualmente, relatório e plantas dos trabalhos executados no periodo anterior;

12.º Não admittir novo director tecnico, nem variar o plano da lavra, sem licença do Governo, ouvido o Conselho Superior de Obras Publicas e Minas;

13.º Estabelecer as obras necessarias para a segurança e salubridade das povoações e dos operarios;

14.º Executar as obras necessarias para evitar o extravio das aguas de regas;

15.º Extrahir do solo somente as substancias uteis, indicadas neste alvará, e as que com ellas se acharem associadas;

16.º Não admittir, nos trabalhos subterraneos, menores até a idade de quatorze annos;

17.º Comunicar immediatamente á autoridade administrativa da respectiva localidade e á Repartição de Minas qualquer desastre que se dê nos trabalhos superficiaes ou subterraneos, a fim de que se possam averiguar as causas a que sejam devidos;



**PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS  
E MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO  
CIENTÍFICA**

**Decreto n.º 129/77**

de 29 de Setembro

Em conformidade com os artigos 2.º, 24.º e 30.º do Decreto n.º 20 985, de 7 de Março de 1932, e o n.º 1.º do § 1.º do artigo 19.º do Decreto n.º 46 349, de 22 de Maio de 1965, o Governo decreta, nos termos da alínea g) do artigo 202.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º São classificados como monumentos nacionais os seguintes imóveis:

**Distrito de Beja:**

Concelho de Beja: área arqueológica da Quinta de Suratesta, nos arredores de Beja, onde se encontram os restos de uma «Villa» lusitano-romana.

**Distrito da Guarda:**

Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo: ruínas de Almofala, conhecidas pela designação de «Casarão da Torre», situadas na margem direita da ribeira de Aguiar, próximo do cruzamento da estrada Figueira de Castelo Rodrigo-Vermiosa com a de Almofala.

**Distrito de Lisboa:**

Concelho de Loures, monumento megalítico de Casinhos, na freguesia de Fanhões.

**Distrito do Porto:**

Concelho de Felgueiras:

Igreja de Santa Maria de Airães.  
Igreja de S. Vicente de Sousa.

Concelho de Marco de Canaveses:

Conjunto de elementos românicos da igreja de Soalhães.  
Igreja de Vila Boa do Bispo, incluindo os túmulos.

Concelho de Matosinhos: Padrão do Bom Jesus de Matosinhos.

Concelho de Penafiel: igreja de Abragão, incluindo os túmulos.

Concelho do Porto: Igreja e Convento de S. Bento da Vitória, no Porto.

**Distrito de Viana do Castelo:**

Concelho de Arcos de Valdevez: Mosteiro de Ermelo (restos da igreja e da abadia cisterciense).

Art. 2.º São classificados como de interesse público os seguintes imóveis:

**Distrito de Aveiro:**

Concelho de Anadia: Casa da Quinta do Tanque, ou dos Cerveiras, e grupo escultório de

S. Cosme e S. Damião existente na capela anexa à referida casa, em Aguiar, freguesia de S. Pedro de Tamengos.

**Concelho de Castelo de Paiva:**

Fonte existente nos jardins da Quinta da Boavista, na freguesia de Sobrado.

Quinta da Fisga, pátios e jardins que a rodeiam, na freguesia de Bairros.

Concelho da Feira: Casa da Torre, na freguesia de S. João de Ver.

**Distrito de Beja:**

Concelho de Beja: Capela de Nossa Senhora dos Prazeres.

**Distrito de Braga:**

Concelho de Amares: Casa da Tapada, na freguesia de S. Miguel de Fiscal.

Concelho de Barcelos: Casa de Santo António de Vessadas, capela e jardins que a circundam, na freguesia de Barcelinhos.

Concelho de Braga:

Casa da Avenida Central, 118-124.

Casa Grande do Campo das Hortas.

Casa da Naia.

Casa de Val de Flores ou de Infias.

Igreja e Convento do Pópulo, em Braga.

Igreja da Misericórdia de Braga.

Igreja Paroquial de S. Vítor.

**Concelho de Celorico de Basto:**

Casa da Boavista, incluindo o jardim e os elementos decorativos que este contém, na freguesia de Veade.

Casa do Outeiro, na freguesia de Veade.  
Estela de Vila Boa.

**Concelho de Guimarães:**

Casa de Caneiros, na freguesia de Santa Eulália de Fermentões.

Casa dos Lobos Machados, no Largo da Misericórdia, em Guimarães.

Paço de Gominhães, na freguesia de Caldas de Vizela.

Paço de S. Cipriano, na freguesia de Tabuadelo.

Concelho de Vila Nova de Famalicão: Casa do Vinhal, incluindo a capela e os jardins.

**Distrito de Bragança:**

Concelho de Carrazeda de Ansiães: Casa de Selores, em S. Gregório de Selores.

Concelho de Freixo de Espada à Cinta: Calçada de Alpajares, também chamada dos Mouros ou do Diabo, que vai da ribeira do Mosteiro até ao Crasto de S. Paulo, na freguesia de Poiares.

Concelho de Mirandela: Igreja de Guide, na freguesia de Torre de D. Chama.

**Concelho de Torre de Moncorvo:**

Ermida de Nossa Senhora da Teixeira.  
Igreja da Misericórdia de Moncorvo, com todo o seu recheio, nomeadamente as talhas diversas, mobiliário e imaginária.

**Distrito de Castelo Branco:**

Concelho do Fundão: Casa do Paço das Donas, na freguesia de Santa Maria das Donas.

**Distrito de Coimbra:**

Concelho de Coimbra: elementos mais representativos existentes na Quinta das Lágrimas.  
Concelho da Figueira da Foz: Paço de Maiorca, na freguesia de Maiorca.

**Distrito de Évora:**

Concelho de Reguengos de Monsaraz: bloco de granito insculturado que existe a cerca de 200 m a noroeste do monte da Herdade dos Perdigões, na Herdade da Capela.

**Distrito de Faro:**

Concelho de Aljezur: Castelo de Aljezur.  
Concelho de Faro:

Celeiro na cerca do Convento de S. Francisco.

Palácio de Estói com os seus jardins, fontes e estatuária, em Estói.

Prédio situado na Praça de Ferreira de Almeida e pertencente à Misericórdia de Faro.

Concelho de Lagos: Castelo da Senhora da Luz, na ponta da Calheta, freguesia da Luz.

Concelho de Loulé: ruínas romanas do Cerro da Vila, em Vilamoura, Quarteira.

Concelho de Portimão:

Forte de Santa Catarina.

Igreja matriz de Portimão.

Concelho de Silves: Castelo de Alcantarilha.

Concelho de Vila do Bispo:

Forte de Burgau.

Ruínas lusitano-romanas da Boca do Rio.

**Distrito do Funchal:**

Concelho da Calheta:

Capela de Nossa Senhora do Loreto.  
Igreja matriz da Calheta.

Concelho de Ponta do Sol:

Capela do Espírito Santo da Lombada.  
Casa da Lombada dos Esmeraldos.

**Distrito da Guarda:**

Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo:

Fonte do Cabeço, em Algodres.  
Torre Solar dos Metelos, em Freixeda do Torrão.

Concelho de Fornos de Algodres: Capela dos Girões, em Sobral Pichorro.

Concelho de Meda:

Castelo de Ranhados, na antiga vila de Ranhados.

Ponte romana de Longroiva, na estrada nacional n.º 311.

Concelho de Pinhel: Igreja da Misericórdia de Pinhel, com todo o seu recheio.

Concelho de Trancoso: conjunto arquitectónico constituído pela Torre de Terrenho, casa e capela.

Concelho de Vila Nova de Foz Côa:

Casa de Almendra, em Almendra.

Casa Grande de Freixo de Numão.

Casa de Nossa Senhora da Conceição, na freguesia de Cedovim.

**Distrito da Horta:**

Concelho de S. Roque: Convento de S. Pedro de Alcântara, em S. Roque, ilha do Pico.

**Distrito de Leiria:**

Concelho das Caldas da Rainha: Estação da Mala-Posta do Casal dos Carreiros, freguesia de A dos Francos.

**Distrito de Lisboa:**

Concelho de Cascais:

Bases da muralha que interligava os dois baluartes da praia da Ribeira.

Bateria Alta ao norte da praia da Água Doce.

Cidadela de Cascais, incluindo a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz e a torre fortificada de Cascais.

Cortinas de atiradores (entre o Forte de Santa Catarina e o Forte do Almesqueiro), em Cascais.

Forte do Guincho, ou Forte das Velas, na Ponta do Abano.

Forte de Nossa Senhora da Conceição (restos das muralhas).

Forte de Nossa Senhora da Guia, 3 km a oeste da Cidadela de Cascais.

Forte Novo (troço de muralha) em frente à Pedra da Nau.

Forte de Santa Marta, na ponta de Santa Marta.

Forte de Santo António da Barra (Forte Velho), em S. João do Estoril.

Forte de S. Pedro, junto à praia da Poça.

Forte de S. Teodósio ou da Cadaveira, em S. João do Estoril.

Troços ainda existentes da antiga muralha da vila de Cascais.

Vigia do Facho, nas proximidades da Boca do Inferno.

Concelho de Lisboa:

Conjunto de prédios da Rua de S. José, 10 a 42, incluindo os jardins pertencentes aos mesmos prédios.

Escadaria do palácio onde está instalado o Batalhão de Caçadores n.º 5, em Campolide.

Prédio conhecido por «Hotel Avenida Palace».

Prédio na Avenida da República, 87.

Prédio na Avenida da República, 89 e 89-A.

Prédio de gaveto entre a Avenida da República, 38 e 38-A, e a Avenida do Visconde de Valmor.

Prédio na Praça do Duque de Saldanha, 12.

Prédio na Rua de André Valente, 13.

Prédio na Rua de Santa Marta, 19.

Concelho de Loures: Capela de Nossa Senhora da Vitória, em Camarate.

Concelho de Mafra: zona envolvente do Forte de Milreu, na Ericeira, delimitada a poente pela linha da costa, a nascente pela estrada nacional n.º 247, a norte pela linha orientada nascente-poente, passando pelo marco quilométrico 47,5, e a sul pela linha orientada nascente-poente, passando pelo marco quilométrico 49,4.

Concelho de Sintra:

Fonte da Roca, a sueste do cabo da Roca, no local denominado «Alto das Entradas». Santuário da Peninha, nomeadamente a Capela de Nossa Senhora da Penha e todas as dependências que a servem.

Concelho de Torres Vedras: Casa da Quinta das Lapas, na freguesia de Monte Redondo.

Distrito de Ponta Delgada:

Concelho de Ponta Delgada: Solar dos Condes de Albuquerque, incluindo o jardim, na Rua do Contador, 2 a 10, em Ponta Delgada.

Concelho da Povoação: Igreja de Nossa Senhora do Rosário, na Praça Velha, Povoação.

Distrito de Portalegre:

Concelho de Alter do Chão: Castelo de Alter Pedroso (restos).

Concelho de Arronches: Fortaleza de Arronches (restos).

Concelho de Elvas:

Castelo de Fontalva (restos), na freguesia de Barbacena.

Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco, em Elvas.

Concelho de Nisa: Cruzeiro de Alpalhão.

Concelho de Ponte de Sor: Capela da Santa Casa da Misericórdia de Galveias.

Concelho de Portalegre: Castelo de Torrejão, no cimo do monte do mesmo nome.

Distrito do Porto:

Concelho de Amarante:

Casa de Pascoais, na freguesia de Gatão.

Igreja de Jazento.

Igreja românica de Telões.

Concelho de Cinfães: ilhota do Outeiro, na confluência dos rios Paiva e Douro, lugar do Castelo, freguesia de Souselo.

Concelho de Felgueiras: Largo do Mosteiro do Bom Jesus de Barrosas e estrada municipal que nele desemboca, à ilhargia da estrada nacional n.º 207-1, no lugar de Barrosas, freguesia de Idães.

Concelho de Marco de Canaveses:

Casa dos Arcos, freguesia de S. Miguel de Rio de Galinhas.

Casa inacabada de Vila Boa de Quires, mais conhecida por «Obras do Fidalgo».

Mosteiro de Vila Boa do Bispo.

Torre de Novões, ou Nevões, incluindo o edifício anexo, em Tabuado.

Concelho de Matosinhos:

Conjunto de elementos arquitectónicos delineados por Nzoni que ainda existem na Quinta de Santa Cruz do Bispo, nomeadamente a portada principal.

Quinta de Fafães, com todo o conjunto de edificações, mormente a casa, a capela e o tanque, no lugar do Barreiro, freguesia de Leça do Bailio.

Concelho de Penafiel: Torre de Coreixas, outrora denominada «Torre de Durigo», na freguesia de Irivo.

Concelho do Porto:

Casa do Despacho da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, no Porto, incluindo o seu recheio.

Casa do Dr. Domingos Barbosa, onde está instalado o Museu de Guerra Junqueiro, na Rua de D. Hugo, 30 e 32.

Casa da Prelada, com o conjunto que a envolve, designadamente a mata e o jardim, na freguesia de Ramalde.

Casa de Ramalde, com todas as suas pertencas, na freguesia de Ramalde.

Edifício do frigorífico do Peixe, em Massarelos.

Igreja da Misericórdia do Porto.

Igreja de Santo Ildefonso, no Porto.

Igreja de S. João Baptista, na Foz do Douro, incluindo os seus retábulos de talha, a pia baptismal e os restantes elementos antigos de arte decorativa, de escultura e de pintura.

Palácio de S. João Novo (Museu de Etnografia e História), no Porto.

Concelho da Póvoa de Varzim:

Conjunto ou espaço urbano designado por «Passeio Alegre», na Póvoa de Varzim.

Igreja matriz da Póvoa de Varzim.

Concelho de Vila do Conde:

Casa da Praça, na freguesia de Azurara.

Casa de Submosteiro, na Praça da República, em Vila do Conde.



Concelho de Vila Nova de Gaia: Paço de Campo Belo, incluindo a capela e todo o seu conjunto circundante, nomeadamente os jardins, situado na Rua Ramiro, em Vila Nova de Gaia.

#### Distrito de Santarém:

##### Concelho de Abrantes:

Casa da Câmara Municipal.  
Conjunto constituído pelo pequeno claustro, incluindo a cisterna com a ferragem, a fachada do Definitório da Misericórdia e a sacristia onde está o lavabo.  
Dois nichos padrões da primeira passagem de Nuno Álvares, em S. João de Abrançãlia.  
Ermida de S. Lourenço.  
Igreja da Misericórdia, incluindo seis tábuas de pintura quinhentista e demais recheio.  
Ponte romana de Alferrarede (Entre Ribeiras).  
Pórtico da igreja do Convento da Esperança (teatro velho) e o pátio (antigo claustro) das três cisternas que lhe fica na retaguarda.  
Sala do Definitório da Misericórdia de Abrantes.

Concelho de Alpiarça: estações arqueológicas da Quinta dos Patudos (Castelo de Alpiarça, Cabeço da Bruxinha, Necrópole de Tanchoal e Necrópole do Meijão).

Concelho de Mação: Ermida de Santo António, ao quilómetro 25 da estrada nacional n.º 359 (Abrantes-Mação).

Concelho de Santarém: Ponte de Alcourse.

#### Distrito de Setúbal:

Concelho do Seixal: igreja paroquial de Arrentela.

##### Concelho de Sesimbra:

Capela do Espírito Santo dos Mareantes.  
Fonte de Santiago, em Sesimbra.

##### Concelho de Setúbal:

Chafariz da Praça de Teófilo Braga, em Setúbal.  
Forte de Santiago do Outão, onde está instalado o sanatório.  
Palácio dos Duques de Aveiro, em Vila Nogueira de Azeitão.  
Toda a zona que rodeia o Portinho da Arrábida, incluindo o Conventinho e a mata de carvalhos.

#### Distrito de Viana do Castelo:

##### Concelho de Arcos de Valdevez:

Capela românica da freguesia de Távora, ou Capela de S. João Baptista da Comenda, de Távora.  
Casa da Andorinha, no lugar de Faquelo, freguesia de S. Paio.  
Igreja do Espírito Santo, com todo o seu recheio de talha, em Arcos de Valdevez.  
Igreja da Lapa, incluindo os seus retábulos e grades, em Arcos de Valdevez.

Concelho de Caminha: Casa das Pitas, na Rua da Corredoura.

Concelho de Melgaço: Convento de Paderne.

Concelho de Monção: Casa da Amiosa, na freguesia de Valadares.

##### Concelho de Ponte de Lima:

Casa de Nossa Senhora da Aurora, ou Casa do Arrabalde.  
Casa torreada dos Barbosas Aranhas.  
Castelo de Curutelo, a meia encosta do monte de S. Cristóvão, freguesia de S. Julião do Freixo.  
Paço de Calheiros, na freguesia de Calheiros.  
Paço de Vitorino, na freguesia de Vitorino das Donas.  
Portada proveniente do Palácio do Freixo, hoje em Vitorino das Donas.  
Santuário do Socorro, em Labruja.  
Solar de Bertandos, incluindo a alameda de carvalhos que do solar vai até ao rio.

Concelho de Valença: portal da Quinta do Crasto, ou Ponte do Manco, em Friestas.

##### Concelho de Viana do Castelo:

Casa da Torre das Neves, no lugar das Neves, freguesia de Vila de Punhe.  
Castelo de Portuzelo, na freguesia de Santa Marta de Portuzelo.  
Igreja de Nossa Senhora do Carmo, incluindo o claustro e a capela nele existente, com o recheio de talha e imaginária da mesma capela.  
Igreja paroquial de Geraz do Lima (Santa Leocádia).

#### Distrito de Vila Real:

Concelho de Vila Real: ponte de Piscais, sobre o rio Corgo, no caminho municipal n.º 1240, da estrada nacional n.º 2 (Borralha).

#### Distrito de Viseu:

Concelho de Carregal do Sal: Casa Grande de Oliveira do Conde.

Concelho de Lamego: Casa das Brolhas, Chafariz dos Remédios.

##### Concelho de Mangualde:

Capela do Rebelo, no Largo do Dr. João Couto, em Mangualde.  
Igreja da Misericórdia, incluindo as pinturas e os azulejos do século XVIII que revestem parte do seu interior, em Mangualde.

Concelho de Nelas: igreja matriz de Canas de Senhorim.

##### Concelho de Resende:

Casa da Soenga, incluindo os jardins, as estátuas e a Capela de Nossa Senhora do Carmo, na freguesia de S. Martinho dos Mouros.

Torre da Lagariça, na freguesia de S. Cipriano.

Concelho de S. Pedro do Sul: Palácio de Reriz, na Praça da República.

Concelho de Tondela: estação de arte rupestre de Alagoa, na freguesia de Barreiro de Besteiros.

Concelho de Trancoso: igreja paroquial de Torre de Terrenho.

Concelho de Viseu: troço de estrada romana de Almargem, com 600 m de extensão, que entronca pelo lado sul com a estrada nacional n.º 2 (Viseu-Lamego), ao quilómetro 160.

Art. 3.º São classificados como valores concelhios os seguintes imóveis:

#### Distrito de Angra do Heroísmo:

##### Concelho de Angra do Heroísmo:

Capela do Cruzeiro, na Rua do Cruzeiro.  
Prédio na Rua do Cruzeiro, 28-32.  
Prédio na Rua do Cruzeiro, 34-40.  
Prédio na Rua da Garoupinha, 2.  
Prédio na Rua da Garoupinha, 21-25.  
Prédio na Rua da Garoupinha, 42-44.  
Prédio na Rua de Jesus, 10.  
Prédio na Rua de Mouzinho de Albuquerque, 14.  
Prédio na Rua de Mouzinho de Albuquerque, 78-82.  
Prédio na Rua do Rio de Janeiro, 9-11-13.  
Prédio na Rua do Rio de Janeiro, 25-27.  
Prédio na Rua do Rio de Janeiro, 27-A-29.  
Prédio na Rua do Rio de Janeiro, 55-59-A.  
Prédio na Rua do Rio de Janeiro, 61-65.  
Prédio na Rua do Santo Espírito, 71.

#### Distrito de Aveiro:

Concelho de Anadia: Palácio da Graciosa, na freguesia de S. Paio de Arcos.

##### Concelho de Castelo de Paiva:

Capela da Quinta de Vegide, na freguesia de Sobrado.  
Conjunto da igreja paroquial da freguesia de Real, com as imagens de granito integradas na vedação do adro e a escadaria.

#### Distrito de Braga:

Concelho de Vila Nova de Famalicão: Casa de Vila Boa, na freguesia de Joane.

#### Distrito de Coimbra:

Concelho de Arganil: Igreja da Misericórdia de Arganil.

##### Concelho da Lousã:

Casa do Arco, ou dos Magalhães Mexia, em Fiscal, freguesia de Vilarinho.  
Casa de Baixo, na Rua Nova, da família Almeida Serra.  
Casa da Foz de Arouce, na freguesia de Arouce.  
Casa do Fundo da Vila, na Lousã.  
Casa dos Lopes Quaresma, em Fiscal, freguesia de Vilarinho.  
Casa dos Salazares, ou do Visconde de Espinhal, na Lousã.  
Casa de Santa Rita, ou do Casal dos Rios, no Casal dos Rios, Lousã.

#### Distrito de Faro:

Concelho de Portimão: Capela de S. José.

##### Concelho de Tavira:

Capela ou Ermida de S. Sebastião, com todo o seu recheio.  
Ermida de Nossa Senhora das Angústias, mais conhecida por Ermida do Calvário, incluindo as peças que constituem o seu recheio.  
Igreja de Santa Ana, em Tavira, com todo o seu recheio.

#### Distrito do Funchal:

##### Concelho da Calheta:

Capela de Jesus, Maria, José, em Lombo do Doutor.  
Capela de Nossa Senhora da Boa Morte, na freguesia da Ponta do Pargo.  
Capela de Nossa Senhora do Bom Sucesso, no sítio do Lombo da Estrela, freguesia da Calheta.  
Capela de Nossa Senhora da Conceição, no sítio das Amoreiras, freguesia de Arco da Calheta.  
Capela de Nossa Senhora da Conceição, no Estreito da Calheta.  
Capela de Nossa Senhora do Livramento.  
Capela de Nossa Senhora da Nazaré.  
Capela de Santo António, em Lombo do Salão.  
Capela de S. Francisco Xavier, em Lombo do Salão.  
Capela de S. João, na Levada de S. João.  
Capela de S. Lourenço, na freguesia de Fajã da Ovelha.  
Casa das Mudanças, no sítio do Lombo da Estrela, freguesia da Calheta.  
Igreja do Arco da Calheta.  
Igreja de Fajã da Ovelha.  
Igreja matriz de Estreito da Calheta.  
Igreja de Ponta do Pargo.  
Quinta da Piedade.

##### Concelho de Ponta do Sol:

Capela de Nossa Senhora do Livramento.  
Capela de Santo Amaro.  
Capela de Santo António e casa antiga à sua esquerda, denominada «Casa dos Azevedos».  
Capela de S. João Baptista.  
Capela de S. Sebastião.  
Igreja dos Canhas (igreja paroquial dos Canhas), também conhecida por Igreja de Nossa Senhora da Piedade.  
Igreja da Madalena do Mar.

#### Distrito da Guarda:

Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo: Solar dos Saraivas, ou Casa do Fidalgo, em Vilar Torpim.

##### Concelho da Guarda:

Casa na Rua dos Clérigos, 7, na Guarda.  
Prédio no Largo da Igreja de S. Vicente, 1, na Guarda.  
Prédio da Rua Direita, 26 a 28, na Guarda.

**Distrito de Leiria:**

Concelho da Batalha: Capela de Santo Antão, no lugar da Faniqueira.

**Distrito de Lisboa:**

Concelho de Lisboa:

Prédio de gaveto entre a Avenida de Berna, 1 a 3, e a Avenida da República.

Prédio da Avenida da República, 97 a 97-C.

Prédio de gaveto entre a Avenida da República, 23, e a Avenida de João Crisóstomo.

**Distrito de Portalegre:**

Concelho de Castelo de Vide: Casa na Rua Nova, 20-22, em Castelo de Vide (propriedade do Dr. José António Raposo Semedo).

Concelho de Nisa: igreja de Montalvão, com todo o seu recheio, em Nisa.

Concelho de Portalegre:

Construções setecentistas e chafariz do Largo de 28 de Janeiro, em Portalegre.

Prédio na Rua de 5 de Outubro, 7, em Portalegre.

Prédio no gaveto na Rua de 5 de Outubro e Travessa do 1.º de Maio, em Portalegre.

**Distrito do Porto:**

Concelho de Penafiel: fonte armoreada existente nos jardins da Casa de Cabanelas, na freguesia de S. Miguel de Bustelo.

Concelho da Póvoa de Varzim: edifício dos antigos Paços do Concelho da Póvoa de Varzim.

Concelho de Valongo: Ponte de S. Lázaro, em Pina, freguesia de Alfena.

**Distrito de Santarém:**

Concelho de Abrantes:

Casa no Beco de S. João, 3.

Casa na Praça da República, 4.

Casa na Rua do Actor Taborda, 18.

Casa na Rua do Actor Taborda, 20.

Casa na Rua do Actor Taborda, 40.

Casa na Rua do Actor Taborda, 42.

Casa na Rua do Actor Taborda, 54.

Casa na Rua do Actor Taborda, 56.

Casa na Rua do Arcediago, 4.

Casa na Rua do Arcediago, 6.

Casa na Rua da Boga (condes de Abrantes), 10 e 12.

Casa na Rua da Boga (condes de Abrantes), 42.

Casa na Rua da Boga (condes de Abrantes), 44.

Casa na Rua de D. Miguel de Almeida, 23.

Casa na Rua de Entre Torres, 4 (Largo de S. João, 1).

Casa na Rua de Entre Torres, 9.

Casa na Rua da Feira (Dr. Oliveira), 8.

Casa na Rua Grande (Santos e Silva), 6.

Casa na Rua Grande (Santos e Silva), 12.

Casa na Rua Grande (Santos e Silva), 24.

Casa na Rua Grande (Santos e Silva), 26.

Casa na Rua Grande (Santos e Silva), 46.

Casa na Rua Grande (Santos e Silva), 52.

Casa na Rua do Paço Real (D. João IV), 43.

Casa na Rua dos Oleiros (do Brasil), 24.

Casa na Rua dos Oleiros (do Brasil), 47.

Casa na Rua dos Oleiros (do Brasil), 51.

Casa na Rua dos Oleiros (do Brasil), 53.

Casa na Rua dos Oleiros (do Brasil), 55.

Casa na Rua do Outeiro, 3.

Casa na Rua do Outeiro, 3-A.

Casa na Rua do Outeiro, 28.

Casa na Rua do Outeiro, 30.

Casa na Rua do Outeiro, 35.

Casa na Rua do Outeiro, 37.

Casa na Rua do Outeiro, 47.

Casa na Rua do Outeiro, 49.

Casa na Rua de Santa Isabel, 1.

Casa na Rua de Santa Isabel, 4.

Casa na Rua de Santa Isabel, 10.

Casa na Travessa do Pacheco, 6.

Casa na Travessa do Pacheco, 8.

Ermida de Santa Ana.

Ruínas do Convento de Santo António, na Quinta da Arca, e o aqueduto.

**Concelho de Mação:**

Anta da foz do rio Frio, dita Casa dos Mouros, na freguesia de Ortiga.

Ermida de Nossa Senhora do Pranto, Vale do Grou, freguesia de Envendos.

Concelho de Santarém: varanda quinhentista na Travessa dos Surradores, 26.

**Distrito de Setúbal:****Concelho de Setúbal:**

Casa das Quatro Cabeças, na Rua de Fran Pacheco, 44.

Fontanário em Vila Nogueira de Azeitão, na estrada para Sesimbra.

**Distrito de Viana do Castelo:****Concelho de Ponte de Lima:**

Casa da Boavista, na freguesia de Refojos.

Paço de Siqueiros, na freguesia de Couto do Gondufe.

Ponte romana na freguesia de Estorãos.

Concelho de Viana do Castelo: Cruzeiro da Areosa, denominado «Senhor dos Esquecidos», na freguesia da Areosa.

**Distrito de Vila Real:**

Concelho de Valpaços: Capela de Sá, na freguesia de Ervões.

**Concelho de Vila Real:**

Casa das Quartas, no lugar de Abambres, freguesia de S. Mateus.

Cruzeiro do Senhor dos Aflitos, no lugar de Timpeira, na freguesia de Borbela.

Distrito de Viseu:

Concelho de Nelas: solar do Largo do General José de Tavares.

Concelho de S. João da Pesqueira: Casa de Azevedo e capela, em Paredes da Beira.

Art. 4.º Fica esclarecido:

- a) Que a classificação de monumento nacional atribuída à Igreja de Santiago, em Belmonte, no distrito de Castelo Branco, pelo Decreto n.º 14 425, de 15 de Outubro de 1927, passa a ser extensiva à capela anexa à referida igreja, designada «Capela dos Cabrais»;
- b) Que a classificação como monumento nacional limitada pelo Decreto de 16 de Junho de 1910 a trechos da igreja de Fiães, no concelho de Melgaço, distrito de Viana do Castelo, passa a abranger toda a igreja com o seu recheio, bem como os elementos que restam do antigo mosteiro;
- c) Que a classificação como imóvel de interesse público atribuída à Quinta Alegre, na Charneca do Lumiar, em Lisboa, pelo Decreto n.º 44 452, de 5 de Julho de 1962, refere-se à quinta com o palácio, jardins e construções ou elementos decorativos nela existentes;
- d) Que o Pelourinho de S. João de Rei (fragmentos na povoação), no concelho da Póvoa de Lanhoso, distrito de Braga, classificado como imóvel de interesse público pelo Decreto n.º 23 122, de 11 de Outubro de 1933, passa a ter a designação de Pelourinho de Monsul (fragmentos na povoação).

*Mário Soares — Henrique Teixeira Queirós de Barros — Joaquim Jorge de Pinho Campinos — Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.*

Promulgado em 9 de Setembro de 1977.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PISCAS

### Decreto-Lei n.º 412/77

de 29 de Setembro

Uma das grandes conquistas dos pequenos rendeiros e seareiros que desbravaram terras arrendadas no estado de mato ou incultas foi, indubitavelmente, o direito conferido pelo Decreto-Lei n.º 547/74, de 22 de Outubro, de remirem o respectivo contrato, tornando-se donos das terras mediante o pagamento da quantia que for fixada pela comissão arbitral.

Na maior parte dos casos, as terras desbravadas individualmente e objecto de contrato de arrendamento remível são de pequenas dimensões, muitas vezes inferiores às unidades de cultura mínimas fixadas pela Portaria n.º 202/70, de 21 de Abril, abaixo das quais é legalmente vedado o fraccionamento dos prédios rústicos.

Considerando que a proibição de fraccionamento regulamentada pela referida portaria constitui impedimento, em muitos casos, ao exercício do direito conferido pelo artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 547/74, de 22 de Outubro, impedimento que não se justifica, dado o extraordinário alcance do direito de remição em causa.

Nestes termos:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo único. O artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 547/74, de 22 de Outubro, passa a ter a seguinte redacção:

- Art. 5.º — 1. ....  
 2. ....  
 3. ....  
 4. ....

5. O direito conferido pelo n.º 1 deste artigo exerce-se independentemente das áreas mínimas de unidade de cultura fixadas pela Portaria n.º 202/70, de 21 de Abril.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Mário Soares — António Miguel Moraes Barreto.*

Promulgado em 18 de Junho de 1977.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.